

Mariana Medeiros Thibes

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO: O CASO
DA VILA DO ARVOREDO, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS,
SC**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique
Freire Vieira

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Medeiros Thibes, Mariana

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
PERMANENTE EM MEIO URBANO : O CASO DA VILA DO ARVOREDO,
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, SC / Mariana Medeiros Thibes ;
orientador, Paulo Henrique Freire Vieira - Florianópolis,
SC, 2014.

259 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Desenvolvimento urbano e meio
ambiente. 3. Justiça ambiental e ecológica. 4. Conflito
socioambiental urbano. 5. Área de Preservação Permanente .
I. Henrique Freire Vieira, Paulo . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**Conflitos Socioambientais e Áreas de Preservação
Permanente em meio urbano: o caso da comunidade Vila
do Arvoredo, Município de Florianópolis, SC.**

Mariana Medeiros Thibes

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira
(SPO/PPGSP/UFSC) - Orientador

Profª. Drª Mária Grisotti
(SPO/PPGSP/UFSC)

Profª. Drª Ligia Helena Hahn Lüchmann
(SPO/PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres
(PPGAU/UFSC)

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC) ABRIL DE 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma geral a tod@s que estiveram ao meu lado ao longo dos anos de construção desta pesquisa.

De forma específica, registro meus sinceros agradecimentos aos moradores da Vila do Arvoredo, os quais muito gentilmente me receberam em suas casas e compartilharam comigo um pouco de suas histórias de vidas. Em especial ao Nivaldo e à sua companheira Maria José, à Leni, à Vanusa, à Eliane e a seu companheiro Eurico.

Também agradeço a todas as outras pessoas que me concederam entrevistas para a construção deste trabalho. Não poderia deixar de mencionar a Rosângela da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), quem muito me ajudou desde o primeiro contato, possibilitando-me ter acesso a uma série de documentos para a construção do estudo de caso desta pesquisa.

Aos colegas do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD), sou grata pelas discussões e trocas de experiências, que certamente influenciaram nesta pesquisa. Especialmente à amiga Luciana Butzke, quem sempre durante todos os momentos de construção desta dissertação me ajudou das mais diversas formas: com ideias, indicações de leitura, palavras de força e confiança. Ao Fernando M. Rodrigues, principalmente por ter me apresentado a Vila do Arvoredo.

Por fim, ao professor Paulo, pelas diversas e profundas aprendizagens suscitadas, as quais, certamente, ultrapassam os muros da academia.

Aparentemente o divórcio entre a ética e a filosofia, o subjetivo e o objetivo, parece constituir o coração mesmo da ciência moderna. Reunir, de novo, estas categorias, não será possível senão redescobrimo hoje o ponto de vista necessário, isto é, revendo o conceito que fazemos de natureza. E um tal empreendimento só poderá ser conseguido a partir da ideia de uma natureza em evolução, uma natureza autônoma e livre, uma natureza não subjulgada.

Murray Bookchin

RESUMO

Esta dissertação insere-se no âmbito das reflexões que permeiam o binômio *desenvolvimento urbano & meio ambiente*, voltando-se para os conflitos socioambientais que tem o espaço urbano como *locus* de ocorrência. Mais precisamente, este trabalho focalizou um caso particular de ocupação por famílias consideradas de baixa renda de uma Área de Preservação Permanente (APP) – um ecossistema de dunas – ao norte da Ilha de Santa Catarina, no Distrito de Ingleses do Rio Vermelho. Partindo de uma discussão mais ampliada acerca da problemática socioambiental contemporânea, este estudo discute a relação entre o fenômeno da segregação urbana e o fenômeno da vulnerabilidade socioambiental à luz dos enfoques de *justiça ambiental* e *justiça ecológica*, reforçando, em linhas gerais, que são sobre os grupos sociais mais destituídos de recursos financeiros e políticos que os riscos e danos ambientais do processo hegemônico de desenvolvimento têm sido direcionados com mais intensidade. A partir da caracterização do contexto socioeconômico, sociopolítico e socioambiental da comunidade estudada, empreendeu-se uma análise do *conflito socioambiental urbano* identificado, buscando-se conhecer os principais atores sociais envolvidos e seus posicionamentos ao longo do processo, bem como os condicionantes estruturais que moldaram a disputa. Para isso, num primeiro momento, esta dissertação procurou refletir sobre arranjos institucionais relacionados à questão socioambiental urbana no Brasil, sobretudo os que envolvem a interconexão de áreas identificadas como de interesse social e áreas ambientalmente protegidas pela legislação. Em seguida, buscou empreender uma construção da trajetória de desenvolvimento urbano de Santa Catarina, mais especificamente do município de Florianópolis, ressaltando o processo de favelização da região e a maneira pela qual o poder público tem direcionado o olhar para a questão em pauta. Para o levantamento dos dados, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo contou com a realização de observações de campo e de entrevistas semiestruturadas envolvendo lideranças comunitárias, moradores da região, técnicos e funcionários da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), entre outros. Os resultados do estudo de caso reinteram o pressuposto de que em situações de conflito costumam surgir mais chances para que os grupos sociais excluídos dos processos decisórios se apropriem de mecanismos de luta que podem levar à transformação dos contextos nos quais estão inseridos. Contudo, os vários anos de embates e alianças entre o poder

público e os moradores da comunidade demonstram a complexidade inerente ao caso, trazendo à pauta da discussão a reflexão sobre as contradições que vêm permeando a maneira pela qual os conflitos socioambientais urbanos têm sido tratados, no bojo de um contexto estrutural permeado por desigualdades ambientais e ecológicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano e meio ambiente. Conflito socioambiental urbano. Segregação urbana. Vulnerabilidade socioambiental. Injustiça ambiental. Injustiça ecológica. Áreas de preservação permanente. Santa Catarina. Florianópolis. Comunidade Vila do Arvoredo.

ABSTRACT

This work falls within the scope of the binomial reflections that permeate both urban development & environment, turning to the environmental conflicts that have the urban space as a locus of occurrence. More precisely, this work focused at a particular case of occupancy by low-income families considered a Permanent Preservation Areas (PPA) – na ecosystem of dunes – North of the Island of Santa Catarina, in the District of Ingleses do Rio Vermelho. From a broader discussion of contemporary environmental issues, this study discusses the relationship between the phenomenon of urban segregation and the phenomenon of environmental vulnerability in the light of approaches towards environmental justice and ecological justice, in general, on the groups that are reinforcing most deprived social financial and political risks and environmental damage from the hegemonic development process have focused more intensely resources. From the characterization of the socio-economic, socio-political and environmental context of the community studied. It undertook an analysis identifying the urban environmental conflict, seeking to know the main social actors and their positions along the process, as well as the structural constraints that have shaped the dispute. For this, at first, this dissertation sought to reflect on the institutional arrangements that permeate the urban environmental issue in Brazil, focusing on recent innovations that involve the overlapping areas of social concern to environmentally concerns of all areas protected by law. Then it attempted to carry out a construction of the trajectory of urban development of Santa Catarina, more specifically in the city of Florianópolis, emphasizing on the process of slums in the region and the way the government has directed its gaze to the issue at hand. In order to gather data , bibliographic and documentary surveys were conducted , as well as field research, which occurred in semi-structured interviews involving community leaders, local residents, and technical staff of the Municipality of Florianópolis (PMF), among others, including field observations. The results of the case study reassert the assumption that environmental conflicts, in fact, can generate the empowerment of social sectors excluded from decision-making processes. However, years of conflicts and alliances between government and community residents demonstrate the inherent complexity of the case, bringing the agenda of the discussion to reflect on the contradictions that come permeating the manner in which urban environmental conflicts have

been treated, in the midst of a structural context permeated by environmental and ecological inequalities.

Keywords: Urban development and environment. Urban environmental conflict. Urban segregation. Environmental vulnerability. Environmental injustice. Ecological injustice. Permanent preservation areas. Santa Catarina. Florianópolis. Vila do Arvoredo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proporção de população urbana vivendo em favelas por região em 2005	31
Figura 2: Gráfico da abrangência do mercado residencial privado e déficit de moradias	105
Figura 3: Mapa dos municípios do Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Florianópolis.....	119
Figura 4: Imagens de Jurerê Internacional.....	126
Figura 5: Gráfico do fluxo da migração rural-urbana na região conurbada de Florianópolis	128
Figura 6: Localização dos assentamentos precários na região conurbada de Florianópolis	134
Figura 7: Distribuição das AIS no território de Florianópolis segundo sua morfologia	150
Figura 8: Proporção de AIS em APP.....	150
Figura 9: Mapas de Florianópolis e do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho	153
Figura 10: Mapa do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho	154
Figura 11: Casas situadas em APP próximas à Vila do Arvoredo.....	160
Figura 12: Mapa Conflito Ambiental Urbano Anteprojeto PDF	161
Figura 13: Mapa PDF (2014) - Área da Vila do Arvoredo e Rua do Arvoredo	163
Figura 14: Vista panorâmica da Vila do Arvoredo	164
Figura 15: Vista aérea do campo de dunas Moçambique - Ingleses	168
Figura 16: Imagens do avanço das dunas em direção às casas	170
Figura 17: Imagens de animais e cultivo de algumas espécies vegetais na Vila do Arvoredo.....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese do enfoque analítico.....	42
Quadro 2: Quadro de entrevistas e observação de campo	51
Quadro 3: Quadro com sinais utilizados nas transcrições	53
Quadro 4: Elementos e questionamentos sobre conflitos	87
Quadro 5: Arranjos institucionais ligados à questão socioambiental urbana...	88
Quadro 6: Alterações relativas às APP e o contexto urbano	106
Quadro 7: Principais impactos do turismo de massa na Ilha de Santa Catarina	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Números de favelas, por período de origem, na região conurbada de Florianópolis	133
Tabela 2: Quantidade de domicílios com necessidade de reassentamento nas AIS de Florianópolis	151
Tabela 3: População segundo sexo	172
Tabela 4: População segundo faixa etária	173
Tabela 5: Locais de procedências das famílias	173
Tabela 6: Famílias quanto ao interesse de voltar ao lugar de origem	174
Tabela 7: Responsáveis por famílias	174
Tabela 8: População de 0 a 14 anos segundo frequência escolar	174
Tabela 9: População a partir de 15 anos segundo nível de escolaridade	175
Tabela 10: Escolaridade dos chefes de família	175
Tabela 11: Famílias quanto a dificuldades de empregabilidade	176
Tabela 12: Famílias segundo faixa de renda	176
Tabela 13: Quanto à inserção da família em programas sociais	176
Tabela 14: Imóvel segundo regime de ocupação	177
Tabela 15: Frequência de doenças que atingem as famílias	177
Tabela 16: Principais doenças respiratórias registradas no Centro de Saúde do Santinho	178
Tabela 17: Principais doenças não respiratórias	178
Tabela 18: Imóvel segundo presença de animais	180

LISTA DE BOXES

BOX 1: Considerações sobre a Resolução do CONAMA n° 369	109
BOX 2: Processo de aprovação do novo PDF	140
BOX 3: Texto de Nivaldo do Araújo Silva	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC - Análise de Discurso Crítica
AIS - Áreas de Interesse Social
ADC - Análise de Discurso Crítica
AMA - Ateliê Modelo de Arquitetura
APED - Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento
APP - Área de Preservação Permanente
APL - Área de Preservação Limitada
AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social
AMOVILA - Associação dos Moradores da Vila do Arvoredo
BM - Banco Mundial
BNH - Banco Nacional de Habitação
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
CF - Código Florestal
CCJ - Comissão de Cidadania e Justiça
CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
COHAB - Companhias de Habitações
HABITAT I - I Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos
HABITAT II - II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos
CCI - Conselho Comunitário de Ingleses
CEAU - Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo
CONSEG - Conselho de Segurança dos Ingleses
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMHIS - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CF - Constituição Federal
CU - Cadastro Único
DPU - Defensoria Pública da União
MHU - Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
EPU - Ecologia Política Urbana
ETA - Estação de Tratamento de Água
ETE - Estação de Tratamento de Esgoto
EC - Estatuto da Cidade
EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança
FCP - Fundação da Casa Popular

FHC - Fernando Henrique Cardoso
FCP - Fundação da Casa Popular
FATMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social Gerência
GRPU - Regional do Patrimônio da União
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LHS - Luiz Henrique da Silveira
MaB - O Homem e a Biosfera
MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MBES - Ministério da Habitação e Bem Estar Social
MCidades - Ministério das Cidades
MDUMA - Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MMAAL - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
MMARHAL - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MPF - Ministério Público Federal
MPF - Ministério Público Federal
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
NMD - Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento
NESSOP - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Organização Popular
NGPDP - Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo
ND - Núcleos Distritais
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação
PRFS - Plano de Regularização Fundiária Sustentável
PD - Plano Diretor
PDF - Plano Diretor de Florianópolis
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de interesse social
PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimento
PM - Polícia Militar
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PPGSP-UFSC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina
MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
RM - Regiões Metropolitanas
SMA - Secretaria do Meio Ambiente
SEDU - Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SME - Secretaria Municipal de Educação
SMHSA - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
SMHSA - Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
SMHTS - Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e
Desenvolvimento Social
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SDR - Secretarias de Desenvolvimento Regional
SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente
SERPHAU - Política de desenvolvimento local e urbano
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SINDUSCOM - Sindicato da Construção Civil de Florianópolis
SAE - Sistema de Água e Esgotos
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TRF - Tribunal Regional Federal
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme
UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UNMP - União Nacional de Moradia Popular
UF - Unidades da Federação
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
ZNN - Zona Núcleo Natural
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	29
1.1 SITUAÇÃO-PROBLEMA	29
1.2 SÍNTESE DO ENFOQUE ANALÍTICO	40
1.3 QUESTÕES NORTEADORAS	42
1.4 OBJETIVOS	43
1.5 JUSTIFICATIVA	44
1.6 METODOLOGIA	45
<i>PARTE I - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS: A TENSÃO ENTRE O DIREITO À MORADIA E À PROTEÇÃO AMBIENTAL</i>	54
2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS	55
2.1 O DEBATE SOBRE O BINÔMIO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO	55
2.2 A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA.....	70
2.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS	80
3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS LIGADOS À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL URBANA NO BRASIL.....	88
<i>PARTE 2 - O ESTUDO DE CASO</i>	112
4 A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS E AS OCUPAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EM APP.....	113
4.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE SANTA CATARINA: FLORIANÓPOLIS EM PERSPECTIVA	113
4.2 O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	127
4.3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS RELACIONADOS À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL URBANA DE FLORIANÓPOLIS	135
4.3.1 Os Planos Diretores de Florianópolis	135
4.3.2 O conteúdo do novo Plano Diretor de Florianópolis: as ZEIS e as APP	146
4.3.3 O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social	148

5 O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL URBANO NA VILA DO ARVOREDO.....	152
5.1 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE	152
5.2 DIAGNÓSTICO DO CASO CONFLITIVO	159
5.2.1 A Vila do Arvoredo: aspectos socioambientais e o histórico da ocupação da área.....	159
5.2.3 Conflito e cooperação no caso da Vila do Arvoredo	183
5.3 ANÁLISE TEÓRICA DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL URBANO RELACIONADO À VILA DO ARVOREDO.....	202
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
APÊNDICES.....	242
ANEXOS	254

1 INTRODUÇÃO

1.1 SITUAÇÃO-PROBLEMA

Muitos estudos recentes, que procuram evidenciar a magnitude e a urgência dos problemas provenientes do fenômeno de urbanização presente em escala planetária, apresentam a constatação de que hoje aproximadamente metade da população mundial vive em espaços urbanizados. Essa constatação muitas vezes é acompanhada de outra, que enfatiza uma maior incidência desse fenômeno global no âmbito dos países “subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento” ou do chamado “terceiro mundo”.

Nessa linha, de acordo com o relatório desenvolvido pela *United Nations Human Settlements Programme* (UN-HABITAT), intitulado *State of the World's Cities Report 2008/9: Harmonious Cities*, 3 milhões de pessoas por semana migram para espaços urbanos de países em desenvolvimento. A estimativa é de que o nível de urbanização mundial aumente drasticamente nos próximos 40 anos, alcançando em 2050 70% da população do planeta. No que diz respeito exclusivamente à América Latina, já se constata que 70% da população vive em meio urbano (UN-HABITAT, 2008/9).

A partir desses dados, verifica-se que a expansão do processo de urbanização do mundo apresenta-se como um fenômeno *sui generes* de nossa época. A diversidade de consequências que impõe é alvo de diferentes formas de interpretação e, por conseguinte, de proposições e encaminhamentos diversos. Conforme Sachs (1985), dentre as matrizes discursivas favoráveis e contrárias a esse fenômeno, há, por um lado, o discurso sobre o papel civilizador das cidades; sobre a alta produtividade alcançada pela indústria e pelos serviços modernos; sobre as vantagens da vida urbana contrastando com a miséria e deficiências das pequenas cidades e do meio rural; bem como sobre as inúmeras oportunidades de trabalho e auto-realização oferecidas a seus habitantes. Do lado oposto, há uma linha argumentativa que insiste no caráter parasitário da cidade, que desvia e drena para proveito próprio o excedente econômico produzido pela zona rural; além de apontar a profunda alteração do ambiente urbano e os consequentes perigos para a saúde; assim como as condições geralmente lamentáveis de habitação e de desemprego e subemprego dos pobres na cidade.

No âmbito dos impactos do processo de urbanização na perspectiva das alterações do ambiente, fala-se: (i) na transformação de solos – desde ponto de vista social (agricultoráveis) até o ponto de vista

ecológico (com funções ecológicas primordiais¹); (ii) na modificação de ciclos bio-geo-químicos, através de emissões altas de CO₂ na atmosfera, principalmente pela queima excessiva de combustíveis fósseis, (iii) na geração de enormes quantidades de resíduos poluentes – resíduos industriais e domésticos etc.; (iv) no aumento de temperatura devido ao adensamento de construções humanas, que somado à diminuição de vegetação levam, consecutivamente, a alterações do ciclo hidrológico e a problemas como enchentes e deslizamentos de encostas; entre outros impactos. (ANGEOLETTO, 2012; DIAS, 1994).

Todas essas alterações no ambiente impactam de diferentes maneiras nas condições de vida dos distintos grupos sociais que habitam as cidades. A distribuição desses impactos nas cidades latino-americanas tem refletido desigualdades socioeconômicas e políticas mais amplas que têm muito a ver com a integração da região na economia global bem como com fatores estruturais internos aos países específicos. (LYNCH, 2001). O relatório supracitado desenvolvido pela UN-HABITAT apresenta, através da figura 1, a proporção de população urbana vivendo em favelas nas diferentes regiões do planeta. Constatase que na América Latina e no Caribe 27% da população urbana vive em favelas.

¹ Muitas áreas edificadas correspondem a Áreas de Preservação Permanente (APP). Fora isso, a compactação de solos tem como consequência direta a diminuição da infiltração e o aumento do escoamento superficial, o que pode levar à ocorrência de inundações e ao impedimento da recarga de aquíferos.

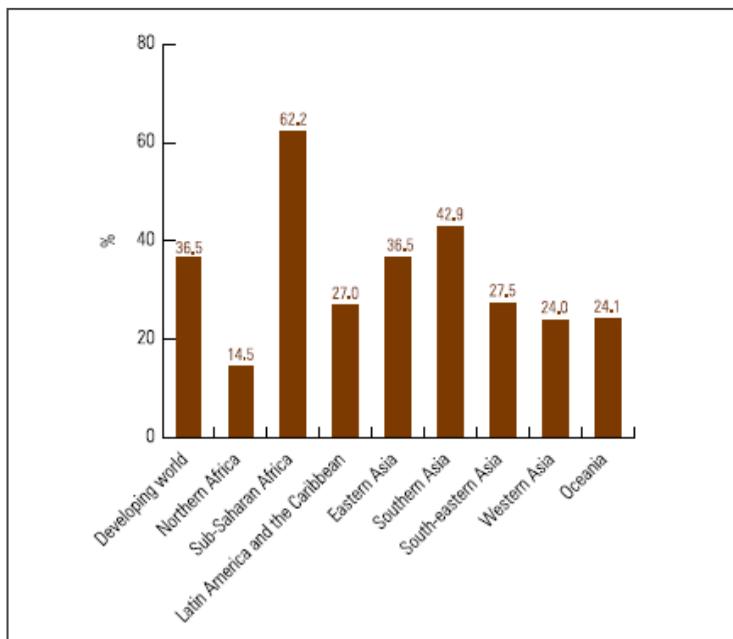


Figura 1: Proporção de população urbana vivendo em favelas por região em 2005

Fonte: UN-HABITAT (2008/9)

No que diz respeito ao Brasil, de acordo com o último Censo Demográfico, em 2010 quase 85% da população residia em domicílios em situação urbana². Já em relação aos chamados aglomerados subnormais³, os critérios de definição do IBGE apontaram que 6% da população do País (11.425.644 pessoas) morava nessas áreas e estava distribuída em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do Brasil). No entanto, cabe aqui mencionar que diversas críticas têm sido direcionadas ao conceito de aglomerados subnormais definido pelo IBGE, as quais têm demonstrado as diferenças significativas em relação aos critérios de definição dessas áreas entre diferentes administrações municipais, entre prefeituras e o IBGE, o que resulta em classificações

² Diz respeito a áreas urbanizadas ou não, de vilas ou cidades, ou áreas urbanas isoladas independentemente de estarem localizadas em zona rural ou urbana assim classificadas pelos municípios (IBGE, 2010).

³ De acordo com o IBGE, esse termo procura abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros.

discrepantes⁴. Para Maricato (2001), não há números gerais confiáveis sobre a ocorrência de favelas ou loteamentos irregulares em todo Brasil, dadas as falhas metodológicas e a dificuldade de se conhecer a titularidade da terra sobre as quais as favelas se instalam. Portanto, de acordo com a autora, o IBGE pode apresentar dados bastante subdimensionados⁵.

O que especialistas têm discutido, apesar da imprecisão dos dados disponíveis, é que menos da metade da população do país possui acesso à moradia por meio de vias legais. Ora, mais de 50% dos brasileiros usa ilegalmente o solo e/ou constrói edificações irregulares em meio urbano, pois não encontra oferta de solução de moradia adequada, nem pelo mercado, nem pelos programas públicos, o que decorre tanto das condições econômicas, quanto das restrições urbanísticas e ambientais. Em decorrência desse quadro, áreas protegidas em termos ecológicos pela legislação, que frequentemente não interessam ao mercado legal, como beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, dunas, áreas alagáveis, são as que ficam disponíveis para grande maioria da população, ocasionando, entre outras externalidades, poluição de recursos hídricos e de mananciais, enchentes e epidemias, banalização de mortes por desmoronamentos etc. (MARICATO, 2008; MARTÍNS, 2006; 2001; FERNANDES, 2005; JACOBI, 2004; BITOUN, 2004).

Soma-se a isso, o fato que 2,6 milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas não têm acesso à água; 1,4 milhões não são atendidas pela coleta de lixo, 83 milhões não são ligadas ao sistema de esgotos e 70% do esgoto coletado não é tratado. Fora que apesar das longas distâncias, 52 milhões de brasileiros vão a pé para o trabalho por conta dos altos custos dos transportes públicos. O déficit habitacional nacional foi estimada em 7,2 milhões de unidades; enquanto que o número de propriedades inabitadas existentes tem sido estimado em 5,5 milhões de unidades (FERNANDES, 2005).

O ritmo acelerado e desordenado do crescimento urbano e a proliferação de moradias e assentamentos precários em áreas

⁴ Ver Costa e Nascimento (2005), por exemplo.

⁵ Em 2010, o IBGE afirma ter feito inovações metodológicas e operacionais em relação a esse conceito, utilizando imagens de satélite de alta resolução; fazendo uma pesquisa específica – Levantamento de Informações Territoriais [LIT], sobre as características morfológicas das áreas; e realizando reuniões sobre o tema nas Comissões Municipais de Geografia e Estatística - CMGEs (IBGE, 2010).

ecologicamente vulneráveis e de risco, tudo isso se soma à expansão crescente de resíduos sólidos e gasosos depositados no solo, na atmosfera e nos cursos d'água por indústrias, unidades domiciliares e hospitalares e, ainda, a poluição sonora. Isto sem falar das inúmeras doenças provocadas pela deteriorização do ambiente urbano. (PACHECO *et al.* 1993).

Refletir sobre os condicionantes estruturais desse quadro profundamente deletério em termos socioambientais, vivenciado contemporaneamente em inúmeras cidades, exige que se volte o olhar para o modelo de desenvolvimento hegemônico, marcado por um processo de urbanização excludente, concentrador e predatório, o qual, por sua vez, pode ser associado, sobretudo, ao esvaziamento do campo⁶ em paralelo à concentração da propriedade, à monocultura e à uma industrialização centrada nas cidades grandes.

Assim sendo, não há como compreender a crise socioambiental urbana sem levar em consideração as inúmeras interações entre os espaços rurais e urbanos, pois o estilo de vida urbano é, em grande medida, dependente dos processos que se dão nos espaços rurais. Um exemplo, como alude Zhouri (2007), é o alto consumo de combustível, papel e energia nas cidades, que requer matéria prima de ecossistemas naturais, aumentando a transformação de territórios rurais, antes diversificados, em monoculturas para possibilitar produção industrial. Também ressalta a autora que a histórica concentração de terras e a opção por uma agricultura químico-mecanizada, com ênfase na exportação de produtos com elevado valor energético, têm provocado grandes movimentos migratórios no país: é o caso de projetos envolvendo mineração, hidrelétricas, monoculturas de eucalipto, de soja, entre outros concentradores de grandes extensões territoriais.

Como sugere Ferreira (2005), nas cidades assim como no campo, a estrutura institucional e política de regulamentação do acesso à terra foi desde sempre implementada de maneira a não alterar a absoluta hegemonia das elites. Dessa forma, a naturalização de um itinerário histórico que concentrou a posse de terra em poucas mãos e os investimentos públicos em poucos lugares, num viés de mercantilização

⁶ A partir dos anos 1970, aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais migraram. Na década seguinte, o fluxo de pessoas que deixou o campo também foi expressivo: 1/3 de todos os que viviam ali. A partir da década de 1990, enquanto que na região Nordeste do País as taxas de saída do campo se intensificam, identifica-se um declínio significativo nas regiões Sudeste e Sul no mesmo período (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999).

massiva do espaço urbano – em que a busca por rendas, lucros e financiamentos de campanhas é recorrentemente negociada –; tudo isso torna cada vez mais aguda a crise urbana no Brasil. Dessa perspectiva, cabe ressaltar que a questão fundiária está por trás da degradação socioambiental e da falta de equidade que caracterizam o uso e a ocupação do solo nas cidades brasileiras. (BITOUN, 2004; MARICATO, 2012; GONDIN, 2012).

Contudo, nas últimas décadas, o Brasil tem assistido à promulgação de diversos arranjos institucionais relacionados à questão socioambiental urbana bastante inovadores em termos de possibilidades de reversão (ou pelo menos de amenização) dos quadros agudos de injustiças sociais associados à degradação ecológica dos espaços urbanos e suas consequências para os diferentes grupos sociais. Dentre esses arranjos, é válido destacar os artigos dedicados à política urbana (182 e 183) e ao meio ambiente (225) da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade de 2001, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), as resoluções do CONAMA nº 303 e 369, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), as recentes Lei nº 11.977 de 2009 e Lei nº 12.424 de 2011 etc.

Uma questão fundamental que se sobressai indaga porque apesar desses consideráveis progressos institucionais o cumprimento dos preceitos relacionados, sobretudo, à função socioambiental das cidades parece residir num horizonte extremamente distante? Obviamente que não há uma única resposta para essa questão e, portanto, tentar respondê-la não representa uma tarefa simples. No entanto, cabe exatamente neste espaço dedicado à delimitação da situação problema elencar algumas pistas que a literatura tem dado sobre o tema. Na opinião de Fernandes (2012), não é por acaso que o Legislativo demorou mais de 12 anos para aprovar o Estatuto da Cidade. Para o autor, essa demora serviu, sobretudo, aos interesses do setor imobiliário:

Embora frequentemente mascarada por discussões aparentemente técnicas e legalistas acerca do projeto de lei e da lei efetivamente aprovada, o que sempre esteve em jogo durante o longo processo de discussão sobre a nova lei – dentro e fora do Congresso Nacional – era, e ainda é, a forte resistência dos grupos conservadores ligados ao setor imobiliário à nova concepção, proposta pela Constituição Federal e consolidada pelo Estatuto da Cidade, dada ao

direito de propriedade imobiliária urbana, qual seja, o princípio constitucional da função social da propriedade urbana e da cidade. (FERNANDES, 2012, p. 14).

O direito de propriedade individual irrestrito, que advém do Código Civil de 1916 – quando o Brasil era um país eminentemente agrário, com apenas 10 % da população vivendo nas cidades – expressa a ideologia do legalismo liberal, que desde o começo do século passado vem orientando grande parte da doutrina jurídica e as interpretações dos tribunais. (FERNANDES, 2012; FERNANDES, 2009). Desse modo, o processo de produção do espaço urbano tem sido intensamente direcionado pelos interesses individualistas, sobretudo, de empresários do setor imobiliário. A atuação desses empresários, a maioria das vezes predatória e especulativa, é legitimada pela concepção privatista da propriedade fundiária, que tem prevalecido no ordenamento jurídico brasileiro e entre os operadores do direito. (GONDIN, 2012).

A lógica da especulação imobiliária vê na propriedade urbana tão somente um valor de troca – uma mercadoria passível de compra e venda –; incapacitando, por assim ser, a ação do Estado no que se refere ao controle dos processos de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, os quais poderiam se voltar para a compatibilização dos diferentes interesses existentes no tocante ao desenvolvimento urbano. Assim, quanto maior o preço da terra, menor a disposição de o poder público intervir como agente no mercado, ou seja, menores suas chances de viabilizar políticas habitacionais aos grupos considerados de baixa renda. (FERNANDES, 2012; ROLNIK, 2006). Entretanto, é preciso agregar à insuficiência de recursos públicos, a falta de prioridades, os inúmeros entraves administrativos, bem como a desarticulação das agendas governamentais. (MARTINS, 2006).

A impossibilidade em termos econômicos de entrada no mercado formal e a indisposição do Estado no que diz respeito à garantia de acesso à habitação popular faz com que os grupos sociais mais vulnerabilizados sejam obrigados a buscar moradia em áreas desvalorizadas economicamente: distantes, de riscos (próximas a depósitos de lixo tóxico, a plantas industriais poluentes, a esgotos a céu aberto), informais, irregulares: ecologicamente protegidas pela legislação ambiental, geralmente com precária ou sem nenhuma oferta de serviços públicos - o que configura casos típicos de *injustiça ambiental* e consequentemente de *injustiça ecológica*. (ACSELRAD et

al., 2009; MARQUES; TORRES, 2001; SZE; LONDON, 2008; MARTÍNEZ ALIER, 2007; OST, 1995).

As investigações empíricas não deixam dúvidas sobre quem são as vítimas do desenvolvimento [...]. A poluição incide muito mais sobre as camadas de baixa renda, que não têm tratamento sanitário apropriado em sua maioria, não têm acesso aos bens e serviços urbanos e em geral ocupam áreas de risco, áreas contaminadas, etc. São os pobres que moram em áreas industriais e recebem a poluição direta, a contaminação por metais pesados e outros. São os pobres os que mais sofrem com as enchentes, pois habitam áreas de risco pela segregação socioespacial urbana. (ZHOURI, 2007, p. 05).

Esse cenário tem propulsado um amplo campo de conflitos socioambientais em torno do uso e da apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço urbano. Nesse sentido, um argumento fundamental que embasa esta dissertação é que muitas situações características da urbanização brasileira, vistas apenas como expressões ou materialização de injustiças sociais e/ou distorções econômicas, são indubitavelmente expressões de conflitos socioambientais urbanos. (PACHECO *et al.* 1992; COSTA; BRAGA, 2004). O foco deste estudo recai sobre os conflitos que permeiam situações de ocupação por famílias empobrecidas de áreas delimitadas como de proteção ambiental, pelos quais se mobilizam diferentes atores sociais: moradores de baixa renda, movimentos sociais, organizações não governamentais e agentes do Estado.

Contudo, para Fernandes (2009), tanto o direito à moradia como o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável representam direitos sociais protegidos e com a mesma raiz conceitual: a da função socioambiental da propriedade. Assim, na visão do autor, é incoerente tratar esse fenômeno a partir de uma perspectiva conflitual. De fato, como salientam Bezerra e Chaer (2012, p. 29), se o direito de todos ao meio ambiente saudável abrange o meio natural e o meio construído, com todos os seus aspectos (sociais, culturais, históricos, econômicos), então é verdadeiramente incorreto analisar essa interconexão sob a abordagem de conflito. Porém, “o enfrentamento do falso dilema implica compreender e reaproximar as lógicas divergentes com que vem sendo tratado aquilo que rege e gerencia o meio construído e aquilo que

rege e gerencia o meio natural”. Geralmente, o que se tem na prática é ou (i) a perspectiva urbana, que busca, na maioria das vezes, regularizar a ocupação tendo em conta, de maneira enfática, os aspectos sociais; ou (ii) a perspectiva ambiental, que, em geral, considera a hipótese de que a população seja removida da ocupação irregular e reassentada em outro local com o objetivo de proteger os recursos naturais

No âmbito desta pesquisa, exatamente por se compactuar com essa constatação que aponta para a predominância de lógicas divergentes que acabam dicotomizando o urbano e o ambiental, considera-se pertinente observar esse fenômeno a partir da perspectiva de conflitos socioambientais urbanos. Mais especificamente, este estudo avalia que esse fenômeno encontra-se permeado tanto por determinantes estruturais (macrodeterminantes) – como os arranjos institucionais vigentes e a trajetória de desenvolvimento urbano adjacente, por exemplo –; como pelas especificidades do local – às quais se somam as representações e percepções dos atores sociais envolvidos acerca das variáveis que conformam a situação-problema –.

Não há como negar os graves danos causados por populações empobrecidas⁷ que habitam áreas caracterizadas como de alto valor ecológico (as APP), ainda mais, levando-se em consideração as precárias condições de moradias, a completa falta de infraestrutura urbana, sobretudo de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos). Entretanto, parece sempre ficar em segundo plano a relação existente entre as condições de degradação dos ecossistemas, aqui no caso, dispostos no espaço urbano, e a violência estrutural do modelo hegemônico de desenvolvimento. Assim, vale reforçar novamente que um entendimento mais aprofundado da problemática em questão requer um “olhar” voltado para uma perspectiva planetária de crise socioambiental, em que sejam ressaltadas as múltiplas ligações que os efeitos nefastos hoje sentidos nas cidades possuem com o estilo de desenvolvimento hegemônico.

Esse cenário até aqui delimitado a nível nacional certamente também tem espaço na Região Metropolitana de Florianópolis⁸. Nos

⁷ É preciso refletir também que muitas dessas áreas são apropriadas por grupos urbanos mais abastados, que ao contrário dos empobrecidos, têm condições materiais de construir imóveis menos vulneráveis às adversidades do terreno e das variáveis ecológicas, mas que, por sua vez, degradam da mesma forma.

⁸ A Região Metropolitana de Florianópolis é composta por 13 municípios, sendo a maior parte deles pequenos municípios nos quais prevalecem as

municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, constatou-se que aproximadamente 33 mil famílias são consideradas de baixa renda⁹, das quais 25% migrou do meio rural. (CASAGRANDE, 2006). Somam-se 171 áreas de informalidade, que a partir da década de 1960 foram se formando próximas aos núcleos centrais e nos limites entre esses municípios. Já desde o início da década de 1990 novos assentamentos irregulares e precários vêm surgindo e/ou se intensificando mais distantes das áreas centrais - ao longo da Ilha e no continente - em outras áreas de risco e APPs. (INFOSOLO/UFSC, 2006).

Apesar de Florianópolis possuir o terceiro maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil [0,847] (PNUD, 2013), e ser constantemente referenciada pelos meios de comunicação de massa como a capital brasileira da qualidade de vida; a Secretaria Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS) identificou 64 Áreas de Interesse Social (AIS), cuja maior parte está localizada em espaços ambientalmente vulneráveis e de risco.

Esta pesquisa analisou um caso que pode ser considerado emblemático por retratar a ocupação de uma APP por famílias empobrecidas, ao norte da Ilha de Santa Catarina – região na qual se concentram os balneários de mais alta renda e maiores investimentos públicos e privados –. A Vila do Arvoredo é uma comunidade formada a partir da década de 1980, originalmente chamada de Favela do Siri, cujos dados oficiais apontam para existência de cerca de 160 famílias de níveis baixíssimos de renda, que vivem em condições precárias de habitação em meio ao ecossistema de dunas da região do Distrito Ingleses do Rio Vermelho. (INFOSOLO/UFSC, 2006; SMHSA, 2005).

É preciso notar que uma grande área, que ultrapassa o espaço da comunidade, é delimitada como APP. O que significa afirmar que essa ampla área teoricamente não passível de edificação está ocupada tanto por construções mais precarizadas, mais próximas e, portanto, mais vulneráveis aos problemas gerados pelas dunas¹⁰ - como é o caso

atividades agrícolas (INFOSOLO/UFSC, 2006; SANTA CATARINA, 2009). O número de habitantes dessa região é de 891.344 (IBGE, 2010). Florianópolis (município que abrange a Ilha de Santa Catarina (424,4 km²) e um pequeno território na área continental (12,1 km²)), desde a década de 1970, vem consolidando um processo de conurbação com os municípios situados na área continental: São José, Biguaçu e Palhoça (INFOSOLO/UFSC, 2006).

⁹ Famílias que recebem menos de dois salários mínimos por mês.

¹⁰ Os moradores dessas habitações altamente precarizadas estão mais vulneráveis a doenças respiratórias, devido à alta concentração de partículas em suspensão na atmosfera por conta da ação dos ventos sobre as dunas. Além

das habitações da Vila do Arvoredo -, quanto por construções mais padronizadas, visivelmente pertencentes a pessoas de níveis mais altos de renda, muitas das quais correspondem a segundas moradias. Enquanto para os moradores da Vila as ligações de água e energia elétrica são clandestinas; para muitas das casas do entorno, que também se encontram em APP, as ligações são regularizadas.

Desde meados da década de 1990 até os dias atuais, a Vila do Arvoredo vem sendo palco de inúmeros embates e aparentes consensos envolvendo o poder público, os moradores da comunidade, a mídia conservadora, agentes econômicos do setor imobiliário, entre outros, refletindo desigualdades socioambientais bastante profundas. Concordando com Jacobi (1999), a reflexão em torno das práticas sociais num contexto urbano marcado pela degradação permanente do meio ambiente construído e do ecossistema maior não pode prescindir nem da análise dos determinantes do processo, nem dos atores envolvidos, suas percepções e formas de organização social. Assim, ao reconhecer que esse processo de mais de uma década de negociações, sobretudo, entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e os moradores da Vila está permeado por situações conflitivas diversas – muitas delas não negociadas –; o escopo desta pesquisa envolveu, por um lado, buscar compreender com mais profundidade essas situações a partir dos arranjos institucionais vigentes e da trajetória de desenvolvimento urbano de Florianópolis; e, por outro lado, caracterizar o caso específico da Vila do Arvoredo, trazendo à pauta de discussão as diferentes percepções tanto de moradores da comunidade como dos diferentes grupos envolvidos no conflito socioambiental em questão.

Desse modo, este estudo foi dividido em dois momentos. Um primeiro que quis entender a trajetória de desenvolvimento do município de Florianópolis, focando na problemática socioambiental decorrente das ocupações por famílias de baixa renda de APP, bem como na maneira pela qual os arranjos institucionais do município têm caracterizado essa problemática. E um segundo momento que pretendeu estudar mais de perto o conflito socioambiental identificado na Vila do Arvoredo, procurando apreender as percepções dos atores sociais envolvidos na situação conflitiva em questão, operacionalizando uma parte importante da *pesquisa em ciências sociais* (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

disso, a pressão exercida pela movimentação das dunas traz riscos de soterramento das moradias.

Até aqui, procurei delimitar a problemática que impulsionou o desenvolvimento deste estudo. O subitem a seguir traz uma síntese do *enfoque analítico* utilizado neste estudo para empreender a análise do conflito socioambiental urbano identificado na Vila do Arvoredo.

1.2 SÍNTESE DO ENFOQUE ANALÍTICO

Este tópico consiste numa breve síntese do arcabouço teórico-conceitual que envolve esta pesquisa, o qual se encontra mais profundamente trabalhado no capítulo seguinte correspondente à fundamentação teórica deste estudo.

Num primeiro momento, este estudo procura debater o modelo hegemônico de desenvolvimento, trazendo à pauta de discussão as distintas concepções interpretativas do mesmo. Em seguida busca refletir sobre a crise socioambiental contemporânea a partir do binômio *desenvolvimento e meio ambiente*, inspirando-se nos imperativos de uma visão de mundo sistêmico-complexa.

Vale aqui abrir um parêntese para delinear o conceito de meio ambiente por este estudo apropriado. Tal conceito se encontra no cerne da pesquisa sistêmica, podendo ser interpretado como relacional e pluralista, pressupondo a existência de um ponto de referência (VIEIRA, 2005). Com a relativa emergência de uma tomada de consciência, a partir da década de 1960, sobre a existência de problemas ambientais de abrangência global, iniciou-se a formação de um campo de pesquisa em ecologia humana que reforça a internalização do ser humano na dinâmica ecossistêmica. Essa tendência tende a incluir o homem de forma integrada, com suas percepções, aspirações, necessidades e atividades. Assim sendo, os problemas ambientais até então interpretados apenas como ameaças ao “equilíbrio ecológico” por conta das intervenções dos países industrializados passam a ser identificados também no âmbito dos países pobres, incluindo aspectos sociais como, por exemplo, as condições gerais de vida da população excluída econômica e socialmente. O *ambiente humano*, nesse sentido, é constituído por um conjunto de elementos humanos inter-relacionados, mais os outros subsistemas acoplados a ele, os quais, por sua vez, o influenciam e são influenciados por ele. (GALLOPÍN, 1986).

Na sequência da discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, os enfoques da *justiça ambiental* e da *justiça ecológica* são acoplados ao debate, por permitirem que se reflita sobre como riscos e danos ambientais adjacentes ao modelo de desenvolvimento hegemônico têm sido distribuídos

contemporaneamente. Da mesma forma, a falta de reconhecimento e de genuína participação nas tomadas de decisões relacionadas às questões socioambientais por parte de muitos grupos sociais, sobretudo os mais vulnerabilizados – destituídos de recursos financeiros e políticos –, advoga que a crise do meio ambiente resulta das injustiças que emergem do “mundo dos homens” e, que, portanto, seu enfrentamento demanda alterações nas relações econômicas, políticas e sociais.

Desde aí, partindo de concepções mais gerais acerca da problemática socioambiental que tem o espaço urbano como *locus* de ocorrência, este estudo reverencia a inter-relação que abarca os fenômenos das favelas e da segregação urbana com a temática da vulnerabilidade socioambiental, chegando, por fim, à literatura sobre conflitos socioambientais urbanos, a qual, por sua vez, permite que se construa uma ferramenta analítica mais apropriada para a compreensão das disputas que têm acompanhado as ocupações de áreas ambientalmente protegidas por grupos sociais vulnerabilizados.

Se por um lado, nas discussões sobre conflito encabeçadas pelas ciências sociais e políticas, deparamo-nos, em linhas gerais, com duas abordagens antagônicas que veem os conflitos ou como fenômenos patológicos - como sintomas de doenças no corpo social -, ou como formas normais de interação social que podem contribuir para manutenção, desenvolvimento, mudança e/ou estabilidade geral de entidades sociais; por outro lado, no âmbito das discussões sobre conflitos socioambientais, no bojo da sociologia ambiental, também é possível encontrar duas perspectivas dicotômicas: (i) uma visão *objetivista*, que entende os conflitos socioambientais como produtos de situações estruturais concretas da sociedade e (ii) uma visão *subjetivista*, para qual os conflitos são resultantes das distintas percepções das partes envolvidas.

Esta pesquisa compartilha da concepção que entende os conflitos como partes intrínsecas das sociedades humanas. Além do que, compactua do pressuposto, a partir de Vivacqua (2012, p. 50), de que em situações de conflito costumam surgir mais chances para que os grupos sociais excluídos dos processos decisórios se apropriem de mecanismos de luta que podem levar a transformação de seus contextos sociais.

Contudo, esse potencial contido em situações conflituosas não se revela em qualquer contexto, exige de certas condições para se desenvolver. Considerando que os conflitos socioambientais

dizem respeito não somente a disputas materiais, mas também a disputas de ordem simbólica, a compreensão e a mediação de situações conflituosas pressupõem clareza na busca de compreensão dos sistemas de valor, das crenças, das atitudes e das práticas dos diferentes grupos sociais envolvidos. (VIVACQUA, 2012, p. 50).

Assim, atentando-se que a separação entre “o concreto e o abstrato” induz a análises reducionistas dos conflitos socioambientais - os quais são naturalmente complexos -, a perspectiva de análise desta pesquisa é aquela que congrega as abordagens construtivista e realista da questão socioambiental, enaltecendo que os problemas socioambientais são problemas dinamicamente implícitos e explícitos e que, portanto, requerem estratégias de análise que visem simultaneamente apreender as representações/percepções dos atores sociais envolvidos na situação estudada e elucidar os condicionantes estruturais que marcam o acirramento da crise planetária do meio ambiente e do desenvolvimento. O quadro 1 na sequência procura ilustrar uma síntese do enfoque analítico aqui adotado:

Quadro 1: Síntese do enfoque analítico

Conceito-chave	Dimensões	Conceitos secundários	Variáveis-chave
Conflito socioambiental urbano	<i>Objetivista</i> Condicionantes estruturais (crise do meio ambiente e do desenvolvimento)	Injustiça ambiental e ecológica	i) Segregação urbana e vulnerabilidade socioambiental ii) Desníveis de poder (desigualdade ambiental)
	<i>Subjetivista</i> Choque de percepções entre atores e/ou grupos sociais envolvidos no conflito	Percepções/representações sociais	i) Discursos divergentes e convergentes

Fonte: elaboração própria

1.3 QUESTÕES NORTEADORAS

Algumas questões nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, merecendo, portanto, destaque:

(I) Quais os condicionantes estruturais que marcaram a emergência do conflito socioambiental urbano identificado na Vila do Arvoredo?

(II) Quais têm sido os impactos e riscos socioambientais dessa ocupação?

(III) Que embates e alianças vêm ocorrendo em torno do processo de ocupação/desocupação da área?

(IV) Quem são os principais atores envolvidos nesse conflito, quais seus modos de atuação e como interagem entre si?

(V) Quais os diferentes discursos auferidos pelos atores envolvidos acerca da problemática em questão?

(VI) Por que apesar dos avanços substanciais no que se refere aos arranjos institucionais relacionados à problemática ressaltada por este estudo, o caso em questão segue permeado por situações conflitivas diversas, muitas vezes não negociadas?

1.4 OBJETIVOS

O **objetivo geral** que envolveu a construção desta pesquisa foi apresentar uma análise do conflito socioambiental urbano que vem permeando os processos de ocupação e desocupação da Área de Preservação Permanente (APP) relativa à parte do ecossistema de dunas do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, em Florianópolis, SC, pela comunidade Vila do Arvoredo, a partir da compreensão do contexto estrutural no qual o caso se insere, bem como dos discursos, embates e alianças que abrangem as relações entre os atores sociais envolvidos.

Dentre os **objetivos específicos**, destacam-se: (i) discutir os arranjos institucionais que envolvem a problemática socioambiental urbana, principalmente no que concerne aos assentamentos populares, irregulares e precários, em APP urbanas no Brasil; (ii) refletir sobre a trajetória de desenvolvimento urbano de Santa Catarina, com ênfase no município de Florianópolis, focando nas questões que interconectam o direito à moradia digna à preservação ecológica; e (iii) compreender e analisar o surgimento e a evolução do conflito em pauta na Vila do Arvoredo, analisando quem são seus atores sociais, suas percepções diferenciadas, suas alianças e embates no interior desse conflito.

1.5 JUSTIFICATIVA

A importância desta pesquisa reside, em primeiro lugar, na busca por contribuir com as reflexões que se voltam para a magnitude com que se colocam os problemas socioambientais provenientes do modelo hegemônico de urbanização, partindo da premissa de que a questão socioambiental urbana figura como um dos pontos nevrálgicos da crise do meio ambiente vigente.

O processo altamente acelerado de urbanização em curso na atualidade, mais explicitamente visível nos países do chamado “terceiro mundo”, vem sendo objeto de inúmeros estudos que relacionam a questão urbana com a questão relativa à degradação do meio ambiente bio-geo-físico. A necessidade de construção de olhares mais sistêmicos em relação aos problemas vivenciados nas cidades, aqui com foco sobre os decorrentes da ocupação de áreas ecologicamente protegidas pela legislação vigente por famílias empobrecidas, reintera a importância deste estudo.

Partindo do pressuposto de que esse modelo tem gerado passivos socioambientais que são desigualmente distribuídos entre os diferentes grupos sociais, este estudo analisou um caso particular de ocupação por famílias predominantemente vulneráveis em termos socioeconômicos e ambientais de uma Área de Preservação Permanente (APP) no município do Florianópolis, por meio do enfoque de conflitos socioambientais urbanos. Sem perder de vista a amplitude da problemática socioambiental, levando-se em conta seu caráter globalizado, a análise de um caso específico pode vir a contribuir para uma compreensão mais aproximada do fenômeno, visto que é principalmente na esfera local que as negociações mais imediatas sobre os problemas socioambientais locais têm ocorrido.

Em relação ao caso específico da Comunidade Vila do Arvoredo, a partir da identificação de uma quantidade significativa de trabalhos que, através de diferentes perspectivas, evidencia a urgência de soluções para a problemática vigente na área, a ideia neste estudo foi aprofundar variáveis psicossociológicas que permeiam as ações dos diferentes grupos de atores sociais envolvidos. Através da análise das negociações sobre a desocupação e o reassentamento das famílias, buscou-se perceber de que maneira vêm sendo equacionadas as questões socioambientais por parte dos agentes envolvidos. Partindo de uma concepção teórica mais ampla, que procura adotar uma perspectiva de análise de conflito socioambiental urbano favorável às dimensões sociopolítica e construtivista, esta pesquisa se justifica por buscar

operacionalizar uma visão mais complexa da problemática em pauta, uma vez que se considera que tal problemática é essencialmente sistêmica.

Outra importância deste estudo reside na possibilidade de “dar voz” aos sujeitos pesquisados, os quais muitas vezes têm sido silenciados pela reprodução constantes de processos marcados por injustiças sociais, ambientais e ecológicas.

1.6 METODOLOGIA

A complexidade surge como dificuldade, como incerteza e não como uma clareza e como resposta. (MORIN E KERN, 1995, p. 89).

Esta seção é reservada à apresentação dos arcabouços metodológicos utilizados ao longo deste estudo para que os objetivos propostos no projeto de pesquisa inicial pudessem ser alcançados. A construção deste estudo contou com minha participação no Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD), o qual pode ser identificado como:

um espaço de promoção de atividades integradas de pesquisa-ação, formação, extensão, networking e editoração, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC) e à Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (APED). (NMD, 2013).

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito o NMD têm buscado uma reflexão permanente sobre os fundamentos epistemológicos, éticos, teórico e metodológico da pesquisa socioambiental no País, considerada como nova área de conhecimento inter e transdisciplinar. (NMD, 2013).

Nessa perspectiva, esta pesquisa incorporou em sua estrutura a consideração de que os problemas socioambientais são problemas inerentemente complexos, que envolvem o meio físico-químico e biológico com as esferas da produção, tecnologia, organização social, economia, entre outras; e que, portanto, demandam para sua

compreensão um esforço de pesquisa inter e transdisciplinar ancorado no paradigma sistêmico¹¹. (GARCÍA, 1994).

Entretanto, empreender uma pesquisa dessa natureza não teria sido viável no âmbito deste estudo, pois como salienta García (1994), pesquisas inter e transdisciplinares somente podem ser resultados de esforços coletivos, em que grupos de pesquisadores compartilham marcos epistemológico, conceitual e metodológico comuns. Contudo, reconheceu-se aqui a importância de considerar as inter-relações dinâmicas que permeiam as distintas esferas (social, ambiental, política, econômica, cultural, entre outras) que conformam o caso em pauta. Outro aspecto essencial dessa abordagem sistêmica interiorizado por este estudo relaciona-se à premissa de que para se estudar o conflito pertinente à comunidade Vila do Arvoredo é necessário compreendê-lo como um recorte da “realidade” complexa do qual faz parte. Assim, sendo, é preciso que se empreenda sua contextualização, ou seja, sua ligação com fenômenos dispostos em outras escalas de abrangência.

O processo de coleta e análise de dados desta pesquisa ocorreu entre os meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2014. É possível dividir esse processo em duas partes, que, de forma geral, se deram concomitantemente: (i) aquela referente à coleta e análise de dados secundários (planos, projetos, legislações, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC), artigos, reportagens de jornais, gravações de reuniões, documentos formais, materiais informais etc.) relacionados especificamente à problemática objeto deste estudo e; (ii) aquela voltada para a coleta e análise de dados primários - entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais envolvidos

¹¹ De acordo com Vieira (2010), o enfoque sistêmico absorve, num patamar superior de integração, as inovações introduzidas por outros enfoques epistemológicos. Da *tradição hermenêutica*, o sistemismo resgata a necessidade de incluir a pesquisa de representações sociais como um dos pilares de uma teoria geral dos sistemas socioambientais. Da *tradição histórico-dialética*, o enfoque sistêmico absorve o interesse pela elucidação dos condicionantes e das implicações sociais da atividade científica, compartilhando, além disso, a preocupação pela análise da dinâmica conflitiva que caracteriza os modos de apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural da humanidade. Da *tradição neo-positivista*, o sistemismo valoriza a preocupação pela análise estrutural das teorias científicas, e do *racionalismo crítico* o cultivo de uma imagem criticista-falibilista do conhecimento científico.

direta e indiretamente no conflito em pauta, as quais foram transcritas por mim¹²; e somadas a observações de campo.

Parte de todo esse material textual apreendido no processo de coleta de dados foi analisada tendo como inspiração a abordagem de análise de discursos. Como salienta Gill (2007), não há uma única teoria de análise de discursos, entretanto, todas elas compartilham uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir e descrever o mundo. Em linhas gerais há alguns pressupostos que envolvem as distintas formas de análise:

- 1) A postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica.
- 2) O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são históricas e culturalmente específicas e relativas.
- 3) A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais.
- 4) O compromisso de explorar as maneiras com que os conhecimentos - a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas - estão ligados a ações/práticas. (BURR *apud* GILL, 2007. p. 245).

Mais especificamente, as análises empreendidas por esta pesquisa levaram em conta a vertente da Análise de Discurso Crítica (ADC), a qual corresponde a uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas, que visa a desconstruir ideologicamente textos que integram práticas sociais -

¹² Optei por não transcrever as entrevistas na íntegra, pois por as mesmas possuírem um escopo abrangente, muitas vezes levaram os entrevistados a tratar de assuntos não tão relevantes para a análise específica do conflito em pauta. Contudo, parto do princípio de que a entrevista deve ser valorizada em sua totalidade, e então, vale a pena reforçar que todos os assuntos (mesmo os que não foram aproveitados diretamente na pesquisa) correspondem a partes indissociáveis das entrevistas, contribuindo, assim, para a possibilidade de utilização de determinados trechos considerados mais importantes para a análise.

mostrando conexões e causas que estejam ocultas – podendo, assim, intervir de alguma forma na sociedade, desvelando relações de dominação e proporcionando possibilidades de intervenção social para produção de mudanças que favoreçam indivíduos ou grupos em situação de desvantagem. (RESENDE; RAMALHO, 2011). Algumas ferramentas no âmbito dessa abordagem foram utilizadas nesta pesquisa para se compreender alguns discursos produzidos por determinados sujeitos sociais relacionados ao caso. Ao longo do próprio discurso ressaltado, explicações sobre a análise estão dispostas. Contudo, encontram-se em anexo os quadros (1) a respeito do arcabouço de Thompson (1995) para análise de construções simbólicas ideológicas e (2) sobre as distintas formas de representação de atores sociais de Van Leeuwen (1997). Ambas as referências encontram-se em Resende e Ramalho (2011).

Cabe pontuar que em parte do período de coleta de dados primários desta pesquisa - de abril a julho de 2013 - eu estabeleci moradia na região de estudo, bastante próxima à comunidade Vila do Arvoredo. Além de uma maior facilidade para a realização das entrevistas com os moradores da comunidade, essa experiência possibilitou-me uma maior apreensão da dinâmica local e um contato maior com a realidade da área, por meio de incursões pelo bairro, bem como através de conversas informais com moradores da Região.

A fase preparatória para o início do trabalho de campo envolveu a familiarização, com pesquisas empíricas ocorridas em áreas consideradas de favelas. Kowarick (2009), por exemplo, orienta que a pesquisa em profundidade em áreas empobrecidas comporta riscos de segurança, diferentemente do que ocorreria até os anos 1980. Na visão do autor, não se entra mais em favelas sem a apresentação de uma liderança que conviva com os habitantes locais. Isto porque há receio por parte dos moradores de responderem a certas perguntas, sobretudo ligadas ao tema da violência.

Na entrevista que realizei com o cabo da Polícia Militar (PM) que atuou muitos anos na Vila Arvoredo, fui alertada a não andar por lá desacompanhada, o que criou, de certo modo, uma atmosfera de tensão em relação a minha ida à Vila, fazendo-me optar por realizar minha primeira incursão na área acompanhando uma assistente social da Secretaria Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS) e sua estagiária, quando as mesmas realizavam um trabalho de divulgação do

Cadastro Único (CU)¹³. Essa “primeira” visita¹⁴ possibilitou-me conhecer mais profundamente a configuração espacial da Vila, entrando em servidões que possivelmente desacompanhada eu não teria entrado, visto que algumas delas são tidas como “territórios do tráfico” (o que já me havia sido relatado anteriormente pelo cabo da PM e o que posteriormente uma moradora confirmou).

Contudo, vale a pena refletir que de fato há uma construção do lugar – da Vila do Arvoredo – por aqueles que lhe são externos (além do cabo da PM, outros moradores do entorno que me concederam depoimentos reinteraram), que extrapola a “realidade” apreendida por mim, sobretudo, a partir das percepções dos moradores locais. Seguramente foi possível identificar certo “movimento”, sobretudo de jovens possivelmente ligados ao narcotráfico¹⁵. Porém, em momento algum me senti coagida por passar entre eles, os quais no máximo me lançaram olhares de curiosidade.

A escolha dos entrevistados não se deu de forma aleatória, pois como salientou Kowarick (2009), o conhecimento de uma liderança local é fundamental para o trabalho de imersão no campo. Assim, a partir do contato com uma das lideranças comunitárias, foi possível identificar outros participantes para a pesquisa, os quais por sua vez também indicaram outros participantes. É preciso salientar que em

¹³ Cabe abrir esta nota para introduzir uma perspectiva que julgo muito interessante sobre o conceito de *lugar*, que certamente serve para compreender melhor os fatos que venho narrando sobre minhas expectativas em relação a minha ida a campo. O lugar (a Vila Arvoredo nesse caso) deve ser interpretado como um espaço dotado de significações e carga simbólica, ao qual se associam imagens, muitas vezes conflitantes entre si: lugar de “boa fama” ou de “má fama”, hospitaleiro ou perigoso, e assim por diante. O lugar, portanto, corresponde a um *espaço vivido* pelos que lá habitam ou frequentam cotidianamente. Porém (este é o ponto que quero chamar atenção), imagens de um determinado lugar também podem ser criadas de fora para dentro, ou com base em vivências mais limitadas, mais esporádicas, não cotidianas. “A imagem de lugar pode se modificar, sem que o espaço, em sua materialidade, tenha se modificado; e o inverso também é verdadeiro: alterações materiais podem não alterar a imagem de um lugar [...]” (SOUZA, 2013, p. 36).

¹⁴ Não posso esquecer-me de relatar que antes de iniciar o processo de idas a campo, eu já havia estado na Vila do Arvoredo. Porém, nessa primeira vez, através de contato telefônico com uma das lideranças comunitárias, marquei de encontrá-la na rua principal da Vila, tendo sido acompanhada por ela até sua casa, aonde pude colher dados para a parte exploratória da pesquisa.

¹⁵ Numa entrevista posterior com uma moradora da Vila pude confirmar que o local onde se encontravam esses jovens correspondia a uma “boca de fumo”.

decorrência disso, todos os entrevistados foram pessoas conhecidas das lideranças, entre elas amigos e parentes das mesmas, o que seguramente é um fator limitante para a pesquisa, podendo camuflar opiniões mais divergentes em relação ao conflito.

As histórias contadas a mim por alguns moradores da Vila são consideradas extremamente valiosas no sentido de representarem discursos particulares sobre trajetórias de vidas diversas, proporcionando elementos para uma análise, ainda que restrita, das distintas visões de mundo que perpassam a compreensão da situação conflitiva em destaque. Fora isso, como já exposto anteriormente, a possibilidade de “dar voz” aos sujeitos protagonistas da história em pauta faz parte dos pressupostos normativos desta pesquisa.

É importante destacar que tomei como base diferentes abordagens a fim de construir instrumentos de coleta de dados consonantes com o paradigma epistemológico defendido aqui. A partir da aceitação da necessidade de se buscar abordagens mais integrais - corolarias de um pensamento sistêmico-complexo, ao elaborar as entrevistas que seriam aplicadas aos moradores da Vila do Arvoredo, procurei me pautar em Dansereau (1999)¹⁶ e Boyden *et al.* (1981)¹⁷, o que me permitiu além de apreender as percepções acerca do conflito em questão, captar subjetividades ligadas à existência específica de indivíduos que vivem o conflito em suas experiências cotidianas. Tal existência é tida aqui como complexa, relacionada a aspectos biofísicos, político-sociais, culturais, ambientais, éticos, entre outros.

As entrevistas foram gravadas mediante autorização dos entrevistados. O roteiro estrutural das perguntas consta nos Apêndices (Apêndice A) da dissertação. Nem todas as perguntas foram

¹⁶ Esse autor desenvolveu o que chamou de “Bolo do Ambiente”, que se trata de uma ferramenta que permite saber como os habitantes e os usuários de um determinado bairro costumam satisfazer suas necessidades. As necessidades do indivíduo estão divididas em seis categorias: psicossociais, psicológicas, sociais, econômicas, políticas e éticas. A satisfação abarca um espectro com quatro gradações: privação, satisfação, saciação e excesso.

¹⁷ Esses autores desenvolveram um estudo na cidade Hong Kong, no âmbito da *ecologia humana sistêmica*, no qual trabalham através de conceitos como *ambiente total* e *experiência humana*. O primeiro se relaciona com o território de Hong Kong e tudo que nele está contido. O segundo se baseia na proposição de que a partir do *ambiente total*, existe um número enorme de seres humanos que experimenta cada qual seu próprio *ambiente pessoal*, o que, por sua vez, determina sua saúde e seu bem-estar - *estado biopsíquico*. Esses dois aspectos estão claramente inter-relacionados.

direcionadas a todos os moradores entrevistados da Vila do Arvoredo. O desenrolar de cada entrevista foi reestabelecendo o roteiro original, levando-me a pular certas perguntas ou acrescentar outras. Algumas questões do roteiro direcionado aos moradores foram satisfeitas apenas por meio de observações de campo, pois o intuito maior era apreender a dinâmica da comunidade como um todo. Ao total foram realizadas 19 entrevistas com 20 pessoas. Algumas entrevistas, por terem sido em profundidade, ocorreram em mais de um momento. Outras entrevistas abarcaram mais de uma pessoa. No quadro 2 encontram-se as entrevistas realizadas com os diferentes atores e suas respectivas datas, bem como as visitas realizadas a campo para observação.

É importante acrescentar que a todos os entrevistados foi apresentado o Termo de consentimento livre e esclarecido (encontra-se no Apêndice B), o qual apresenta além de outras informações, a garantia do sigilo dos dados pessoais dos entrevistados. Contudo, alguns moradores da Vila do Arvoredo, pelo seu histórico de luta – uns como lideranças comunitárias formais, outros não –, concederam-me entrevistas mais aprofundadas, que abarcaram partes de suas histórias de vida e de luta. Por conta disso, esses moradores concordaram em ter seus nomes publicados nesta pesquisa. Dessa forma, alguns nomes aparecem no quadro 2 e no decorrer do último capítulo dedicado ao estudo de caso.

Quadro 2: Quadro de entrevistas e observação de campo

Quadro de entrevistas e observações de campo	
Natureza da intervenção	Data
Visita ao entorno da Vila do Arvoredo (conversa informal com moradores da região)	13/05/2013
Visita ao entorno da Vila do Arvoredo (conversa informal com moradores da região)	23/05/2013
Entrevista com pescador morador da região	07/06/2013
Visita ao entorno da Vila do Arvoredo (conversa informal com moradores da região)	11/06/2013
Entrevista com Subtenente da Polícia Militar	11/06/2013
Visita à Vila acompanhando assistente social da SMHIS e estagiária da mesma	12/06/2013
Entrevista com Nivaldo (morador da Vila)	13/06/2013
Entrevista com Leni (moradora da Vila)	14/06/2013
Visita à Vila no final de semana	16/06/2013
2° Entrevista com Leni (moradora da Vila)	18/06/2013
Entrevistado 1 (morador da região, funcionário do setor	18/06/2013

turístico)	
Entrevista com Eurico e Eliane (moradores da Vila)	18/06/2013
Entrevistada 2 (moradora da região, funcionário do setor imobiliário)	25/06/2013
Entrevistada E (moradora da Vila)	01/07/2013
Entrevistados F e G (moradores da Vila)	01/07/2013
Entrevista com professor e pesquisador UFSC Dr. Lino Peres.	02/07/2013
Entrevista com Vanusa (moradora da Vila)	03/07/2013
Entrevistada I (moradora da Vila)	03/07/2013
Entrevistada J (moradora da Vila)	03/07/2013
2° Entrevista com Nivaldo (morador da Vila)	03/07/2013
Entrevistado 3 (ex-morador da Vila e morador atual da região)	04/07/2013
Entrevistado 4 (morador da região gestor do setor do turismo)	05/07/2013
Entrevista com servidora 1 da SMHSA	08/07/2013
Entrevista com servidora 2 da SMHSA	08/07/2013
Entrevista com técnico da FLORAM	17/12/2013

Fonte: elaboração própria

As transcrições das entrevistas seguiram a premissa de buscar ser o máximo fiel à linguagem dos entrevistados, entendendo-as como expressões importantes que caracterizam os contextos dos sujeitos da pesquisa. A transformação das entrevistas em textos contou com a utilização de alguns sinais como demonstra o quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Quadro com sinais utilizados nas transcrições

Categorias	Sinais	Descrição das categorias
Comentário da pesquisadora	[]	Usa-se essa marcação para apresentar um comentário da pesquisadora logo após a fala que se quer comentar
Indicação de eliminação de um trecho	[...]	Usa-se essa marcação para indicar um corte na fala do entrevistado.
Pausa	...	Usa-se essa marcação para indicar que o entrevistado fez uma pausa.
Entusiasmo	!	Usa-se para demonstrar ênfase por parte do entrevistado ao final de alguma fala
Interrupção de um segundo entrevistado	(())	Usa-se essa marcação para acrescentar uma fala de um segundo entrevistado na fala do outro.

Fonte: elaboração própria

***PARTE I - CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS URBANOS: A
TENSÃO ENTRE O DIREITO À MORADIA E À PROTEÇÃO
AMBIENTAL***

2 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Este capítulo corresponde à fundamentação teórica desta pesquisa, no qual são discutidas abordagens que têm permeado as reflexões sobre a problemática socioambiental urbana (dentro de uma visão ampliada), bem como perspectivas que vêm sendo utilizadas na análise de conflitos socioambientais, sobretudo, os que têm no espaço urbano seu *locus* de ocorrência.

O capítulo está dividido em três partes, iniciando pela discussão daquilo que é mais geral, indo, pouco a pouco, àquilo que é mais específico à temática desta pesquisa. Assim, neste primeiro subitem discuto a respeito do binômio meio ambiente e desenvolvimento, procurando situar o olhar com o qual a problemática socioambiental é enfocada aqui. Em seguida, há um subitem voltado à discussão da problemática socioambiental urbana, principalmente no que se refere à inter-relação entre a segregação urbana e a vulnerabilidade socioambiental. E por fim, adentro a discussão sobre conflitos socioambientais em meio urbanos, buscando trazer para a reflexão elementos anteriormente tratados a fim de elencar as principais categorias para a posterior análise empírica da pesquisa.

2.1 O DEBATE SOBRE O BINÔMIO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO

[...] trazemos no seio de nossa singularidade não somente toda a humanidade e toda a vida, mas também quase todo o cosmos, incluindo seu mistério que, sem dúvida, jaz no fundo da natureza humana. (MORIN, 2000, p. 51).

A temática fundamental que permeia este estudo relaciona-se ao fenômeno do desenvolvimento urbano e da urbanização e sua interface intrínseca com a problemática relativa ao meio ambiente. Sendo assim, julguei pertinente dar início a este capítulo por meio deste subitem, que pretende elucidar alguns conceitos importantes para esta pesquisa, ao construir um pano de fundo acerca do binômio meio ambiente e desenvolvimento.

Antes de iniciar a discussão sobre as correntes interpretativas do desenvolvimento e suas relações com o fenômeno da urbanização e do meio ambiente, vale a pena discutir acerca do próprio conceito de desenvolvimento, o que demanda levar em consideração a cristalização

de sua acepção como sinônimo de crescimento material ilimitado, na perspectiva de uma economização da Vida (em seu sentido mais amplo) frente a suas múltiplas possibilidades.

Nesse sentido, cabe observar que o projeto da chamada *era do desenvolvimento*, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, deu um novo significado ao termo desenvolvimento, criando um símbolo que desde então começou a ser usado para referir-se à hegemonia dos países centrais, especialmente, a dos Estados Unidos¹⁸. Assim, esse termo passou a ser sinônimo de sociedades avançadas, nos marcos da ideologia capitalista de base *etnocêntrica* (mais especificamente, eurocêntrica), *teleológica* (etapista, evolucionista, historicista) e *economicista* (ESTEVA, 2000; SOUZA, 2013), construindo-se sobre o avesso de sua própria imagem - o “subdesenvolvimento” ou a ausência de desenvolvimento. (LEVY; JOYAL, 2011).

O subdesenvolvimento, nesses termos, foi relacionado a dois terços dos povos do mundo cuja condição de vida julgada indigna supostamente demandaria ajuda externa. O modo de produção industrial - uma entre inúmeras formas de vida social - tornou-se, então, o principal ou até mesmo o único caminho para a evolução social. (ESTEVA, 2000). Assim,

[...] a história foi reformulada nos termos do Ocidente. [...] A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social (ESTEVA, 2000, p. 63).

Dessa perspectiva, o subdesenvolvimento, longe de ser a condição de atraso na corrida pelo crescimento econômico, é o aniquilamento dos potenciais próprios desses diferentes povos de alcançarem desenvolvimentos diversos, assim como são seus recursos ecológicos e suas culturas. (LEFF, 2009).

¹⁸ Apesar do tema do desenvolvimento ter tido uma enorme repercussão no pós-guerra, seus fundamentos e pressupostos datam o século XVIII, a partir do Iluminismo - como projeto técnico/científico inovador - e a partir da Revolução Industrial - como realização concreta e prática da vida material. São estes dois fenômenos que concretizam a ideia de emancipação do ser humano sobre os ciclos da natureza. (MOTA, 2001).

Todavia, é importante ressaltar, como discute Lander (2005), que a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política, por exemplo. Pelo contrário, trata-se de uma ideia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos, fruto tanto (i) das sucessivas *separações* ou *partições* do mundo “real”¹⁹, historicamente ocorridas na sociedade ocidental e das formas de se construir o conhecimento sobre as bases deste processo; como (ii) das maneiras de articulação dos saberes modernos com a organização do poder, especialmente as *relações coloniais/imperiais de poder* constitutivas do mundo moderno²⁰.

Como sugerem Morin e Kern (1995), além da ideologia democrático-capitalista ocidental, para a qual o progresso prometia bens e bem-estar terrestres, a fé moderna no desenvolvimento (da ciência, da técnica, da razão) também se constituiu como alicerce da ideologia comunista. De acordo com Dupuy (1980), essa última ideologia considerava que o capitalismo só poderia ser ultrapassado desde que, primeiro, houvesse triunfado totalmente. Assim, o comunismo só seria possível se, previamente, o capitalismo preenchesse a sua “missão civilizadora”, histórica, desenvolvendo as forças produtivas até a abundância.

A predominância durante um largo período de tempo dessa visão hegemônica de desenvolvimento não pode deixar de ser aliada, portanto, a essa longa história do pensamento e das múltiplas práticas de organização social alicerçada no Ocidente nos últimos séculos.

Souza (1996) problematiza que para as chamadas teorias da modernização e do crescimento, que tiveram seu apogeu na década de 1960, a urbanização era interpretada como altamente funcional e, portanto, positiva para a economia capitalista, dado que se entendia por desenvolvimento apenas aquilo que se relaciona com a esfera

¹⁹ A separação judaico-cristã entre Deus (o sagrado), o homem (o humano) e a natureza; a ruptura ontológica entre corpo e mente, entre a razão e o mundo, tal como formulada na obra de Descartes; a instauração da *modernidade* e a *organização colonial do mundo*; a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória numa grande narrativa universal.

²⁰ A dimensão colonial/imperial de conquista e/ou submissão de outros continentes e territórios por parte das potências europeias; a consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal.

econômica - modernização tecnológica combinada com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A superação da pobreza, para essa versão, dar-se-ia automaticamente através do crescimento econômico. Diversos tipos de problemas representavam falhas de mercado, passíveis de correção no contexto da sociedade capitalista²¹. Ou seja, não se admitia a necessidade de implementação de políticas de distribuição da riqueza e de combate a pobreza.

Contudo, a partir da década de 1970, especialmente nos países periféricos, começaram a se destacar diferentes críticas voltadas às teorias da modernização e do crescimento, fazendo surgir novos enfoques do desenvolvimento. Na América Latina, pode-se falar em duas principais correntes: a desenvolvimentista²² e a da dependência²³. (VIEIRA, 2009; GALLICHO, 2002). Além de intelectuais ligados à economia política marxista, outros setores também propuseram críticas às teorias da modernização, a exemplo do enfoque de “redistribuição com crescimento” do Banco Mundial e do enfoque da satisfação das necessidades básicas²⁴. (SOUZA, 1996, p. 08).

²¹ Seja através de realocização de empresas, para fugir às “deseconomias de aglomeração” (congestionamentos, poluição etc.), seja através de mais repressão policial, para diminuir os níveis de violência urbana. (SOUZA, 1996).

²² O enfoque desenvolvimentista, impulsionado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), negava a importância do comércio internacional como produtor de oportunidades iguais, trazendo à discussão fatores institucionais e estruturais para além do mercado e insistindo, portanto, na tomada de medidas políticas para permitir que a racionalidade técnica trouxesse progresso para as nações e os estratos sociais mais prejudicados. (GALLICHO, 2002).

²³ A teoria da dependência, fundamentada principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, na década de 1970, tinha como premissa a noção de que a dependência se expressava na articulação dos interesses do capitalismo nacional com o resto do sistema capitalista. Considerava-se o processo de urbanização como resultante de um tipo particular de desenvolvimento econômico - o capitalista, mas dependente - com efeitos diretos sobre o desenvolvimento urbano. O Estado era visto como central para a industrialização e a urbanização ao se unir ao capital e às elites no processo de acumulação de capital e distribuição geográfica da mão de obra. (VALLADARES; COELHO, 1996).

²⁴ Para esta perspectiva, se o crescimento e a modernização não forem acompanhados pela distribuição da riqueza socialmente produzida e pelo atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito.

O que se tem, portanto, é a substituição da versão economicista do desenvolvimento por uma versão mais *social* do mesmo, que, entretanto, não é avessa ao modelo civilizatório capitalista. Para essa versão, a urbanização pode representar um fator de queda na qualidade de vida das populações urbanas e de instabilidade sociopolítica a partir do momento em que os problemas gerados assumem uma proporção muito acentuada. Porém, bastam reformas profundas para que o sistema urbano possa desenvolver-se mais harmonicamente.

Já para uma terceira linha interpretativa, a da crítica radical ao modelo civilizatório capitalista, a neutralidade do espaço e da tecnologia é subitamente posta em xeque, uma vez que tais categorias se inserem no processo de reprodução da economia e das relações sociais capitalistas, tendo, portanto, suas próprias materialidades modeladas pelos interesses ligados à alienação, à exploração e ao imperativo do crescimento econômico a qualquer custo. (SOUZA, 1996).

Os aspectos negativos da urbanização capitalista, para essa versão, pesam muitíssimo mais do que seus pontos positivos. A pobreza e a segregação socioespacial tornam o acesso às benesses urbanas extremamente diferenciado conforme as classes e os grupos sociais;

o ritmo frenético, a atomização, a poluição e outros subprodutos da urbanização criam problemas de saúde física e mental, individual e coletiva - estresse, neurose urbana, cefaleia, etc.; a medicina moderna, tida como capaz de minorar tais problemas, insere-se num quadro de mercantilização da saúde e de abuso de ferramentas da civilização (produtos químicos, tratamento radioterápico) para combater doenças que essa mesma civilização estimula. (SOUZA, 1996).

Seguramente no bojo dessa concepção, a concretização de alternativas radicais ao modelo civilizatório capitalista no curto e médio prazo tem pouquíssimas chances de ocorrer, dada a necessidade de construção de um contexto social substancialmente novo (SOUZA, 1996), de uma mudança cognitiva no âmbito da e por meio da inovação cultural. (FONTAN; VIEIRA, 2011, p. 21).

Entretanto, isso não deve impedir que as margens de manobra existentes, na esfera do próprio modelo de desenvolvimento hegemônico, sejam aproveitadas, haja visto o potencial das mesmas de

abrirem caminhos para que futuras experiências mais avançadas (em termos de radicalidade) possam alvorecer.

Não obstante, para esta pesquisa, uma questão essencial que se soma a esta discussão acima, e que seguramente corresponde ao ponto crucial da reflexão teórica aqui proposta, é a introdução da dimensão ecológica na linha de reflexão sobre alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Essa introdução, que fique bem claro, não corresponde a simples justaposição de mais uma dimensão àquelas pré-existentes (a econômica, a social, a cultural, por exemplo), diz respeito, fundamentalmente, a inserção do paradigma sistêmico-complexo na pauta de debate, despertando para uma visão mais aprofundada das interdependências intrínsecas aos múltiplos aspectos que conformam a Vida.

Tal paradigma exige novas formas de se entender e formular problemas. Requer que se aceite os limites do conhecimento e se reconheça aquilo que é incalculável e imensurável. Dito de outra maneira, o paradigma sistêmico-complexo assume a complexidade inerente às realidades e, portanto, não proporciona certezas, pelo contrário, revela as incertezas das próprias estruturas do conhecimento humano. (MORIN; KERN, 1995)²⁵. Assim, “conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza” (MORIN, 2000, p. 59).

Da mesma forma, esse paradigma proclama por um pensamento ecologizado, alicerçado em uma concepção *auto-eco-organizadora*, que valoriza as múltiplas inter-relações, íntimas e profundas, de todo e qualquer sistema vivo, humano e social a seu ambiente. Além disso, o paradigma sistêmico-complexo concebe a necessidade de se compreender “o caráter hologramático que faz com que não somente a parte - o indivíduo, a nação - se encontre no todo - o planeta -, mas também que o todo se encontre no interior da parte” (MORIN; KERN, 1995, p. 168).

[...] há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu

²⁵ Os autores falam do *principio da ecologia da ação*, afirmando que “uma ação começa a escapar à intenção (à ideia) dos que a desencadearam assim que ela entra no jogo das inter-retro-ações do meio onde intervém.” (p. 135).

contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. (MORIN, 2000, p. 38).

Ainda que os seres humanos sejam uma ínfima parte do cosmos - que tenham surgido marginalmente no mundo dos animais -, no âmbito do paradigma em pauta, é preciso situá-los neste universo, pois carregamos simultaneamente dentro de nós o cósmico, o físico, o biológico, o psíquico, o cultural e o histórico. “A Terra é a totalidade complexa físico-biológica-antropológica, onde a vida é uma emergência da história da Terra, e o homem, uma emergência da história da vida terrestre” (MORIN, 2000, p. 40).

O componente normativo aqui interiorizado - indispensável a uma tentativa de se fazer ciência comprometida com a transformação socioambiental - volta-se a uma *ética de reverência pela vida*, a qual questiona profundamente a ideia humana de domínio sobre a natureza e expande a percepção ambiental sob uma perspectiva holística (VIEIRA *et al.* 2005), reconhecendo que “habitamos uma biosfera em evolução, um mundo regido pela lei da entropia, composto de ecossistemas frágeis e de “recursos” esgotáveis.” (FONTAN; VIEIRA, 2011).

Assim sendo, ao introduzir a dimensão ecológica, o que se espera é ampliar a reflexão sobre o binômio meio ambiente e desenvolvimento como as duas faces de uma mesma moeda (SACHS, 1993), numa perspectiva que advoga a internalização do ser humano na dinâmica ecossistêmica de forma integrada, enfatizando suas percepções, aspirações, necessidades e atividades. (GALLOPÍN, 1986).

Fala-se, assim, em *sistemas socioambientais* como aqueles que, para além da obediência a leis naturais, sujeitam-se também a leis ditadas pelas múltiplas expressões de necessidades e aspirações humanas. (VIEIRA, 1995). Dessa forma, esses sistemas podem ser considerados extremamente complexos, visto que possuem tanto componentes objetivos (elementos físico-químicos e biológicos), como componentes que dependem da valoração que se dá a eles. (GALLOPÍN, 1986). Em resumo, pode-se afirmar que os sistemas socioambientais englobam três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos (LITTLE, 2001).

Para a linha de argumentação desta pesquisa, como refletem Vieira *et al.* (2005), as relações entre sociedade e natureza deixam de

ser tomadas como categorias compartimentadas e separadas do universo dos valores, das normas, da criação institucional e dos espaços de tomada de decisão política. A natureza deixa, portanto, de ser assumida como algo meramente objetivo, “cujas leis são livres das paixões, ideologias e subjetividades.” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 95).

O campo da *ecologia política*, o qual incorpora profundamente a influência significativa das forças políticas, sociais e econômicas no estudo das transformações socioambientais (GOMEZ, 2006), abre possibilidades interessantes para este estudo. A compreensão da degradação dos sistemas socioambientais combina a análise das inter-relações que as sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos e construídos com o exame das relações sociopolíticas, sobretudo no que tange as estruturas de poder. (LITTLE, 2006; LASCHEFSKI; COSTA, 2008). Contudo, a análise das representações sociais dos sistemas socioambientais é também um passo indispensável, dado que as diversas concepções de natureza não são neutras e, por assim serem, repercutem em diferentes práticas sociais.

A ecologia política como campo de pesquisa emerge das primeiras reflexões sociopolíticas planetárias sobre a crise do meio ambiente que ganharam destaque a partir do final dos anos 1960²⁶. Essa construção do que se pode chamar de uma problemática socioambiental contemporânea de alcance global não ocorreu de forma linear e homogênea, pelo contrário: sua trajetória percorreu caminhos sinuosos, cheios de obstáculos e superações. Porém, um ponto de partida comum às primeiras constatações emergentes foi uma relativa tomada de posição de que as raízes dos problemas ambientais estavam ligadas ao estilo de desenvolvimento tecnológico e econômico hegemônico. Na visão de Little (2006), a introdução da economia política dentro do paradigma ecológico teve o impacto singular de colocar à vista os choques entre sistemas produtivos, detalhando melhor os vínculos entre as mudanças econômicas e a crise ambiental.

Dessa perspectiva, muitas análises passaram a recair sobre a premissa de que “as modalidades de desenvolvimento predominantes nas sociedades de corte liberal ou estadista [...] não estariam favorecendo uma internalização efetiva das várias dimensões do “meio ambiente” no contexto das políticas públicas”. Nesse sentido, os olhares se voltaram aos impactos ecológicos das ações humanas, ou seja, às

²⁶ Vale destacar que a ecologia política é uma entre as diversas abordagens elaboradas em distintas disciplinas acadêmicas que se esforçam para recuperar a imbricação entre natureza e cultura. (LASCHEFSKI; COSTA, 2008).

estratégias usuais de gestão das relações homem-natureza (GODARD, 1997; VIEIRA; WEBER, 2000, p. 18).

Ao longo de mais de 50 anos, desde as primeiras discussões político-institucionais acerca da existência de uma crise de envergadura global, diversas matrizes discursivas surgiram, procurando interpretar e propor alternativas para as tensões envolvendo o binômio meio ambiente-desenvolvimento. Como exemplo, pode-se citar o Clube de Roma, de 1968, que em seus documentos propôs *limites para o crescimento*; a gênese do conceito de *ecodesenvolvimento* e o primeiro grande encontro mundial sobre a temática do meio ambiente - a Conferência de Estocolmo, em 1972; a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, no qual se trabalhou o conceito de *desenvolvimento sustentável*²⁷; a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro - a Rio 92; a recente Rio + 20; entre outras tantas iniciativas.

Dentre os termos criados nesse percurso, o conceito de *ecodesenvolvimento* aflorou como uma grande leitura crítica do processo civilizatório das sociedades ocidentais, contrapondo-se às enormes injustiças sociais deflagradas tanto nas sociedades centrais como nas periféricas, à distribuição desigual dos bens ambientais coletivos, à imposição da cultura hegemônica em quase todos os cantos do globo, à degradação massiva dos ecossistemas planetários; conforme sugere Vieira *et al.* (2011).

Vieira (2001, p. 54) ressalta que o termo *ecodesenvolvimento* indica, primeiramente:

um ‘estilo de desenvolvimento’ aplicável a projetos localizados não só a áreas rurais, mas também urbanas, oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente incorporada pelos países pobres, orientado prioritariamente pela satisfação das necessidades básicas e pela promoção da autonomia (*self reliance*) das populações envolvidas no processo. [...] Num segundo momento, o conceito de *ecodesenvolvimento* designa também um enfoque de planejamento participativo de estratégias

²⁷ Entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades.

plurais de intervenção, adaptadas a contextos culturais e ambientais específicos.

A perda gradativa de visibilidade pela qual passou o ecodesenvolvimento deve-se, sobretudo, a profunda radicalidade de seus instrumentos de gestão, “difícilmente passíveis de compra e venda no mercado”. Em contraposição, o termo *desenvolvimento sustentável*, “reduzidor e diluidor de complexidade”, roubou a cena, disseminando-se “em escala global, pelo menos nos discursos oficiais, no bojo de uma dinâmica de mundialização norteada pela ideologia economicista” (VIEIRA *et al.* 2011, p. 254).

Muitas considerações têm sido direcionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Fala-se da sua tentativa de conciliar o modelo civilizatório capitalista com as restrições impostas pelas evidências da degradação dos ecossistemas planetários. Antes mesmo do surgimento desse conceito diversas críticas foram remetidas à apropriação da temática do meio ambiente pelo sistema capitalista. Passados apenas dois anos da Conferência de Estocolmo, André Gorz já alertava a respeito do aprisionamento da questão ecológica pelo modo de produção capitalista e pelas estruturas burocráticas do Estado, tendo em vista a força e a astúcia desse modelo em integrar as mais diversas restrições. (GORZ, 1974). Assim, como discorre Dupuy (1980, p. 16), “a ecologia do capitalismo é a integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista”.

Há, contemporaneamente, uma aceitação bastante ampla de que o cerne da problemática socioambiental encontra-se no desperdício de matéria e energia. Com isso, as esferas do mercado e do Estado têm promulgado ações no âmbito da chamada *modernização ecológica*²⁸, destinadas, em sua essência, a promover ganhos de eficiência e a ativar mercados. Dessa forma, procura-se superar a crise identificada sem abandonar o padrão de modernização e sem alterar o modo de produção capitalista. (ACSELRAD, 2002). Há, nesse sentido, uma expansão do chamado *marketing ambiental* (selos como o ISO 14000, investimentos na conservação do meio natural e a promoção de tecnologias que levem em conta a questão ambiental) como forma de aumentar o lucro

²⁸ De maneira geral, a modernização ecológica pode ser definida como o discurso que reconhece o caráter estrutural da problemática ambiental, mas ainda assim assume que as instituições políticas, econômicas e sociais existentes podem enfrentar os problemas do meio ambiente. (HAJER, 2005, p. 25 *apud* BRIANEZI; SORRENTINO, 2012).

econômico através da construção de uma imagem “politicamente correta” por parte de empresas. (FONSECA; BURSZTYN, 2007).

Paralelamente àquelas (e outras) iniciativas oficiais supracitadas, sabe-se que ao redor do mundo se fizeram presentes inúmeras lutas de cunho popular [surgidas desde as bases], demonstrando que os países periféricos e especialmente os grupos e pessoas consideradas pobres nesses países muitas vezes agem como ecologistas ou ambientalistas, o que Martínez Alier (1997; 2009) chamou de *ecologismo dos pobres*. Vale observar que as origens e expressões dessas lutas diferem sobremaneira do ambientalismo “pós-materialista”²⁹ (GUHA, 1994), bem como do *culto ao silvestre* e do *evangelho da ecoeficiência*³⁰. (MARTÍNEZ ALIER, 2009).

Um caso emblemático que reflete o quadro acima delineado e que a literatura sobre movimentos sociais brasileiros já vem refletindo há bastante tempo diz respeito ao Movimento dos Seringueiros, iniciado em 1974, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia (AC), por Chico Mendes. Cabe afirmar que esse movimento conjugou, pela primeira vez na história do País, a questão social com a ambiental (CUNHA; ECHIMANSKI; FERREIRA, 2010), figurando como “o símbolo da possibilidade do surgimento de um discurso ecológico dos pobres no Brasil [...]” (PÁDUA, 1980 *apud* SCHERER-WARREN, 1996, p. 107).

É preciso ponderar que não são apenas nos países periféricos que lutas de base dessa natureza tiveram e continuam tendo lugar. Os Estados Unidos foram o país de onde emergiu o movimento por justiça ambiental, oficialmente na década de 1980, ainda que indícios dessa discussão já existissem desde os anos 1960. Configurando-se como um movimento organizado contra o *racismo ambiental*³¹ (MARTÍNEZ

²⁹ Ambientalista atribuído, exclusivamente, a pessoas abastadas, com suas necessidades básicas de moradia, alimentação e vestimentas já satisfeitas. (GUHA, 1994).

³⁰ Para Martínez Alier (2009), o “culto ao silvestre” refere-se ao ambientalismo de corte estritamente preservacionista, que se posiciona em defesa da natureza intocada, visando preservar e manter o que resta da natureza original, sem, contudo, questionar o crescimento econômico. O “evangelho da ecoeficiência” propõe a ênfase no uso sustentável e eficiente dos recursos naturais por meio das soluções tecnológicas.

³¹ A justiça ambiental se desenvolveu a partir de alguns conceitos, dentre eles, o *racismo ambiental* e a *desigualdade ambiental*. *Racismo ambiental* é o termo utilizado na literatura para descrever os efeitos desproporcionais da poluição ambiental junto às minorias raciais. *Desigualdade ambiental* é um conceito que

ALIER, 2009; HOLIFIELD, *et al.*, 2009; ACSELRAD, *et al.*, 2009; SZE; LONDON, 2008; SCHLOSBERG, 2004), seus questionamentos giravam em torno da “distribuição desproporcional de resíduos tóxicos junto às comunidades latinas ou afro-americanas em situações urbano-industriais, no interior dos Estados Unidos.” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 230).

Oficialmente, o caso que deu início ao Movimento ocorreu em 1982, em Afton, Condado de Warren, na Carolina do Norte, localidade escolhida para instalação de um depósito para resíduos de policlorobifenilos, o PCB. Lá, 60% da população local era formada por afro-americanos³², cuja maioria vivia em condições de extrema pobreza. Embora a mobilização não tenha triunfado (o depósito foi instalado), a luta local tomou proporção nacional. (MARTÍNEZ ALIER, 2009).

A partir de lutas de base contra iniquidades ambientais em nível local, similares à de Afton, o Movimento elevou a “justiça ambiental” à condição de questão central na luta pelos direitos civis. Ao mesmo tempo, ele introduziu a incorporação da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista tradicional. (ACSELRAD *et al.*, 2009, p. 19).

Com o passar dos anos, o Movimento foi consolidando-se como uma rede multicultural, multirracial e multirregional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas, intelectuais. A crescente globalização da economia propulsora da degradação socioambiental sofrida por muitos povos também foi sendo assinalada como nova pauta de reivindicação do movimento nos Estados Unidos e em outros países do mundo. (ACSELRAD, *et al.*, 2009; MARTÍNEZ ALIER, 2009).

emerge mais recentemente trazendo alguns fatores adicionais de discussão sobre os impactos desproporcionais tais como: classe, gênero, imigração e a interconexão entre esses fatores (ACSELRAD, *et al.*, 2009).

³² Segundo Martínez Alier (2009) há controvérsias entre os analistas do movimento sobre a ênfase no discurso acerca do racismo ambiental. Enquanto que para uns, o elemento racial é fundamental para a gênese do movimento nos Estados Unidos, para outros, o fato que caracterizou o início da luta é o caso de um local chamado Love Canal, onde o descarte de PCB causou impactos gigantescos na saúde humana e no meio ambiente, embora a população local não fosse composta por afro-descendentes.

O *campo* da justiça ambiental pode ser entendido como uma práxis social, que emerge da encruzilhada entre movimentos sociais, pesquisa científica e políticas públicas. Holifield *et al.* (2009) e Sze e London (2008) apontam que muitos pesquisadores vêm situando seu trabalho num espectro amplo de debates interdisciplinares e utilizando uma maior diversidade de metodologias na investigação do conteúdo político das preocupações socioambientais.

Nesse sentido, diferentes abordagens teóricas críticas começam a situar a produção de injustiças em relação aos processos sociais e político-econômicos. Uma delas é a Ecologia Política Urbana (EPU), que surge como um quadro para a teorização e análise do capitalismo como principal motor de transformações socioambientais. (SWYNGEDOUW E HEYNEN, 2003; SWYNGEDOUW, 2010). Outra orientação importante e nova é o surgimento de uma investigação mais aprofundada, e teoricamente mais sofisticada, do racismo na produção de injustiças ambientais³³. Da mesma forma, o campo da justiça ambiental também começa a investigar espaços de injustiça ambiental gerados pela dinâmica histórica e geográfica do colonialismo e da opressão aos povos tradicionais.

Por fim, mas não menos importante, constata-se que vem crescendo o número de pesquisas que apontam no sentido de um reconhecimento ascendente de que as injustiças ambientais não se referem apenas à distribuição de riscos dentro de localidades específicas, mas que políticas e práticas de espaços específicos podem ter consequências que ultrapassam fronteiras artificialmente delimitadas, chegando a alcançar redes globais³⁴ (HOLIFIELD, *et al.*, 2009).

Schlosberg (2004; 2009) contribuiu para ampliar a discussão sobre o significado do termo “justiça” no conceito de justiça ambiental, a partir dos debates contemporâneos sobre reconhecimento, redistribuição e participação, advogando que a diversidade de

³³ Estas pesquisas estão se movendo muito além de interpretações das injustiças ambientais como produtos de atos discriminatórios intencionais e isolados. Em contraste, elas teorizam sobre a disseminação de injustiças ambientais como fruto da institucionalização de valores culturais, e suas atitudes e crenças subsequentes.

³⁴ Para Martinez-Alier (2003 *apud* HOLIFIELD, *et al.*, 2009), por exemplo, essas tensões são facilmente visíveis em lugares como Barcelona, onde as políticas de promoção da sustentabilidade urbana simplesmente deslocam os problemas ambientais e as injustiças para a escala regional.

experiências (locais, regionais, nacionais e globais³⁵) e os múltiplos atores e grupos sociais envolvidos nas lutas socioambientais existentes exigem que se ultrapasse a concepção simplista desse conceito como somente relacionado às iniquidades na distribuição das externalidades ambientais negativas. Também para o autor, processos estruturais e contextuais que impedem a participação genuína das populações em procedimentos de criação, gestão e avaliação de políticas governamentais configuram-se como situações de injustiças ambientais.

Martínez Alier (2009) afirma que nos campos da ética e da filosofia a terminologia justiça ambiental também tem sido incorporada pela reflexão que discute normas para atribuição de benefícios e cargas ambientais entre seres humanos e outros seres vivos, bem como pela discussão que argumenta a extensão dos princípios de justiça de John Rawls às futuras gerações humanas e a atribuição de direitos aos animais³⁶.

Todavia, tem-se utilizado mais abundantemente a terminologia *justiça ecológica* para abarcar esse debate supracitado, sobretudo, quando se quer contrapor o viés antropocêntrico conferido à justiça ambiental, por se considerar que a mesma não admite o valor intrínseco da natureza. A partir da justiça ecológica, amplia-se a reflexão e passa-se a atribuir as injustiças não somente à espécie humana, mas concomitantemente aos outros seres vivos, aos processos ecossistêmicos e às futuras gerações humanas e não humanas. (RAMMÊ, 2012; HOLIFIELD, *et al.*, 2009; BYRNE, *et al.*, 2002; OST, 1995). Há quem afirme, no entanto, que o viés *biocêntrico* da justiça ecológica termina por fazê-la colocar em segundo plano questões levantadas pelo movimento por justiça ambiental (SCHLOSBERG, 2004).

Ost (1995) considera que esse viés, no âmbito da chamada *ecologia profunda* (*deep ecology*), ao fazer a crítica radical ao

³⁵ O autor identifica em movimentos recentes contra instituições da nova ordem econômica global (Organização Mundial do Comércio [OMC], Fundo Monetário Internacional [FMI] e o Banco Mundial), assim como em movimentos de povos tradicionais que buscam autonomia e segurança alimentar, esse conceito mais integral de justiça ambiental. Estes movimentos colocam em pauta: os efeitos derradeiros da nova ordem econômica mundial sobre uns mais que outros; o não-reconhecimento em relação às maneiras tradicionais de vida e os processos que privam as pessoas de seus meios de subsistência e; a negligência quanto à importância da participação popular nas tomadas de decisão.

³⁶ No Brasil, esta discussão pode ser encontrada em Sonia T. Felipe (2005; 2006).

antropocentrismo, defende que o ser humano é somente mais uma espécie (entre tantas outras) pertencente à natureza (o que chama de *igualitarismo biológico*), e consequentemente, acaba por negligenciar a singularidade que toda e qualquer espécie possui. Ou seja, o biocentrismo, ao reduzir os seres humanos à natureza, obedece àquilo que Edgar Morin conceitua como *paradigma de simplificação*, o qual, diante de qualquer complexidade conceptual, prescreve a redução. (MORIN, 2000). Em contraposição ao dualismo antropocentrismo-biocentrismo, admite-se a relação ao mesmo tempo de implicação, de distinção e de conjunção entre ser humano e natureza. (MORIN, 2000). Como coloca Ost (1995, p. 292), a relação do homem com a natureza é também a relação do homem consigo próprio. “Assim, não temos de um lado o homem e do outro a natureza [...]: o homem é simultaneamente, matéria, vida e sentido, capaz de reprodução e capaz de significação, natureza e cultura.”

Dessa maneira, esta pesquisa procura apreender a essência das duas perspectivas [justiça ambiental e justiça ecológica], trilhando “um caminho do meio”, que compartilha da ideia de Ost (1995) de que “antroposfera e biosfera são solidárias, de forma que a injustiça das relações sociais gera a injustiça das relações com a natureza”. (OST, 1995, p. 390). Nesse sentido, a superação do quadro de degradação massiva dos sistemas socioambientais passa, necessariamente, pela transformação das relações político-sociais, econômicas e culturais.

Mais especificamente, do campo da justiça ambiental, o conceito de desigualdade ambiental³⁷ é extremamente valioso para a linha de argumentação deste estudo, sobretudo, por se compreender que não há como omitir que riscos e danos gerados por processos sociopolíticos e econômicos do modelo civilizatório capitalista atingem mais potencialmente grupos sociais vulnerabilizados. Contudo, a luta contra as desigualdades ambientais não deve ter como fim somente a justa distribuição de riscos e danos ambientais entre humanos e/ou o

³⁷ Para Acsehrad *et al.* (2004, p.14), a desigualdade ambiental é sem dúvida uma das expressões da desigualdade social que marca a história de nosso país. Os pobres estão mais expostos aos riscos decorrentes da localização de suas residências, da vulnerabilidade destas moradias a inundações, escorregamentos e à ação de esgotos a céu aberto. Há consequentemente forte correlação entre indicadores de pobreza e a ocorrência de doenças associadas à poluição por ausência de água e esgotamento sanitários ou por lançamento de rejeitos sólidos, emissões líquidas e gasosas de origem industrial.

reconhecimento e a participação efetiva de atores e grupos sociais nos processos decisórios.

A consideração das intro-retro-ações dinâmicas entre os seres humanos e a biofera permite avançar na direção daquilo que abordei anteriormente como uma ética de reverência pela vida: ao mesmo tempo em que, por um lado, a singularidade da espécie humana não é anulada, por outro lado, não é sobreposta às outras espécies e aos processos ecossistêmicos. Entretanto, a particularidade humana de possuir a capacidade de consciência e pensamento imputa em nós uma responsabilidade assimétrica em relação aos outros seres vivos, pois ao mesmo tempo em que buscamos desvendar as leis e mecanismos fundamentais do mundo vivo, somos também os mais diretamente suscetíveis de perturbar seu funcionamento. (OST, 1995; MORIN, 2000).

2.2 A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA

Na primeira parte deste primeiro capítulo, procurei esboçar uma linha argumentativa mais ampliada sobre os fundamentos teóricos e conceituais tomados como base para esta dissertação a fim de demonstrar a partir de qual olhar a problemática socioambiental contemporânea está sendo compreendida aqui. Neste tópico, discorro especificamente sobre problemática socioambiental territorializada no espaço urbano, como uma forma de introdução à discussão posterior (elaborada na última parte do capítulo) sobre conflitos socioambientais urbanos.

A questão social, na primeira metade do século XIX, emerge como fruto das contradições do projeto liberal clássico, manifestas, principalmente, nas condições de vida extramente precárias da maior parte da população inglesa. (MOTA, 2001). Engels, em 1887, publicou a obra “A questão da habitação”, na qual evidenciou os impactos do modo de produção capitalista na vida da classe trabalhadora inglesa, ilustrando o tenebroso cenário dos bairros operários das cidades industriais do Reino Unido, marcado pelas péssimas condições sanitárias e total falta de infraestrutura. (ENGELS, 1977).

De acordo com Ivo (2010, p 17), iniciou-se, naquele século [XIX], um debate entre socialistas e liberais, no qual os primeiros questionaram o caráter formal das liberdades políticas do liberalismo e os limites da autonomia e da liberdade pregados pelo individualismo liberal: indivíduos que não comem e não dispõem de meios para ganhar a vida são verdadeiramente livres? Os liberais europeus, por sua vez,

responderam através da institucionalização de um conjunto de direitos sociais voltados para garantir o mínimo de recursos que tornasse possível uma vida decente, no nível tolerável da riqueza coletiva.

É no âmbito desse debate e tendo em vista as condições objetivas da urbanização e os riscos inerentes às novas condições de reprodução social dos trabalhadores nas áreas urbanas que a “questão social” se mescla com a “questão urbana, em seus desdobramentos quanto aos mecanismos de formação de uma solidariedade nacional e uma responsabilidade pública operadas pelo Estado.” (IVO, 2010, p. 18).

No Brasil, a questão social desde o declínio da escravidão “passou a ser um ingrediente cotidiano em diferentes lugares da sociedade nacional”. (IANNI, 1989, p. 145). A temática sobre a pobreza urbana já vinha sendo objeto de preocupação das elites brasileiras desde a virada do século XIX para o século XX. (VALLADARES, 2005). Como salienta Santos (2009), cada contexto histórico é marcado por uma determinada problemática urbana. A pobreza no espaço urbano, como tema, como uma “questão” a ser estudada, passou a ser mais evidenciada precisamente quando os pobres começaram a ser expulsos das áreas centrais das cidades brasileiras para áreas “ilegais” sem infraestrutura e serviços urbanos e quando os mecanismos de segregação foram estabelecidos e acentuados.

De fato, a demolição de cortiços³⁸ do centro do Rio de Janeiro no final do século XIX desencadeou as primeiras ocupações ilegais dos morros da cidade no início do século XX. A denominação favela emergiu de um contexto específico: da ocupação ilegal nomeada primeiramente de Morro da Providência, a qual entrou para a história através de sua ligação com a Guerra de Canudos³⁹, passando a ser conhecida posteriormente como Morro da Favella⁴⁰. Desse contexto, a

³⁸ Considerados locais de moradia tanto de trabalhadores como de vagabundos e malandros, eram percebidos como espaços propagadores de doenças de vícios, tendo sido, assim, condenados pelo discurso médico e higienista. (VALLADARES, 2005).

³⁹ Os antigos combatentes ali se instalaram como estratégia para pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados. (VALLADARES, 2005).

⁴⁰ Arbusto com sementes oleaginosas que, segundo acreditava-se, era frequente na região do sertão. (TASCHNER, 2000).

partir da segunda década do século XX, a palavra favela se tornou um substantivo genérico voltado para designar não mais exclusivamente o Morro da Favella, mas qualquer hábitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, geralmente sobre encostas. (VALLADARES, 2005; COMPANS, 2007).

Nas primeiras décadas do século passado, assim como os cortiços, as favelas também foram condenadas pelo discurso médico-higienista da época, vistas como “mal contagioso, patologia social a ser combatida”. Os pobres eram representados como a “classe perigosa”. Teoricamente, as soluções propostas para o problema das favelas giraram em torno da construção de moradias populares em outras localidades acompanhada da destruição das habitações precárias existentes. Porém, várias centenas de barracos foram derrubados sem que nada tivesse sido construído para abrigar os habitantes das favelas. (VALLADARES, 2005, p. 41).

A partir da década de 1930, com o regime populista de Getúlio Vargas, passou-se a reconhecer a existência de favelas, assim como a necessidade de melhorar as condições de vida dos moradores desses locais, contrapondo a solução única de sua destruição como vinha ocorrendo até então. A imagem dos pobres também foi gradativamente transformada, sobretudo, por meio da construção da figura do operário⁴¹. (VALLADARES, 2005).

Entre as décadas 1950 e 1960, a identificação da relação entre o fenômeno da pobreza urbana com a elevação das taxas de crescimento demográfico e dos fluxos de migração aleatórios originou a temática da chamada *superurbanização* ou *hiperurbanização*⁴². Uma considerável literatura de nítida orientação marxista, relativa à modernização e à marginalidade social⁴³ foi então desenvolvida na América Latina.

⁴¹ Até esse momento, culpabilizava-se os pobres pela sua condição de pobreza, a partir daí, imposições objetivas externas aos indivíduos passaram a ser consideradas na identificação da pobreza. “O desenvolvimento do clientelismo político e do regime populista transformou, pouco a pouco, as massas urbanas pobres em objeto de atenção da máquina política e do regime populista.” (VALLADARES, 2005, p. 127).

⁴² Situação na qual o ritmo acelerado da urbanização não foi acompanhado pelo desenvolvimento da indústria, fazendo com que milhares de indivíduos trocassem empregos pouco produtivos no campo por empregos ou subempregos também de produtividade baixa nas cidades, convergindo num quadro agudo de pobreza e proliferação de favelas. . (VALLADARES; COELHO, 1996).

⁴³ A teoria da marginalidade, por sua vez, buscou analisar a pobreza urbana e a dificuldade de integração do pobre na vida e na economia urbana, pautando-se

No Brasil, entre os anos 1960 e 1970, a percepção dos favelados como fruto de um processo marcado pela marginalidade social serviu como justificativa ideológica para operações antifavelas orquestradas no bojo do regime autoritário. Como demonstrou Valladares (1978), as operações de remoção de favelas no Rio de Janeiro levaram ao aumento da população nas favelas não ameaçadas pela política de remoção. Esse crescimento adveio do retorno dos favelados removidos, que não conseguiram manter-se nas moradias dos conjuntos habitacionais.

Nos anos 1970 e 1980, emergiram discussões contrárias à teoria da marginalidade⁴⁴. O tema da pobreza urbana, principalmente a partir da década de 1980, foi fortemente inter-relacionado com a questão das desigualdades sociais. As favelas deixaram de ser vistas apenas como problema, passando a figurar como solução em relação à moradia das camadas populares. É também nesse período que a temática da participação popular vista da perspectiva dos movimentos sociais urbanos torna-se central no entendimento da mudança política do país⁴⁵. (VALLADARES, 2005; VALLADARES; COELHO, 1996; COSTA, 1999; COMPANS, 2011; FERNANDES, 2012).

Na passagem dos anos 1980 para os 1990, vislumbra-se o reconhecimento oficial da existência de favelas. O tema da violência urbana rouba a cena no percurso dos anos 1990. A representação das favelas é marcada como “território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social.” É a partir

numa visão dicotômica em relação ao rural e ao urbano. O conceito de marginalidade passou de uma noção geográfica e econômica para outra sociológica e psicológica, emergindo a ideia de uma cultura da pobreza. (VALLADARES; COELHO, 1996).

⁴⁴ Não se pode esquecer, como visto, que os anos 1970 são palco das representações dos teóricos da dependência, para as quais o debate sobre o desenvolvimento frente ao subdesenvolvimento até então travado é substituído pelo debate sobre o desenvolvimento frente à dependência. (VALLADARES; COELHO, 1996).

⁴⁵ Essa nova perspectiva empreendeu a incorporação do paradigma da sociologia francesa encabeçado por autores como Henry Lefebvre e Manuel Castells e trouxe novos vieses para pesquisa urbana, principalmente ao contrapor a ideia da autonomia do espaço urbano, colocando foco sobre a noção de espaços socialmente produzidos; bem como ao politizar os problemas urbanos, quando focaliza as relações entre Estado e grupos sociais produzidas pelas contradições do sistema e ao dar voz aos movimentos sociais urbanos. (VALLADARES; COELHO, 1996).

daí que os meios de comunicação de massa começam a divulgar insistentemente informações e imagens sobre atos de violências individuais e coletivas ligados a esses espaços. (VALLADARES, 2005, p. 20; SOUZA, 1996; KOWARICK, 2009).

Após a construção desse breve panorama sobre as representações das favelas e os estudos urbanos na América Latina e no Brasil, é essencial abordar aqui a questão da segregação urbana, a qual, cabe ressaltar, não é recente, remontando pelo menos aos anos 1970. A delimitação analítica de Marques (2005) pareceu-me bastante precisa e, portanto, optei por tomá-la como base. Para o autor, a segregação implica numa associação dinâmica entre separação (homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição dos grupos no espaço - o que pode se dar por imposição de terceiros ou construída como estratégia pelos próprios grupos separados, como exemplo, a auto-segregação das elites em condomínios fechados⁴⁶) e desigualdade de acesso a políticas públicas ou de condições de vida de uma forma geral. Para explicar melhor, apoio-me nas palavras do autor:

Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros, como por causa disso, ocorre o acesso diferenciado desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas consequências negativas para os grupos sociais segregados; embora isso também ocorra, os processos parecem ser mais dinâmicos, e as diferenças de acesso também são causa da separação. Isso ocorre porque em um espaço urbano marcado pela escassez de amenidades, os grupos sociais de menor renda se dirigem de forma maciça para espaços destituídos de serviços (ou serviços de pior forma), pois estes são os de menor renda de terra, o que leva a uma elevação da concentração e da homogeneidade social. Portanto, não é apenas a separação que especifica acesso desigual, mas também (e ao mesmo

⁴⁶ Na perspectiva de Corrêa (1989, p. 64) “a segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais [...]”.

tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a separação. (MARQUES, 2005, p. 35).

Fundamentalmente para esta pesquisa, importa então interligar o fenômeno das favelas e da segregação à temática da vulnerabilidade socioambiental urbana. Para isso, faz-se necessário abordar algumas categorias-chave de forma a se justificar, mais precisamente, o porquê dessa inter-relação. Entretanto, antes de fazê-lo, abordarei por meio de uma visão mais expandida os problemas socioambientais que têm como *locus* o espaço urbano.

Desde os primórdios da construção sociopolítica da problemática socioambiental contemporânea, houve o reconhecimento de que as intervenções antrópicas nos ecossistemas eram responsáveis pela degradação dos “recursos naturais” do planeta⁴⁷. Embora se aceite que há múltiplos pontos de vista essencialmente ideológicos sobre a crise planetária do meio ambiente (GALLOPÍN, 1986), a questão socioambiental em si emerge de uma ampla crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental predominante. Nesse sentido, é primordial compreender que a versão capitalista de concentração urbano-industrial e o modelo de organização socioespacial subsequente, desde a emergência das discussões institucionais na década de 1970, tem sido alvo de contestações [ainda que de naturezas diversas], pois não há como desconsiderar que esse modelo, embora transformado em cada local, espalhou-se praticamente por todo o mundo⁴⁸. (COSTA, 1999).

As áreas urbanas têm sido tomadas como foco principal da problemática socioambiental contemporânea. Fala-se na lógica perversa da produção industrial e suas mazelas socioambientais e nos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais. (MONT-MÓR, 1994). Problemas socioambientais tipicamente urbanos e industriais, tais como: níveis de poluição, saneamento, disposição de resíduos, tráfego etc. também têm sido alvo

⁴⁷ Muito antes da publicação do livro de Rachel Carson *A primavera silenciosa*, tido como o marco da problemática socioambiental, já haviam livros e estudos publicados baseados em pesquisas ecológicas advertindo acerca da degradação dos sistemas socioambientais. (GALLOPÍN, 1986).

⁴⁸ Neste trabalho o foco da análise recaía sobre o meio urbano, ou seja, o que está em pauta são os impactos socioambientais decorrentes do processo de urbanização. Contudo, os impactos resultantes do processo de modernização da agricultura, bem como sua inter-relação com o fenômeno da urbanização, não podem ser desconsiderados ao se pensar nos problemas socioambientais adjacentes ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

de preocupações do discurso ambientalista. Se, num primeiro momento, tais constatações se direcionaram aos países industrializados, enfatizando-se, sobretudo, as ameaças ao “equilíbrio ecológico”⁴⁹; a partir da década de 1970, incorporaram-se pontos de vistas referentes aos países periféricos, especialmente aspectos sociais dos ambientes, tais como a “poluição da pobreza”, o uso irracional dos recursos e as condições de vida da população. (GALLOPÍN, 1986).

A ênfase na “poluição da pobreza”, ou seja, a visão de que a miséria dos países periféricos tem sido responsável pelo quadro de exaustão dos ecossistemas pode determinar quais estratégias de enfrentamento da crise serão encabeçadas. O já citado Relatório Brundtland (também conhecido como *Nosso Futuro Comum*), por meio do conceito de desenvolvimento sustentável, propõe como solução para essa questão a aceleração do crescimento econômico e a transferência de tecnologias dos países industrializados para os países considerados em vias de desenvolvimento, pois os riscos e problemas socioambientais desses últimos são tomados como resquícios de um estágio anterior de desenvolvimento. (LYNCH, 2001). Ao enfatizar a poluição da pobreza, o relatório propõe que se eleve o consumo da população mundial, omitindo, dessa forma, a “poluição da riqueza”⁵⁰. (PORFILHO, 2010).

As incertezas quanto ao futuro das cidades têm proporcionado um campo fértil para a proliferação de modelos de gestão ambiental urbana elaborados por agências multilaterais e consultores internacionais no bojo da ideologia neoliberal. Em suma, presencia-se a extensão para a esfera local da operacionalização da noção de desenvolvimento sustentável por meio de estratégias que promulgam conciliar o crescimento urbano com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. (COMPANS, 2001; ACSELRAD, 2001).

⁴⁹ O que, por sua vez, implicava numa visão de meio ambiente como constituído somente pela natureza e seus processos físicos, químicos e biológicos. (GALLOPÍN, 1986).

⁵⁰ Como reflete Martínez Alier (2009, p 68), não se pode negar que a pobreza seja causa da degradação ambiental, porém “a defesa de que ela pode ser eliminada pelo crescimento econômico geral e não pela redistribuição é ecologicamente impresumível”.

Uma abordagem dessa natureza é compatível com o chamado “pensamento único”⁵¹, que propõe que as cidades se ajustem aos propósitos da globalização financeira, que sejam eficientes no uso de recursos e econômicas em conflitos sociais. (ACSELRAD, 2001). O discurso e a pauta urbana hegemônicos têm enfatizado, dessa forma, a inserção competitiva da cidade no mundo globalizado como fundamento norteador das políticas urbanas e como uma das principais referências do próprio projeto de atribuição de sustentabilidade às cidades. (OLIVEIRA, 2009). Contraditoriamente, como sugere Acsehrad (2001), o estímulo às disputas entre cidades pela via da guerra fiscal tem contribuído para reduzir as receitas públicas e os recursos disponíveis para as políticas sociais, aumentando a desigualdade, a vulnerabilidade das populações pobres e a degradação dos ecossistemas, favorecendo, assim, a multiplicação de conflitos de distintas naturezas. Uma questão central que precisa ser, portanto, problematizada é: quem ganha e quem perde com esse modelo de gestão ambiental urbana?

Conforme já elucidado, a literatura sobre justiça ambiental questiona enfaticamente a respeito da distribuição desigual de riscos e danos ambientais entre diferentes grupos sociais, relacionando a proteção ambiental desigual e/ou o acesso desigual aos recursos naturais. Nesse sentido, tendo em vista que há um consenso de que os espaços urbanos estão permeados por problemas socioambientais bastante profundos, a questão acima reformulada aponta na seguinte direção: quais grupos sociais são mais afetados pelos riscos e danos ambientais urbanos?

Como afirma Torres (2004), na medida em que fenômenos ambientais são muitas vezes espaciais, riscos ambientais também podem ser entendidos como fenômenos dessa natureza. Riscos ambientais não são apenas comumente localizáveis no espaço, como também variam ao longo da dimensão espacial, isto é, são maiores em alguns lugares do que em outros.

Na operacionalização da categoria de riscos ambientais, dentro do domínio das ciências sociais, cabe, primeiramente, identificar a população sujeita a riscos, ou seja, deve-se observar qual é a população

⁵¹ Uma literatura interessante que aprofunda o tema é o livro *A Cidade do Pensamento Único*, no qual Arantes, Vainer e Maricato (2002) levantam críticas ao chamado Planejamento Estratégico de Cidades. O capítulo elaborado por Maricato *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias* versa sobre o distanciamento gigantesco entre o planejamento e a regulação urbanística e a realidade socioambiental das cidades brasileiras.

que reside ou trabalha na área de risco previamente delimitada. Posteriormente, é preciso verificar os graus de vulnerabilidade, quer dizer, atentar para como determinados riscos – mesmo que distribuídos homogeneamente numa dada área – afetam diferentemente os diversos grupos populacionais ali residentes, segundo, por exemplo, a qualidade construtiva dos domicílios, estrutura etária dessa população, suas características nutricionais, seu acesso a serviços públicos etc.

Alves e Torres (2006) identificaram a existência de uma associação direta entre a precariedade habitacional e a exposição a riscos ambientais. Essa sobreposição caracteriza uma situação de alta vulnerabilidade socioambiental, já que há uma coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais muito pobres e com alta privação (vulnerabilidade socioeconômica e civil⁵²) e áreas de risco ou degradação ambiental. (ALVES, 2006).

Como as áreas de risco ambiental (próximas de lixões, sujeitas a inundações e desmoronamentos), muitas vezes, são as únicas acessíveis às populações de mais baixa renda, que acabam construindo nesses locais domicílios muito precários; além da característica natural de risco ambiental, a ausência de urbanização – como a falta de rede de esgoto, coleta de lixo, etc. – torna essas populações extremamente vulneráveis. (ALVES, TORRES, 2006).

Marques e Torres (2001), por meio de um estudo desenvolvido num município periférico da Região Metropolitana de São Paulo, demonstraram a presença de importantes diferenciais de vida e atendimento por serviços, que se superpõem de maneira perversa às condições de fragilização social, ambiental e urbana, reforçando cumulativamente os riscos a que está submetida a população de baixa renda. Com isso, os autores levantaram a hipótese da existência de uma espécie de *hiperperiferia* espalhada entre as periferias. Tendo como foco da análise áreas sujeitas a inundações, deslizamentos e falta de abastecimento de água, os pesquisadores concluíram haver uma sobreposição entre essas situações, ocasionando um cenário de periferias dentro de periferias, nas quais justamente vem ocorrendo o

⁵² Para Kowarick (2009), a vulnerabilidade em relação aos direitos básico - acesso à moradia digna, serviços médico-hospitalares, assistência social, níveis de remuneração adequados - ocorre na medida em que os sistemas públicos de proteção social não só sempre foram restritos e precários, como em anos recentes, houve desmonte de serviços e novas regulamentações legais que se traduziram na perda de direitos adquiridos.

aumento demográfico das populações mais empobrecidas. Os autores chegam as seguintes conclusões:

[...] os riscos ambientais e sociais são desigualmente distribuídos (ou os primeiros são distribuídos sobre os segundos), criando um círculo perverso de pobreza e péssimas condições de vida em locais específicos (mas nem por isso numericamente desprezíveis). A isso se somam condições praticamente nulas de mobilidade social ascendente. (MARQUES; TORRES, 2001, p. 66).

Seguindo a linha de argumentação disposta na primeira parte deste capítulo, faz-se necessário refletir sobre a vulnerabilidade socioambiental urbana por meio também do enfoque da justiça ecológica. Como afirmei anteriormente, o caminho do meio entre a justiça ambiental e justiça ecológica pressupõe que se ultrapassem considerações demasiado antropocêntricas sobre a necessidade de se estancar a degradação ecossistêmica, alcançando, assim, patamares mais elevados, de valorização de todo e qualquer ser vivo e dos processos ecossistêmicos, sem, contudo, descaracterizar as especificidades de cada um. A partir dessa concepção, refletir sobre a vulnerabilidade socioambiental requer a consideração dos impactos que a ação antrópica impõe aos espaços biofísicos, considerando que as injustiças sociais repercutem em injustiças ecológicas, que por sua vez, refletem em injustiças sociais, numa perspectiva de relação dialética⁵³.

O que se tem, portanto, é que o padrão de produção social do espaço⁵⁴ no bojo do estilo hegemônico de desenvolvimento tem sido

⁵³ Gallopín (1986) avalia que o nexo entre sociedade e natureza se produz por meio de dois grandes fatores: o conjunto de ações humanas que incidem sobre o sistema ecológico natural, e o conjunto de efeitos ecológicos gerados na natureza e que incidem sobre o sistema social. Os efeitos ecológicos podem representar respostas dos sistemas naturais às ações humanas, ou podem também ser fenômenos espontâneos derivados do funcionamento dos sistemas ecológicos (mudanças ecológicas sucessoras, mudanças ecológicas devido a variações climáticas naturais etc. Da mesma forma, as ações sociais podem ser ações espontâneas da sociedade (desmatamento, emissão de dejetos etc.) ou podem representar a reação social frente a efeitos ecológicos naturais ou induzidos antropicamente.

⁵⁴ Ainda que se entenda por produção do espaço tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à

marcado por diversas formas de injustiças ambientais e ecológicas. No que diz respeito à problemática aqui discutida, as injustiças societárias que levam determinados grupos sociais a habitarem espaços biofísicos que por suas peculiaridades quando degradados geram respostas drásticas às ações humanas têm acarretado danos ambientais cada vez mais irreversíveis como erosão de solos, assoreamentos de corpos d'água, enchentes, degradação de mananciais de água potável etc. Desse quadro, emergem inúmeros conflitos que permeiam as relações entre os interesses das populações que ocupam essas áreas para fins habitacionais e os interesses coletivos relacionados ao meio ambiente.

2.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS

É possível afirmar que o campo ambiental, no bojo das ciências sociais, tem se construindo por meio de dois grandes debates. Por um lado, esse campo tem sido forjado através de análises estruturais das relações entre sociedade e natureza, isto é, dos macroprocessos e práticas sociais com dimensões ou implicações ambientais; e, por outro lado, através de análises das atitudes, valores e da intencionalidade dos agentes na constituição de problemas ambientais, bem como das formas de ativismo de cunho ecológico. (BUTTEL, 1996 *apud* ALONSO; COSTA, 2002a).

A partir de meados dos anos 1990, começaram a surgir, no âmbito desse campo, investigações sobre conflitos socioambientais, que passam a apontar para a complexidade da questão relativa ao meio ambiente e a impossibilidade de reduzi-la somente a movimentos e instituições ambientalistas, como, de forma geral, vinha sendo feito até então. Segundo Alonso e Costa (2002), o conjunto dessa literatura apresenta um enfoque eminentemente sociológico para a questão ambiental, mapeando atores e arenas e os processos de constituição e resolução de conflitos.

Vale abrir um parêntese para acrescentar que a literatura sobre conflito sempre ocupou um papel de destaque no âmbito das ciências sociais e políticas. Em linhas gerais, é possível afirmar a preponderância de duas abordagens antagônicas que veem os conflitos ou como fenômenos patológicos ou como formas normais de interação social. No primeiro caso, os conflitos são aceitos como sintomas de doenças no corpo social, cujas causas são meta-sociais, isto é, devem ser

emergência de novas significações, novas formas e novas práticas (que poderão desafiar o *status quo* hegemônico). (SOUZA, 2013).

encontradas fora da própria sociedade. No segundo caso, advoga-se que qualquer sistema ou grupo social está constantemente marcado por conflitos, pois em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram predominantes. Os conflitos, dessa forma, podem contribuir para manutenção, desenvolvimento, mudança e/ou estabilidade geral de entidades sociais. Na primeira abordagem encontram-se nomes como Comte, Spencer, Pareto, Durkheim e Talcott Parsons, por exemplo. A segunda reúne autores como Marx, Sorel, John Stuart Mill, Simmel e, entre os contemporâneos, Dahrendorf e Touraine. (BARBANTI, 2002; COSER, 1996; BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2009).

A noção de conflito social aqui apropriada para se trabalhar a ideia de *conflito socioambiental urbano* é aquela que, primeiramente, considera os conflitos como formas de interações sociais, constituintes das relações sociais na sociedade moderna. De acordo com Nascimento (2001), essa noção é encabeçada especialmente por George Simmel, quem atribuiu ao conflito uma dimensão de sociação - de interação entre seres humanos -, atribuindo um caráter positivo às disputas.

Nas palavras de Simmel: “Se toda a interação entre homens é uma sociação, o conflito - afinal uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercido por um indivíduo apenas - deve certamente ser considerado uma sociação.” (SIMMEL, 1983, p. 122). Os conflitos representam, então, formas de interação social capazes de modificar grupos de interesse, uniões e organizações. Eles têm como objetivo resolver dualismos divergentes, adquirindo algum tipo de integração, ainda que por meio da aniquilação de uma das partes conflitantes. O conflito é sempre constituído de um lado positivo e de outro negativo, porém, ambos estão associados, sendo possível apenas separá-los conceitualmente, mas nunca empiricamente. (SIMMEL, 1983).

No âmbito das discussões sobre conflitos no interior da sociologia ambiental, de acordo com Vargas (2007), também é possível distinguir duas perspectivas gerais predominantes: (i) uma visão *objetivista*, que entende os conflitos socioambientais como produtos de situações estruturais concretas da sociedade e (ii) uma visão *subjetivista*, para qual os conflitos são resultantes das distintas percepções das partes envolvidas. Guivant (2002) trata dessa dicotomia por meio do debate entre realistas e construtivistas sociais. De acordo com a autora:

Os primeiros defendem a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da

forma em que os atores sociais os percebem. Os segundos centram-se sobretudo nas representações sociais sobre os problemas ambientais, não dando igual importância à verdade sobre um problema ambiental mas a como se define este e que significados recebe de diversos grupos e atores sociais. (GUIVANT, 2002, p. 01).

Como é de se supor, tal distinção entre condições estruturais (a objetividade dos problemas ambientais) e percepções (a significação social dos problemas ambientais) induz a análises reducionistas e fragmentadas dos conflitos socioambientais. Alonso e Costa (2002b) partem da hipótese que os conflitos socioambientais não podem ser explicados apenas levando-se em consideração a dimensão valorativa e discursiva das partes (como o faz a perspectiva construtivista), uma vez que constataram, por meio de pesquisas empíricas, conflitos em contextos nos quais todos os atores envolvidos declaravam igual adesão a valores ambientalistas, porém, a resolução do conflito não se deu através do diálogo entre os agentes - visto que suas posições práticas eram eminentemente distintas. O que encerrou o conflito foi a introdução de limites políticos e morais através de instituições formais. Portanto, para os autores, além da dimensão relativa às percepções dos agentes quanto à problemática, suas posições e seus interesses concretos; é preciso analisar o contexto sociopolítico no qual todos estes elementos surgem, interagem e se redefinem. De acordo com os autores:

A própria definição do objeto como “conflito” supõe considerar a interação entre diversos grupos de agentes. Essa interação pode ser cooperativa, com a formação de alianças entre agentes; geralmente, no entanto, ela é conflituosa. As disputas ocorrem em torno do controle de bens e recursos ou do poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores. O próprio processo conflituoso constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes quando do início do processo. Chegamos ao fulcro desse modelo de análise: o fator crucial é o tempo. Os conflitos têm história; não é possível compreendê-los considerando apenas a

configuração presente da ação coletiva. A produção de alianças, adesão a valores, criação/redefinição de identidades, não é estática; é processual. (ALONSO; COSTA, 2002b, p. 126).

Pacheco *et al.* (1993) apresentam uma perspectiva bastante interessante para este estudo quando discutem a relação entre os problemas ambientais e a dinâmica dos conflitos sociais nos espaços urbanos⁵⁵. A perspectiva de análise de conflitos socioambientais urbanos proposta pelos autores reside numa abordagem que considera integralmente os processos estruturais e as ações individuais ou de grupos, buscando superar o reducionismo contido na tradição marxista-estruturalista aplicada aos estudos urbanos, onde a questão ambiental é vista como mero desdobramento da luta entre capital e trabalho.

Assim, as análises precisam incorporar, além dos determinantes estruturais, outras dimensões, trazendo de volta os sujeitos aos estudos urbanos e, com eles, novas problemáticas, como modos de vida, trajetórias sociais, comportamentos, conflitos de interesses, escolhas, etc. Dessa forma, dimensões políticas e culturais são incorporadas aos estudos das transformações histórico-estruturais. (PACHECO, *et al.*, 1993).

Segundo os autores, é preciso refletir que a questão socioambiental urbana é objeto de lutas que envolvem múltiplos atores sociais, movidos por diferentes interesses, em aliança ou em conflito, assumindo dimensões bastante complexas. Sob tal ótica, os problemas socioambientais devem ser vistos por meio do critério da conflitualidade entre os atores, isto é, trata-se de privilegiar os conflitos em torno da questão ambiental nas relações entre indivíduos e grupos dispostos no espaço urbano. (PACHECO, *et al.*, 1993).

⁵⁵ A perspectiva dos autores vai ao encontro da noção de justiça ambiental quando aceitam que os problemas socioambientais urbanos não podem ser interpretados como se afetassem a todo o conjunto da população de maneira indiscriminada. Alguns grupos sociais sofrem por certo mais imediatamente os impactos da degradação ambiental seja pela localização de suas moradias e/ou de seus ambientes de trabalho, seja pela escassez de recursos para buscar soluções próprias. No entanto, advertem os autores, em geral e, sobretudo, os meios de comunicação insistem em abordar os problemas ambientais sob um viés generalista, o que, seguramente, tem efeitos político-ideológicos fortemente conservadores.

Em linhas gerais, ainda de acordo com esses autores, o foco sobre a questão socioambiental urbana deve distinguir os diferentes agentes e interesses envolvidos, bem como os espaços de negociação entre eles. Os conflitos socioambientais são definidos, dessa maneira, a partir de três componentes cruciais: “Ação (dos agentes envolvidos), determinação (dos processos estruturais) e mediações (políticas e culturais).” (PACHECO, *et al.*, 1993, p. 258).

À perspectiva de Pacheco *et al.* (1993) cabe acrescentar a dimensão cognitiva da questão socioambiental, assim como sugerem os construtivistas, a qual procura entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos. Nesse sentido, o que passa a ser socialmente considerado como um problema socioambiental não corresponde meramente a uma leitura imparcial e neutra de um fenômeno real, mas significações construídas socialmente. (GUIVANT, 2002).

Para Acselrad (2004) os conflitos ambientais se materializam na interface entre dois domínios diferentes de lutas sociais: (i) o espaço social propriamente dito, em que a distribuição diferencial dos capitais que estão em jogo se traduzem em potenciais desiguais para posse, uso e controle o espaço e (ii) a esfera simbólica, *lócus* do embate entre discursos, sentidos e projetos distintos que disputam legitimidade e reconhecimento.

Numa entrada mais metodológica para análise de um conflito socioambiental específico, no viés da ecológica política, Little (2004) recomenda principiar pela identificação do *foco central do conflito*, questionando-se o que realmente está em jogo. Em seguida, cabe a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos, procurando explicitar os interesses específicos em jogo no conflito, seguido por um levantamento das interações entre cada um desses atores sociais, descrevendo suas distintas *cotas de poder* - tanto poderes formais como informais. O entendimento da *dinâmica própria* de cada conflito requer que o pesquisador mapeie as interações políticas, ressaltando (i) o *status* do conflito ao longo do tempo - se manifesto ou latente; (ii) a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões; (iii) as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e; (iv) as distintas tentativas de resolução (LITTLE, 2004). Como se nota, apesar dessa abordagem oferecer um caminho interessante a se seguir, ela não está preocupada com as representações dos atores sociais sobre o conflito.

Nascimento (2001), apoiando-se a noção de conflito de Simmel de que a sociedade se constrói por meio de conflitos, também oferece

um quadro de elementos que podem guiar a análise de um conflito socioambiental, enfatizando, diferentemente de Little (2004), a importância de se levar em consideração as distintas percepções que os atores sociais envolvidos apresentam.

A diferença de percepção dos objetos em disputa faz com que estes assumam configurações diferenciadas, por vezes explícitas e por outras, implícitas, por vezes consciente e, por outras, inconsciente. O fato de ser profano ou sagrado para participantes diferentes cria, de imediato, uma valorização em planos distintos dos objetos. (NASCIMENTO, 2001, p. 97).

Na visão do autor, “todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam e regem sua evolução e intensidade.” (NASCIMENTO, 2001, p. 94). Pautarei a análise do conflito foco desta pesquisa nos seguintes elementos indicados pelo autor: *natureza, atores sociais, campo específico, objeto em disputa, lógica ou dinâmica de evolução e intensidade*.

Para autor, os conflitos podem ser de diversas *naturezas*, por exemplo: econômica, política, social, ambiental, cultural, geracional, de gênero, religiosa, ética ideológica, geográfica, internacional, nacional, local etc. Cabe considerar a possibilidade dos conflitos apresentarem múltiplas naturezas, sendo que uma ou outra pode prevalecer mais acentuadamente na medida em que o conflito evolui.

Em relação ao conjunto de *atores sociais*⁵⁶ que todo o conflito reúne, faz-se necessário levar em consideração suas diferentes posições dentro do conflito, bem como suas articulações e/ou oposições. Para o autor, os atores movimentam-se constantemente, ocupando ora uns lugares ora outros, pronunciando discursos nem sempre coerentes. Seus movimentos não são estáticos e nem claramente perceptíveis. “É este movimento constante dos atores que torna a análise de conflitos simultaneamente intrigante e difícil” (NASCIMENTO, 2001, p. 95).

Dentro da perspectiva de análise de conflito que este trabalho se volta, e também de acordo com Nascimento (2001), é importante considerar que os atores sociais não têm apenas interesses divergentes em relação a uma determinada situação conflitiva, mas também

⁵⁶ Os atores sociais podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações de identidade própria, reconhecidos por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação. (NASCIMENTO, 2001, p. 95).

apresentam sentimentos, percepções e racionalidades diversificadas. De maneira sintética, pode-se dizer que os atores ocupam basicamente cinco posições possíveis no interior dos conflitos: (i) *promoção*: quando estão dispostos a se movimentar com todos os seus recursos para que haja um determinado desfecho; (ii) *apoio*: quando têm uma posição favorável a determinadas iniciativas ou desfecho, mas não estão dispostos a participarem com todas as suas forças; (iii) *neutralidade*: quando não têm ou não querem assumir posição favorável a qualquer um dos lados em disputa; (iv) *oposição*: quando se colocam contrários a determinadas iniciativas ou desfecho do conflito, mas não estão dispostos a utilizar todos os seus recursos e (v) *veto*: quando utilizam todos os recursos possíveis para impedir que o conflito caminhe num determinado sentido.

O *campo do conflito* corresponde ao espaço de movimentação dos atores, bem como aos recursos a que podem recorrer na disputa⁵⁷. O território, simultaneamente geográfico e social onde tem lugar o conflito pode servir para definir o seu campo, entendido como “o espaço onde se trava a luta entre os atores, com regras próprias de funcionamento, que define as possibilidades de ação dos atores em jogo”. (NASCIMENTO, 2001, p. 96).

O *objeto em disputa* também contribui para a conformação do campo. A maioria dos conflitos não se limita à disputa por bens materiais, abarcando também ideias, *status* e posições de poder. Ou seja, o objeto em disputa por ser tanto material como simbólico.

A *dinâmica do conflito* diz respeito à forma particular que cada conflito tem de se manifestar, isto é, cada conflito tem uma evolução própria, uma maneira de se desenvolver que lhe é específica, podendo classificar-se como rápido ou longo, intensos ou parcimoniosos, agudos ou crônicos. De forma geral, os conflitos têm três fases: (i) preparação ou aquecimento, na qual os atores se estudam, se preparam se organizam, definindo suas estratégias; (ii) embate propriamente dito, na qual os atores se enfrentam; e (iii) conclusão, em que os atores os resultados do embate ficam claros. (NASCIMENTO, 2001).

⁵⁷ Nem todos os recursos são passíveis de mobilização em qualquer conflito, nem todos os atores podem recorrer a qualquer recurso, pois os recursos são variados, podendo ser materiais ou simbólicos, silenciosos ou mediáticos, regidos por regras explícitas ou implícitas, por normas morais ou jurídicas (NASCIMENTO, 2001).

O quadro 4 a seguir procura sintetizar os elementos trazidos por Nascimento (2001), acrescentando questionamentos relacionados a cada um desses elementos:

Quadro 4: Elementos e questionamentos sobre conflitos

Elementos da análise	Possibilidades de questionamentos
<i>Natureza</i>	Qual a ou as naturezas do conflito? Em que contextos podem ser verificadas? Há percepções/discursos dos atores envolvidos que refletem acerca da natureza do conflito?
<i>Foco do conflito</i>	Qual o foco central do conflito? Pelo que se está lutando? Que contradições emergem dos diferentes discursos sobre a “razão de ser” do conflito?
<i>Atores sociais diversos</i>	Quem são os atores sociais relacionados ao conflito? Em que contexto socioeconômico e político estão inseridos? Que posições ocupam no interior do conflito? Que discursos eles empreendem? Quais percepções, sentimentos e racionalidades possuem?
<i>Campo específico</i>	Em que espaço se trava a luta entre os atores? Quais as regras e as possibilidades de ação? Quais recursos materiais os atores podem recorrer? Quais recursos simbólicos são dispostos pelos atores?
<i>Objeto em disputa</i>	Que bens materiais estão em disputa? Quais as motivações explícitas dos atores envolvidos? Que diferentes percepções acerca do objeto em disputa emergem? Que bens simbólicos [ideias, status, posição de poder] estão em pauta?
<i>Lógica ou dinâmica de evolução e intensidade</i>	Na dinâmica de evolução do conflito, quais fases fizeram parte? Que fase representa seu momento atual? Na concepção dos atores, como vem evoluindo o conflito?

Fonte: elaborado com base em Nascimento (2001).

3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS LIGADOS À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL URBANA NO BRASIL

Ambos, assentamento urbano e meio ambiente, constituem questões transversais, ambos têm seu espaço constitucional e um capítulo próprio. Processos e motivações diversas levaram à formulação de cada um desses capítulos. [...] Transitam por arenas autônomas e separadas - até o momento em que se tocam, e se estranham. (MARTÍNS, 2006, p. 41).

Este capítulo é destinado a trazer arranjos institucionais ligados à questão socioambiental urbana, sobretudo, os que envolvem a tensão relativa a ocupações humanas localizadas sobre Áreas de Preservação Permanente (APP) nas cidades, partindo do pressuposto de que certamente este fenômeno expõe uma das interfaces mais conflituosas entre a proteção ambiental e a gestão urbana. (BEZERRA; CHAER, 2012).

Considerarei pertinente iniciar a discussão trazendo o quadro 5, que procura sintetizar (longe de querer esgotar) arranjos institucionais ligados à problemática socioambiental urbana, que emergiram no país a partir da década de 1930; contemplando também acontecimentos chaves dentro dessa problemática no contexto internacional.

Quadro 5: Arranjos institucionais ligados à questão socioambiental urbana

PERÍODO	CONTEXTO URBANO	CONTEXTO AMBIENTAL	CONTEXTO INTERNACIONAL
1930-1960	<p>1934: Constituição Federal [função social da propriedade]</p> <p>1946: criação da Fundação da Casa Popular (FCP)</p>	<p>1934: Constituição Federal [dispositivo de proteção às belezas naturais]</p> <p>1934: promulgação do primeiro Código Florestal (CF)</p>	

1960-1970	<p>1964: extinção da FCP e fundação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH)</p> <p>1966: Criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo</p> <p>1967/76: Plano Decenal de Desenvolvimento. Política de desenvolvimento local e urbano (SERPHAU)</p>	<p>1965: Lei Federal 4.771 institui o “novo” Código Florestal, que estabelece e define a localização das áreas de preservação permanente [art. 2 e 3].</p> <p>1967: criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura.</p>	<p>1968: Conferência da Biosfera</p>
1970-1980	<p>1970: edição do item "Política de Desenvolvimento Urbano", no capítulo Desenvolvimento Urbano: Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente" do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).</p> <p>1979: Lei Federal 6766/79 de parcelamento do solo</p>	<p>1973: criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)</p>	<p>1970: lançamento do Programa “O Homem e a Biosfera - MaB” pela UNESCO</p> <p>1972: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano [Estocolmo]</p> <p>1976: Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I) [Vancouver]</p>

1980-1990	<p>1986: extinção do BNH</p> <p>1987: transformação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU) em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU)</p> <p>1989: extinção do MHU</p> <p>1988: Promulgação da Constituição Federal (CF)</p>	<p>1981: criação da Lei 6.938/81, que versa sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (instituiu-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)).</p> <p>1985: transformação da SEMA em Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU)</p> <p>1987: Emenda Constitucional de Iniciativa Popular/Criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana por entidades da Sociedade Civil</p> <p>1988: CF e Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro</p>	<p>1983: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)</p> <p>1987: publicação do relatório Nosso futuro comum da CMMAD</p>
------------------	---	--	--

<p style="text-align: center;">1990-2000</p>	<p>1990: Criado o Ministério da Ação Social</p> <p>1990-1992: lançamento do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)</p> <p>1991: Projeto de Lei de iniciativa popular - Fundo Nacional de Habitação Popular (aprovado na Câmara Federal como Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005)</p> <p>1992: lançamento do Programa Habitar Brasil</p> <p>1995: criada a Secretaria de Política Urbana ligada ao Ministério do Planejamento e Orçamento</p> <p>1999: criada a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) ligada à Presidência da República</p>	<p>1990: criada a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) vinculada à Presidência da República;</p> <p>Regulamentação do SISNAMA e do CONAMA pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990.</p> <p>1992: Política Nacional de Recursos Hídricos</p> <p>1993: transformação da SMA em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMAAL)</p> <p>1995: transformação do MMAAL em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, (MMARHAL), adotando, posteriormente, o nome de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (MDUMA)</p> <p>1996: editada a Medida Provisória (MP) 1.511</p> <p>1998: instituída a Lei de Crimes ambientais nº 6.905</p> <p>1999: o MDUMA é denominado de Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>1992: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Fórum Global [Rio de Janeiro]</p> <p>1996: Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) [Istambul]</p>
--	---	--	---

2000-2010	<p>2001: promulgação do Estatuto da Cidade</p> <p>2003: criação do Ministério das Cidades; I Conferência das Cidades/Conselho das Cidades</p> <p>2005: criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)</p> <p>2009: estabelecimento da Lei Federal nº 11.977, que regulamentou o programa habitacional do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida.</p>	<p>2000: Dez/1999 a mar/2000 CONAMA aprova novo texto do CF. Aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)</p> <p>2002: Resolução nº 303 do CONAMA</p> <p>2006: Resolução nº 369 do CONAMA</p>	<p>2002: Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável [Johanesburgo]</p>
2010-2014		<p>2012: Aprovada a Lei nº 12.651, de 25 de maio, oriunda do Projeto de Lei nº 1.876/99, correspondente à nova versão do Código Florestal.</p>	<p>2012: Rio + 20 (Rio de Janeiro)</p>

Fonte: elaboração própria

Não caberia no escopo desta pesquisa tratar detalhadamente de cada um dos itens expostos no quadro acima. O que farei é esboçar um panorama geral, procurando focar nos arranjos institucionais recentes, que evidenciam a interface entre a questão urbana e a questão ambiental (como o Estatuto da Cidade e o novo Código Florestal, por exemplo) – pois é sobre esta relação que recai o foco desta pesquisa – procurando debater (com base em diferentes autores) avanços e limites destes arcabouços legais no que diz respeito à problemática em questão.

O período que vai da década de 1930 até a década de 1960 foi escolhido como momento inicial para a construção do quadro principalmente por ter sido aí que se deu a formulação do primeiro Código Florestal (CF) brasileiro [1934], a promulgação da Constituição Federal de 1934, bem como se criou o primeiro órgão oficial voltado

para a questão urbana referente à moradia popular - a Fundação da Casa Popular [1946].

O contexto histórico do período em pauta foi marcado pela passagem da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial (com foco nas políticas de substituição de importações), sendo, portanto, quando ocorreram as primeiras mudanças institucionais no país que visavam fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria. (MEDEIROS, 2001; STORPER, 1990).

Em relação à Constituição de 1934, cabe pontuar que pela primeira vez legislou-se acerca da função social da propriedade. No entanto, para Gondim (2012), o conteúdo em questão não se contrapunha à concepção individualista da propriedade privada, apenas legitimava algumas intervenções do Estado, tais como desapropriação (mediante pagamento em dinheiro prévio e justo) e edição de normas para a construção e ocupação de edificações, visando à salubridade e à segurança. Fora isso, ainda em referência à Constituição, vale ressaltar que a proteção da natureza figurou como um princípio fundamental para o qual deveriam concorrer a União e os Estados. (MEDEIROS, 2006).

O CF surge nesse contexto - no governo de Getúlio Vargas - juntamente com os códigos de Água, Minas, Caça e Pesca e a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Para Medeiros (2006), tal surgimento é fruto da influência e da pressão de movimentos organizados voltados à proteção da natureza, bem como da necessidade de reorganização da exploração florestal no Brasil. Na versão de Igari e Pivello (2011), o CF daquela época objetivava, principalmente, manter estoques de lenha e caça, e não propriamente conservar os ecossistemas nativos.

A Fundação da Casa Popular (FCP) [1946] foi o primeiro órgão de escopo nacional voltado exclusivamente à provisão habitacional, com foco tanto na construção de novas unidades como no financiamento de obras de infraestrutura. O resultado da produção habitacional realizada pela FCP foi praticamente inexpressivo em relação ao que se prepunha, tanto pelos escassos recursos disponíveis quanto pela postura populista e clientelista do governo da época. (DENALDI, 2003).

Sobre o período seguinte apresentado na tabela [1960-1970], tem-se a extinção da FCP em 1964, ano em que foram criados o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), Banco Nacional de Habitação (BNH) e

as Companhias de Habitações (COHABs⁵⁸). Entre 1964 e 1985, período de atuação do BNH, foram construídas mais de 4 milhões de moradias e implantados os principais sistemas de saneamento do país, o que foi alimentado pelas contribuições compulsórias dos assalariados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [FGTS] e pela poupança privada relativa à Sociedade Brasileira de Poupança ou Empréstimo. Denaldi (2003) observa que o BNH foi criado sobre uma contradição insolúvel: atender prioritariamente, com a produção de moradias, a população de baixa renda, e ser lucrativo e autossustentável financeiramente, supondo que essa população poderia pagar pela casa própria não subsidiada. Consta-se ao final de sua gestão que a maior parte de sua produção habitacional foi destinada aos setores de renda média. Durante seus anos de atuação, alternaram períodos de maior e menor produtividade, assim como mudanças no escopo de seus programas e no foco de investimento de seus recursos⁵⁹. Maricato (1995) salienta que a criação e gestão do SFH/BNH e o impacto da Lei Federal 6766/79 de parcelamento do solo demonstram o caráter excludente das medidas modernizantes de produção do espaço urbano nos anos da Ditadura Militar.

Ainda no bojo desse período, ocorreu em 1965 o estabelecimento de um novo Código Florestal, o qual definiu as Áreas de Preservação Permanente (APP), estabelecendo sua definição e suas funções. No inciso II, do artigo 1º, delimitou-se APP como “coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a

⁵⁸ A atribuição das COHABs era funcionar como agente financeiro do BNH, vinculada aos programas populares que atenderiam famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos. As COHABs eram instituições sem fins lucrativos, de economia mista, com capital majoritariamente vindo do SFH.

⁵⁹ Na década de 1960 e início da década de 1970, a linha de atuação do BNH para favelas era ainda a erradicação. Somente no final da década de 1970 começaram a ser implementados os primeiros programas de recuperação de áreas informais. No início da década de 1980 a produção de habitações pelo BNH foi bastante expressiva, porém, os financiamentos foram praticamente concentrados nas famílias com renda acima de 3 salários mínimos, excluindo, assim, a população mais empobrecida. A extinção do BNH, em meados 1986, ocorreu devido às crises mundiais e a forte recessão econômica. (DENALDI, 2003).

biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”⁶⁰.

A década de 1970 marca o período no qual, teoricamente, pode-se falar na instauração de uma política urbana brasileira, pois é no ano de 1975 que se editou o item "Política de Desenvolvimento Urbano", no capítulo Desenvolvimento Urbano: Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente" do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) [1975-1979]. Na concepção de Steinberger (2013, p. 2), tal política representou “a política urbana da tecnoburocracia e da academia, que tinha o Estado como seu principal ator. Foi concebida, formulada e implantada pelo Estado sob um misto do marco do planejamento nacional-desenvolvimentista e do projeto de integração e segurança nacional”⁶¹. O título do capítulo dá pistas do viés preservacionista da concepção de meio ambiente.

Vale ressaltar que no âmbito da Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil coliderou com a China a aliança dos países periféricos contrários a reconhecer a importância dos problemas ambientais, defendendo que a poluição seria bem-vinda desde que trouxesse crescimento econômico. Porém, o governo acabou alinhando-se à tendência internacional de criar instituições voltadas à questão ambiental, no bojo de um momento político decisivo para o país, com o início da discussão e implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) (VIOLA, 1999; RIBEIRO, 2001 *apud* MEDEIROS, 2006).

Nesse contexto, é instituída em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, “orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais”. Em relação ao texto do II PND no que se refere à temática ambiental, têm-se entre os seus objetivos “atingir o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastar o patrimônio nacional de recursos naturais”. (BRASIL, 1975 *apud* MEDEIROS, 2006, p. 53).

⁶⁰ A partir de 1996, o Código Florestal passou a ser modificado por diversas Medidas Provisórias, até ser totalmente reformulado em outubro de 2012 (BRASIL, 2012).

⁶¹ Para a autora, este foi apenas o ano [1975] em que o Estado Brasileiro se apropriou da expressão "política urbana", já utilizada em alguns países da Europa e da América Latina. Porém, em sua análise, ela defende que existiram políticas urbanas no Brasil desde o período colonial, compartilhadas somente entre aqueles que detinham o poder.

A Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), realizada em Vancouver, no ano de 1976, foi marcada pela crença na produção em grande escala de moradias em conjuntos habitacionais como forma de sanar a problemática do déficit habitacional, sem ressaltar as questões das configurações rural-urbanas e do meio ambiente. (GROSTEIN, 2001; ABRAMOVAY; SACHS, 1995).

A década de 1980 é considerada “a década perdida” em termos quantitativos nos níveis da produção industrial e de renda per capita. Durante este período, a trajetória de desenvolvimento do Brasil foi marcada por uma série de problemáticas bastante profundas, como a pauperização relativa e absoluta de grandes segmentos da população; a rápida migração do meio rural para o meio urbano e o aumento da violência nas cidades; ciclos macroeconômicos viciosos de expansão econômica, hiperinflação e estagflação; endividamento crescente; inchamento das burocracias; etc. (STORPER, 1990).

Em meio à crise econômica vigente, houve a extinção do BNH, em 1986, que passou suas atribuições à Caixa Econômica Federal (CEF). Contata-se também, nesta época, a ocorrência de reformulações constantes nos órgãos responsáveis pelas questões urbana e ambiental. De 1985 a 1989, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), que passou a deter as atribuições da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA); em seguida o MDU se transformou em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU) e, posteriormente, em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES); a questão ambiental passou então, em 1990, a ficar a cargo da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), vinculada à Presidência da República. Em 1989 o MBES foi extinto e a questão urbana da habitação voltou a ser atribuição do Ministério do Interior através da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária – SEHAC⁶². (DENALDI, 2003).

Certamente o arranjo institucional mais importante do período foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual dedica um capítulo específico à questão urbana e outro à questão relativa ao meio ambiente. Em relação à primeira, os artigos 182⁶³ e 183⁶⁴ trouxeram

⁶² A partir da metade de década de 1980, alguns programas federais surgiram com o intuito de financiar a autoconstrução através do mutirão (sistema que conta com a participação da população beneficiária na construção).

⁶³ O artigo 182 estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em

inovações significativas no que se refere principalmente à instituição da função social da propriedade e da cidade⁶⁵. No que se refere à segunda, o artigo 225 estabeleceu o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ficando a cargo do poder público e da coletividade a responsabilidade de proteger e preservar o ambiente para as presentes e futuras gerações.

Cabe lembrar que um ponto crucial a respeito da Constituição de 1988, que reflete o contexto histórico da época – de abertura político-institucional –, foi a institucionalização da descentralização por meio do dimensionamento das funções dos níveis de governo e das redefinições territoriais do poder (maior autonomia dos governos locais frente às instancias regionais e nacionais), sob a ótica da participação popular e das definições dos mecanismos democráticos de poder. (ALVIM *et al.*, 2006; LEVY; JOYAL, 2011; MARICATO, 2001).

Acerca do contexto internacional da década de 1980, é pertinente pontuar a formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1983, e a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum* dessa comissão, em 1987, colocando na pauta de discussão mundial o conceito de desenvolvimento sustentável⁶⁶.

Na década de 1990, inaugura-se o que Filgueiras (2006) chamou de a “era liberal no Brasil”, através da instauração do discurso

lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo que o instrumento básico desta política é o Plano Diretor.

⁶⁴ O artigo 183 fixou que aquele que possuir, como sua, área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Este artigo abriu a possibilidade de regularização de extensas áreas de cidades brasileiras ocupadas por favelas, vilas ou invasões, bem como loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias urbanas (OLIVEIRA, 2001).

⁶⁵ Não se pode deixar de ressaltar que a inclusão na carta magna da função social da propriedade e da função social da cidade representou uma das vitórias mais expressivas do movimento nacional de reforma urbana por meio da apresentação de uma emenda de iniciativa popular à Constituição Federal de 1988. (MARICATO, 2005). No entanto, tal função tem sido comprometida pela ideologia do neoliberalismo e das correspondentes estratégias de privatização, que reforçam o paradigma individualista dos direitos plenos de propriedade imobiliária (FERNANDES, 2006).

⁶⁶ Já foram discutidas as controvérsias desse conceito no capítulo teórico desta pesquisa.

liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações. Essa década foi marcada por relações entre as ações governamentais nacionais e organismos multilaterais de cooperação internacional, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU), os quais adquiriram um papel bastante importante na determinação de parâmetros para a construção de políticas socioambientais urbanas do país.

No Governo Collor (1990), a área de habitação se vinculou ao Ministério de Ação Social, que substituiu o MBES, estando ainda desassociada das áreas de saneamento e desenvolvimento urbano. O mais importante programa habitacional lançado foi o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)⁶⁷. Na área ambiental, a nomeação de José Lutzemberger como secretário nacional do meio ambiente marcou a atuação desse governo. Na visão de Viola (1999), tal feito:

[...] sinaliza uma nova responsabilidade ambiental que o governo brasileiro pretendia assumir. A súbita conversão ambientalista de Collor explica-se pela necessidade de ganhar a confiança da opinião pública do Norte para seu programa econômico globalista-conservador que requer como um de seus elementos cruciais a vinda de novos investimentos estrangeiros ao país.

No governo seguinte, de Itamar Franco (1992 a 1994), desenvolveu-se o programa Habitar Brasil que previa a utilização de recursos orçamentários para financiar a produção de moradias e a urbanização de favelas por meio da gestão participativa dos recursos pelos fundos e conselhos locais compostos por representantes da sociedade civil e do governo municipal. Todavia, esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. (DENALDI, 2003).

No período do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), de 1995 a 2002, avanços podem ser identificados na concepção da questão

⁶⁷ Nesse governo foi implementada uma medida econômica que desestruturou a política econômico-social do país - o confisco das cadernetas de poupança - o que estagnou a poupança e o FGTS, comprometendo severamente a política habitacional já deficitária, pois estas eram suas maiores fontes de recursos para execução de programas na área.

habitacional, para qual a moradia passou a ser entendida no âmbito de um contexto mais amplo, levando em consideração as questões ambientais, urbanas, de saneamento e desenvolvimento institucional. Houve também um forte reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, bem como da proporção da ilegalidade das cidades. Porém, a defasagem entre discurso e prática se fez presente devido, sobretudo, à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁶⁸. Somente na metade do segundo governo FHC que foi aprovado o Projeto de Lei Estatuto da Cidade (EC) (Lei n.º 10.257/2001) que, desde 1990, estava aprovado pelo Senado Federal e que tramitava, na forma de outro projeto de lei (Desenvolvimento Urbano), desde 1983. (DENALDI, 2003).

No contexto da questão relativa ao meio ambiente, na década de 1990, ocorreu a regulamentação do SISNAMA e do CONAMA pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990. Verifica-se, neste período, uma constante alteração dos órgãos responsáveis pela questão do meio ambiente, como pode ser visto no quadro 5. Em 1998 foi instituída a Lei de Crimes ambientais n.º 6.905⁶⁹.

É também nessa década [1990] que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, conhecida como Cúpula da Terra, ECO 92 ou Rio 92, que em suas conclusões considerou que $\frac{3}{4}$ do crescimento da população urbana mundial, na última década do século XX, será absorvido por cidades do chamado terceiro mundo, e colocou em evidência questões ligadas à pobreza urbana e ao custo econômico e social da degradação socioambiental urbana. (GROSTEIN, 2001).

Outro evento de destaque foi a Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos Humanos (Habitat II), que ocorreu em 1996, em

⁶⁸ Muitas mudanças na política habitacional brasileira buscaram adequação ao ideário neoliberal, como redução do papel do Estado e criação de instrumentos para dinamizar o mercado. A aprovação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), proposta de Lei de autoria da ABECIP (Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), viabilizou a extensão da alienação fiduciária aos imóveis urbanos e deu maior garantia de sustentabilidade financeira às operações (DENALDI, 2003).

⁶⁹ Interessa pra esta pesquisa saber que o artigo 38 da Seção II [Dos Crimes contra a Flora] determinou como pena a detenção, de um a três anos, ou a multa, ou ambas as penas cumulativamente para atos de destruição ou danificação de floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilização da mesma com infringência das normas de proteção.

Istambul, Turquia, que acentuou a importância das cidades e metrópoles no contexto das nações, bem como a aplicação do conceito de sustentabilidade urbana. Numa análise a respeito do texto produzido no processo de preparação dessa Conferência, Oliveira (2001) aponta que se inicialmente o texto faz um apelo acerca da segregação residencial, periferação dos pobres, marginalização social e ecológica; ao longo de seu percurso transmite um discurso típico do planejamento estratégico e da modernização ecológica das cidades⁷⁰.

Vale acrescentar que a Agenda 21, produto da conferência Rio-92, e a Agenda Habitat II, fruto da Conferência Habitat II, têm pautado políticas públicas e práticas urbanas em diversas cidades e metrópoles⁷¹. Entre as diretrizes aí formuladas, destacam-se: a ideia de desenvolvimento sustentável; a necessidade de coordenação setorial; a descentralização de tomada de decisões; e a participação das comunidades interessadas em instâncias específicas da gestão urbana. (GROSTEIN, 2001).

A primeira década deste século pode ser considerada como um período chave no que se refere ao estabelecimento de avanços institucionais relacionados com a problemática socioambiental urbana. O EC, de acordo com seu artigo primeiro, “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Trata também em seu texto sobre o direito a cidades sustentáveis, tido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

É somente com a aprovação do EC que de fato ocorreu a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição, treze anos após sua promulgação. O EC reúne instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem vir a garantir efetividade ao Plano Diretor (PD), responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da

⁷⁰ Tal linha de argumentação contraditória pode ser explicada por um dado que considero bastante relevante sobre a confecção do documento ter sido realizada por 33 colaboradores, que possivelmente apresentam diferenças internas.

⁷¹ Em maio de 1999 foi publicado o documento Cidade Sustentáveis, um dos 6 documentos de referências produzidos com o objetivo de subsidiar a Agenda 21 brasileira. (OLIVEIRA, 2001).

propriedade urbana⁷², como preconiza o artigo 182 da Constituição. (OLIVEIRA, 2001). Para Rolnik (2002), o sentido do PD é estabelecer nitidamente uma diretriz que garanta o direito à cidade, pois a cidade e a propriedade urbana precisam, necessariamente, cumprir sua função social, cuja base é o direito de todos à moradia.

Nesse contexto, a esfera municipal assume função de protagonista ao ser a principal responsável pela formulação, implementação e avaliação permanentes de sua política urbana, estabelecida no PD, sendo necessariamente quem deverá indicar a função social da propriedade e da cidade. (OLIVEIRA, 2001). Isso significa afirmar que a aplicação de qualquer benefício ou sanção à propriedade que não cumpra sua função social fica sujeita à existência de um PD da cidade. (MARTINS, 2006).

Cabe ponderar, com base em Villaça (2005), que o a ideia de Plano Diretor não é um fenômeno novo no país. Pelo contrário, está presente no contexto brasileiro desde 1930, ano em que foi publicado, em francês, o conhecido Plano Agache, elaborado por esse urbanista francês para a cidade do Rio de Janeiro. A Constituição Federal de 1988 já determinava a obrigatoriedade do Plano Diretor para todas as cidades com mais de 20.000 habitantes. O EC estendeu essa obrigatoriedade para diversas outras categorias de cidades, tais como as integrantes de áreas metropolitanas, de áreas de especial interesse turístico etc., independente do tamanho da população.

Segundo o EC, o conteúdo do PD deve ser aprovado por lei municipal e conter no mínimo [art. 42]: (i) delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização; (ii) delimitação das condições e das áreas onde poderão ser aplicados os novos instrumentos urbanísticos definidos no Estatuto: direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir e da alteração de uso do solo, operação urbana consorciada, transferência do direito de construir; e (iii) sistema de acompanhamento e controle. No Apêndice B, encontra-se um quadro que procura tratar dos instrumentos obrigatórios para a constituição do PD.

Desses instrumentos obrigatórios, vale aqui discorrer sobre o Direito de preempção, tendo em vista que o estudo de caso deste

⁷² No artigo 5º da CF fica garantido o direito de propriedade em todo território nacional, mas também se estabeleceu que toda propriedade deverá atender a sua função social.

trabalho apresenta uma situação na qual esse instrumento poderia ter sido utilizado.

O Direito de preempção confere ao poder público municipal preferência para a compra de imóvel urbano, respeitado seu valor no mercado imobiliário, antes que o imóvel seja comercializado entre particulares. Para isso, o município deverá possuir lei municipal, baseada no PD, que delimite as áreas onde incidirá a preempção. Esse instrumento prevê a aquisição de áreas para a construção de habitações populares, para a implantação de atividades destinadas ao lazer e recreação coletivos, ou para a realização de obras públicas de interesse geral. Seu uso permite que o município constitua gradativamente uma reserva fundiária ou estoque de terrenos.

Além dos instrumentos urbanísticos obrigatórios acima relacionados, diversos outros, embora mencionados no texto do Estatuto, não são exigidos para a elaboração do Plano, como, por exemplo: Estudo de Impacto de Vizinhança, Usucapião Especial de Imóvel Urbano, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e a própria delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). (MARTINS, 2006). Encontra-se também nos Apêndices (Apêndice C) um quadro que discorre sobre esses instrumentos não obrigatórios.

É pertinente discutir aqui, com um pouco mais de aprofundamento, a respeito da ZEIS, a qual pode ser conceituada como um instrumento de regulação e controle do uso e ocupação do solo, a partir da previsão de parâmetros urbanísticos específicos para as áreas destinadas à habitação de interesse social. Antes de constar no EC, a Lei Federal no 6.766/79, com redação alterada pela Lei no 9.785/99, faz referência a ZEIS, para as quais traça exigências mínimas mais brandas que a média [art. 2o, § 6º]. (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Rolnik (2006), a ZEIS passou a ser usado a partir da década de 1980, resultado das lutas de moradores de assentamentos irregulares por melhores condições urbanísticas e pela regularização da terra. O objetivo desse instrumento é, sobretudo, a inclusão no zoneamento da cidade de uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, constituir padrões urbanísticos próprios e, de forma geral, mais flexíveis para dados assentamentos. Como desdobramento desse instrumento, tem-se que com a regularização de ocupações urbanas e o investimento em infraestrutura, os moradores de ZEIS passam a pagar impostos e taxas, aumentando a arrecadação do município.

Entretanto, vale considerar, a partir de Pereira (2010), o caráter segregativo que pode emergir da utilização de um instrumento que cria

no interior da cidade áreas para a população de baixa renda. É imprescindível refletir que se essas áreas não forem devidamente estudadas, poderão repetir as experiências europeias ou americanas onde elas se transformaram em verdadeiros guetos.

Segundo o mesmo autor, uma possível alternativa reside no aproveitamento do conceito de zoneamento urbano sem necessariamente dividir a cidades segundo zonas diferentes de acordo o padrão construtivo.

Seria o conteúdo da construção que definiria os parâmetros construtivos e não as áreas previamente definidas em mapas. O objetivo seria a não segregação, a integração social e de funções; a busca da cidade mista em termos funcionais e sociais. (PEREIRA, 2010, p. 9)

Martins (2006) pondera que instrumentos mais vinculados ao “valor de uso” do território não necessariamente precisam estar delimitados no PD, ao passo que aqueles que interferem nas regulamentações urbanísticas, alterando-as de modo negociado (direito de preempção, outorga onerosa, operação urbana, transferência do direito de construir), bem como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (e conseqüentemente o IPTU progressivo no tempo), devem obrigatoriamente constar.

Conforme visto, para efetivar o controle do uso e ocupação do solo urbano, os municípios têm o poder da desapropriação dos terrenos especulativos para fins de reforma urbana, principalmente, para interesse social, pois o EC configura entre os principais abusos de direito e da função social da propriedade, a “retenção especulativa do solo urbano não construído ou qualquer outra forma de deixá-lo subutilizado ou não utilizado” (Art. 8º, I). No entanto, segundo Carneiro e Faria (2005), apesar desta referência, o Estatuto da Cidade omite um ponto importante: o instrumento do cadastro imobiliário. Esse instrumento seria necessário para mapear os terrenos ociosos, destinados à especulação imobiliária, para posteriormente enquadrá-los na lei específica.

Ainda sobre o EC, nada talvez seja mais tributário de análises críticas quanto à efetividade do conteúdo de seu capítulo IV, o qual se dedica à gestão democrática da cidade, onde a participação popular assume papel de destaque. A partir do texto em questão, projetos de lei podem partir de iniciativa popular, garantindo-se o veto da população a

propostas contrárias ao seu interesse. As associações de moradores podem representar em juízo a vontade de seus membros. Estão previstos espaços para a participação popular através de audiências públicas, conselhos municipais, plebiscito e referendo. Da mesma forma, planos urbanísticos deverão, necessariamente, ser aprovados no âmbito do poder legislativo e, ainda, se prevê a manifestação de entidades representativas durante as sessões nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas. (BRASIL, 2001).

Dando continuidade a discussão sobre os acontecimentos no âmbito do urbano que marcaram a primeira década do século XXI, no ano de 2003, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi instituído o Ministério das Cidades (MCidades), que segundo Maricato (2005) decorreu da intenção de se preencher uma lacuna institucional existente, que retirava o Governo Federal da pauta de discussão sobre a política urbana e o destino das cidades. Além da ausência de marcos institucionais ou marcos regulatórios claros para as políticas setoriais urbanas, como é o caso do saneamento, da habitação e do transporte.

Ele ficou encarregado das políticas nacionais para os principais problemas sociais relacionados ao território nas aglomerações urbanas: a habitação, o saneamento ambiental e o transporte e trânsito urbanos. [...] O Ministério das Cidades expressa em sua estrutura deliberação de superar a visão setorial que tantos prejuízos trouxe às nossas cidades: a moradia não pode ser tratada sem o transporte e o saneamento produzindo conjuntos habitacionais que são mais depósitos de pessoas do que cidades. Qualquer desses temas não deve ser visto isoladamente ou corporativamente, mas como parte do desenvolvimento urbano que tem na política fundiária e imobiliária um de seus eixos centrais. (MARICATO, 2005).

Ainda de acordo com a autora, uma das tarefas centrais do MCidades foi a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a qual adotou dois eixos de desenvolvimento: (i) um eixo intra-urbano, relacionado à produção do ambiente construído urbano, cujos principais indicadores se referem à exclusão ou segregação territorial; (ii) um eixo regional ou relacionado à dinâmica de inserção do urbano nas várias escalas do território, que remete a

outros indicadores, de classificação das cidades, seus passivos e potencialidades (MARICATO, 2005, p. 8).

Em 2005, é instituída a Lei nº 11.124, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS. De acordo com Maricato (2005), a tese que fundamentou a criação de um novo modelo de financiamento habitacional no Brasil, do qual a instituição do FNHIS faz parte, foi a constatação de que o mercado privado têm oferecido um produto de luxo que abrange menos de 30% da população, e que a classe média tem se apropriado dos recursos subsidiados: públicos ou semi-públicos, como é o caso do FGTS, utilizados na promoção de moradias, deixando a população de baixa renda sem alternativas a não ser a ocupação de terras e a construção ilegal de suas casas. Neste sentido, o déficit habitacional está concentrado nas faixas de renda mais baixas: 92% está situado entre 0 e 5 salários mínimos e 84% entre 0 e 3 salários mínimos conforme o gráfico a seguir [figura 2]. No entanto, menos de 50% dos recursos sob gestão federal foram dirigidos para essas faixas.

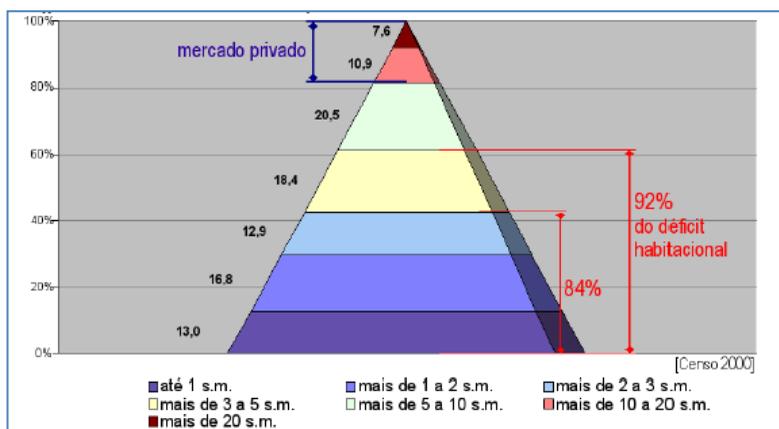


Figura 2: Gráfico da abrangência do mercado residencial privado e déficit de moradias

Fonte: IBGE (2000 *apud* MARICATO, 2005).

Em 2009, houve o estabelecimento da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que regulamentou o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. O objetivo principal dessa Lei consiste na

criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição de unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00.

Há quem considere que o Programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008. Assim como nos outros grandes programas federais para produção de moradia (a FCP e o BNH), a iniciativa privada é protagonista na provisão de habitações também no Programa Minha Casa Minha Vida, pois 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais. Esse protagonismo permitiu a concentração dos recursos na construção de habitações destinadas a famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, apesar de a maior demanda por moradia ser das famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos. Além disso, as prefeituras têm perdido poder, pois o programa estimula um tipo de urbanização e de captura dos fundos públicos que, por si só, torna mais difícil a aplicação dos instrumentos de reforma urbana previstos no Estatuto das Cidades, como a participação no planejamento e na execução de políticas urbanas. (FIX; ARANTES, 2009).

Sobre a primeira década do presente século e os anos iniciais desta segunda década, vale a pena discutir a proeminência de uma temática de fundamental importância para esta pesquisa, que se relaciona à questão da regularização de áreas informais localizadas sobre APP. Como já foi afirmado anteriormente, as APP apareceram na legislação brasileira, pela primeira vez, no Código Florestal de 1965. Ao longo de um longo período, essas áreas tiveram que, juridicamente, ser mantidas intactas, não havendo previsão de nenhum tipo de uso e ocupação do solo nessas faixas.

Bezerra e Chaer (2012) discutem algumas alterações que ocorreram em relação às APP, procurando situar o controverso debate sobre essas áreas, especialmente sobre as localizadas em meio urbano. Para início de reflexão, apresento o quadro 6, que dispõe sobre tais alterações.

Quadro 6: Alterações relativas às APP e o contexto urbano

Alterações	Conteúdo
CF de 1965	No inciso II, do artigo 1º, delimitou-se APP como “coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade

geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.”

Lei nº 7.511 de 1986 Apresenta dois tipos de APP, aquelas previstas e criadas pela lei, na forma do artigo 2º do código, e aquelas que demandam ato declaratório específico pelo poder público, previstas no artigo 3º

Lei nº 7.803 de 1989 Faz a inserção de um único parágrafo na lei que estende às cidades as mesmas exigências da área rural.

Medida Provisória nº 2.166-67 de 2001 Define como APP como: “**área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei**, coberta ou não por vegetação nativa [...]” - e continua o mesmo texto já definido em 1965.

Fonte: elaborado com base em Bezerra e Chaer (2012).

Sobre a alteração feita pela Lei nº 7.511, referente aos dois tipos de APP, no artigo 2º, parágrafo único⁷³, é onde reside a maior polêmica em relação ao contexto urbano. Esse parágrafo, acrescido pela Lei nº 7.803 de 1989⁷⁴, provoca controvérsias devido a diferentes interpretações do termo “limites”, gerando pontos de vista defensores de que as delimitações devem ficar a cargo do ente federativo municipal, sob pena de ser a lei local uma mera repetição da federal⁷⁵. Do outro lado, há uma visão que sustenta que os limites a que se refere a lei federal sejam os máximos e que os limites instituídos pelo poder local só podem ser menores⁷⁶.

O artigo 3º, segundo as autoras, também ganhou distintas explicações, muitas vezes contrárias entre si, que interferiram em sua

⁷³ Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

⁷⁴ A transposição da exigência do CF para o meio urbano somente ocorreu nesse ano por meio da inserção de um único parágrafo e não foi suficiente para extinguir as dúvidas sobre a sua aplicabilidade. (BEZERRA; CHAER, 2012).

⁷⁵ Para essa perspectiva, os limites federais não podem ser mínimos, porque a limitação municipal seria mais restritiva, fato que remeteria ao paradoxo de serem as exigências urbanas maiores que as exigências rurais (BEZERRA; CHAER, 2012).

⁷⁶ Cabe observar que a discussão acima não se refere ao tema da regularização fundiária.

aplicação sobre o meio urbano. Antes da medida provisória de 2001⁷⁷ e também, antes da Resolução nº 369 do CONAMA⁷⁸, o parágrafo primeiro deste artigo fazia referência a casos específicos de retirada de vegetação em APP. As principais discussões discorriam da possibilidade de aplicação da supressão da vegetação a todos os tipos de APP ou somente aqueles contemplados pelo artigo 3º.

A partir de 2001, a Medida Provisória (MP) referida no quadro 8 passa a dispor sobre o assunto através do artigo 4º, abolindo as dúvidas em relação aos tipos de APP sujeitos à possibilidade de supressão de vegetação e, inclusive, cita os casos de APP tratados pelo artigo 2º do CF. Da mesma forma, delega ao órgão ambiental competente a autorização para a retirada de vegetação em áreas urbanas, desde que fique comprovada a inexistência de alternativa técnica ou locacional para o determinado empreendimento, bem como a utilidade pública ou interesse social, conforme as definições contidas na própria MP.

Para o EC, a regularização fundiária é estabelecida como uma importante meta; e juntamente com a Medida Provisória nº 2.220/2001, configuram institutos capazes de aplicarem direta e indiretamente a regularização fundiária. Porém, no tocante ao tratamento da questão relativa ao meio ambiente, Bezerra e Chaer (2012) discutem a ausência de clareza no tratamento da questão ambiental no EC, o que faz prevalecer uma visão mais fortemente vinculado ao social, que entende que os instrumentos de regularização facultam ao Estado remover a população nos casos de prejuízos ambientais, mas obrigam nos casos de riscos à saúde e à vida da população. Elas prosseguem refletindo que:

Na realidade, não existem no Estatuto condições objetivas para os procedimentos de compensação do recurso ambiental afetado, nem nos casos de regularização fundiária com permanência da população, nem mesmo nos casos das áreas mais frágeis, onde a remoção da população é necessária para resguardo da sua própria segurança. (BEZERRA; CHAER, 2012, p. 29).

Em 2002, tem-se a instituição da Resolução nº 303 que regulamenta o Artigo 2º da Lei nº 4.771 de 1965, no que concerne às

⁷⁷ Em seu artigo 4º, que prevê a possibilidade de supressão de vegetação das faixas para ações de interesse público ou social, através de prévia autorização.

⁷⁸ Dispõe sobre casos de supressão.

APP, tratando sobre seus parâmetros, definições e limites. Quatro anos mais tarde, em 2006, estabelece-se a Resolução do CONAMA nº 369, que aborda de maneira contundente a dimensão urbana e suas interfaces com a regularização fundiária. De acordo com as autoras supracitadas, essa última Resolução pode ser considerada “um avanço na tentativa de construção de uma visão urbana da aplicação de APP”. Trago no Box 1 informações a respeito dessa resolução:

BOX 1: Considerações sobre a Resolução do CONAMA nº 369

A Resolução em questão, ao tratar da problemática da ocupação ilegal, dedica parte do conteúdo de seu texto especificamente à regularização fundiária. Ela dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação, mediante autorização do órgão ambiental competente.

Em relação ao conceito de preservação mantido em seu conteúdo, em suas primeiras considerações, o texto caracteriza as APP, como regra geral, pela intocabilidade e vedação de uso econômico direto. A intervenção em APP na forma de regularização fundiária está prevista no texto da Resolução como um dos casos de interesse social. Os casos de interesse social já haviam sido distinguidos pela MP nº 2.166-67, mas a regularização fundiária não estava arrolada entre eles.

Para atender aos requisitos da Resolução, a ocupação precisa ser residencial e promovida por população de baixa renda. O poder municipal deve declarar a área como ZEIS, através do Plano Diretor ou de Lei Complementar. O assentamento deve possuir pelo menos três itens de infraestrutura e densidade demográfica de, no mínimo, cinquenta habitantes por hectare. Outra condição é a sua aplicação apenas sobre ocupações consolidadas até 10 de julho de 2001, em consonância com os instrumentos de regularização instituídos pelo Estatuto da Cidade.

A principal contribuição da Resolução, no sentido de possibilitar o entendimento mais amplo do conceito de proteção, é a introdução do Plano de Regularização Fundiária Sustentável. As exigências desse plano permitem a análise de cada caso em especial, com suas particularidades e soluções condizentes com as condições reais do meio em que se situa a ocupação.

Fonte: Bezerra e Chaer (2012) e Brasil (2006).

A Lei referente ao programa habitacional MCMV dedicou um capítulo sobre o tema da regularização fundiária, revalidando sua conceituação e o conteúdo dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Como avanços desse arranjo institucional, destaca-se a possibilidades: (i) de que a esfera municipal atue integradamente no licenciamento

ambiental e urbanístico do projeto de regularização fundiária⁷⁹ e (ii) de regularização das ocupações em APP - mediante estudo técnico que comprove a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior. (ARAÚJO, 2012).

No âmbito do debate atual relativo ao CF⁸⁰, visualiza-se um cenário profundamente acirrado, permeado por uma revisão que se arrastou por mais de uma década, iniciada pelo Projeto de lei nº 1.876 de 1999. Nos anos recentes, discussões e votações decisivas no Congresso desembocaram num controverso texto legal, alvo de intensos debates entre diferentes setores da sociedade. Por fim, após uma longa tramitação no Congresso Nacional, o novo CF foi então aprovado pela recém-criada Lei Ordinária nº 12.651 de 25 de maio de 2012, cujo texto recebeu vetos da Presidência da República.

Bezerra e Chaer (2012) assinalam que no novo CF ainda prevalece a visão de que se estendem para as cidades as mesmas exigências da área rural, deixando em aberto toda a discussão a respeito da inter-relação entre o meio construído e o natural a ser protegido. Perdeu-se assim uma grande oportunidade de avanço na gestão da regularização fundiária urbana, pois o novo CF poderia ter contemplado em conjunto com a definição da ZEIS, prevista no Estatuto da Cidade, o Plano de Regularização Fundiária Sustentável (PRFS), ao qual as condições e possibilidades de cada projeto de regularização em APP estariam subordinados.

Esta síntese possibilitou visualizar, entre outras coisas, que os arranjos institucionais ligados à questão urbana precederam o reconhecimento do meio ambiente como objeto de políticas públicas, o que, por sua vez, somente veio a acontecer a partir da década de 1970, sem, contudo, que houvesse uma articulação verdadeira entre a questão ambiental e os problemas urbanos. Nesse sentido, vislumbra-se um distanciamento entre os arranjos institucionais ligados ao espaço urbano e aqueles ligados à questão ambiental, ao longo da história do país, o que somente de fato foi quebrado com a promulgação do EC em 2001, quando se coloca na pauta de discussão a função socioambiental das cidades, a qual pode ser considerada um dos maiores avanços institucionais dessa legislação atentando para a necessidade de se rever

⁷⁹ Segundo informações do técnico da Fundação de Meio ambiente de Florianópolis (FLORAM), entrevistado desta pesquisa, já está havendo a reestruturação da Fundação para dar início aos processos de licenciamento urbano que serão realizados pelo município.

⁸⁰ Até hoje cerca de trinta e seis projetos de lei já tentaram derrubar o CF.

o modelo da propriedade privada. Ainda assim, prevalece no EC, uma visão mais fortemente vinculada à proteção do social, não existindo nessa legislação condições objetivas para os procedimentos de compensação do recurso ambiental afetado. As lacunas deixadas sobre a possibilidade de amenização da tensão existente entre o direito à moradia e a proteção ambiental pelo recente Código Florestal demonstram a permanência de uma visão dicotômica entre meio ambiente e sociedade.

PARTE 2 - O ESTUDO DE CASO

4 A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS E AS OCUPAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EM APP

A discussão sobre o desenvolvimento urbano do município de Florianópolis – *locus* do estudo de caso desta pesquisa - necessita perpassar pela reflexão acerca da trajetória de desenvolvimento litorânea do estado de Santa Catarina. Neste capítulo, procuro esboçar inicialmente uma perspectiva histórica em relação a esse desenvolvimento, para, então, tratar de algumas consequências do modelo de desenvolvimento adotado, em específico, no que se refere à degradação socioambiental de áreas ecologicamente protegidas no meio urbano, sobretudo em relação ao município de Florianópolis.

Para isso, divido o capítulo em três momentos: (i) aquele que trava um debate sobre o desenvolvimento urbano de Santa Catarina, com foco no município de Florianópolis; (ii) aquele que discute pesquisas que apontam para o processo de favelização desse município; e (iii) aquele que analisa alguns arranjos institucionais do município de Florianópolis referentes à problemática em questão neste estudo.

4.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE SANTA CATARINA: FLORIANÓPOLIS EM PERSPECTIVA

Os indícios mais remotos referentes à presença humana no litoral catarinense estão relacionados aos *sambaquis* – sítios arqueológicos que remontam 5.000 anos⁸¹; bem como às oficinas líticas⁸² distribuídas em vários pontos da costa. (REIS, 2012). A ocupação indígena subsequente ao *homem do sambaqui* foi marcada principalmente pela presença do grupo tupi-guarani - os carijós. Parte desse grupo indígena viveu sobre os antigos sambaquis e desenvolveu atividades como, pesca, caça, agricultura de subsistência, coleta de alimentos e produção de cerâmica.⁸³

⁸¹ De acordo com Schmitz (2013), estas estruturas foram deixadas pelos pescadores marinhos e são interpretadas ora como lixeiras, surgidas naturalmente no lugar de assentamentos pesqueiros; ora como plataformas para servir de base de acampamento, levantadas com restos de fauna buscados e reunidos especificamente como material de construção; por fim, como gigantescos monumentos funerários.

⁸² Locais onde era praticado o polimento de instrumentos de pedra e onde estão gravados trabalhos artísticos (REIS, 2012).

⁸³ Informação retirada de: <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/albertina/cap3.htm>.

De acordo com Pereira (2011), o povoamento e o resultante desenvolvimento das atividades humanas no território de Santa Catarina tiveram como variáveis determinantes o quadro natural e os fatores geopolíticos e socioeconômicos. Consequentemente, e de forma geral, é possível visualizar duas formações socioespaciais distintas: o latifúndio pastoril no Planalto e a pequena produção mercantil no Litoral e encostas.

O povoamento do litoral catarinense data o século XVII, fruto da política expansionista de Portugal para o sul do Brasil, com a fundação, por colonizadores vicentistas, de vários núcleos de povoamento, como é o caso de São Francisco do Sul (em 1658), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, em 1673) e Laguna (em 1676). Em meados do século XVIII⁸⁴, iniciaram-se os fluxos de imigrantes provenientes do arquipélago dos Açores, os quais, para sua subsistência na região, passaram a se dedicar à pesca artesanal e à policultura (PEREIRA, 2003). Segundo Reis (2012), a ocupação colonial decorrente desses fluxos imigratórios no litoral catarinense gerou uma economia local pautada na pequena propriedade, cuja formação social manteve-se até recentemente.

Em relação a Florianópolis, a capital do estado, segundo Várzea (1957 *apud* FERREIRA, 1999), entre 1748 e 1765 aportaram na Ilha de Santa Catarina 4.000 açorianos, os quais foram colonizando, primeiramente, em torno da Vila de Nossa Senhora do Desterro e, posteriormente, toda a faixa costeira dando origem às freguesias⁸⁵.

A partir da segunda metade do século XIX, Santa Catarina foi palco de uma nova e expressiva corrente imigratória, desta vez, formada, sobretudo, por italianos e alemães. A colonização decorrente foi marcada por comunidades “relativamente homogêneas do ponto de

⁸⁴ Nesse século, ampliou-se e consolidou-se, portanto, a ocupação do litoral de Santa Catarina, com a instalação de bases político-militares (construção de um complexo de fortificações na Ilha de Santa Catarina e áreas vizinhas) e à edificação de armações baleeiras para a extração de óleo de baleia - utilizado nos séculos XVIII e XIX para vários fins – através do trabalho escravo. (PEREIRA, 2003).

⁸⁵ Desenvolveram-se as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, atual Distrito da Lagoa da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades de Santo Amaro de Lisboa, atual Distrito de Santo Antônio de Lisboa, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, atual Distrito de Ribeirão da Ilha, Santíssima Trindade Detrás do Morro, atual bairro Trindade, São João do Rio Vermelho, atual Distrito de Ingleses do Rio Vermelho e a freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, atual Distrito de Canasvieiras.

vista da organização sociocultural”, as quais compartilhavam “uma história e uma ética do trabalho marcadas pela valorização da autonomia local e da coesão comunitária, pelo envolvimento familiar e pelas relações de ajuda mútua.” (VIEIRA; CUNHA, 2002, p. 291).⁸⁶

Para Sostizzo (2011), a diversificação das atividades nas três primeiras décadas dessa nova colonização rompeu com a dinâmica econômico-social açoriana. Começaram a surgir as primeiras atividades industriais, as quais já vinham acontecendo nacionalmente. No começo do século XX, passaram a se consolidar os setores que predominaram na economia catarinense até o final dos anos 1960: o extrativismo da madeira, erva-mate, o alimentar e o têxtil.

A dinâmica desenvolvimentista decorrente dos processos de colonização em pauta começou a apresentar indicadores de crise a partir dos anos 1980 e Santa Catarina, apesar de suas singularidades, também passou a sofrer com o elevado êxodo rural⁸⁷ e com o aumento dos problemas urbanos. Uma das consequências mais visíveis diz respeito aos impactos gerados pela urbanização intensiva e pela concentração demográfica - sobretudo na zona costeira; tudo isso somado aos efeitos nocivos da especulação imobiliária, e de dinâmicas de ocupação dos espaços e de promoção do turismo de verão e de lazer propulsoras de um volume crescente de impactos negativos sobre o meio ambiente biofísico e sobre a qualidade de vida (VIEIRA *et al.*, 2009).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], a população total do estado de Santa Catarina em 1940 era constituída por 1.178.340 habitantes. Em 2010, a quantidade total de habitantes figurava na marca dos 6.248.436. A população urbana saltou de 253.717 habitantes (21,53% do total de habitantes) em 1940 para 5.247.913 em 2010 (83,98% do total da população). Para Pereira (2011), tais dados relativos à população demonstram que a realidade catarinense reflete a brasileira, tendo em vista que o crescimento absoluto da população residente nas cidades foi acompanhado pela redução relativa da população do meio rural.

⁸⁶ A trajetória do desenvolvimento catarinense, por conseguinte, apresenta algumas singularidades se comparada ao desenvolvimento de outros estados brasileiros. Dentre elas, destacam-se: uma população bem distribuída, o desenvolvimento regional baseado nos pequenos empreendedores e nas pequenas propriedades rurais (CUNHA; VIEIRA, 2002).

⁸⁷ A população rural em 1970 representava mais da metade do total de habitantes do estado de Santa Catarina (57%). Em 2000, esta participação caiu para aproximadamente um quinto da população total (21,3%) (CASAGRANDE, 2006).

Segundo a mesma autora, faz-se necessário considerar que o processo de urbanização das últimas décadas no estado vem promovendo a conurbação de núcleos urbanos, particularmente os do litoral centro-norte. Esta situação está também intimamente relacionada com os crescentes fluxos turísticos que contribuem para a aceleração das transformações na organização socioespacial das cidades litorâneas. Dados do IBGE demonstram que os municípios com as mais elevadas taxas de crescimento anual estão de fato localizados na zona costeira. Além do que, dentre os dez maiores municípios do estado em população, apenas dois deles, Lages e Chapecó, não estão localizados no litoral. Porém, é preciso ter em mente que este fenômeno da litoralização⁸⁸ não corresponde a um processo recente - como alguns autores têm afirmado - visto que o estado de Santa Catarina sempre concentrou maior contingente populacional no litoral. (PEREIRA, 2003).

Assim, a faixa litorânea de Santa Catarina reúne uma expressiva porção da rede urbana catarinense, concentrando algumas de suas maiores cidades: Joinville e Itajaí [centros industriais]; Florianópolis [terciária e administrativa]; e os portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba. (REIS, 2012).

A combinação entre o sistema rodoviário federal, as rodovias estaduais e os portos foi o que trouxe um novo dinamismo a muitas cidades localizadas no litoral, “traduzindo no território catarinense as determinações de uma lógica capitalista expressa por novas relações políticas e econômicas” (PEREIRA, 2011, p. 259).

O desenvolvimento turístico pode ser considerado parte desse novo dinamismo. Cabe observar que a forma como esse desenvolvimento vem ocorrendo tem repercutido em enormes alterações socioambientais na região.

A procura por suas exuberantes praias tem criado inúmeros balneários, consolidando de forma praticamente contínua, extensa faixa urbanizada.

⁸⁸ A faixa litorânea, situada numa distância de até 60 quilômetros a partir do mar em direção ao interior, composta por 93 municípios e abrangendo 25% da superfície territorial de Santa Catarina, passou a abrigar 59% da população catarinense, em 2000, contra 55%, em 1991. Nos últimos anos, a taxa anual de crescimento da população dessa faixa foi de 2,61%, enquanto no restante do Estado não passou dos 0,75% ao ano. Dos 27 municípios que tiveram maior crescimento populacional no Estado durante a última década, 17 estão no litoral. (EPAGRI, 2011 *apud* MIRANDA, 2012).

Balneário Camboriú, Itapema, Bombinhas, Florianópolis, Garopaba e Laguna exemplificam importantes cidades que têm hoje no turismo de sol-e-mar uma das suas atividades econômicas principais. (REIS, 2012, p. 44)

A utilização turística da região em pauta teve início na década de 1950, intensificando-se a partir da década de 1970 com a construção da BR-101. Os impactos socioambientais decorrentes deste processo, intimamente relacionado com o crescimento urbano e o aumento populacional, sugerem a degradação de ecossistemas naturais, a contaminação de rios e do mar, o comprometimento da balneabilidade, a baixa capacidade de abastecimento de água potável, a falta de infraestrutura de saneamento e transporte, o trânsito caótico nas temporadas de veraneio etc. Na porção central do litoral catarinense é onde se concentram com maior intensidade as ações antrópicas de consolidação urbana e transformação da paisagem. A cidade de Balneário Camboriú e a Ilha de Santa Catarina representam o ápice de um processo que avança por quase todos os demais municípios. (REIS, 2012).

Apesar de localizar a maior rede hoteleira do estado, a segunda residência continua sendo a tônica principal, consolidando tecidos urbanos que ocupam intensamente planícies quaternárias e avançam por sobre encostas. Loteamentos costeiros, ocupados inicialmente por residências unifamiliares, consolidam processo de verticalização e adensamento (Camboriú, Meia Praia, Bombas, Canasvieiras, Jurerê, Ingleses) [...]. Grandes empreendimentos têm se instalado, sinalizando a entrada maciça de capital estrangeiro. (REIS, 2012, p. 50).

A respeito do fenômeno de metropolização⁸⁹ referente ao território catarinense, cabe observar que até 1999, Santa Catarina

⁸⁹ Esse fenômeno está ligado ao processo de urbanização capaz de gerar dinâmicas territoriais de concentração e difusão dos aparatos econômicos, políticos, sociais e culturais em determinados aglomerados metropolitanos (RIBEIRO *et al.*, 2012). No que diz respeito ao nível institucional, a Constituição do Brasil de 1988 determinou que os estados instituísem Regiões Metropolitanas [RM]. A partir de 1998, as Unidades da Federação, na busca por

contava com três Regiões Metropolitanas (RM) instituídas pela Lei Complementar 162: (i) RM de Florianópolis, cujo núcleo central é a capital catarinense; (ii) RM do Vale do Itajaí, que tem Blumenau como principal eixo e (iii) RM do norte/nordeste, com destaque para Joinville. Em 2002, o então governador Esperidião Amin sancionou a Lei complementar 221, criando três novas regiões: RM da Foz do Rio Itajaí, a RM Carbonífera e a RM de Tubarão, as quais têm como cidades polo respectivamente Itajaí, Criciúma e Tubarão⁹⁰.

A Região Metropolitana de Florianópolis [RMF] foi extinta pela Lei Complementar 381 de 2007 e reinstituída pela Lei Complementar 495 de 2010. De acordo com o artigo 5º dessa última lei, o chamado Núcleo Metropolitano [NM] da RMF é formado pelos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Fora esses municípios, conta-se com uma Área de Expansão Metropolitana [AEM], da qual fazem parte os municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas. A figura 3 apresenta um mapa que destaca os municípios do NM da RMF.

soluções para problemas de gestão do território estadual, passaram a determinar novas RM, por meio de legislação estadual. (PEREIRA, 2011).

⁹⁰ Todas as regiões metropolitanas catarinenses estão localizadas em áreas litorâneas e de encostas, onde predominou a pequena produção mercantil (PEREIRA, 2011).

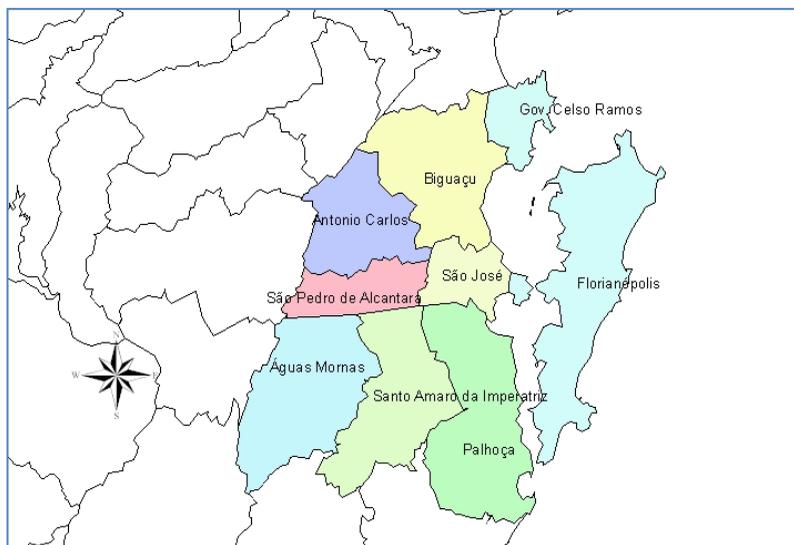


Figura 3: Mapa dos municípios do Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Florianópolis.

Fonte: Alves e Baeninger (2008).

Para Alves e Baeninger (2008), a Região Metropolitana de Florianópolis se caracteriza como uma rede urbana polarizada, na qual o aglomerado de municípios apresenta elevado grau de dependência econômica em relação ao município sede (Florianópolis⁹¹). Em decorrência disso, pensar a respeito do desenvolvimento urbano da Ilha de Santa Catarina demanda levar em consideração o fenômeno de conurbação entre os municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e, claro, Florianópolis (INFOSOLO/UFSC, 2006).

Até meados do século XX, a estruturação espacial dos núcleos urbanos desses municípios ocorreu de forma independente (ainda que houvesse fortes vínculos socioeconômicos entre eles), uma vez que o que predominava era o transporte marítimo e fluvial. (SUGAI, 2003).

⁹¹ Uma particularidade dessa relação está ligada ao fato de que Florianópolis se situa (quase em sua totalidade) numa ilha cujas únicas ligações rodoviárias, em funcionamento, são duas pontes. (ALVES; BARNINGER, 2008). A área total do município de Florianópolis é de 436,5 km². Compreende a Ilha de Santa Catarina, que constitui 97,22% do total, e um pequeno território na parte continental, anexado em 1944, e que representa 2,78% da área municipal. (SUGAI, 2003).

A substituição do transporte marítimo pelo rodoviário alterou as relações socioeconômicas e espaciais que até então se estabeleciam entre os núcleos urbanos dos quatro municípios. Alguns investimentos significativos, como a ponte Hercílio Luz, e a sua localização, contribuíram para que se definissem alterações na dinâmica urbana e imobiliária, na mobilidade espacial da população e na gradativa integração e posterior fusão espacial. A partir dos anos 50, iniciou-se o processo de ocupação das periferias na área continental e apenas na década de 60 começou a ocorrer o processo de conurbação dessas áreas urbanas. (SUGAI, 2003, p. 2).

De acordo com a mesma autora, um fator determinante para o processo de conurbação dessas áreas foi o fluxo de migrações rural-urbanas, principalmente na década de 1960, que, por sua vez, foi responsável por intensificar o processo de ocupação, sobretudo, de áreas limítrofes entre a parte continental de Florianópolis e o município de São José. É nesta mesma época que investimentos em empreendimentos legais nessa região passam a diminuir progressivamente, dando início a um quadro que se perpetua até hoje e ilustra a maior concentração de investimentos públicos na parte insular de Florianópolis.

A década de 1970, seguindo a conjuntura econômica e política do período a nível nacional⁹², foi bastante decisiva para a estruturação de processos socioespaciais segregativos, em especial, a prioridade do espaço ao norte da península e da Ilha como áreas residenciais e de lazer das elites e, também, os investimentos públicos expressivos e contínuos na Ilha em detrimento do Continente⁹³. (SUGAI, 2003).

As atividades econômicas dos municípios conurbados começam a se redefinir no percurso da década de 1970. Em Florianópolis houve a

⁹² Marcada pelo “milagre econômico brasileiro”, pelas ações autoritárias e repressivas, pelos intensos endividamentos e recursos disponibilizados pelo Estado, pela política de favorecimento da acumulação de capitais e de concentração de renda, pelos intensos fluxos de migração rural-urbana, pela expansão urbana, pelo empobrecimento dos trabalhadores e pela intensificação dos problemas urbanos.

⁹³ Tal prioridade foi marcada por intensos investimentos viários na Ilha, que levaram a solidificação das áreas no entorno da beira-mar norte e dos balneários situados ao norte da Ilha, respectivamente, como áreas residenciais e de lazer do setor hegemônico das elites.

consolidação de atividades de comércio e serviços, que desde a década de 60 vinham se fortalecendo, assim como o desenvolvimento de atividades turísticas, contribuindo para isso a expansão das classes médias e também a acessibilidade criada pelos investimentos viários, especialmente a BR-101. (SUGAI, 2003).

Sobre o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo em Florianópolis, ainda que na década de 1970 tenha havido um processo de aceleração deste ramo, sobretudo, em função dos atrativos naturais do município, foi somente nos anos 1980 que, de fato, Florianópolis passou a ter destaque como polo receptor de turistas. A respeito das transformações socioambientais relativas a esse processo, cabe ressaltar o desfalecimento da agricultura tradicional, que pouco a pouco vai cedendo seu espaço físico à instalação dos empreendimentos turísticos; a pesca artesanal vai sendo enfraquecida devido, entre outras coisas, à presença da indústria pesqueira; também vai ocorrendo um explosivo crescimento industrial na microrregião da Grande Florianópolis, especializado no fomento de materiais de construção, bens e serviços de insumo urbano, necessários para atender a indústria do turismo; o comércio, por sua vez, vai se dinamizando em função de Florianópolis ser, além de centro turístico, o centro administrativo do estado de Santa Catarina. (MINGORI, 2001).

Aos poucos, Florianópolis vai passando de um lugar de veraneio para um lugar que recebe um número significativo de turistas e de pernoites. A partir da década de 1990, novos atores econômicos surgem e procuram atrair uma demanda de turistas internacionais com a construção de grandes empreendimentos turísticos (FERREIRA, 1992 *apud* MINGORI, 2001).

Numa pesquisa realizada sobre o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, a partir de um estudo exploratório de pesquisas que ressaltaram os impactos gerados pelo turismo, foram pontuadas características marcantes que compõem o cenário de degradação socioambiental (MINGORI, 2001). A fim de resumir tais pontos, apresento o quadro 7:

Quadro 7: Principais impactos do turismo de massa na Ilha de Santa Catarina

PRINCIPAIS IMPACTOS DO TURISMO DE MASSA NA ILHA DE SANTA CATARINA	
DIMENSÃO ECONÔMICA	1) Desenvolvimento econômico local como sinônimo de crescimento a qualquer custo – alta de preços nas temporadas turísticas, empregos temporários (sazonais e principalmente informais) e a disseminação da

	<p>especulação imobiliária.</p> <p>2) Existência de grandes empreendimentos turísticos exógenos ao local, utilizando mão de obra de outras localidades e empregando os rendimentos obtidos nestes empreendimentos em outras regiões.</p>
DIMENSÃO ECOLÓGICA	<p>1) Uso descontrolados dos recursos naturais e debilidade dos mesmos e dos recursos construídos ocasionando a degradação generalizada.</p> <p>2) Ineficácia dos equipamentos de saneamento básico – falta de manutenção e/ou inexistência.</p>
DIMENSÃO POLÍTICA	<p>Existência de relações clientelistas entre alguns setores sociais e o poder público, o que leva à manipulação do planejamento local, assumindo assim um caráter benéfico aos interesses de particulares, em detrimento da coletividade.</p>
DIMENSÃO SOCIOCULTURAL	<p>1) Acelerada descaracterização da cultura e dos costumes locais.</p> <p>2) Dificuldade de integração das práticas produtivas tradicionais no processo de modernização proposta para a Ilha.</p>

Fonte: elaboração a partir de Mingori (2001).

As informações reveladas na pesquisa supracitada demonstram as enormes transformações socioambientais, político-econômicas e culturais que permearam e continuam permeando a configuração da cidade de Florianópolis. No bojo da dimensão econômica, cabe acrescentar, a respeito do papel do setor da construção civil no desenvolvimento de Florianópolis, que desde o final da década de 1960, quando houve um verdadeiro *boom* imobiliário, esse setor começou a atuar em escala nunca antes vista na capital.

A partir de Campos (2009), quem desenvolveu uma pesquisa sobre a dinâmica da indústria da construção civil na RM de Florianópolis, tem-se que a expansão urbana, e conseqüentemente a expansão da indústria da construção civil, passou por quatro fases distintas: (i) o *boom* imobiliário da década de 70; (ii) a crise dos anos 80; (iii) a retomada do *boom* imobiliário na década de 90; e, por último, (iv) a explosão imobiliária ocorrida a partir do ano 2000.

Na primeira fase, seguindo a conjuntura de dinamização da urbanização nacional, surgiram grandes empreendimentos relacionados à construção de edifícios e loteamentos na RM de Florianópolis. Na capital do estado, em específico, esses empreendimentos foram realizados por

grandes construtoras e se localizaram no centro da cidade, na Avenida Beira-mar Norte, na Trindade e adjacências⁹⁴.

A fase seguinte é marcada pela conjuntura de crise econômica nacional (a já mencionada década perdida), que afetou diretamente a indústria da construção civil e os rumos da expansão urbana da região. As grandes construtoras são substituídas por construtoras menores. Há uma redução na quantidade de imóveis lançados no mercado em relação à década de setenta, sendo que os edifícios lançados antes eram, em sua maioria, no centro da cidade e com doze pavimentos; a partir dessa fase, as construções passaram a ser, basicamente, de apenas quatro pavimentos e em bairros periféricos de Florianópolis, do município de São José e nos municípios vizinhos, expandindo horizontalmente o espaço urbano. (CAMPOS, 2009).

Nos anos 1990, a RM de Florianópolis é palco novamente de uma expansão do setor da construção civil, com muitos prédios com mais de doze pavimentos sendo edificadas, sobretudo em Florianópolis e São José. Houve também a implementação de loteamentos e pequenos edifícios nos mais diversos bairros da região, especialmente em Palhoça e Biguaçu. Tal cenário se deu tanto nos centros das cidades, como nos bairros periféricos e nos balneários dos respectivos municípios⁹⁵.

O último período tratado pelo autor, intitulado de “a explosão imobiliária do ano 2000”, é marcado por uma verticalização generalizada da RM de Florianópolis. Há uma grande ampliação da indústria da construção civil e da expansão urbana local, fruto, sobretudo, do reconhecimento efetivo - nacional e internacional - pelos organismos turísticos, pela mídia, pelos órgãos públicos etc. das belezas naturais, da segurança e da tranquilidade da cidade de Florianópolis e da região. Neste contexto, há o aparecimento de um número expressivo de novas construtoras, bem como o estabelecimento e a atuação no mercado local de diversas construtoras vindas de outras cidades do estado de Santa Catarina e, ainda, de outros estados brasileiros. (CAMPOS, 2009).

No bojo desse contexto de expansão, é fato que Florianópolis tem recebido incessantemente um fluxo de migrantes de alto poder

⁹⁴ Campos (2009) acrescenta que além da existência de empresas locais de grande porte, grandes empresas de estados vizinhos como Rio Grande do Sul e Paraná vieram se estabelecer na região.

⁹⁵ Neste período, as construtoras que já atuavam no mercado se beneficiaram muito, acumulando ainda mais capitais. Outros empresários entraram no ramo, na busca pelos altos lucros oportunistizados pelo setor. (CAMPOS, 2009).

aquisitivo (além, claro, como tratarei mais detalhadamente na sequência, de indivíduos e/ou famílias empobrecidas) de outras cidades, estados e regiões brasileiras. Wendel (2005) discute a respeito da alavancagem desse fluxo migratório e sua ligação com a propaganda massiva veiculada nos meios de comunicação acerca da qualidade de vida e da natureza na Ilha de Santa Catarina. Segundo o autor:

A cidade de Florianópolis, ou melhor, a área insular do município, onde se concentram os balneários, os bairros de alto padrão, os centros comerciais, administrativos estaduais e municipais e as universidades, vem sendo apontada nos últimos anos como um oásis de qualidade de vida urbana no Brasil. Uma campanha maciça na mídia vende as benesses da vida ilhéu. A natureza, a infra-estrutura, a educação, a sofisticação e a segurança são os aspectos vendidos pelo *marketing* de Florianópolis, capitaneado pelas grandes empresas do mercado imobiliário e pelo poder público, estadual e municipal (WENDEL, 2005, p. s.n.).

A intensificação da especulação imobiliária em Florianópolis, com a atração de pessoas, sobretudo paulistas, gaúchos e fluminenses, de alto poder aquisitivo, certamente está relacionada a toda esta campanha, que se intensificou a partir do final dos anos 90⁹⁶.

O crescimento da procura por moradias resultou num grande aumento dos preços dos imóveis na ilha, tanto para compra quanto para aluguel. Neste contexto, houve um significativo aquecimento do mercado imobiliário, com destaque para os empreendimentos de alto padrão, cujo caso mais significativo pode ser relacionado à construção de Jurerê Internacional, na área de uma antiga vila de pescadores no

⁹⁶ Como exemplo, têm-se as seguintes reportagens: “Floripa, a campeã. Pintada de verde no mapa e recordista em estatísticas positivas, a capital catarinense é a Meca da classe média” – disponível em: http://veja.abril.com.br/070301/p_078.html; e a matéria “Capital com a maior renda per capita do país” – disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/imprensa/4.186.3564389.18378>.

norte da Ilha, pela empresa Habitasul Empreendimentos Imobiliários⁹⁷. (WENDEL, 2005).

Jurerê Internacional é, sobretudo, um local de moradias permanentes, voltado à população de altíssimo poder aquisitivo, originada, principalmente, de outros estados. As construções neste loteamento devem ter no mínimo 400m², bem como um padrão arquitetônico, obrigatoriamente pré-definido, “no intuito de criação de uma identidade urbanística, no caso, um estilo ‘Califórnia’”. (WENDEL, 2005, p. s.n). Fora isso, pode-se acrescentar que Jurerê Internacional conta com um sistema de tratamento de água e esgoto próprio e independe do sistema implantado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), denominado SAE (Sistema de Água e Esgotos), composto pela Estação de Tratamento de Água (ETA) e pela Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). No que tange à segurança, há uma parceria entre a Polícia Militar e Civil e as empresas privadas Linger e Khronos. A vigilância das casas se dá através de alarmes, câmeras de longo alcance, e rondas com motos e bicicletas. (LANZIOTTI, 2008).

⁹⁷ Essa empresa existe há mais de quatro décadas, tendo como escritório central a cidade de Porto Alegre/RS e possuindo uma filial no norte da Ilha de Santa Catarina.



Figura 4: Imagens de Jurerê Internacional

Fonte: fotos colhidas na pesquisa de campo

O exemplo de Jurerê Internacional ilustra um processo nítido de auto-segregação por parte das elites do município, que, de acordo com Sugai (2007), se confirma por meio de extensas pesquisas empíricas realizadas na área conurbada desse município referentes a investimentos em pavimentação, investimentos viários, em hospitais, edifícios públicos, instituições culturais e de lazer. Sobre isso, verifica-se que:

no período 1970 a 2000, a localização sistemática dos investimentos públicos nas áreas ocupadas pelas camadas de alta renda, em especial na Ilha, atuou de forma decisiva na atual estruturação intraurbana e na produção e consolidação da sua expressiva segregação espacial. Esta estrutura segregada que permite manter um círculo de constantes ações do Estado nas mesmas áreas privilegiadas garantiu ainda, um recente e significativo fluxo migratório de população de alta renda para Florianópolis.

No capítulo seguinte, na parte voltada a tratar do norte da Ilha de Santa Catarina, região onde se situa a comunidade Vila do Arvoredo, abordarei outro exemplo emblemático de empreendimento de alto padrão - o Costão Golfe - que tem na apropriação da natureza parte de sua atuação.

O quadro esboçado neste primeiro subitem procurou ilustrar uma visão sobre o modelo de desenvolvimento em curso no litoral catarinense, cujos impactos socioambientais, político-econômicos e culturais são bastante significativos e, conseqüentemente, preocupantes. A fim de ampliar a linha de reflexão, chegando à discussão específica sobre a crescente ocupação, para fins habitacionais, de áreas de preservação ambiental, trago o subitem seguinte, que discute propriamente o processo de favelização da região de Florianópolis.

4.2 O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

Assim como pensar o desenvolvimento urbano de Florianópolis requer um olhar voltado para a área conurbada desse município que, além da capital, é composta pelos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, refletir sobre seu processo de favelização conseqüentemente também demanda tal perspectiva de visão.

Uma pesquisa realizada nesses quatro municípios procurou evidenciar como vivem as famílias de ex-agricultores que nos últimos anos saíram do meio rural e migraram para a região conurbada de Florianópolis⁹⁸. Foram cadastradas, num primeiro momento, aproximadamente 33 mil famílias consideradas de baixa renda⁹⁹. Dentre os resultados da pesquisa, vale primeiro ressaltar o conjunto de dados relativos ao fluxo de migração rural-urbana nessa região, o que pode ser visto na figura 5. Esses dados se relacionam a 26% das 33 mil famílias pesquisadas, o que corresponde ao montante de 8.605 famílias.

⁹⁸ Essa pesquisa foi encomendada pelo então governador do estado Luis Henrique da Silveira a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) e ao Centro de Estudos de Safras e Mercados (CEPA), tendo como objetivo conhecer o perfil do migrante antes de abandonar a atividade rural, as causas que o levaram a sair do campo e sua atual situação socioeconômica.

⁹⁹ Famílias que recebam menos de dois salários mínimos/mês.

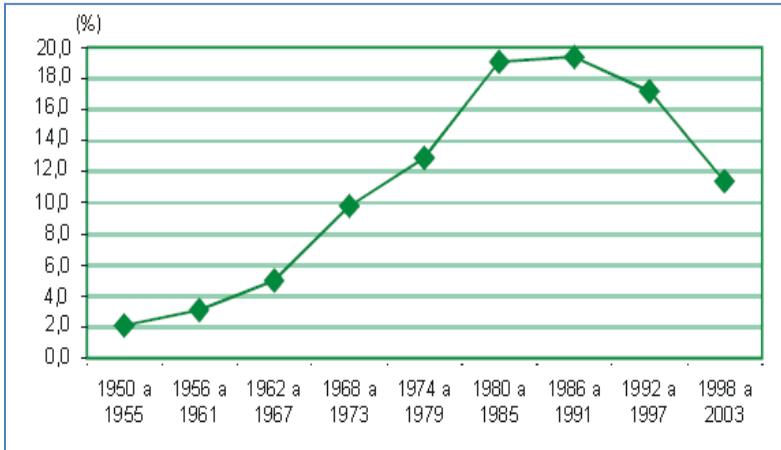


Figura 5: Gráfico do fluxo da migração rural-urbana na região conurbada de Florianópolis

Fonte: Casagrande (2006)

De acordo com os dados da tabela, verifica-se que até o período de 1980 a 1985, o fluxo de migração rural-urbana - o qual caracteriza o número de migrantes que deixaram o meio rural e vieram em direção à região conurbada de Florianópolis - mostrou-se visivelmente crescente. A partir daí, na década de 1990, iniciou-se um processo nítido de decréscimo desse número.

As regiões do Planalto de Lages e Oeste Catarinense foram as que mais contribuíram no processo de migração rural-urbana para a região pesquisada. Outro aspecto levantado foi que os municípios caracterizados como polos regionais foram frequentemente escolhidos pelos migrantes rurais como primeira opção antes de se fixarem na Grande Florianópolis. Por fim, mais não menos importante, a pesquisa pontuou que mais da metade dos ex-agricultores pesquisados na região acusaram a renda - baixa e instável, a falta de terra própria, o trabalho agrícola muito pesado e a falta de atendimento à saúde como principais motivos que os levaram ao processo de migração rural-urbana.

Pereira (2011) quando discorre sobre as causas da migração em Santa Catarina¹⁰⁰, ao reiterar que este fenômeno também é consequência das grandes transformações do campo que impedem a sobrevivência de

¹⁰⁰ As quais certamente ultrapassam a grande atração exercida pelos municípios litorâneos, principalmente no que se refere à oferta de empregos e acesso a serviços.

muitos agricultores, traz o exemplo do Oeste catarinense, no qual a agricultura vem ao longo das últimas décadas requerendo a aglutinação de pequenas propriedades para ampliar a escala de produção.

Nesta reflexão sobre a questão da migração em Santa Catarina, no que se refere especialmente ao êxodo rural-urbano que tem lugar dentro das fronteiras do estado, é válido pincelar, muito brevemente, sobre a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)¹⁰¹, no ano de 2003, na administração do então governador já mencionado Luiz Henrique da Silveira. Dentre as justificativas para a instalação das SDR, havia a proposta de estancar o fenômeno da litoralização¹⁰², mais especificamente, o fluxo migratório de produtores rurais do centro-oeste para as regiões mais dinâmicas, localizadas, sobretudo, no litoral norte; fenômeno cuja responsabilidade foi atribuída a governos anteriores, por terem atuado de forma centralizada, oligárquica e clientelista, privilegiando a capital do Estado e sem dispor de políticas regionais de desenvolvimento agropecuário. (BIRKNER; RUDNICK; BOELL, 2011; MIRANDA, 2012).

Porém, dentre inúmeras contradições identificadas nos processos de implementação e gestão das SDR ao longo dos últimos anos¹⁰³, há a constatação de que as SDR que receberam mais investimentos foram as mais desenvolvidas economicamente e, por conseguinte, os investimentos permaneceram concentrados no litoral. Enquanto a SDR da Grande Florianópolis recebeu R\$ 1,7 bilhão em investimentos, as SDR de São Joaquim e Concórdia, receberam aproximadamente R\$ 250 milhões, ou seja, cerca de sete vezes menos

¹⁰¹ Foram criadas ao total 36 SDR e seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR) ao longo dos anos de governo do Luiz Henrique da Silveira. Em decorrência disso, também foram criados 373 cargos comissionados. De acordo com Butzke e Theis (2007), as SDR têm sido bastante criticadas por serem compostas, cada uma, de 15 a 20 cargos vinculados aos partidos da base governista, o que pode, por sua vez, fortalecer relações clientelistas. As SDR passaram a ser gerenciadas pelos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional, nomeados diretamente pelo governador e indicados por partidos e políticos da base aliada, assim como os demais cargos gerenciais das Secretarias. (MIRANDA, 2012).

¹⁰² “Fenômeno demográfico dos fluxos migratórios do campo para as cidades e das cidades pequenas para as maiores, estimulando o esvaziamento rural e comprometendo as conformações urbanas.” (BIRKNER; RUDNICK; BOELL, 2011, p. 55).

¹⁰³ Ver, por exemplo, estudos de Miranda (2012); Butzke e Theis (2011); Birkner, Rudnick e Mattedi (2010 *apud* MIRANDA, 2012).

recursos. (RUDNICK; MATTEDI, 2010 *apud* MIRANDA, 2012). Conforme dados demonstrados anteriormente sobre o crescimento da população urbana de Santa Catarina principalmente no litoral, e também de acordo com Miranda (2012), verifica-se nitidamente que o processo de litoralização tem se intensificado no estado na última década. Tendo em vista que, segundo o discurso oficial do governo, as SDR serviriam como instrumentos de combate à migração de pessoas ao litoral e ao êxodo rural, por meio de políticas públicas específicas, é bastante intrigante que o autor aponte que nada a este respeito tenha sido realizado no âmbito das SDR em quase 10 anos de existência das mesmas¹⁰⁴.

Vale a pena abrir um parêntese para introduzir uma informação sobre o processo de migração para Florianópolis de indivíduos/famílias de outros estados brasileiros. Numa das entrevistas realizadas, no processo de coleta de dados desta pesquisa, com uma servidora da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), foi-me relatado um caso recente referente a esse processo:

Nós acabamos de atender aqui as famílias que a prefeitura derrubou as casas¹⁰⁵, que é uma ocupação recente [em] área de risco. [...] Todos famílias de alagoanos, pessoas que estão vindo do nordeste no sonho do sul maravilha.

¹⁰⁴ Considero que a pesquisa supracitada (CASAGRANDE, 2006) pode ser vista como uma ação do governo do estado para pensar esta problemática. Julgo importante trazer aqui uma situação: com o intuito de aprofundar as análises para além do que o relatório dessa pesquisa trazia, procurei as instituições responsáveis pela pesquisa [Epagri e CEPA], pedindo mais informações sobre universo pesquisado. Ficou acertado que assim que encontrassem o arquivo com os dados solicitados, entrariam em contato comigo por email. Passado mais ou menos um mês, não havendo resposta, resolvi voltar à instituição [CEPA], onde recebi a notícia de que não haviam encontrado os arquivos da pesquisa.

¹⁰⁵ De acordo com uma reportagem veiculada pelo Jornal do Meio-Dia do Grupo RIC (a qual pode ser acessada no seguinte link: <http://ricmais.com.br/sc/infraestrutura/videos/casas-irregulares-sao-derrubadas-e-populacao-se-revolta-no-macico-do-morro-da-cruz-em-florianopolis/>), na manhã do dia 4 de julho de 2013, três casas foram demolidas no Maciço do Morro da Cruz por uma empresa contratada pela prefeitura, a qual escoltada da Polícia Militar e com a supervisão de um fiscal do governo municipal. Alega-se que as casas foram construídas de forma irregular, em área de preservação e de alto risco geológico de deslizamentos.

Tem áreas do município [...] recebendo essa coisa da população nordestina, que não tá mais indo pra São Paulo. [...] É recente, é coisa de dois três anos! Na Tapera tem um grupo de São Luiz do Maranhão, agora na região da Serrinha e do Alto da Caieira tem um aglomerado de moradores da região de Alagoas, Maceió¹⁰⁶.

Sobre esta questão, uma segunda pesquisa encontrada aponta que 55% dos migrantes que chegaram a Florianópolis entre os anos 1995 e 2000¹⁰⁷ eram oriundos de outras Unidades da Federação (UF). Do total geral de imigrantes (contando com aqueles advindos do próprio estado de Santa Catarina), foi verificado que apenas 2,71% vieram da Região Nordeste. Contudo, é bastante válido ressaltar que se observada a renda desses imigrantes, quase 60% deles recebiam somente de 1 a 2 salários mínimos. (ALVES; BAENINGER, 2008).

Complementando os dados do estudo de Casagrande (2006), outra pesquisa sobre a mesma região constatou que a partir dos anos 1960, o processo de migração rural-urbana fez com que a população de mais baixa renda que chegava a Florianópolis começasse a localizar suas moradias, sobretudo, em três grandes ocupações nas áreas continentais: 1) Morro da Caixa, próximo à cabeceira da ponte de acesso à Ilha; 2) o bairro do Monte Cristo, na divisa com o município de São José; e 3) no percurso da atual BR-282, hoje a principal via de acesso da cidade de Florianópolis (INFOSOLO/UFSC, 2006).

Na década seguinte, um novo momento de grande expansão dessas ocupações irregulares ocorreu¹⁰⁸, ocasionando o surgimento de novas áreas de assentamentos precários¹⁰⁹ nos limites entre os municípios de São José e Palhoça, o que levou ao processo de integração e, em seguida, de conurbação entre o tecido urbano de São

¹⁰⁶ A partir deste momento da pesquisa serão introduzidos trechos das falas dos atores coletadas nas entrevistas.

¹⁰⁷ Essa pesquisa toma como base o censo demográfico de 2000 e não de 2010.

¹⁰⁸ Quase sempre através de transações informais, irregulares ou clandestinas. (INFOSOLO/UFSC, 2006). É importante destacar que de acordo com o Sindicato da Construção Civil de Florianópolis (SINDUSCON), estima-se que quase 80% das construções da capital sejam irregulares ou clandestinas. Informação retirada de: <www.sinduscon-fpolis.org.br>. Assim, é preciso ponderar que membros das diversas classes sociais vivem pelo menos irregularmente em Florianópolis.

¹⁰⁹ A pesquisa em questão utiliza-se do termo assentamento precário para tratar dessas áreas de moradias de população empobrecida.

José e o de Florianópolis. A ocupação dessas áreas conectou os territórios entre o centro histórico de Florianópolis com o de São José, deste último com o de Palhoça e, na década 1980, o de São José com o centro de Biguaçu, havendo, então, a consolidação do processo de conurbação entre esses quatro municípios (INFOSOLO/UFSC, 2006).

No percurso da década de 1980, avançou o desmatamento sobre o Maciço Central do Morro da Cruz, resultado do aumento das ocupações irregulares. A partir da década de 1990, novos assentamentos irregulares e precários mais distantes das áreas centrais começaram a surgir, tanto ao longo da Ilha como no continente, em distintas áreas de risco e legalmente protegidas, como mangues e dunas. É também nessa década que ocorreu a remoção pelo poder público de alguns desses assentamentos; bem como se deu o processo de adensamento das favelas existentes (INFOSOLO/UFSC, 2006).

A pesquisa também ressalta que, no contexto da área conurbada, cerca de 10% da população vive abaixo da linha de pobreza, sendo que 64,2% destes habitam a parte continental. Em torno de 20% dos chefes de família da área conurbada recebem rendimento de até 2 salários mínimos, sendo que em Biguaçu e Palhoça o índice dos que recebem esse valor mensal sobe para 29,0% e 26,4%, respectivamente.

Outra reflexão trazida pela pesquisa relaciona-se ao fato de que a Ilha de Santa Catarina tem atualmente cerca de 42% do seu território constituído por área de proteção e preservação ambiental (manguezais, dunas, matas nativas, reservas biológicas, topos de morros e encostas com declividade superior a 46,6%, lagoas, mananciais de água, praias, restingas, costões, promontórios, etc.). Palhoça, a sua vez, possui quase 70% de seu território protegido por legislações de preservação ambiental, em especial o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que abrange mais de 50% do município. Com isso, intensas disputas pela ocupação do solo urbano, a distribuição desigual dos investimentos públicos e a localização residencial das classes sociais, vêm ampliando o processo imobiliário especulativo, dificultando o acesso à terra pela população de menor renda (INFOSOLO/UFSC, 2006).

Como já brevemente pontuado na introdução deste trabalho sobre o conceito de aglomerado subnormal utilizado pelo IBGE, a pesquisa em questão problematiza o critério adotado por este órgão na definição do que é ou não favela, o que se relaciona principalmente a quantidade de domicílios por área. Adotando-se unicamente os critérios utilizados pelo IBGE, verifiquei que Florianópolis teria apenas 13 aglomerados subnormais (17.573 pessoas) (IBGE, 2010). Considerando esse mesmo critério do IBGE nos demais municípios da área conurbada,

ter-se-iam apenas 4 favelas: 3 em São José (1.700 pessoas) e apenas 1 em Palhoça (5.141 pessoas) (IBGE, 2010).

No entanto, a pesquisa constatou que cerca de 14% dos habitantes da área conurbada vivem em condições de pobreza e em ocupações ilegais e precárias¹¹⁰. Em termos de número de assentamentos, são 61 áreas apenas em Florianópolis e 110 nos outros municípios da Área Conurbada. Nestes três municípios ocorreu um expressivo aumento de 28 para 110 espaços de pobreza. Do total de 110 áreas, São José, atualmente, conta com 66 processos de ocupação irregular, Palhoça possui 27 e Biguaçu 16, totalizando 171 favelas e assentamentos consolidados na Área Conurbada de Florianópolis. A tabela 1 traz a quantidade de favelas e assentamentos, por período de origem, na área conurbada de Florianópolis. Já a figura 6 permite visualizar a disposição dos mesmos sobre a região.

Tabela 1: Números de favelas, por período de origem, na região conurbada de Florianópolis

Período	Florianópolis			São José	Palhoça	Biguaçu	Total	%
	Ilha	Continente	Total					
Anterior a 1950	10	2	12	0	0	0	12	7,0%
Décadas 50 e 60	8	5	13	1	0	0	14	8,2%
Décadas 70 e 80	14	10	24	1	24	2	51	29,8%
Décadas 90	7	5	12	4	2	14	32	18,7%
Após ano 2000	0	0	0	3	0	0	3	1,8%
Sem informação	0	0	0	58	1	0	58	33,9%
Total existente	39	22	61	67	27	16	171	100,0%

Fonte: INFO SOLO/UFSC (2006)

¹¹⁰ O que os pesquisadores nos apontam é a desconsideração pelo IBGE de que o problema social maior não é o número de unidades habitacionais dos aglomerados, mas o fato desses indivíduos não terem direito de acesso ao solo ou ao reconhecimento da propriedade, ao precário acesso à infraestrutura, aos serviços públicos, e à inserção na cidade, a precária condição habitacional dos assentamentos, o nível de qualificação profissional dos moradores, entre outros aspectos.

Por fim, faz-se mister ressaltar que mesmo com o processo progressivo de valorização imobiliária na Ilha, já bastante comentado no subitem anterior, o qual levou parte da população pobre para as periferias do continente, a necessidade das populações de se localizarem próximas às ofertas de trabalho tem levado a um quadro bastante grave de ampliação de ocupações em áreas de risco ou de preservação ambiental. É o caso das ocupações das encostas do Maciço Central, dos mangues e das dunas.

4.3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS RELACIONADOS À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL URBANA DE FLORIANÓPOLIS

Neste subitem, serão abordados alguns arranjos institucionais relativos ao município de Florianópolis, elaborados ao longo dos anos e relacionados à questão socioambiental urbana, principalmente no que diz respeito à temática das ocupações para fins habitacionais de APP.

4.3.1 Os Planos Diretores de Florianópolis

De acordo com o capítulo anterior, na parte em que tratei a respeito do Estatuto da Cidade, torna-se indiscutível a relevância do Plano Diretor (PD) para que se estabeleça (ainda que, lamentavelmente, muitas vezes apenas de forma retórica) a função social da propriedade urbana. Desta maneira, abordar aqui este instrumento – tanto no bojo de uma perspectiva histórica de suas construções e instituições no município de Florianópolis, como no que se refere ao conteúdo do novo Plano Diretor de Florianópolis (PDF) – é sem dúvida fundamental para este estudo.

No ano de 1954 foi publicado o primeiro PD de Florianópolis. De acordo com Pereira (2011), para sua preparação, a administração municipal da cidade contratou anos antes um escritório de urbanismo de Porto Alegre, que elaborou um plano modernista para Florianópolis, negando fortemente a cidade tradicional estabelecida, considerando-a sem identidade, pré-industrializada, com um sistema viário obsoleto e um porto em decadência¹¹¹. Esse plano, ao final, não foi aplicado diretamente em Florianópolis, porém, serviu como fonte de inspiração

¹¹¹ Foi apresentado então um plano baseado na implantação de um porto na parte continental da cidade que deveria ser o elemento indutor do desenvolvimento.

para o segundo plano urbano de Florianópolis iniciado, mais tarde, em 1967.

Também fortemente marcado pelo paradigma modernista, esse último plano foi construído no bojo de um trabalho maior elaborado pelo Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo (CEAU)¹¹², chamado de Plano de Desenvolvimento Integrado da Região da Grande Florianópolis, o qual se relacionava ao planejamento do território da capital catarinense, considerando toda a área pertencente à Grande Florianópolis (20 cidades)¹¹³ (PEREIRA, 2011). De acordo com Fagundes (2009), a ideia do planejamento integrado não logrou muito êxito e o plano colocado em prática anos depois, em 1976, através da Lei 1440/76, se restringiu à área do município de Florianópolis, sendo que o zoneamento foi utilizado como a principal ferramenta para ordenar o espaço, não diferindo do Plano anterior. No entanto, segundo Sugai (2003), os investimentos viários propostos naquele plano integrado foram decisivos para as transformações e para estruturação intraurbana da área conurbada.

A sua localização espacial determinou intensas repercussões: garantiu a acessibilidade rodoviária para a maior parte das localidades, em especial na metade norte da Ilha; incentivou e consolidou o uso do veículo automotor como meio de transporte privilegiado e dominante; abriu imensas frentes para o capital imobiliário e a especulação imobiliária em toda área conurbada; incentivou a ocupação de áreas urbanas sem a infraestrutura necessária; definiu e limitou a estrutura viária, que foi direcionada e polarizada para a área central da ilha; criou uma estrutura viária afunilada, com acesso único para a Ilha, que exige constantes investimentos viários para ampliar os fluxos locais; contribuiu para acirrar a separação espacial ilha-continente e os desequilíbrios de investimentos; determinou, com as vias expressas e rodovias nas áreas urbanas,

¹¹² Órgão ligado à estrutura da administração municipal.

¹¹³ Cabe observar, de acordo com Campos (2009), que o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), órgão em funcionamento até os dias atuais, foi criado na época para a consecução desse plano diretor para todo o aglomerado urbano da Grande Florianópolis, sendo, portanto, o órgão de planejamento para a região metropolitana.

irreparáveis rupturas e danos à continuidade do tecido urbano, à segurança e à qualidade paisagística e ambiental; acelerou o processo de ocupação espacial com graves danos ao patrimônio ambiental e cultural, entre tantas outras consequências. Não por coincidência foi exatamente na década de 70 que entraram os últimos navios no porto de Florianópolis e foram suspensas as atividades portuárias e de comércio exportação. (SUGAI, 2003).

O Plano dos Balneários foi apresentado em 1985 pelo IPUF, tendo como conteúdo o zoneamento, uso e ocupação do solo da região dos balneários do município. Foi nesse plano que pela primeira vez as APP e as Áreas de Preservação Limitada (APL) da Ilha de Santa Catarina foram mapeadas e demarcadas a partir da legislação ambiental (a nível federal, o Código Florestal e o Código de Águas, assim como numerosas leis estaduais de proteção ao meio ambiente) (REIS, 2012).

Como a legislação ambiental é muito clara sobre a preservação da vegetação fixadora de dunas, deixando as áreas de dunas móveis a descoberto, o Município, através do Decreto nº 112/85, tombou as áreas constituídas por dunas como Monumento Natural e Paisagístico do Município. (REGO NETO, 2003). No texto do Plano dos Balneários, as dunas móveis, fixas e semi-fixas estão delimitadas como APP.

Em 1997 foi aprovado um novo plano para o Distrito Sede¹¹⁴, que segundo Fagundes (2009), resumiu-se a uma lei de uso e ocupação do solo, que por sua vez, adotou o zoneamento como instrumento técnico. Para Pereira (2011, p. 282), o plano em questão abarcava uma “avidez pelo crescimento na ocupação do solo urbano”, que resultaria no seguinte quadro: se todos os índices urbanísticos desse plano fossem levados em consideração, a cidade poderia chegar a mais de um milhão e trezentos mil habitantes.

Numa análise bastante interessante sobre esse plano, Fagundes (2009) constatou que no período de 1997 a 2007 foram catalogadas 96 leis alterando o zoneamento original. Até o final do primeiro governo da prefeita Ângela Amin (quem instituiu o plano), em 2000, a Câmara Municipal já havia sancionado 23 alterações. De 2001 até 2004, no segundo mandato dessa prefeita, foram 32 leis. A partir de 2005, na

¹¹⁴ O distrito sede corresponde à parte continental da cidade e mais a parte centro-oeste da Ilha.

gestão do prefeito Dário Berger, até setembro de 2007, o número de leis sancionadas subiu para 41. A autora acrescenta que:

Durante cada mandato alguns vereadores se destacaram pelo grande número de leis que criaram. Nesta última administração dois desses vereadores tiveram seus mandatos cassados por venda de licenças ambientais e outras ações irregulares que caracterizaram grandes escândalos da administração municipal, como a Operação Moeda Verde, deflagrada no mês de abril de 2007. (FAGUNDES, 2009, p. 06).

No âmbito das alterações realizadas, 73% das leis - 70 das 96 leis - foram de caráter menos restritivo, ou seja, estabeleceram limites maiores de ocupação e maiores possibilidades de uso do solo. Interessa aqui ressaltar que doze dessas foram leis que alteraram áreas de uso não urbano, sendo que quatro eram APP, e oito APL. Áreas para uso exclusivo de residências foram a causa da alteração de cinco das APL. A Lei 050/02, por exemplo, transformou uma grande área de APL em área de uso residencial, para legalizar um grande condomínio de luxo que estava sendo construído no bairro Saco Grande. No que se refere à moradia de interesse social, no bairro Agrônômica, a comunidade Vila Santa Rosa conseguiu, através da criação da Lei 080/04, a regularização de suas propriedades que até então eram consideradas invasão¹¹⁵ (FAGUNDES, 2009).

Em 2006 iniciou em Florianópolis a construção de um novo PD, entendido na ocasião como um processo participativo para cumprir com as exigências do Estatuto da Cidade. Visto que Florianópolis possuía um plano para os balneários e outro para o Distrito Sede, um dos objetivos dessa construção foi a elaboração de um único plano para todo o município. Esse plano ficou conhecido como o Plano Diretor Participativo de Florianópolis (PDP). Para Pereira (2001), este processo parecia exprimir uma ruptura significativa com os planos anteriores, dado que Florianópolis começou então a elaborar um novo

¹¹⁵ Com a sanção da lei a área que apresentava três tipos de zoneamento passou a ser Área Residencial Predominante do Tipo 0 (ARP-0), classificação exclusiva para áreas de assentamentos de baixa renda, onde parcelamento do solo é promovido pelo Poder Público mediante comprovação de que a área é de interesse social.

planejamento de forma aparentemente participativa, que abrangia, pela primeira vez na história da cidade, todo o seu território¹¹⁶.

Para a construção desse novo PD, criou-se o Grupo Executivo do PDP, composto por diversas secretarias do Município, além do IPUF, da Procuradoria Geral e da Fundação de Meio Ambiente (FLORAM). A participação da sociedade civil no âmbito do chamado Núcleo Gestor Municipal (NGM) foi deliberada em audiência pública, contando com a presença de vários seguimentos, entre movimentos, sociais, entidades culturais, ambientalistas, acadêmicas, sindicais, empresariais etc. Ainda fizeram parte do NGM, 13 representantes ou delegados distritais, correspondente a cada um dos 12 distritos, sendo o distrito sede composto por dois núcleos: o Distrito Sede-Continente e o Distrito Sede-Ilha. O NGM ficou responsável pela “leitura” comunitária e técnica da cidade e pela respectiva formulação de metas, objetivos e diretrizes. (CUNHA, 2011).

Porém, em 2008, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), na segunda gestão do prefeito Dário Berger, suspendeu as discussões comunitárias que vinham acontecendo nos diferentes distritos e contratou uma instituição argentina [A Fundação CEPA¹¹⁷] para dar continuidade a construção do plano.

Frente a esta nova situação, os movimentos sociais expressam-se com repúdio ao poder executivo municipal, especialmente em razão do desmonte das bases distritais e do desligamento do NGM do processo. A alegação que foi dada pela recém-instituída presidência do IPUF [...] para o desmonte era de que o plano não estaria mais sendo proveitoso (eficaz) e que a fase participativa havia terminado e que, portanto, estaria entrando numa fase técnica. (CUNHA, 2011, p. 222).

As audiências públicas voltadas para a apresentação do Plano elaborado por essa instituição foram marcadas por fortes protestos populares. De acordo com Cunha (2011), as reivindicações se deram:

¹¹⁶ De acordo com este autor, tal planejamento parecia ser outro, ao passo que contemplava novas formas de planejar frente ao tecnocratismo dos planos anteriores, que sobrevalorizavam o planejamento físico-territorial e o funcionalismo.

¹¹⁷ Centro de Estudos e Projetos do Ambiente.

[...] por conta das irregularidades e privilégios aos setores turísticos e imobiliários, em detrimento das demandas e diretrizes construídas pelas comunidades nas oficinas e audiências públicas, as quais não foram apresentadas, pois não compunham o projeto final.

Acima dessas, pairava uma reivindicação maior, pela legitimidade do direito à participação, a qual prevê a lei 10.257 de 2011, já que o Núcleo Gestor havia sido retirado do processo. (CUNHA, 2011, p. 222-223).

A partir daí, diversas manifestações passaram a ocorrer, levando a PMF, no começo de 2011, a emitir um decreto no Diário Oficial, estabelecendo: (i) a reconstituição do NGM; (ii) a realização de audiências públicas e (iii) a execução da Conferência da Cidade.

Passados oito anos desde o início do processo de construção do novo PDF, a câmara de vereadores do município, no segundo ano de mandato do prefeito César Souza Júnior¹¹⁸, finalmente aprovou no início de 2014 o PD que guiará (ao menos teoricamente) o futuro da cidade. Durante o primeiro ano de mandato do prefeito, em setembro de 2013, a prefeitura destituiu o NGPDP e passou a construir o Plano unilateralmente por meio dos técnicos do IPUF. No Box 2, na sequência, procuro discurrir como se deu o processo de aprovação do novo PDF.

BOX 2: Processo de aprovação do novo PDF

No dia 18 de outubro de 2013, o projeto do PD elaborado pelo IPUF foi protocolado na Câmara de Vereadores. De acordo com a PMF, o conteúdo desse projeto levou em consideração as mais de 1500 audiências e reuniões distritais realizadas ao longo dos últimos anos. No dia 23 do mesmo mês, o texto começou a tramitar na Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) da Câmara, presidida por Dalmo Menezes de PP, quem entregou parecer favorável ao Plano. O vereador Afranio Boppé do Psol, no dia 31 de outubro, contestou o projeto, listando uma série de possíveis problemas, como, por exemplo, a destituição do NGP pela PMF, o que seguramente feria o Estatuto da Cidade. Ele também alertou para a revogação de 382 leis. Porém, no dia seis de

¹¹⁸ Em 2013, como resultado das eleições municipais, houve a troca de governo. O PSD venceu as eleições para prefeito através do candidato César Souza Júnior, entrando no lugar do PMDB, que deteve o poder por dois mandatos seguidos na representação de Dário Berger.

novembro, o PD foi aprovado pela CCJ, começando a tramitar nas 11 comissões permanentes da Câmara. No dia 18 de novembro, o Plano foi suspenso pelo juiz federal da 4ª região de Porto Alegre, Marcelo Krás Borges, confirmando o pedido no Ministério Público Federal (MPF) para interromper a votação do projeto do PDF, dada a falta de audiências públicas e também a ruptura do debate com o NGP. No dia 21 de novembro, a PMF recorreu da decisão judicial. Em seguida, o Tribunal Regional Federal (TRF) acolheu o recurso da procuradoria-geral de Florianópolis e anulou a decisão da Justiça Federal da Capital, devolvendo o PDF ao município. No dia 22 de novembro o PDF voltou à Câmara. No dia 26, começou a ser votado e, finalmente, no dia 28, os vereadores o aprovaram em primeira votação [houve 18 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção e duas ausências]. Neste episódio, os vereadores votaram 591 emendas ao projeto original, aprovando 305 e rejeitando 286. Vale ressaltar que entre as principais propostas, eles aprovaram a elevação de construções de oito andares para 12 andares no Continente e na área central, bem como reprovaram a emenda que previa a criação de dez unidades de conservação ao longo da Ilha. No dia 30 de dezembro de 2013 houve a segunda votação do Plano e os vereadores, apoiando o prefeito, aprovaram mais de 300 emendas ao PD, apesar delas não terem sido disponibilizadas para análise com antecedência (foram disponibilizadas apenas horas antes). Nessa segunda votação houve apenas três votos contrários dos vereadores Lino Peres do PT, Afrânio Boppré do Psol e Pedro Silvestre do PP. No dia seis de janeiro, a redação final do projeto de lei do Plano Diretor da capital foi aprovada, novamente os mesmos três votos contrários.

Fonte: FL (2014), PMF (2014), JBDF (2013).

Cabe observar que durante todas as três votações do Plano aconteceram manifestações contrárias ao seu conteúdo dentro e fora da Câmara de Vereadores. Na última votação do dia seis de janeiro, a força policial foi usada contra os manifestantes. A jornalista Elaine Tavares descreve da seguinte forma o acontecimento:

Irritados com alguns jovens que brincavam com spray de espuma, os soldados partiram para cima, tentando arrancar o spray. Foi o que bastou. Explodiu a massa. Um garoto foi preso, arrastado para o camburão. Outros receberam pauladas na cabeça e sangravam, uma garota, já dominada por um PM levou spray de pimenta na cara. Aturdidos e irritados com a resposta desproporcional da polícia contra jovens desarmados, as pessoas começaram a jogar coisas. Lixeiras, cones, pedaços de pau. Correria e comoção. Brutalidade e violência por parte da polícia.

Alguns discursos proferidos acerca do processo de aprovação do PDF, os quais apresentam entre si pontos bastante conflituosos, merecem ser destacados aqui. Uma reportagem veiculada num jornal local intitulada “Uma vitória da sociedade” - fazendo referência a uma fala proferida pelo prefeito -, traz também a seguinte colocação por parte de César Souza Junior: “a aprovação do Plano Diretor foi um grande passo, uma grande vitória da sociedade. A Câmara de Vereadores cumpriu seu papel, demonstrou maturidade e compromisso com a cidade da gente”¹¹⁹.

Ainda de acordo com esse jornal, o prefeito não se intimidou com os protestos de associações comunitárias e ONGs, como também não acatou a pressão de entidades empresariais que representam segmentos economicamente poderosos, como o setor da construção civil, que ameaça ir à justiça contra o Plano. Sobre essa situação, uma segunda fala do prefeito publicada em outro veículo de comunicação¹²⁰ complementa o quadro:

Todas as manifestações contrárias ao Plano foram marcadas pela presença da mesma meia dúzia com vinculações político-partidárias claras. Nenhuma única crítica construtiva sobre algum ponto do Plano foi sugerida, apenas as repetições de velhos jargões político ideológicos. [...] O fato de os grandes opositores ao Plano serem empresários da construção civil e integrantes da velha esquerda nos dá a certeza de que o equilíbrio foi atingido. (grifos meus)

O discurso do prefeito sobre o processo, num primeiro momento, deslegitima as manifestações empreendidas nos episódios de votações do Plano, representando seus manifestantes como a “mesma meia dúzia com vinculações político-partidárias claras”, o que posteriormente chama de a “velha esquerda”, a qual, segundo ele, nada de construtivo propôs em contraposição ao Plano¹²¹. Em seguida, ao

¹¹⁹ Texto retirado do Jornal “Bom dia Floripa” de dezembro de 2013, página 6.

¹²⁰ <http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=20761/redacao-final-do-plano-diretor-de-florianopolis-sera-votado-somente-em-janeiro>

¹²¹ Dentro da perspectiva de Thompson (1995 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011), essa estratégia empreendida pelo prefeito pode ser classificada como *expurgo* (na qual se objetiva representar simbolicamente o grupo que possa

colocar em dois polos extremos os manifestantes e os empresários da construção civil, parece defender que o novo PDF apresenta-se como um instrumento envolto pela neutralidade, despossuído tanto de posições político-partidárias explícitas, bem como de interesses econômico-financeiros.

Afrânio Boppré, vereador pelo PSOL, um dos três únicos vereadores que se opuseram ao Plano, em entrevista a uma emissora de televisão, logo após sua aprovação final, afirmou o seguinte: “Reconhecemos que o Plano Diretor se afastou da dinâmica de participação popular, foi quebrado um princípio legal, e evidentemente a justiça será o próximo passo legal para buscar reestabelecer a conexão com o processo participativo”. Nessa fala, fica evidente que sua crítica está voltada não para o conteúdo do Plano especificamente, mas para a condução do processo de participação, que em sua concepção teve sua dinâmica rompida¹²². (RICMAIS¹²³).

Ainda sobre o processo de aprovação do Plano, vale trazer novamente a jornalista Elaine Tavares, quem pondera o seguinte:

Por três vezes seguidas, os vereadores votaram em propostas não discutidas com a comunidade. Muitas delas incorporadas ao Plano por pedido de seus “patrocinadores”, e pela própria prefeitura, através do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, o IPUF. Na primeira votação aprovaram em bloco, sem conhecer o conteúdo das mais de 600 emendas apresentadas, 300 delas. Na segunda votação se recusaram a discutir o fato de que haviam sido quebradas várias regras do

constituir obstáculo ao poder hegemônico como um inimigo) - uma subcategoria da categoria fragmentação, a qual por sua vez representa um dos cinco modos de operação da ideologia.

¹²² No dia 18 de novembro foi impetrada uma Ação Civil Pública contra o município de Florianópolis com o objetivo de determinar o trancamento da tramitação, apreciação e votação do Projeto de Plano Diretor pela Câmara de Vereadores, bem como sua sanção pelo prefeito até que novo projeto de Lei fosse encaminhado à Câmara, atendendo às exigências legais da participação popular efetiva, na forma preconizada pela Lei e regulamentos federais e municipais (decretos desrespeitados).

¹²³ Entrevista disponível em: <http://ricmais.com.br/sc/politica/videos/manifestantes-e-policiais-entram-em-confronto-apos-a-aprovacao-do-plano-diretor-em-florianopolis/>. Acesso em 07 jan. 2014.

regimento interno e do Estatuto da Cidade. Patrolaram. Nesse dia 6, em terceira votação, repetiram a dose. Alheios ao desejo das gentes que queriam entrar para acompanhar o processo, aprovaram o texto final, igualmente desconhecido por eles¹²⁴.

A crítica da jornalista volta-se, inicialmente, para a falta de discussão comunitária das emendas postas em votação, bem como para a falta de conhecimento por parte dos próprios vereadores acerca dessas emendas. Posteriormente, ao utilizar-se do termo “patrocinadores” para referir-se àqueles que supostamente demandaram a incorporação de parte das propostas ao Plano, Elaine Tavares parece denunciar o oposto do que defendeu o prefeito: de que de fato a construção do PDF não está isenta de interesses político-econômicos particulares.

Outra reportagem relativa ao Plano Diretor, intitulada “Construção civil vai à justiça”, e com o subtítulo “Plano Diretor aprovado pela Câmara desagradou associações de bairros, movimentos sociais e também um amplo segmento da construção civil - O que há de errado?”, traz a informação de que entidades que representam o setor da construção civil decidiram ajuizar ação contestando o Plano Diretor. De acordo com o jornal: “O anúncio do questionamento judicial foi feito na quarta-feira (11/12) pelo presidente do Sinduscom (Sindicato da Construção Civil de Florianópolis), Hélio Bairros, durante almoço com cerca de 30 empresários do segmento, em São José. Bairros diz que o novo Plano barrou a atividade da construção civil em Florianópolis”. Nas palavras do presidente trazidas pelo jornal: “Na Capital está tudo na contramão. Acabaram com as possibilidades (de negócios imobiliários) na Praia Brava e, agora, querem acabar com Jurerê”.

Retomando a ideia exposta na Situação Problema desta dissertação sobre o processo de produção do espaço urbano ser intensamente direcionado pelos interesses individualistas, sobretudo, de empresários do setor imobiliário, foi possível verificar, por meio de pesquisa feita ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que quando candidato à PMF, o atual prefeito recebeu um total de R\$ 4.697.227,10 de doações de pessoas jurídicas. Desse montante, cabe ressaltar que R\$ 3.171.227,10 [87%] foram repassados pelo Comitê Financeiro Municipal Único, pela direção estadual/distrital do partido e pelo

¹²⁴ Trecho tirado do texto que se encontra na íntegra em: < <http://eteia.blogspot.com.br/2014/01/a-terceira-e-violenta-votacao-do-plano.html>>. Acesso em 15 jan. 2013.

candidato César Souza Júnior através do CNPJ de sua campanha¹²⁵. Do restante advindo diretamente de empresas, constatou-se que R\$ 700.000,00 foram doados pela empresa Planaterra Terraplenagem e Pavimentação Ltda. e R\$ 826.000,00 foram repassados pela Hai Automóveis Ltda. Em relação ao partido do atual prefeito, o Partido Social Democrático [PSD], verificou-se que do total de R\$ 2.040.094,83, 95% foram doações provenientes de pessoas jurídicas, chegando ao montante de R\$ 1.930.905,02. Desse total, tem-se que R\$ 1.601.984,00 foram repassados pela direção estadual/distrital do partido e pelo candidato Cesar Souza Junior através do CNPJ de sua campanha. Interessa observar que do montante restante para fechar o total de doações de pessoas jurídicas, 68 % foram de empresas da construção civil e do setor imobiliário, chegando ao montante de R\$ 224.000,00.

O quadro delineado a partir desses dados acima expostos juntamente com o que Campos (2009) intitulou de “a explosão imobiliária do ano 2000”, exhibe o papel representativo que o setor da construção civil vem possuindo na transformação socioespacial de Florianópolis, mesmo que nem todas as demandas desse setor possam ser, num primeiro, momento, satisfeitas (como ficou claro no posicionamento de parte do setor contra algumas emendas do Plano).

No dia 03 de fevereiro de 2014, foi realizado um novo ato contra a votação do PDF em frente à Câmara de Vereadores. Há, portanto, um cenário bastante nebuloso no que se refere aos encaminhamentos que serão tomados em relação ao PDF em geral e a seu conteúdo em específico. Infelizmente, os pontos discutidos acima indicam para a continuidade da trajetória de tomadas de decisão e ação político-econômicas dos últimos anos, marcada por muitos embates não negociados e pela deslegitimação por parte do Estado das lutas advindas da sociedade civil.

¹²⁵ Duran e Muriana (2013) afirmam que essa forma de transferência representa um problema, pois as chamadas doações indiretas (ou “ocultas”), feitas diretamente às agremiações, continuam parcialmente veladas à sociedade. Ao receberem as doações de empresas e pessoas físicas, os partidos repassam o montante aos seus candidatos por meio de diretórios e comitês de campanha. Na prestação de contas do candidato ao TSE, este dinheiro aparece tendo como origem os próprios diretórios e comitês, sendo, portanto, impossível saber pelo site do TSE quanto da verba específica de cada empresa doadora foi repassada aos candidatos. Ou seja: com as doações indiretas, apaga-se a origem primária do dinheiro e ocultam-se as relações entre empresas e candidatos.

4.3.2 O conteúdo do novo Plano Diretor de Florianópolis: as ZEIS e as APP

O subitem anterior procurou trazer uma perspectiva ampliada das construções histórico-políticas dos planos diretores de Florianópolis. Ainda que pese toda a controvérsia envolta na aprovação do novo PDF, este item trata de trazer, muito pontualmente, as novas delimitações legais relacionadas ao interesse social e às Áreas de Preservação Permanente (APP) desse plano.

Cabe apenas apontar que além dos instrumentos urbanísticos obrigatórios (elencados no capítulo anterior), o novo PDF, no artigo 239 adota os seguintes instrumentos urbanísticos não obrigatórios: (i) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública; (ii) usucapião especial de imóvel urbano; (iii) direito de superfície; (iv) estudo de impacto de vizinhança; (v) ZEIS e (vi) regularização fundiária de interesse social. Não seria irrelevante ressaltar que, de acordo com Martins (2006), esses instrumentos, por possuírem uma gama de alternativas, podem assumir perfis e produtos muito diversos.

Tais instrumentos tanto podem ser utilizados como indutores de um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável, quanto simplesmente para gerar recursos orçamentários, reforçando na cidade desequilíbrios e processos de segregação. (MARTINS, 2006, p. 31).

Sobre as ZEIS e as AEIS

Como visto, as ZEIS correspondem a instrumentos não obrigatórios para consecução do PD. Elas começaram a ser usadas a partir da década de 1980, como resultado das lutas de moradores de assentamentos irregulares para melhoria das condições urbanísticas e regularização fundiária. (SOARES *et al.*, 2012). No novo PDF constam as seguintes referências em relação às Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) e às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):

No artigo 105, as AEIS são concebidas como “áreas de intervenção urbanística sobrepostas às diferentes zonas com a finalidade de dotar o regime urbanístico de meios para incentivar urbanizações de interesse social”. O artigo 202 acrescenta que as AEIS são áreas não edificadas e/ou subutilizadas, definidas no Plano Municipal de Habitação de interesse social (PMHIS), com a finalidade de flexibilizar

o regime urbanístico, viabilizar e incentivar empreendimentos de habitação de interesse social.

Já no que se refere às ZEIS, o artigo 198 delimita que essas zonas são as parcelas urbanas, delimitadas no mapa de zoneamento do PDF, destinadas para moradia da população de interesse social e sujeitas às regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo¹²⁶. Vale acrescentar que, de acordo com o Artigo 199, nas ocupações em área de risco geológico e em área insalubre a regularização só poderá ocorrer quando houver possibilidade da execução de medidas corretivas. Foram delimitadas 3 tipos de ZEIS: (i) ZEIS 1 – os assentamentos consolidáveis ocupados espontaneamente por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas onde não há restrição legal ou técnica à ocupação, destinadas, prioritariamente a ações de regularização fundiária; (ii) ZEIS 2 – os assentamentos consolidáveis ocupados espontaneamente por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas onde há restrição legal ou técnica à ocupação, podendo ser destinadas a ações de regularização fundiária¹²⁷; e (iii) ZEIS 3 – os empreendimentos habitacionais de interesse social construídos de forma regular.

Sobre as Áreas de Preservação Permanentes

De acordo com o novo PDF, As Áreas de Preservação Permanente (APP) correspondem às zonas naturais cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. As APP se encontram delimitadas nos mapas de zoneamento do PDF. Elas podem ser referentes a: (i) limitações administrativas emanadas da legislação concorrente Federal e estadual, em matéria florestal, hídrica e ambiental; (ii) ato voluntário

¹²⁶ Devem predominar as seguintes condições: (i) famílias com renda igual ou inferior a três salários mínimos; (ii): uso residencial; (iii): existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais; (iv): existência de moradias com adensamento habitacional excessivo e pela coabitação não voluntária; (v): ocupações irregulares caracterizadas por loteamentos clandestinos e áreas de invasões; e (vi): inexistência ou precariedade de infraestrutura urbana e comunitária.

¹²⁷ As ocupações localizadas na ZEIS 2 estarão sujeitas a remanejamento ou reassentamento, dependendo do caso e a critério do órgão responsável pela política habitacional de interesse social do Município.

dos proprietários; e (iii) medida compensatória estabelecida em licença urbanística ou termo de ajustamento de conduta na forma da Lei Federal n. 7.347, de 1985.

Segundo PDF, incluem-se nas APP os seguintes ecossistemas e espaços naturais: (i) dunas móveis, fixas e semi-fixas; (ii) praias, costões, promontórios, tómbolos, restingas em formação e ilhas; (iii) pouso de aves de arribação protegidos por acordos internacionais assinados pelo Brasil; (iv) banhados naturais e sua faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50m (cinquenta metros), a partir do limite do espaço brejoso e encharcado; (v) áreas adjacentes a manguezais, em cota inferior a 1m (um metro), e que possuam influência salina das marés e/ou vegetação característica de transição entre manguezais e solos mais enxutos; e (vi) os manguezais, em toda a sua extensão.

Para o novo PDF, todas as APP são *non aedificandi*, sendo nelas vedada a supressão da floresta e das demais formas de vegetação nativa, parcelamento do solo ou outras intervenções, ressalvados casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental e implantação de parques urbanos, inclusive seus equipamentos, respeitando a legislação específica.

Vale acrescentar que a fiscalização dessas áreas fica a cargo da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram) juntamente com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Polícia Ambiental. (NETO; LIMA, 2010).

4.3.3 O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) foi constituído no âmbito do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), o qual, por sua vez, foi criado pela lei municipal nº 8.210/2010, com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo. Entre suas atribuições está a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre a Política Habitacional de Florianópolis, bem como de todos os programas e projetos a ela relacionados. (PMF, 2013).

Fazem parte do CMHIS: (i) nove titulares e suplentes do poder público municipal¹²⁸; (ii) a iniciativa privada relacionada à produção

¹²⁸ São eles das Secretarias da Habitação e Saneamento Ambiental, Executiva de Serviços Públicos, Regional do Continente, da Assistência Social, do

habitacional, comercialização imobiliária, ou de seus sindicatos patronais; (iii) os profissionais liberais ligados à construção civil, aos institutos, sindicatos, às associações de arquitetos e engenheiros; (iv) as organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento urbano ou moradia popular, e (v) as entidades comunitárias ou associações de moradores das Regiões Norte, Centro e Oeste, Sul e Leste da Ilha, bem como da Região Continental. (PMF, 2013).

Ambos, o CMHIS e o PMHIS, figuram como requisitos básicos para adesão do município de Florianópolis ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. O desenvolvimento do PMHIS se deu em três etapas: (i) proposta metodológica, na qual se estruturou as etapas posteriores, norteou procedimentos, definiu conteúdos e estabeleceu como a proposta deveria ser pactuada com a sociedade; (ii) diagnóstico, na qual se reuniram informações sobre o déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificando os assentamentos precários, levantando suas características urbanísticas, ambientais, sociais, estimando também a evolução das necessidades habitacionais e dimensionando os recursos necessários para enfrentar o problema; e (iii) estratégias de ação, que consistiu na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social. (PMHIS, 2011).

A partir do diagnóstico proposto pelo PMHIS, foram identificadas em Florianópolis 64 Áreas de Interesse Social (AIS), as quais são conceituadas como assentamentos precários, com necessidade de regularização urbanística e de posse de terra, bem como ações para o desenvolvimento social. Uma constatação relevante para esta pesquisa é que a maior parte das AIS estão localizadas em espaços ambientalmente vulneráveis, sendo que 38% delas em encostas, 11,01% em topos de morros, 18% em outras localidades inapropriadas [2% em dunas] -, e apenas 33% encontram-se em áreas urbanizadas/consolidadas, como mostra o gráfico da figura 7, abaixo:

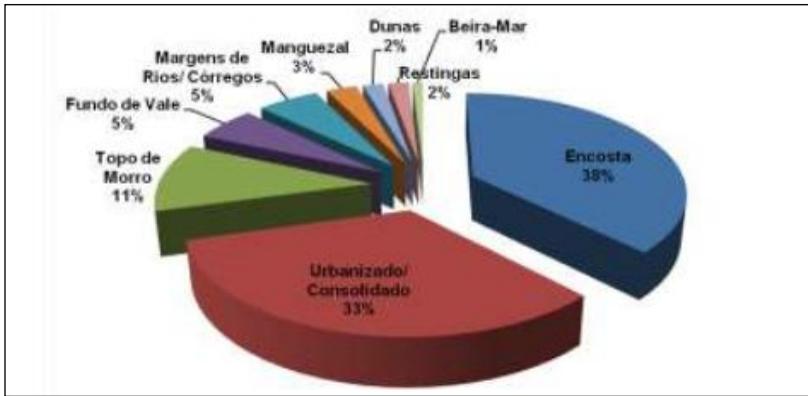


Figura 7: Distribuição das AIS no território de Florianópolis segundo sua morfologia

Fonte: SMHIS, 2011.

Considerando a localização quanto à Área de Preservação Permanente (APP), a maioria das AIS (52%) estão em APP, seja de forma parcial (39%) ou total (13%), como mostra o gráfico a seguir, correspondente a figura 8:

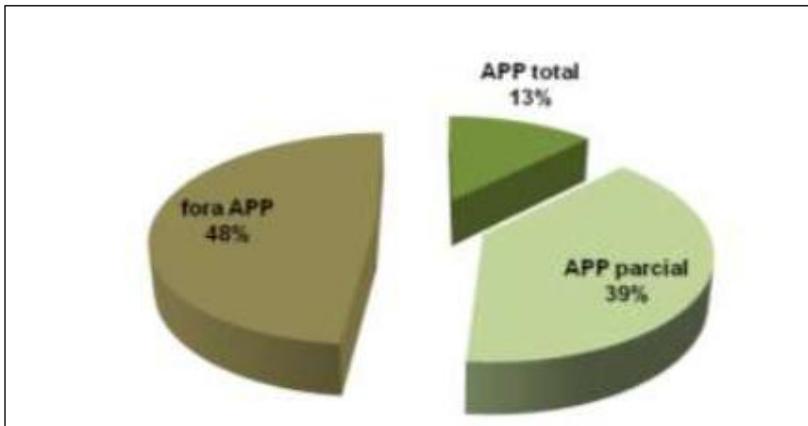


Figura 8: Proporção de AIS em APP

Fonte: SMHIS, 2011.

Um último ponto importante do PMHIS para se ressaltar aqui corresponde à identificação das AIS passíveis de urbanização e

regularização, bem como daquelas sujeitas ao remanejamento. Vale destacar aqui, que as áreas sujeitas à realocação são AIS localizadas em terrenos impróprios e inadequados e que, de forma parcial ou total, estão comprometidas por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, por se localizarem sobre áreas de risco e/ou área de preservação ambiental, devendo, portanto ser reassentados. Conforme dados apontados na Tabela 2 estão nessa situação 710 domicílios:

Tabela 2: Quantidade de domicílios com necessidade de reassentamento nas AIS de Florianópolis

Distrito	AIS	Reassentamento Parcial ou Total	Quantidade
Cachoeira do Bom Jesus	Morro do Mosquito	Total	51
Canavieiras	Rio Papaquara	Total	36
	Rua Adão dos Reis	Parcial	5
Ingleses do Rio Verm.	Rua do Siri (Vila Arvoredo)	Total	158
Pântano Sul	Rio das Pacas	Total	6
Sede Continente	Nova Jerusalém	Parcial	16
	MaLaren	Parcial	7
	Morro da Caixa I	Parcial	33
	Santa Terezinha I	Parcial	19
	PC3	Parcial	18
	Ponta do Leal	Total	66
Sede Ilha	Morro da Janga	Parcial	4
	Sol Nascente	Parcial	46
	Morro do Balão	Parcial	18
	Morro do Quilombo	Parcial	18
	Rio Tavares I	Total	111
	Costeira III	Parcial	2
	Costeira IV	Parcial	90
Costeira V	Parcial	6	
TOTAL			710

Fonte: SMHIS, 2011.

5 O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL URBANO NA VILA DO ARVOREDO

Este capítulo destina-se a descrever e analisar o caso objeto de estudo desta pesquisa. Parte-se do pressuposto de que a análise do conflito socioambiental urbano identificado na comunidade Vila do Arvoredo requer uma abordagem no mínimo interdisciplinar, pois como já foi tratado na parte metodológica deste trabalho, somente assim se pode tentar construir uma compreensão mais efetiva do caso em pauta, cuja natureza é intrinsecamente complexa.

Nesse sentido, no primeiro subitem deste capítulo levanto aspectos ligados às dimensões econômica, ecológica, política e sociocultural da área onde se localiza a comunidade Vila do Arvoredo. No segundo subitem, construo um diagnóstico do conflito em questão, ressaltando seu contexto, atores e grupos sociais envolvidos - seus discursos, embates e alianças. No terceiro e último subitem, empreendo considerações teóricas sobre o caso, procurando resgatar as teorias discutidas na fundamentação teórica.

5.1 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE ANÁLISE

O Distrito de Ingleses do Rio Vermelho¹²⁹, onde fica situada a Vila do Arvoredo, localiza-se a noroeste da Ilha de Santa Catarina, possuindo uma área de aproximadamente 20,47 Km². A praia dos Ingleses foi inicialmente povoada por índios Carijós, os quais ocupavam terrenos bastante arenosos e com dunas, onde cultivavam mandioca, milho, inhame, algodão, amendoim, pimenta etc.¹³⁰. (BERGER, 1984 *apud* FERREIRA, 1999).

O ‘Ingleses’ do nome do distrito provém dos ocupantes de uma embarcação inglesa que naufragou na região, os quais sobreviveram e acabaram estabelecendo-se na localidade, subsistindo através da pesca e da agricultura (VÁRZEA, 1957 *apud* FERREIRA, 1999).

As figuras 9 e 10 na sequência trazem mapas da Região.

¹²⁹ Pertencem ao Distrito em questão o Balneário dos Ingleses e as comunidades de Aranhas, Capivari, Araçá e parte do Muquém. A comunidade das Aranhas é conhecida como Praia do Santinho.

¹³⁰ Considera-se que por volta de 1600 já não havia mais tribos vivendo na Ilha de Santa Catarina, pois nessa época missionários que a percorreram, declararam-na deserta.



Figura 9: Mapas de Florianópolis e do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho
Fonte: Google maps

pescadores artesanais que ainda praticam essa atividade na praia dos Ingleses¹³².

De acordo com o depoimento de um pescador local (coletado em entrevista), o aumento populacional é o que mais marca a mudança recente de Ingleses¹³³. Ele considera que há 25 anos atrás, quando a população do Distrito era relativamente menor, o povo dali possuía melhores condições de vida do que hoje. Segundo ele, as atividades predominantes eram a pesca e o serviço de roça: plantação de culturas como mandioca, feijão, entre outras. Em suas palavras:

A pesca era o artigo principal dos Ingleses né, todo mundo vivia aqui da pesca, a parte da lavoura era mais fraca... Hoje a pesca já não é assim o essencial da vida das família aqui do Ingleses.

Hoje as pessoas busca outras atividade, serviço no centro: de lojista, bancários [...].

Eu tenho 56 anos, sou o casula da casa, a gente é em 7 irmãos, a gente foi criado assim só com a produção da pesca. Hoje eu trabalho na pesca da tainha, que vai de 45 a 90 dias, depois retorno pra casa e faço outras atividade [...], faço serviços gerais.[...].

Pra viver só da pesca hoje não tem como, ninguém aqui vive.

Cabe observar, que as regiões costeiras vêm sendo alvo de formas de apropriação e uso predatórios de seus espaços e recursos naturais, o que acaba repercutindo no modo de vida de muitas comunidades pesqueiras que dependem desses recursos para a reprodução de suas existências. (VIVACQUA, 2012). Alguns estudos têm se debruçado sobre a temática da pesca artesanal em Santa Catarina, apresentando, entre outras conclusões a fragilidade dessa modalidade de pesca frente às pressões da indústria pesqueira, da especulação imobiliária, do turismo de massa; sem contar o quadro de desarticulação interna do próprio setor. (VIVACQUA, 2012; WAMBAR, 2012; MENEZES; SERVA, 2012).

Além da pesca, os atrativos naturais do local (a vegetação exuberante, as praias, dunas, lagoas e rios), bem como os acervos culturais (inscrições rupestres, festas tradicionais, entre outros) têm chamado a atenção de visitantes desde o início do século XX

¹³² Esse distrito é considerado um dos principais núcleos pesqueiros dedicados à pesca em mar aberto do município de Florianópolis. (BASTOS, 2009).

¹³³ Em alguns momentos, chamarei o Distrito de Ingleses do Rio Vermelho apenas de Ingleses, denominação popularmente difundida.

(FERREIRA, 1999), o que contraditoriamente têm contribuído para o comprometimento das atividades tradicionais e dos ecossistemas locais.

Para uma compreensão mais rigorosa desse quadro de degradação socioambiental da região é preciso levar em consideração as dinâmicas de desenvolvimento urbano e do turismo que ali se instalaram. De acordo com Ferreira (1999), o processo de urbanização do Distrito teve início a partir do núcleo central em torno da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada próxima à praia dos Ingleses, no limite entre as comunidades de Ingleses e Aranhas, e se desenvolveu ao longo da praia e das estradas existentes. Durante muito tempo, até meados da década de 1940¹³⁴, a localidade ficou semi-isolada devido à distância (36 km) da sede do município e também por conta da precariedade das vias de acesso e do próprio sistema de transporte, pois foi somente na década de 1970 que se deu a construção das rodovias SC-401 e 403.

O Distrito de Ingleses do Rio Vermelho possui atualmente [com base nos dados do censo demográfico de 2010] 29.814 habitantes, correspondendo ao terceiro distrito com maior população residente de Florianópolis, atrás apenas do Distrito Sede e do Distrito do Campeche. Vale acrescentar que no período 1996-2000, a população de Florianópolis como um todo cresceu 25,99%, enquanto a população de Ingleses do Rio Vermelho aumentou 112,36%. Já no período 2000-2010, Florianópolis registrou um aumento de 23,25% na sua população, já Ingleses do Rio Vermelho 81,36%. (COUTO, 2011).

No contexto do desenvolvimento acelerado das atividades relacionadas ao turismo em Florianópolis a partir dos anos 1980, conforme já mencionado no capítulo anterior, o norte da Ilha de Santa Catarina passou a ser o local de preferência para esse segmento. Concomitantemente à intensificação do setor turístico, houve o desenvolvimento de outras atividades geradoras de renda, estabelecendo redes de comércio e serviços locais na região. Esse cenário vem sendo permeado pela pressão de interesses privados de empresários e políticos locais, bem como de grupos econômicos nacionais¹³⁵. (MINGORI, 2001). Esses interesses específicos, por sua vez, vêm apoiando-se sobre a base legal do Plano Diretor dos Balneários, alternado-a quando necessário; e nessa conjuntura, os ecossistemas naturais do local foram sendo paulatinamente degradados.

¹³⁴ Nessa década se deu a implementação da primeira via de ônibus.

¹³⁵ Cabe observar que a construção das rodovias já citadas contribui sobremaneira para esse desenvolvimento.

O Distrito de Ingleses corresponde a uma área de solo sedimentar que conta com a presença de dunas¹³⁶, estando situado entre dois promontórios na Costa nordeste da Ilha de Santa Catarina (ORTH; SILVEIRA, s/a.). As dunas no Distrito podem ser classificadas como dunas móveis e dunas vegetadas. As primeiras, também conhecidas como dunas ativas, são desprovidas de vegetação e possuem alta mobilidade. As dunas vegetadas podem ser fixas ou semifixas dependendo da densidade da cobertura vegetal. A área em questão apresenta campos de dunas com dunas estabilizadas em dois setores e ativas em outros dois setores. As dunas estabilizadas ou vegetadas aparecem paralelas aos campos de dunas ativas, os quais estão dispostos em faixas entre as áreas de dunas fixas, formando dois campos de dunas. Há um campo de dunas ativas que se estende da praia do Moçambique à Praia dos Ingleses e outro, localizado mais a leste, indo da Praia do Santinho à praia dos Ingleses. (FERREIRA, 1999). É nesse primeiro campo que se encontra a comunidade Vila do Arvoredo.

As formações vegetais da região podem ser classificadas como: (i) Vegetação de Restinga¹³⁷, que compreende as Formações Litorâneas e as Formações Associadas a Depressões (brejo de restinga); (ii) Floresta Ombrófila Densa; e (iii) Vegetação de Influência Antrópica. (FERREIRA, 1999).

Um ponto importantíssimo de destaque é que sob a região do Distrito fica situado o Aquífero Ingleses¹³⁸, depósito natural de água potável da melhor qualidade, responsável por abastecer cento e trinta mil pessoas no norte da Ilha de Santa Catarina. No entanto, as ações antrópicas na região têm colocado o Aquífero em risco.

¹³⁶ As dunas são caracterizadas como elevações de areia situadas ao longo da costa, logo após os cordões das praias e já fora da zona das marés. Sua forma é resultante da ação dos ventos, podendo ou não ser fixadas por intermédio de vegetação. As dunas formam uma barreira que impede o escoamento direto das águas em direção ao mar. Sua desestabilização, a partir da retirada de vegetação e areia ou ocupação urbana, pode comprometer a paisagem, bem como por em risco áreas adjacentes, ocupadas ou não (REIS, 2012).

¹³⁷ A vegetação de restinga ocorre ao longo do litoral, recobrando a maior parte dos depósitos eólicos, representados por dunas fixas e móveis. As espécies arbustivas e arbóreas são encontradas junto às encostas das dunas fixas ou semimóveis protegidas da ação eólica, formando às vezes cordões paralelos ao longo do litoral.

¹³⁸ O Sistema Aquífero Sedimentar Freático Ingleses corresponde a um aquífero tipo poroso, freático não confinado e desprovido de uma camada impermeabilizante, tendo uma área total de 20,47 quilômetros quadrados.

Um caso emblemático que merece ser mencionado aqui, que reflete a apropriação indébita da natureza pela iniciativa privada - respaldada pelo Estado -, é o do Condomínio Residencial Costão Golf¹³⁹, estabelecimento pertencente ao grupo Costão Ville Empreendimentos - dirigido por Fernando Marcondes de Mattos¹⁴⁰. De acordo com Lopes (2011), por meio do Projeto de Lei Complementar nº. 513 de 2003, o zoneamento de áreas em Capivari, no distrito em pauta, foi alterado especialmente para a liberação da construção do Condomínio Residencial Costão Golf¹⁴¹.

Em 2005, foi impetrada uma Ação Civil Pública¹⁴², requerendo a paralisação do empreendimento, dado possíveis danos ao meio ambiente, mais especificamente ao aquífero, tendo em vista que a manutenção do gramado do campo de golfe do empreendimento - que está projetado exatamente sobre uma área onde o aquífero é extremamente vulnerável - demanda aproximadamente 30 mil quilos de agrotóxicos por ano, tais como pesticidas, herbicidas e inseticidas. (LOPES, 2011).

Por determinação da Justiça Federal, as obras foram paralisadas e exigiu-se um trabalho científico para verificar os riscos de contaminação do aquífero, o qual acabou constatando que a utilização de agrotóxicos em níveis máximos no campo de golfe não ofereceria risco. Assim, o plantio da grama do campo de golfe foi autorizado pela Justiça Federal¹⁴³ em abril de 2006, transformando a paisagem local

¹³⁹ O Condomínio Residencial Costão Golf está associado a um campo de golfe profissional com 3.334 metros de percurso. O condomínio é formado por 181 unidades residenciais com área média de novecentos metros quadrados cada, e 124 apartamentos de 2 e 3 dormitórios. O empreendimento está situado em uma área de 571.984 metros quadrados. (LOPES, 2011).

¹⁴⁰ Também proprietário do Costão do Santinho Resort, da Marina do Costão, do Condomínio Residencial Vilas do Santinho e do Condomínio Residencial Costão das Gaivotas.

¹⁴¹ O zoneamento desta área era em parte AER (área de exploração rural) e em sua maior extensão ARE (área residencial exclusiva), passando então para ARP (área residencial predominante)..

¹⁴² Segundo Lopes (2011), foi através de mobilizações da sociedade civil que o Ministério Público Federal tomou conhecimento do empreendimento.

¹⁴³ Membros do Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, ao julgar o Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Santa Catarina, reconheceram a incompetência do Foro da Justiça Federal para processar e julgar os assuntos inerentes ao Costão Golf, declarando que a competência é da Justiça do Estado de Santa Catarina. (LOPES, 2011).

com a retirada da cobertura vegetal e modificação do solo com aterros e terraplanagem. Por fim, em dezembro de 2007, o empreendimento foi inaugurado. (LOPES, 2011).

Julguei interessante abordar este caso aqui - o qual pode ser compreendido com mais profundidade a partir da dissertação do autor supracitado - pois o Projeto de Lei referenciado que recategorizou a área e regulamentou o empreendimento, também permitiu a construção do teleférico ligando o Costão Golf Club ao Costão do Santinho. O caso específico desse sistema de transporte marca enfaticamente o histórico de lutas da comunidade Vila do Arvoredo. Destarte, no subitem seguinte, reservo uma parte para tratar especificamente do caso.

Até aqui, o objetivo foi levantar aspectos mais gerais da região onde o conflito está instalado. O próximo item é destinado à realização do diagnóstico do conflito, ou seja, serão abordadas questões específicas relacionadas ao caso da comunidade Vila do Arvoredo.

5.2 DIAGNÓSTICO DO CASO CONFLITIVO

5.2.1 A Vila do Arvoredo: aspectos socioambientais e o histórico da ocupação da área

A comunidade Vila do Arvoredo está situada na região do campo de dunas Moçambique - Ingleses. O acesso principal à comunidade se dá através da Rua do Siri. Por conta disso, a comunidade primeiramente ficou conhecida como Favela do Siri. A alteração do nome para Vila do Arvoredo se deu através de um processo organizado por membros da comunidade, a partir da instituição da Associação de Moradores da Vila do Arvoredo (AMOVILA), no ano de 2004. Porém, ainda hoje, muitas pessoas se referem à comunidade como Favela do Siri, o que pôde ser verificado na pesquisa de campo, por meio de conversar informais e entrevistas.

Foi a partir da década de 1970 que as primeiras moradias começaram a ser fixadas no final da Rua do Siri. Foi possível verificar que as construções nessa área, bem como na servidão paralela chamada de Alexandre Cantigas, são basicamente casas de alvenaria, geralmente muradas ou cercadas, em lotes relativamente amplos (seguramente maiores que 250 m²). A área conta com ruas calçadas, postes de energia elétrica e as residências são abastecidas com água da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). A figura 11 traz algumas fotos relativas a essa área.

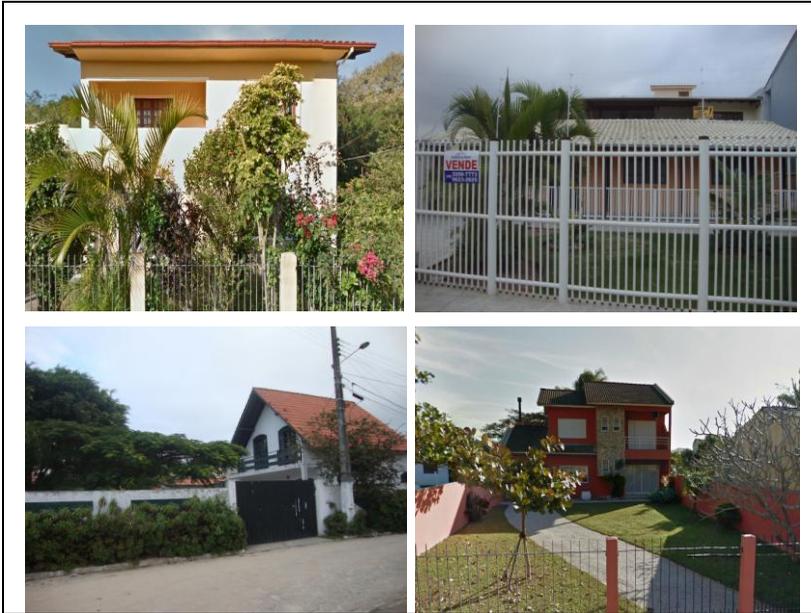


Figura 11: Casas situadas em APP próximas à Vila do Arvoredo
Fonte: pesquisa de campo

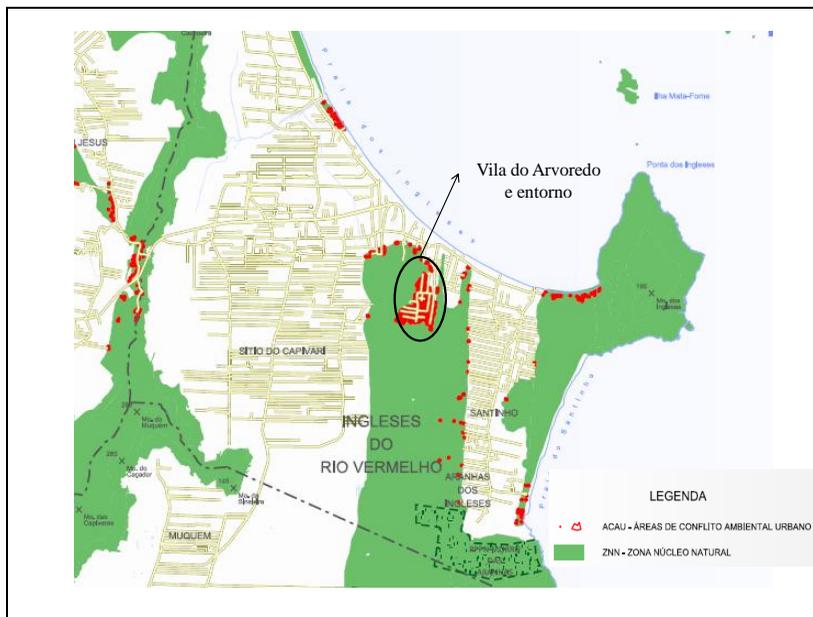


Figura 12: Mapa Conflito Ambiental Urbano Anteprojeto PDF
Fonte: alteração do mapa da PMF (2012).

De acordo com a figura 12 referente a uma parte do mapa de conflitos ambientais urbanos anexo ao anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis (PDF), a partir de um determinado ponto da Rua do Siri até o seu final, bem como as ruas paralelas nessa mesma altura em sentido à comunidade, além, claro, da Vila do Arvoredo - tudo isso está dentro da Zona Núcleo Natural (ZNN), sendo, portanto, identificado como áreas de conflito, marcadas no mapa pela cor vermelha. Todas as casas que aparecem na figura nº estão, portanto, situadas em Área de Preservação Permanente (APP)¹⁴⁴. Pode-se aferir que há, portanto, por parte da PMF, o reconhecimento, ao menos institucional, da existência de conflitos socioambientais urbanos em APP, ainda que tal consideração formal não garanta a intenção nem a maneira pela qual se lidará com esses conflitos.

¹⁴⁴ Foi possível verificar, a título de ilustração, que a casa com a placa “vende” na figura 11 está situada num terreno de 300,61 m², possui 243,61 m² e custa R\$ 310.000,00. (Informações retirados do *site* da imobiliária em 07 de julho de 2013).

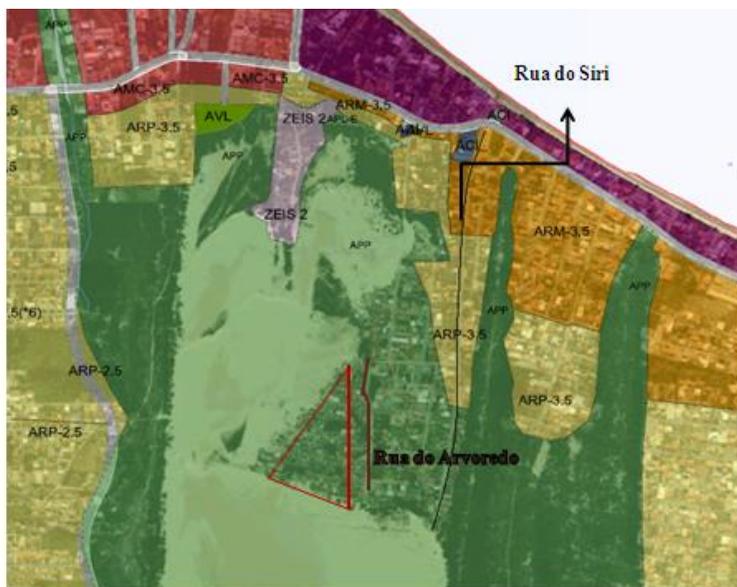
Sobre isso, numa reunião entre moradores da Vila do Arvoredo e a PMF, por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), na gestão do então secretário Átila Rocha dos Santos, no primeiro semestre de 2008, a questão das habitações das classes mais abastadas economicamente no entorno da Vila também localizadas na APP em questão foi um ponto de pauta¹⁴⁵. De acordo com o Secretário:

Essa área é uma APP, mas a prefeitura fez calçamento, a CASAN colocou água, a CELESC colocou energia, pavimentaram as ruas... e isso aqui também é uma APP, tá? Mas isso aqui é um problema do Ministério Público, que vai fazer um ajuste de conduta... vai fazer um trabalho semelhante ao que foi feito lá em Palhoça. Isso aqui vai ter que ser regularizado, isso aqui é uma situação semelhante ao que tem na Daniela [...] isso aqui tem que ter um entendimento do Ministério Público.

Como fica evidente na fala do secretário, apesar de ser uma APP, a própria Prefeitura, juntamente com as concessionárias de água e energia elétrica legitimaram a ocupação local. A resolução do problema, na visão dele, estaria nas mãos do Ministério Público (MP), por meio da execução de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Sobre as moradias do local hoje conhecido como Vila do Arvoredo, sabe-se que as mesmas começaram a ser construídas de forma lenta e gradual, sobretudo, a partir da década de 1980. Na figura 13, correspondente a uma parte do mapa atual dos Ingleses anexo ao Plano Diretor de Florianópolis (PDF) aprovado em 2014, assinalo, de maneira meramente ilustrativa, a área que se refere ao segmento mais recente, o qual se encontra mais próximo às dunas em movimento e que conta com habitações mais precárias – a grande maioria construída com material reaproveitado e/ou tábuas de madeira –, sendo algumas poucas, mais próximas à rua principal, feitas de alvenaria. O triângulo vermelho corresponde a essa área. Também tem destaque a rua principal da Vila, chamada de Rua do Arvoredo. A figura 14 corresponde a uma foto aérea da área do ano de 2005.

¹⁴⁵ Tive acesso a uma gravação dessa reunião por meio de uma liderança da Vila do Arvoredo e assim pude transcrever alguns trechos julgados interessantes para a pesquisa.



LEGENDA

	APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
	ACI - ÁREA COMUNITÁRIA/ INSTITUCIONAL
	APL P - ÁREA DE PRESERVAÇÃO com uso LIMITADO (PLANÍCIE)
	APL E - ÁREA DE PRESERVAÇÃO com uso LIMITADO (ENCOSTA)
	AVL - ÁREA VERDE DE LAZER
	AMC - ÁREA MISTA CENTRAL
	AMS - ÁREA MISTA SERVIÇOS
	ARM - ÁREA RESIDENCIAL MISTA
	ARP - ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE
	ARR - ÁREA RESIDENCIAL RURAL
	ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
	ATL - ÁREA TURÍSTICA DE LAZER
	ATR - ÁREA TURÍSTICA RESIDENCIAL

Figura 13: Mapa PDF (2014) - Área da Vila do Arvoredo e Rua do Arvoredo
Fonte: alteração do mapa da PMF (2014).



Figura 14: Vista panorâmica da Vila do Arvoredo
Fonte: SMHSA (2005 *apud* GRANDO, 2011).

Fala-se que os primeiros moradores da Vila migraram para o norte de Florianópolis para trabalhar no setor da construção civil por meio de uma construtora do estado do Paraná, a qual acabou falindo, e deixando seus funcionários desassistidos. Segundo Nivaldo, morador e liderança comunitária local:

Muitas construtoras trouxeram pessoas de fora [...] e quando terminava o serviço, eles ia embora pra outro lugar e deixava as pessoas. Eles trouxeram gente de vários cantos: do Paraná, de São Paulo, do Nordeste. [...] Comigo aconteceu também por essa forma. Mas a empreiteira não me trouxe. Vim através de uma outra pessoa que já trabalhava aqui e foi quem me incentivou a vim pra cá. Ai quando acabou a obra, pronto, eu fiquei pra lá e pra cá...

Os preços inacessíveis dos imóveis disponíveis para aluguel na região de Ingleses levaram muitos desses migrantes a buscar alternativas de moradia na localidade da Vila. Como acrescenta o entrevistado A, sua condição material não permitia que ele pudesse

alugar qualquer casa nos Ingleses. Procurando por um imóvel com preço acessível a suas condições econômicas, acabou chegando à Vila do Arvoredo. Ele conta que passou um tempo pagando aluguel, até que conseguiu juntar um dinheiro e comprou “*um barraco [...] uns cento e poucos metros prá dentro lá, que as dunas já cobriu [...] pra poder se livrar do aluguel e aí buscar a família, né?*”. Outra moradora, Dona Leni, também conta que logo que chegou à região pagava aluguel:

Primeiro nós pagava aluguel, aí nós viemos e compramos aqui [...], compramos a primeira casa, viemos morar, era muito bom. De repente a areia começou a andar, a andar, a andar, e foi chegando, aí até que ela cobriu tudo mesmo. Aí tive que comprar outra pra mim poder morar.

Faz parte da história da Vila do Arvoredo - grande parte dos entrevistados comentou a respeito - o fato de um sujeito de nacionalidade argentina, um dos primeiros moradores da área, ter iniciado o processo ilegal de venda de terrenos na localidade. As pessoas que adquiriram essas terras receberam “documentos” sem valor jurídico que indicavam o processo de compra/venda. Além dele, outros também realizaram processos de venda de terrenos na localidade. No jornal da comunidade intitulado *Pra frente Siri*¹⁴⁶, encontra-se o seguinte trecho que reflete esse fato:

Nossa comunidade começou a se formar em 1986, quando tínhamos 30 famílias, atraídas pela venda de terrenos em área de preservação realizada por nativos da região, assim como também a chegada de um estrangeiro, que cercou uma determinada faixa de areia da região e passou a comercializá-la. [...] Que fique bem claro para todos: não invadimos, e sim compramos nossas moradias, e muitos se beneficiaram disso.

O depoimento de uma moradora da Vila (entrevistada E) sobre como e porque sua família comprou um terreno na localidade suscita algumas reflexões sobre o processo de ocupação da área:

¹⁴⁶ A edição em pauta diz respeito a gestão da AMOVILA de 2007 e 2008.

A gente morava na casa com a minha irmã, então ficava complicado né, morar na mesma casa que ela. Ai quando surgiu a oportunidade da gente comprar (entre aspas né), assim digamos: como ninguém era instruído, minha mãe era analfabeta, meu pai não trabalhava, meus irmãos: um tinha acabado de fazer 18 anos - não tinha noção nenhuma, porque ninguém estudou direito, não tinha muita explicação sobre área de preservação ou coisa do gênero. Então o cara ofereceu o terreno pra nós, dizendo que era um terreno e fazia em 5 mil reais pra gente. [...] Dizendo que quando nós terminássemos de pagar saia o compra e venda. Antes de a gente terminar de pagar a gente já começou a descobrir que a coisa não era aquilo tudo, que não era daquele jeito, então quando faltavam ainda quase mil reais a gente parou de pagar, porque daí começaram a dar em cima, mas daí já tinham mais umas casas ali.

Ela conta que a Floram (Fundação Municipal de Meio Ambiente) foi o primeiro órgão público que entrou em contato com sua família alertando que ali era uma APP.

Nesse período de tempo, a prefeita na época era a Angela, ela tinha mandado IPTU pra nós pagar. A gente tinha carnê de IPTU e tudo. Então a gente ficou assim meio que na dúvida: como que não pode se a prefeitura tá cobrando IPTU do terreno?

As palavras de Ermínia Maricato ilustram bem esse cenário delimitado:

A ocupação ilegal de terras é informalmente consentida (ou por vezes até incentivada) pelo Estado que entretanto não admite o direito formal do acesso à terra e à cidade. Isso se dá por conta da articulação entre legislação, mercado e renda imobiliária. A ocupação é consentida inclusive em áreas de proteção ambiental, mas raramente em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário calcado em relações capitalistas. (MARICATO, 1995, p. 05).

A entrevistada E relata também que quando ela e sua família chegaram ali, em 1996, não existiam muitas casas e a paisagem (aqui no

sentido de espaço físico) era formada basicamente por dunas e algumas lagoas. Sobre isso, um ex-morador que chegou a Vila no início da década de 1990 (entrevistado 3) também comenta:

Na época as dunas eram bem distantes, era lá em baixo, acho que ela avançou ali quase uns 200 metros, que essa duna andou nesses 20 anos, então é muita coisa, ali na época tinha umas lagoa bonita ali atrás, tinha uma lagoa no meio das dunas, nos ia lá tomar banho, era nossa piscina aquela lagoa [...].

Outra moradora da região de Ingleses (entrevistada 1) igualmente relembra como era a localidade antigamente:

No que a gente veio morar pra cá [há uns 17 anos], os meus pais moravam numa casa ali na Rua do Siri e a Rua do Siri era uma das ruas mais importante aqui da praia dos Ingleses, ali tinha as melhores casas, uma rua boa. E hoje em dia se você fala na Rua do Siri todo mundo tem medo, ninguém quer morar ali, então desvalorizou muito aquele lugar. Eu lembro que a gente atravessava as dunas dali da onde minha mãe morava pro outro lado: que saía nesse postinho policial. E todo mundo usava aquelas dunas, os turista também usavam pra praticar o sandbord, era sempre cheio e hoje se você vai ali tá tudo tomado pela favela, muita gente nem vai, tem medo né!

O depoimento abaixo também se refere a recordações de uma moradora a respeito de como a localidade era há muitos anos:

Quando eu cheguei aqui, menina, dava pra contar as famílias, acho que nós tava em 50 famílias e era muito... Era bem pouquinha gente, bem pouquinha casas. Todo mundo se conhecia, sabe? No verão, a noite, assim, era tudo um perto do outro, se reunia tudo a piazzada a brincar... ai quando nós via já tava tudo brincando na areia, de se esconder, por meio de tudo, menina... naquela época ali dava, vai agora brincar de se esconder pra ver!!” Não tinha tráfico, não tinha nada, nada, nada, tu não via uma alma na boca de fumo. (Dona Leni).

Sobre a dimensão ecológica relativa à área da comunidade, estudos realizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e também por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) demonstram que as dunas deslocam-se em direção ao norte, em virtude da enorme dissipação de ventos, numa velocidade média de

cerca de 3,7 a 9 metros por ano conforme a situação, sendo que as dunas menores movem-se mais rapidamente¹⁴⁷. Sabe-se que as dunas têm sua atividade diminuída antes de atingir a praia, tendendo de forma natural a estabilizar-se. Entretanto, o que os pesquisadores advertem é que essa estabilização não vem ocorrendo atualmente, devido, em grande parte, à ação antrópica: ocupação humana e retirada da vegetação fixadora de dunas. (REGO NETO, 2003; FERREIRA, 1999). Na fotografia a seguir [figura 15], procuro demonstrar a direção de deslocamento das dunas e a localização da Vila do Arvoredo em relação a esse deslocamento.



Figura 15: Vista aérea do campo de dunas Moçambique - Ingleses

Fonte: alteração da fotografia tirada de Ferreira (1999).

Através dessa imagem fica nítido que as dunas se movem em direção à comunidade e seu entorno. Ferreira (1999) monitorou a movimentação das dunas na região da Vila do Arvoredo no período de setembro de 1995 a setembro de 1997. No primeiro ano registrou um avanço de 9,3 metros, e no segundo ano de 4,9 metros. Segundo a

¹⁴⁷ Esses estudos são fundamentados por um parecer técnico elaborado por João José Bigarella, principal pesquisador brasileiro do ambiente dunar, em 1985, para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, no qual analisou fotografias aéreas de 1938, 1956, 1966 e 1978.

autora, a grande diferença está diretamente associada com a direção e a intensidade dos ventos, e a variação da precipitação pluviométrica neste período. Por conta dessa grande movimentação, muitas moradias já foram literalmente engolidas pela areia ao longo dos últimos anos. Quase todos os entrevistados moradores da Vila contaram que já tiveram que mudar de casa de duas a quatro vezes, pois cada uma de suas casas foi sendo atingida pela areia¹⁴⁸. Por conta do risco de soterramento das moradias, a SMHSA (2010) considera a comunidade como uma *área de muito alto risco*. De acordo com esse órgão municipal:

a ocupação é consolidável, no entanto, é inviável a urbanização e a intervenção de projeto de infraestrutura no local, devido à movimentação das dunas que avançam gradativamente em direção as moradias. Por este motivo é necessário a remoção da comunidade para outra região.

A partir do trecho acima é possível avaliar que a posição da SMHSA está mais vinculada, como consideraram Bezerra e Chaer (2012), aos impactos sociais da ocupação, tendo em vista que a razão que comanda a retirada das famílias da área relaciona-se, mais diretamente, à questão do risco de soterramento das moradias e não à questão dos riscos ecológicos mais amplos (que vão mais além, considerando o próprio ecossistema local). No documento em questão, pouco se ressalta acerca desses últimos riscos referidos. O discurso se volta predominantemente para as graves consequências à saúde e segurança humana.

Na pesquisa de campo, foi possível observar a gravidade relacionada ao risco de soterramento das moradias e como o mesmo afeta o cotidiano dos moradores. Alguns moradores, cujas casas estão mais próximas das dunas, buscam retardar o avanço das mesmas através da construção de barreiras com objetos como geladeiras velhas, armários, sofás, tábuas de madeira, entre outros; bem como procuram plantar espécies vegetais na tentativa de que as dunas sejam fixadas. O depoimento de um morador (entrevistado C) que vive muito próximo às dunas ilustra as dificuldades enfrentadas nesse sentido:

¹⁴⁸ Um fato que pude perceber ao questionar sobre o processo de autoconstrução é que a maioria dos entrevistados compraram suas casas (barracos, como eles mesmos dizem), pelo menos as primeiras, já prontas, não havendo assim a necessidade de eles próprios construírem.

Agora mesmo eu tive que colocar umas madeira lá atrás pra conter um pouco as dunas, né, [...] peguei muito bicho de pé, porque aqui atrás tem muito lixo jogado, eles jogam de lá muito lixo aqui atrás, eu limpo, mas não dou conta, né. Morava ali uma pessoa.. [aponta para um local próximo às dunas]. Tu sabe que a menina dele dormia bem do lado da parede da casa e no outro dia que ela tirou a cama de lá a duna caiu por cima... ahah!

Outra moradora (entrevistada I) conta que há bastante tempo vem se esforçando pra conter as dunas. Ela arranja na própria Vila geladeiras velhas e outros objetos grandes e vai colocando em frente às dunas. Também se empenha em manter a área limpa, varrendo e queimando os resíduos encontrados. Ela assinala como esse esforço tem valido a pena, pois de fato é possível observar que a areia avançou menos na área próxima a sua casa do que nas demais áreas. Ela conta que tentou incentivar outros moradores a fazer o mesmo, mas não adiantou. Na figura 16 é possível visualizar algumas dessas tentativas de contenção das dunas.



Figura 16: Imagens do avanço das dunas em direção às casas

Fonte: pesquisa de campo

Outra questão fundamental que se impõe, dentro da dimensão ecológica, está ligada ao risco de contaminação do Aquífero Ingleses. De acordo com Zanatta, Pereira e Abdalla (2004), além da intrusão salina pelas águas do oceano que em regiões costeiras corresponde a uma grande ameaça aos aquíferos, outra fonte poluidora de grande relevância é a gerada pelos sistemas sépticos. Como adverte Rego Neto (2003), as zonas residenciais na região são desprovidas de sistema de esgotamento sanitário apropriado, ameaçando gravemente o Aquífero. Segundo a SMHSA, com base em estudos realizados na área, a vulnerabilidade do Aquífero na zona onde se encontra a Vila do Arvoredo é considerada *extremamente alta e muito alta*.

Sobre esse ponto, um grande problema que se coloca em relação à comunidade é ou a precariedade das fossas sépticas construídas por alguns moradores ou a ausência total de qualquer tipo de tratamento de resíduos domésticos. Sobre isso, Nivaldo comenta:

Por falta mesmo de saneamento é que gera todo esse tipo de bactéria aí e além de bactérias, vermes [...]. Aqui né, no caso, as fossa tudo aqui é feito rasiinho, eles pega... uma caixa de geladeira, cava nas dunas ali, bota aquilo ali, aquilo vai enchendo, enchendo... porque se cava dois, três metros pega na água, porque o lençol freático é muito raso aqui. [...].
O saneamento básico pra mim é uma das coisas mais importantes numa comunidade, numa população, porque se não tiver isso aí, não tem jeito, vai gerar um monte de doença, porque as doenças é pegada pelos pé, pela boca... quer dizer, sem saneamento, ele tá propicio a todo tipo de problema né, e problema sério.

Na Vila do Arvoredo tem ocorrido a seguinte dinâmica (a qual será tratada com mais detalhes na sequência): quando os moradores perdem suas respectivas moradias em virtude da movimentação das dunas, são removidos para dentro da própria comunidade em casas que servem como abrigo ou na parte do assentamento mais distante da movimentação das dunas (SMHSA, 2010); um fato relatado pela entrevistada E revela as contradições por parte dos órgãos da PMF face à problemática da degradação ecológica da área. Se em seus discursos reinteram a necessidade de “recuperação da área degradada e preservação das dunas” (SMHSA, 2010, p 08), na prática tal preocupação não tem se concretizado. De acordo com a moradora,

quando ocorreu a transferência das famílias para o Setor A¹⁴⁹, não houve por parte da PMF qualquer auxílio aos moradores no que se refere à construção de fossas sépticas para as novas habitações. Ou seja, a prefeitura permitiu que essas famílias ocupassem essa área de proteção ambiental, deixando por conta de cada uma delas a construção de suas fossas. Segunda a entrevistada E, cada um, então, construiu sua fossa da maneira que pôde. “*Eu acho que já que transferiram de lá pra cá, eles poderiam ter feito uma coisinha melhor*”.

Cabe neste ponto tratar acerca das características socioeconômicas da comunidade. Para isso, utilizo um relatório elaborado pela SMHSA em 2005. Como é de se supor, obviamente que os dados trazidos pelo relatório não refletem a concretude da configuração socioespacial atual da Vila do Arvoredo, visto que mais de oito anos já se passaram desde a sua elaboração e que a dinâmica dos assentamentos populares é marcada por alterações constantes no que se refere ao parcelamento, uso e ocupação do solo, como advertem Bienenstein *et. al.* (2011). Entretanto, esses dados certamente ajudam a construir um esboço das condições de vida dos moradores da comunidade, o que é de fundamental importância para esta pesquisa.

De acordo com o relatório em pauta, a população residente na comunidade era em 2005 de 779 habitantes, divididos entre homens e mulheres, respectivamente, 51,10% e 48,90%, conforme a tabela 3 abaixo:

Tabela 3: População segundo sexo

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
MASCULINO	398	51,09%
FEMININO	381	48,91%
TOTAL	779	100,00%

Fonte: SMHSA (2005).

Quanto à estrutura etária da população, havia a expressiva presença de habitantes jovens. O percentual de moradores com até 24 anos de idade era de 53%. O número de crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos representava 17% do total de habitantes da área. Os que se

¹⁴⁹ A Vila do Arvoredo foi separada em setores. Isto porque a PMF, quando começou a fazer os cadastros das famílias, assim o estipulou. Designou-se como Setor A a área para onde se deslocam as famílias cujas casas estavam ameaçadas pelas dunas. Essa área também consiste em APP formada por dunas, porém se encontra relativamente afastada da área de movimentação mais intensa das dunas.

encontravam na faixa de escolarização do ensino fundamental, 7 a 14 anos, atingiam 21%. A tabela 4 demonstra essa estrutura.

Tabela 4: População segundo faixa etária

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
0 a 6	132	17%
7 a 14	164	21%
15 a 24	119	15%
25 a 59	259	33%
MAIS DE 60	29	4%
NÃO INFORMOU	76	10%
TOTAL	779	100%

Fonte: SMHSA (2005).

No que se refere à questão da procedência das famílias, observa-se que mais de um terço delas migraram de outras regiões de Santa Catarina. Do estado do Paraná migraram 25% dos moradores da Vila do Arvoredo. Do Rio Grande do Sul, 20%. De outros estados, apenas 7% [tabela 5]. Os lugares de origem dos 10 moradores da Vila entrevistados para esta dissertação são os seguintes: 4 vieram do Paraná, 4 de outras regiões de Santa Catarina, 1 do Rio Grande do Sul e 1 de outro estado.

Tabela 5: Locais de procedências das famílias

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
GRANDE FPOIS	29	9%
OUTRAS REGIÕES S.C	105	33%
PARANÁ	78	25%
RIO GRANDE SUL	65	20%
OUTROS ESTADOS	22	7%
NÃO INFORMOU	19	6%
TOTAL	318	100%

Fonte: SMHSA (2005).

É válido reinterar, como assinala Reis (2012), que Florianópolis tem sido destino tanto para migrantes empobrecidos provenientes da zona rural, de outros centros urbanos de Santa Catarina e de outros estados, como também para muitas famílias de classe média de outros estados do sul e do sudeste do país (em especial São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná), assim como da Argentina e do Uruguai, em função das possibilidades de uma vida próxima à natureza, com a garantia da existência, também, de serviços urbanos característicos de cidades de certo porte.

Outro questionamento feito pela SMHSA aos moradores voltava-se ao interesse dos mesmos de retornarem aos seus locais de origem. Apenas 3,47% das famílias demonstraram vontade de ir embora de Florianópolis [tabela 6]. Essa questão será retomada na parte designada para tratar do assunto das indenizações pagas a algumas famílias.

Tabela 6: Famílias quanto ao interesse de voltar ao lugar de origem

INTERESSE DE RETORNO	Nº	%
SIM	7	3%
NÃO	184	91%
NÃO INFORMOU	4	2%
NATURAIS DE FPOLIS	7	3%
TOTAL	202	100%

Fonte: SMHSA (2005).

Quase a metade das famílias tinha somente o homem como responsável pela subsistência da família. Um pouco menos de um quarto delas tinha a mulher como responsável e em 33% dos núcleos o casal dividia essa responsabilidade. A tabela 7 demonstra esses dados.

Tabela 7: Responsáveis por famílias

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
HOMEM	95	47%
MULHER	41	20%
CASAL	66	33%
TOTAL	202	100%

Fonte: SMHSA (2005).

O número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14, que frequentavam a escola era elevado, correspondendo a 98% de frequência [tabela 8]. Em relação à frequência escolar, na faixa etária de zero a seis anos, 72% das crianças não frequentavam estabelecimentos de educação infantil. O relatório relaciona esses últimos dados com os do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SME), percebendo que a Vila do Arvoredo estava com o déficit muito acima da média municipal que é de quase 30%.

Tabela 8: População de 0 a 14 anos segundo frequência escolar

FREQUÊNCIA	ZERO A 6 ANOS	%	7 A 14 ANOS	%
ESTÃO NA ESCOLA	31	22%	165	98%
FORA DA ESCOLA	103	72%	2	1%
NÃO IN FORMOU	9	6%	2	1%
TOTAL	143	100%	169	100%

Fonte: SMHSA (2005).

O nível de escolaridade da área era baixo: 4% dos habitantes, com 15 anos ou mais, não eram alfabetizados; 77% cursaram apenas o ensino fundamental. Apenas 13% concluíram o ensino médio [tabela 9].

Tabela 9: População a partir de 15 anos segundo nível de escolaridade

ESCOLARIDADE	NÚMERO	%
ANALFABETO	18	4%
ENSINO FUNDAMENTAL	356	77%
ENSINO MÉDIO	60	13%
ENSINO SUPERIOR	3	1%
NÃO INFORMOU	28	6%
TOTAL	465	100%

Fonte: SMHSA (2005).

O nível de escolaridade dos chefes de família era baixo. O percentual de analfabetos era de quase 5%, o percentual dos que cursaram até as séries finais do ensino fundamental (1ª a 8ª série) situava-se no patamar de 82,40%. Os que alcançaram um nível mais elevado de instrução (ensino médio completo) eram apenas 9,20% [tabela 10].

Tabela 10: Escolaridade dos chefes de família

ESCOLARIDADE	Nº	%
ANALFABETO	17	4,9%
ENSINO FUNDAMENTAL	285	82,4%
ENSINO MÉDIO	32	9,2%
ENSINO SUPERIOR	1	0,3%
NÃO INFORMOU	11	3,2%
TOTAL	346	100%

Fonte: SMHSA (2005).

Há uma correlação direta entre o baixo nível de escolaridade da população e o quadro profissional, sendo o desemprego a dificuldade familiar citada mais vezes pelos entrevistados, muito dos quais não têm qualificação, tendo dificuldades de inserção no mercado de trabalho. A tabela 11 apresenta esse cenário.

Tabela 11: Famílias quanto a dificuldades de empregabilidade

DIFICULDADES	Nº	%
DESEMPREGO	44	71%
RELACION. FAMILIAR	2	3%
DROGAS ALCOOL	8	13%
VIOLENCIA DOMESTICA	1	2%
OUTROS	7	11%
TOTAL	62	100%

Fonte: SMHSA (2005).

No tocante à renda familiar, 82% das unidades pesquisadas estavam em um patamar de renda mensal de zero a 3 salários mínimos. É possível verificar, portanto, a coexistência de famílias com níveis de renda similares, com pouca variação. Face a esses dados, pode-se considerar a existência de certa homogeneidade interna no quesito renda, demonstrando uma das facetas da segregação. (MARQUES, 2005).

Tabela 12: Famílias segundo faixa de renda

FAIXA DE RENDA	Nº	%
SEM RENDA	8	4%
INFERIOR A 1 S.M.	29	14%
1 A 2 S.M.	87	43%
MAIS DE 2 ATÉ 3 S.M.	43	21%
MAIS DE 3 ATÉ 4 S.M.	9	4%
MAIS DE 4 ATÉ 5 S.M.	3	1%
MAIS DE 5 S.M.	5	2%
NÃO INFORMOU	18	9%
TOTAL	202	100%

Fonte: SMHSA (2005).

Apesar de a população da comunidade ter sido caracterizada como de baixa renda, o relatório informa que menos de 1/5 das famílias estavam inseridas em programas sociais.

Tabela 13: Quanto à inserção da família em programas sociais

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO	%
FAMÍLIA INSERIDA	39	19%
FAMÍLIA NÃO INSERIDA	160	79%
NÃO INFORMOU	3	1%
TOTAL	202	100%

Fonte: SMHSA (2005).

No que se refere ao regime de ocupação dos imóveis na Vila, observa-se que mais da metade das edificações eram usadas pelos proprietários (65%). Um total de 14 imóveis foram identificados como alugados. A tabela 14 traz esses dados:

Tabela 14: Imóvel segundo regime de ocupação

OCUPAÇÃO	NÚMERO	%
PRÓPRIO	143	65%
ALUGADO	14	6%
CEDIDO	5	2%
INVADIDO	28	13%
NÃO INFORMOU	31	14%
TOTAL	221	100%

Fonte: SMHSA (2005).

Das 202 famílias entrevistadas, 30% declararam ter algum tipo de doença com frequência, o que corresponde a 37 pessoas. Das doenças citadas, as respiratórias representaram 75%, sendo que dessas, 51% foram bronquite e/ou asma [tabela 15].

Tabela 15: Frequência de doenças que atingem as famílias

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO	%
GRIPE	9	24%
BRONQUITE ASMA	19	51%
DIABETES	2	5%
DEPRESSÃO	2	5%
HIV	3	8%
CARDIACOS	2	5%
TOTAL	37	100%

Fonte: SMHSA (2005).

Essa questão relativa às doenças que acometem os moradores da Vila foi aprofundada no trabalho de Grandó (2011). A partir do Cadastro Infosaúde de 2010 da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a autora trouxe dados relativos aos problemas de saúde dos moradores da Vila, os quais foram registrados diretamente no Centro de Saúde do Santinho, no ato da consulta pelo médico e/ou equipe de saúde. Na tabela 16 estão registradas as doenças respiratórias diagnosticadas em 141 moradores da Vila do Arvoredo. Como sugere a autora, o índice de asma e bronquite caiu em 2010 para 20% (em 2005 era de 51%), no entanto, o resfriado que atingiu 24% dos doentes em 2005, alcançou 45% em 2010. Os dados atualizados também possibilitam verificar outros agravos de doenças respiratórias, como a infecção aguda das vias aéreas superiores (6%), rinite alérgica (12%) e a amigdalite (16%).

Tabela 16: Principais doenças respiratórias registradas no Centro de Saúde do Santinho

PRINCIPAIS DOENÇAS	NÚMERO	%
RESFRIADO (NASOFARINGITE AGUDA)	63	45%
AMIGDALITE	23	16%
ASMA	19	13%
RINITE ALÉRGICA	17	12%
BRONQUITE	9	6%
INFECÇÃO AGUDA DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES	9	6%
BRONQUECTASIA	1	1%
TOTAL	141	100%

Fonte: Grando (2011).

O alto índice de doenças respiratórias identificadas seguramente está relacionado ao fato da Vila do Arvoredo estar assentada sob dunas. A ação dos ventos sobre a areia das dunas acarreta a constante circulação de partículas de areia na atmosfera, contribuindo para o aparecimento de problemas de saúde, sobretudo os respiratórios. (SMHSA, 2010). De acordo com Grando (2011), o aparelho respiratório conta com uma série de mecanismos destinados a filtrar e a eliminar partículas inaladas. Porém, quando a quantidade de partículas é elevada e a periodicidade da inalação constante, os mecanismos de defesa do organismo humano podem se tornar insuficientes, lavando ao depósito no tecido pulmonar de um número progressivamente maior de partículas, o que causa lesões que caracterizam os vários tipos de doenças respiratórias.

Além da recorrência dessas doenças respiratórias, as doenças mais frequentes, de acordo com a SMHSA (2010), são as seguintes [tabela 17]:

Tabela 17: Principais doenças não respiratórias

DOENÇAS	2009	2010 ATÉ JUNHO
ESCABIOSE (SARNA)	19	16
DIARRÉIA E GASTROENTERITE DE ORIGEM INFECCIOSA PRESUMÍVEL	103	81

Fonte: SMHSA (2010).

O seguinte trecho de um texto, elaborado por Eurico Matos, morador da Vila, publicado no jornal da comunidade descreve as consequências do convívio com as dunas:

[...] a Vila do Arvoredo foi ocupada por uma urbanização classificada como subnormal, com as famílias habitando áreas sem infraestrutura nenhuma e com grande risco de vida, por se tratar de dunas, com o vento sul - que frequentemente sopra sobre as moradias sem nenhuma proteção, areia entra pelas portas, janelas e até mesmo pelas frestas nas paredes e nos telhados. Causa também doenças de difícil controle, pois mesmo tratada, a pessoa atingida volta a ser atacada pela areia contaminada, não tendo nesta situação, condições de se recuperar. E muitos possuem animais como cavalo, cachorro, gato etc. As fezes e a urina destes causam a presença de micro-organismos que com o vento na areia, entram nas casas e atacam as crianças, jovens, adultos e velhos, causando diversas doenças de pele, no sangue, pulmão, coração, olhos etc. Devido a falta de esgotos (saneamento básico) e acompanhamento especializado, convivem conosco pulgas, carrapatos, mosquitos etc.

Esse texto possibilita que se visualize uma construção discursiva de alguém que vive cotidianamente a interação com o ambiente local. Dona Leni contou que seu neto teve graves problemas por causa do contato com a areia:

O pequenininho dessa minha filha teve em tratamento muito tempo, ele criava uma alergia, até no próprio rostinho dele, se ele saísse na beira da areia, ele avermelhava e começava a descascar, a pontinha do nariz e até mesmo entres os dedinhos do pé, borbulhava tudo. Daí foi levado ao médico, ele constatou que era da areia. [...] Ai ele tomou muito tempo medicamento e usou umas pomadinhas.

A pesquisa de campo permitiu confirmar as condições insalubres do local, as quais foram bastante ressaltadas pelos moradores entrevistados. O contato prolongado com a areia está também relacionado ao desconforto das moradias que por suas condições estruturais facilitam a entrada da mesma. Como relatou um morador (entrevistado G): “*Quando vem vento Sul aí, aqui parece que agente ta na rua... agente come com areia.*”.

Outra questão levantada pelo relatório da SMHSA (2005) diz respeito aos animais domésticos. Concluiu-se que mais da metade dos domicílios possuíam animais domésticos, conforme tabela n° abaixo.

Tabela 18: Imóvel segundo presença de animais

ESPECIFICAÇÃO	NUMERO	%
POSSUI ANIMAIS	125	62%
NÃO POSSUI ANIMAIS	77	38%
TOTAL	202	100%

Fonte: SMHSA (2005).

Uma das moradoras entrevistadas (entrevistada D), por exemplo, afirmou possuir nove gatos e três cachorros. Ela conta que quase todos eles já foram castrados pela prefeitura. Nas visitas a campo, foi possível observar um número significativo de animais pela Vila. Além de gatos e cachorros, alguns moradores criam galinhas e há também cavalos. Conforme relatos de moradores, os bichos-de-pé (*tungas penetrans*) são abundantes no local. As imagens a seguir [figura 17] retratam alguns animais e o cultivo de algumas espécies vegetais na área.



Figura 17: Imagens de animais e cultivo de algumas espécies vegetais na Vila do Arvoredo

Fonte: pesquisa de campo.

Conforme dados trazidos no Capítulo 4, 25% das famílias consideradas de baixa renda que habitam a região conurbada de Florianópolis são ex-agricultores migrantes do meio rural. Na Vila do Arvoredo, conforme depoimentos de alguns entrevistados, há muitos moradores que viviam da agricultura antes de ali se instalarem. Dos entrevistados desta pesquisa, pelo menos três já foram agricultores. Uma das entrevistadas demonstrou sentir vontade de viver novamente no meio rural:

Se as minhas filhas um dia resolverem falar de vamo embora, eu gostaria [de sair de lá], não cidade, eu queria ir prum sítio. É muito bom! [...] a vida da gente é bem mais calma, menos agitada. Fui criada né, num sítio, muito tempo. Depois a vida num sítio... muita coisa que tu vê aqui, lá fora não vê, lá fora é bem mais calmo, aqui a gente vê muita coisa péssima, coisa que é ruim né?

A areia... eu moro na areia, moro! Mas eu não posso nem ver areia no meio dos dedo, não posso. E a terra eu adoro! Eu quando vô lá pro meu filho, que o meu filho ele tem um sítiozinho dele [...]. Eu vou pra lá, eu fico lá um mês, um mês e pouco, os calçados ficam jogados, porque eu ando de pés descalços naquela terra, menina! E vô lá pra horta junto com eles... eu sinto falta!(Dona Leni).

Considera-se que a percepção da questão ambiental é resultado não só do impacto objetivo das condições reais sobre os indivíduos, mas também da maneira como sua interveniência social e valores culturais agem na vivência dos mesmos impactos (JACOBI, 1999). Ao serem questionados sobre os principais problemas ecológicos presentes na Vila do Arvoredo, quase todos os entrevistados apontaram a falta de saneamento como o mais grave. A problemática do lixo também foi ressaltada:

O que me incomoda muito é o lixo, né, porque assim, além de visualmente ele é feio, e... pra saúde também, porque assim, acumula água, já é um problema pra doenças [...] Além disso: ratos, né e outros roedores, né. Tem muito, muito rato aqui, a gente não vence de comprar veneno pra rato, toda semana a gente tá comprando quatro, cinco pacote... (Vanusa).

Na visão da SMHSA (2010),

a relação dos moradores com o meio ambiente, com destaque para as questões ligadas ao destino do lixo doméstico e as doenças de veiculação hídrica, [...] são motivos de preocupação, assim como, a necessidade da adoção de medidas que visem a eliminação de qualquer forma de ocupação da área [...].

Na perspectiva de um técnico da Fundação Municipal de Meio Ambiente (Floram) em entrevista para esta pesquisa, o maior agravante ecológico da área relaciona-se:

A desestabilização da duna, a ocupação ali da forma como está, ela não permite o desenvolvimento de uma vegetação fixadora de vegetação de duna, e dado a predominância do vento sul, vento que tem mais força, mais energia, está fazendo com que esta duna avance de forma acelerada cada vez mais em direção ao mar, [...], algumas delas são 5 metros por ano, é um pacote, não tem como colocar uma máquina pra tirar um pacotão de terra [...]. Isso é o impacto maior - direto. Fora os efluentes que não são tratados, o lençol freático ali é raso. A própria CASAN realiza estudos sobre a cunha salina, a questão da contaminação dos aquíferos.

Vale acrescentar aqui algumas percepções dos moradores sobre a questão da ocupação das dunas:

Eu acho assim né, a agente não pode brigar contra a natureza, o homem invadiu o espaço dela, porque na verdade, pelo que a gente estudou [...], voltando atrás, essas dunas eram até o Gentil Matias [Escola]... e elas foram sendo empurradas, retiradas de trator, essas dunas, elas iam até o mar. Essas dunas foram retiradas por máquinas, porque o grande empreendedor [...], pra mostrar a praia, tem que ter um quiosque, né. (Vanusa).

Não quero ficar numa área que a pessoa tá vendo que ela tá degradando, que é uma coisa da natureza que ela poderia tá favorecendo, ajudando essa natureza a desenvolver, e ela tá destruindo... (Nivaldo).

5.2.3 Conflito e cooperação no caso da Vila do Arvoredo

Neste subitem, procuro discorrer mais especificamente sobre o caso conflitivo identificado na Vila do Arvoredo. Aqui são descritas, portanto, as principais relações identificadas, sobretudo, entre a PMF, através de seus órgãos, e a comunidade. A descrição procura seguir uma ordem cronológica, apontando embates e negociações fundamentais ocorridos ao longo do percurso histórico da Vila.

Segundo informações encontradas no jornal da comunidade já referenciado anteriormente, até 1986 havia aproximadamente 30 famílias na Vila. Em 1996, esse montante subiu para 89 famílias e, a partir daí, passou a ocorrer a intensificação da ocupação local. Foi por esses anos que o processo de avanço das dunas começou a repercutir no soterramento das casas. E foi também quando certa atenção passou a ser prestada à comunidade. De acordo com líder comunitária Glauceli Ramos Branco (mais conhecida como Galega), quem assina a reportagem do jornal:

Não podemos esquecer de citar os preconceitos que a comunidade começa a sofrer: por morar sobre as dunas, por ser pobre, por não poder construir uma bela casa como a grande maioria em torno. Não cito aqui por ser uma área de preservação (pois a maioria das casas e empreendimentos dos Ingleses estão sobre área de preservação).

Foi em meados da década de 1990 que ocorreu a primeira denúncia sobre a comunidade, sendo o Ministério Público Federal (MPF) notificado sobre a ocorrência de danos ao meio ambiente pela ocupação de dunas ao final da Rua do Siri. Paralelamente, segundo a reportagem em pauta, entidades do bairro de Ingleses encaminharam ofícios à CASAN, Floram, Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), PMF: “Em anexo vai o primeiro abaixo assinado contra a comunidade”. Foi também quando se publicou uma primeira matéria sobre a comunidade na mídia conservadora intitulada “Invasão de dunas”.

Em 1999, o MPF encaminhou a prefeitura a recomendação 010/99 visando à adoção de providências administrativas e/ou judiciais, fixando um prazo de 90 dias para informar a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão sobre as medidas determinadas. A mesma

recomendação foi encaminhada aos demais órgãos competentes (Floram, Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (Ibama), Defensoria Pública da União (DPU)). Em abril de 1999, o Departamento de Desenvolvimento Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social realizou um levantamento socioeconômico na comunidade, concluindo que ali havia 127 casas e uma população de 438 habitantes. Passados dois anos, em dezembro de 2001, esse levantamento foi despachado pelo então gerente de habitação para posterior encaminhamento à Floram. Apresentou-se como alternativa para a ocupação a remoção das famílias e o reassentamento em outro local, entretanto, o levantamento informou a falta de recursos orçamentários para tal fim.

Voltando um pouco no tempo, no ano 2000, segundo moradores entrevistados, foi quando a comunidade iniciou uma construção mais aprofundada de processos de participação social, sobretudo, através da associação de moradores da Vila do Arvoredo, a qual, no entanto, somente foi instituída oficialmente em 2004.

Em 2003, constatou-se que a comunidade estava com 210 famílias, correspondendo a aproximadamente 791 pessoas, de acordo com um levantamento feito por agentes de saúde. Foi nesse período que começaram a surgir lideranças dentro da comunidade. Em 2004, no âmbito de uma nova gestão da AMOVILA, ocorreu a primeira audiência pública na Câmara Municipal de Florianópolis, promovida pelo então vereador Márcio de Souza, na qual estavam presentes diversos órgãos públicos para discutir soluções para a comunidade. Entre esses órgãos constavam: Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTS); Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU); AMOVILA; União Nacional de Moradia Popular (UNMP); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO); Conselho de Segurança dos Ingleses (Conseg) e Câmara Municipal de Florianópolis.

Como sugere Grandó (2011), no contexto dessa audiência pública, parece ter havido uma soma de esforços (ao menos nos discursos dos presentes) para que soluções fossem delineadas para a Vila, tendo em vista a situação alarmante identificada relacionada ao cotidiano do lugar. A partir dessa audiência, uma comissão de técnicos da prefeitura, a AMOVILA e moradores da área passaram a realizar reuniões periódicas, elaborando levantamentos técnicos e fazendo o

recadastramento das famílias. Nesse bojo foi então realizado o diagnóstico socioeconômico trazido no item anterior deste estudo.

Seria possível avaliar, preliminarmente, que o período em pauta marca o início de um contexto de cooperação entre o Estado e os moradores da Vila - na figura da AMOVILA. Entre as soluções delineadas estava o desenvolvimento de um projeto de desocupação da área.

No entanto, segundo Lino Peres, professor e pesquisador do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC (ARQ/UFSC) – entrevistado para esta pesquisa –, quem participou do processo de negociação de soluções para a Vila juntamente com as lideranças comunitárias da área entre 2002 e 2004, houve certa pressão por parte da prefeitura para retirar os moradores dali, os quais acabaram não tendo muita escolha senão acatar a decisão de remoção e reassentamento. Nas palavras do entrevistado:

Eu na época defendia que eles ficassem ali ou realocassem ali, porque tem um terreno de um juiz, uma juíza ali, um terreno vazio, que eles podiam usar ali, porque fere o princípio do Estatuto das Cidades [...] os vazios urbanos, que são áreas vazias que estão esperando especulação. O terreno da juíza tá há anos ali parado, especulando, porque a prefeitura aqui não tem força política e a prefeitura tá sob comando do setor imobiliário. Eu defendi isso, mas a comunidade por pressão resolveu sair daquela área, mas nós fizemos um acordo com a prefeitura, desde que ficasse num raio de três quilômetros, ou seja, ficar na região [...].¹⁵⁰

Foi muito comentado, pelos entrevistados (moradores da Vila ou não), o caso do teleférico que Marcondes de Mattos, empresário já citado no item anterior, pretende construir na região. A Lei Complementar 513/03, já mencionada no caso do empreendimento Costão Golf, ao aprovar o Plano Geral de Implantação desse empreendimento, também viabilizou o Sistema Teleférico de Integração Costão Golf Club ao Costão do Santinho, o qual teoricamente passará pelo cordão dunário da região. Nessa Lei se menciona o caráter público

¹⁵⁰ Cabe salientar que o referido professor realiza há bastante tempo atividades de pesquisa e extensão em diversas comunidades empobrecidas de Florianópolis. No caso da Vila do Arvoredo, sua atuação se deu também através do Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA) vinculado ao ARQ/UFSC. (ver PERES, 2011).

e acesso tarifado do teleférico, bem como a formação do Parque Municipal das Dunas dos Ingleses e Santinho e Centro de Educação Ambiental, em convênio com o Município de Florianópolis e uma Universidade local¹⁵¹. (LOPES, 2011).

De acordo com alguns relatos, considera-se que foi por causa da pressão do grupo Marcondes que a PMF começou a se mobilizar realmente para remover a comunidade da área, haja visto que a favela ali instalada atrapalharia a vista da paisagem quando seus clientes utilizassem o teleférico.

O Marcondes numa reunião que nós tava lá no Costão do Santinho, junto com o secretário de habitação e o secretário de obra pra um acordo pra tira nós daqui, o Marcondes propôs: a prefeitura dava 3 e o Marcondes dava 2 mil no caso pra quem quisesse a indenização. O Marcondes queria de qualquer maneira reduzi o pessoal daqui, pois como é que vai passar um teleférico em cima dessa favela? Pra eles aqui é coisa que os turista não podia ver isso, então o Marcondes trabalhou muito pra tirar a gente daqui. (Nivaldo).

Imagina um teleférico saindo de lá [se referindo ao Costão Golfe], indo por cima, ao longo da linha que vai pelo Santinho em direção à ponta lá [...] do mar, e você vendo aquela favela ali embaixo. Eles não questionam que do lado ali da comunidade do Siri tem classe média ali, que tá ilegal, área de preservação. Tem até um ex-vereador que é de lá que é grileiro, ele legaliza terra: da classe média pode, agora do pessoal pobre não pode. (Lino Peres).

A questão de a área corresponder a uma APP suscitou ao longo do processo alguns embates. De acordo com Nivaldo:

É área de preservação, mas nois temos aqui: é o que já segurou a gente [...] porque já andaram falando, até a turma da Floram mesmo, em algumas reunião ai, o Basso, o Gerson Basso disse assim, na época ele era o presidente da Floram, ele disse assim que ia manda a máquina e dirruba as casas aqui. Ai agente bateu contra e falamo pra ele: pode até dirruba, mas primeiro tem que começar a dirruba na outra área de lá. Então nois

¹⁵¹ Na ação civil pública impetrada pelo MP contra o empreendimento Costão Golf da empresa Santinho Empreendimentos Turísticos S.A., diz-se que esse projeto do teleférico foi acoplado de forma irregular ao condomínio.

temos aqui uma favela em cima de uma APP e casas boas, de pessoas que têm condições em cima de uma APP, né?! São trezentas moradias. Então a gente propôs: pode chegar e botar a máquina, mas primeiro inicia de lá de baixo [...] porque ali tem procurador aposentado, ali tem advogado, ali tem desembargador [...]. Nesse dia lá eu ainda falei pra ele assim ó, citei até um artigo da constituição, que é o artigo quinto, que diz que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, né! [...] Seja pobre ou seja rico seja branco ou seja preto, a lei é pra todos. [...] Então é onde a gente vem segurando. Agora eu ouvi falar [...] que tem um monte de processo já na FATMA e que vai ser executado esses processos, que vai dirruba muita casa, que vai dirruba muita coisa [...] de alguns bacanas eles já dirrubaram, que nem ali na Barra da Logoa [...], em Jurerê Internacional há pouco tempo agora dirrubaram, né, na beira da praia... tudo bem, mas isso é exceção, as vez dirruba de um rico aqui, mas dirruba dez de pobre nuns morros, nuns cantos aí. Tem que abrir o olho!”.

As falas acima dos entrevistados evidenciam o tratamento desigual dado aos distintos grupos sociais que habitam áreas protegidas na cidade. É fato que em Florianópolis tanto pobres quanto ricos habitam APP. A diferença é que as classes mais abastadas têm conseguido pressionar o Estado e alterar o zoneamento de muitas dessas áreas. Aos empobrecidos tem restado lutar por políticas habitacionais. A fala de Eurico, um dos entrevistados, chama a atenção nesse sentido:

Uma coisa que até aprendi com seu Nivaldo é que nós aqui não somos invasores e sim somos ocupantes. Invasores são aqueles que tens bens e invadem [...] área de preservação. A gente é ocupante por direito à moradia. O município aqui é mais o capital que comanda: as empresas de ônibus, o pessoal dos imóveis aí, como é o caso nosso aqui [...]. Por que tu não acha que eles num querem esses terrenos aqui pra botar um teleférico, fazer um negócio bem ajeitadinho aqui pra receber os turistas? Eles querem. Eles num querem nós aqui, eles querem nós bem longe. Mas quando chega na mão de obra, eles querem a nossa mão de obra barata.

Ainda sobre o caso do teleférico, uma reportagem veiculada no Jornal Ilha Capital de julho de 2010 intitulada “Morador de duna não quer teleférico” (anexo) é bastante ilustrativa dos embates ideológicos que permeiam esse caso. A reportagem inicia tratando do fato de que o

Conselho Comunitário de Ingleses (CCI) pediu averiguação de possíveis irregularidades no processo de licenciamento do teleférico. Vale a pena reproduzir parte do texto aqui:

O presidente do Conselho Comunitário de Ingleses, que assina o ofício, é Nivaldo Araújo da Silva, morador na servidão do Imigrante, *favela do Siri, sobre as dunas e o aquífero de Ingleses, Área de Proteção Permanente.*

Baiano, 55 anos, Nivaldo mora há 9 em Florianópolis, com a esposa e quatro dos filhos. Duas outras filhas, casadas, também moram no local. *Ao todo, são 15 pessoas da família residindo sobre área de APP.*

Ingleses é um dos balneários de Florianópolis com maior população fixa - em torno de 40 mil pessoas. O presidente do Conselho Comunitário foi eleito no dia 8 de dezembro de 2009, em assembleia a qual *compareceram apenas 52 moradores* (pelo menos 8 deles da própria família do eleito), que equivale a *0,13% dos habitantes* estimados. Ainda que todos os 52 fossem contra a implantação do teleférico - e sabe-se que não é o caso -, ao Conselho falta no mínimo representatividade para criar dificuldade a *outro projeto que, inevitavelmente, vai trazer benefícios ao desenvolvimento saudável da região.* Aliás: quais as outras atividades do Conselho, além de lutar pelo *atraso de Ingleses?*

É lamentável que a entidade que deveria representar a mentalidade média da população local, tenha se tornado refém de sucessivas *diretorias “aparelhadas” por minorias do fundamentalismo ecomarxista... no terreno dos vizinhos!* Onde há até militantes que são donos de pousadas clandestinas!

Primeiramente, cabe observar o nome da reportagem: *“Morador de duna não quer teleférico”*. A ideia do autor do texto parece ser a de destacar a contradição de uma pessoa que habita uma APP e ao mesmo tempo reivindica sobre o uso e a ocupação do espaço do bairro. Parece, sobretudo, querer frisar que é *um* morador que não quer o teleférico e não o CCI. O texto representa o presidente do CCI pelo seu verdadeiro nome, o que para a Análise de Discurso Crítica (ADC) corresponde ao ato de valorizar (positiva ou negativamente) o agente nomeado. Logo em seguida, ressalta o local de moradia do presidente - como grifado no texto por mim. Fica nítida, na sequência, a busca por deslegitimar a representatividade do CCI, enfatizando a pequena porcentagem de participantes da reunião em pauta frente à população de Ingleses e também que grande parte dos moradores que compareceram a reunião pertencem à numerosa família do presidente (também ocupante da APP). Outro ponto de destaque do texto é quando o autor afirma que o projeto *“inevitavelmente”* trará *“benefícios ao*

desenvolvimento saudável da região”. Novamente, ao final, deslegitima o CCI com a frase grifada no último parágrafo trazido do texto.

Refletindo a partir dos modos gerais de operacionalização da ideologia¹⁵² (THOMPSON, 1995 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011) no bojo da ADC, é possível considerar que o texto apresentado utiliza-se da estratégia da *fragmentação*, na qual “relações de poder podem ser sustentadas por meio da segmentação de indivíduos e grupos que, se unidos, poderiam constituir obstáculo à manutenção do poder”. Por meio do *expurgo do outro*, o texto representa simbolicamente as lideranças do CCI como inimigos, “*minorias do fundamentalismo ecomarxista*” que “aparelham” sucessivamente o espaço de decisão comunitário. A fala que procura afirmar os benefícios do teleférico para o “*desenvolvimento saudável da região*” pode ser interpretada como uma estratégia de *eufemização*¹⁵³. Vale também destacar que a ênfase no fato de que o representante do CCI e sua família habitam APP desconsidera que o aquífero Ingleses e a área de dunas ultrapassam e muito a localidade da Vila, sendo, portanto, impactados também por diversas ocupações das classes mais abastadas (como exemplo, tem-se o Costão Golf) (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 51).

Neste ponto, é válido trazer um trecho de uma entrevista concedida pelo ex-governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (LHS), sobre o Condomínio Costão Golf e a questão da comunidade:

E agora você me diz: e a favela do Siri, ali? Do lado do campo de golfe que não querem deixar o Fernando Marcondes fazer? Por que não se proíbe a proliferação de favelas, que joga - me permita a expressão irada - cocô para a praia para provocar doenças nas nossas crianças? Por que não se atua nisso aí para impedir? Né? Por que não se atua

¹⁵² Para a ACD, a ideologia é por natureza hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes. Formas simbólicas são ideológicas somente quando servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 50).

¹⁵³ De acordo com Resende e Ramalho (2011), com base em Thompson (1995), na eupemização, ações, instituições ou relações sociais são representadas de modo que desperte uma valorização positiva, ofuscando pontos de instabilidade.

nisso aí para impedir? A favela pode poluir a praia. Agora, um resort, um hotel, um campo de golfe, para atrair turista e gerar emprego e renda não pode¹⁵⁴.

Como colocou Abreu (2012), evidencia-se, na fala do ex-governador, uma série de indícios que apontam para diferentes atores sociais: “*não querem deixar o Fernando Marcondes fazer*” (quem não quer deixar?); “*Por que não se proíbe a proliferação de favelas*” (quem deveria proibir?) “*nossas crianças*” (quais?). Para a Análise de Discurso Crítica (ADC), a exclusão de atores é uma forma de representação social que também pode indicar posicionamentos ideológicos em relação aos excluídos e suas atividades¹⁵⁵. Contudo, vale observar que o ato de LHS de nomear Fernando Marcondes em sua fala representa, de certa forma, uma valorização daquele por este¹⁵⁶.

O comentário, ao final do trecho, de que “*um resort, um hotel, um campo de golfe*” geram emprego e renda, pode ser interpretado igualmente, como no texto anterior, como uma estratégia de *eufemização*, sobrevalorizando supostos benefícios desses empreendimentos turístico-imobiliários em detrimento de seus aspectos negativos. Cabe observar que é muito comum agentes econômicos recorrerem a essa estratégia discursiva para destacar enfaticamente os benefícios sociais e/ou ambientais de suas iniciativas.

¹⁵⁴ Trecho de entrevista possível de se acessar neste link: <<http://video.google.com/videoplay?docid=-8286208201407673708#>>, retirado de Abreu (2012), quem também faz uma breve análise do trecho em questão.

¹⁵⁵ Com base em van Leeuwen (1997 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011), quando os atores não estão incluídos, a exclusão pode ocorrer de duas formas: por supressão, quando não há como resgatar o ator excluído, e não há indícios dele no texto; ou colocado em segundo plano, quando se menciona a atividade, mas não um ou todos os atores sociais a ela relacionados, ou quando estes são apresentados em um outro lugar no texto, configurando o que van Leeuwen denomina de representação em segundo plano.

¹⁵⁶ Vale a pena ilustrar que, quando governador de Santa Catarina, LHS ofereceu um jantar para Fernando Marcondes de Mattos, na residência oficial do governo, logo após o empresário ter sido solto da prisão temporária, acusado “como possível braço de suposta quadrilha de políticos, servidores públicos estaduais e municipais e empresários, especializada em autorizações ambientais irregulares para construções em áreas de proteção ambiental”. Reportagem disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200716.htm>>. Acesso em 05 de nov. 2013.

Por fim, avalio que o discurso do ex-governador é tributário daquilo que foi abordado na fundamentação teórica como a ênfase na poluição da pobreza. A partir dessa visão, a degradação dos ecossistemas estaria mais diretamente relacionada aos pobres e seus assentamentos precários sem infraestrutura urbana e menos aos empreendimentos privados das classes economicamente abastadas.

Em resposta à entrevista concedida pelo ex-governador, Nivaldo do Araújo da Silva, morador da Vila, escreveu no Jornal da comunidade o seguinte texto:

BOX 3: Texto de Nivaldo do Araújo Silva

Excelentíssimo senhor governador Luís Henrique da Silveira

Na entrevista na TVBV o senhor fala dos grandes empreendimentos em Florianópolis, principalmente no Santinho e Ingleses - como por exemplo o Costão Golf, que foi embargado.

O senhor se refere à favela do Siri como o lugar em que as crianças fazem cocô a céu aberto, poluindo o aquífero e o mar, e ninguém toma providência.

Se é que todos são iguais perante a lei, como cidadãos queremos o direito à moradia, à vida, à educação, ao lazer, ao respeito pelas crianças, pelos adolescentes e pelos idosos. Que possam ter dignidade e estejam a salvo de formas de negligência e discriminação.

Seu Nivaldo Araújo da Silva

Voltando a tratar das negociações entre a PMF e a comunidade, segundo Grando (2011), no começo de 2005 foi deliberado numa reunião que os casos mais emergentes relacionados a famílias com problemas respiratórios e casas em situação de risco deveriam ser solucionados com urgência. Assim, dentre as ações, delimitou-se dentro da própria comunidade uma área (o já tratado Setor A) para a qual algumas dessas famílias seriam removidas temporariamente (até que a política habitacional de reassentamento fosse efetivada). Outra maneira de lidar com essa problemática foi a oferta por parte da prefeitura de indenizações às famílias que quisessem regressar a suas localidades de origem. Desse contexto, 42 famílias decidiram sair da área em troca de indenização, cujo valor variou de R\$ 3.000,00 a R\$ 21.771,98 dependendo da benfeitoria. Das casas indenizadas, 21 foram demolidas e as outras 21 viraram abrigos temporários para atender às famílias que optaram por permanecer no local, mas cujas casas foram demolidas pelo risco de soterramento.

A questão das indenizações, desde o início desta pesquisa, chamou-me muito a atenção, pois em conversa informal com um morador da área (antes mesmo de iniciar o trabalho de campo), foi-me dito que, segundo o documento da indenização elaborado pela PMF e assinado por alguns moradores, quem recebesse o dinheiro não poderia “nunca mais” voltar para Florianópolis. Essa informação foi interpretada como inconstitucional e, portanto, investigá-la se tornou um objetivo específico deste estudo.

Tive acesso ao documento elaborado pela PMF, por meio da SMHSA (anexo). O termo de desapropriação amigável, celebrado entre o município – com a interveniência do Fundo Municipal de Integração Social – e o morador interessado na indenização traz na verdade a seguinte cláusula: “Os expropriados declaram, sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderão mais ser atendidos por qualquer programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis”.

Sobre as indenizações, a servidora 1 da SMHSA comenta:

A prefeitura indeniza aquilo que ela gastou a título de moradia, a gente avalia, vê quanto é que é; a terra não tem nenhum valor, porque a terra não é propriedade dela né, mas aquilo que ela gastou a título de benfeitoria pra construir onde ela morava, a gente paga a título de indenização e aí ela volta pra cidade de origem.

Na opinião de Lino Peres:

Há uma verdadeira injustiça nisso, porque as comunidades, por mais que sejam irregulares - é o que alega a prefeitura: [...] tu tá numa área irregular e precária e vais querer indenização ainda? Esse é o argumento que eles usam. Mas a prefeitura não considera que aquilo ali é uma família que investiu um patrimônio ali...

De acordo com a servidora 2 da SMHSA entrevistada:

Eles optaram pela indenização... indenização é uma faca de dois gumes, eu tenho muito receio com a questão de indenização, até hoje quando agente faz algum tipo de indenização... porque tu não sabe o que vai passar pela cabeça dessa pessoa, você não sabe se ela vai administrar bem aquele dinheiro, se ela vai fazer uma boa compra. Ela não vai poder participar, ser beneficiada,

por nenhum projeto social do governo. Tudo isso implica em várias questões e na hora eu acho que a pessoa não pensa... eles também não querem ficar esperando, eles acham que podem arrumar coisa melhor.

O depoimento de Nivaldo traz a seguinte situação:

Muitos deles aceitaram as indenização barata da prefeitura e voltaram pros estados deles ou até mesmo pra região deles dentro do estado. Quebraram a cara lá e alguns deles voltaram de volta e tão por aqui, uns tá pagando aluguel [...] outros às vezes tá na casa de parente por aqui. A prefeitura fazia a negociação com eles e não esclarecia uns pontos, né. A gente começou a acompanhar e eles assinavam documentos abrindo mão de casa popular dentro de Florianópolis. Eles assinaram essa documentação, então quer dizer, eles tavam saindo, pegando a indenização e nunca mais poderiam ir pra áreas de interesse social e adquirir casas populares aqui. [...] Muitos deles assinaram esses documentos sem saber!

Foi possível entrevistar duas moradoras que receberam a indenização, mas por não conseguirem se reestabelecer no local para onde se deslocaram, acabaram regressando à Vila do Arvoredo. Uma delas foi com a família para o litoral norte do estado, onde havia um parente morando. Ela conta que eles não conseguiram se estabelecer por lá.

Só a mudança que nós paguemo daqui pra lá saiu quase dois mil reais, chegamo lá paguemo de aluguel! Entendeu? Daí fiquemos sem era sem bera! Aqui meu marida já tinha quinze anos que tava aqui, meu marido já tinha conhecimento [...] aí falei vamo voltar! Ai voltemo né e tanto que a gente ta aqui até hoje, daí eu consegui comprar aqui novamente. [...] vendemo o que tinha, eu tinha uma moto na época, eu vendi a moto pra pode comprar isso aqui, minha falecida avó fez um empréstimo no banco, pra eu pode comprar isso aqui. E quando foi pra mim compra eu tive que comprar escondida, porque disseram que se eu comprasse eu ia perder. Daí eu fui, conversei com seu Nivaldo, na época seu Nivaldo e a Vanusa, que ainda era a presidente do bairro, [eles falaram] [...] Você podem ficar a vontade [...], o [...] único que eu não posso te garantir é que quando sair alguma residência aqui, você tenha esse direito. [...] Eu disse: tudo bem seu Nivaldo, nem quero

nada, desde quando eu possa tá no meu cantinho, que eu to comprando, eu não to roubando [...]. Tem mais uma: nem vão dá, porque se chegar sair essa casa que há mais de trinta anos tão falando que vai sair isso e nunca saiu, eles não iam me dar essa casa! Eu ia pagar por ela!

A outra moradora foi para o Mato Grosso:

Eles vieram ali e mediram os metros quadrados, e avaliaram, deu uns três mil reais. Tentei comprar uma casa lá, mas não consegui pagar ela toda, depois acabei vendendo, era uma imobiliária que se tu não consegue pagar eles tiram. Voltei a morar lá atrás de novo, que meu marido [falecido] tinha casa lá, depois que eu passei pra cá [Setor A].

Uma questão direcionada à servidora 1 da SMHSA foi como equacionar a situação dessas pessoas que foram indenizadas, mas acabaram voltando e estão há alguns anos morando novamente na Vila. Ela respondeu tratando a respeito do CAD Único¹⁵⁷. A PMF encontra-se atualmente auxiliando no cadastramento das famílias de baixa renda a partir desse instrumento. Segundo a servidora, com a formalização desse cadastro, evitar-se-á a sobreposição de benefícios para uma mesma família. Ou seja, quem se beneficiou, por exemplo, com uma moradia do Minha Casa Minha Vida (MCMV) num determinado local, não poderá ser beneficiado por mais nenhum outro programa habitacional, pois terá esse cadastro que a identificará em qualquer parte do País. Como as famílias que voltaram não tinham sido cadastradas no CAD Único ainda, possivelmente, segundo ela, elas poderão ser beneficiadas quando o projeto habitacional sair.

O que ficou evidente, no âmbito desse embate, foi o valor bastante reduzido das indenizações oferecidas pela prefeitura. Se de fato o valor dos terrenos não é contabilizado por corresponderem a APP, novamente emerge a questão de que toda a área de casas de alto padrão

¹⁵⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: (i) renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou (ii) renda mensal total de até três salários mínimos. O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. (BRASIL, 2013).

do entorno da Vila também está situada em área de proteção ambiental. Como foi possível verificar, uma dessas casas está sendo negociada no mercado imobiliário por mais de R\$ 300.000,00. Seguramente, o valor do terreno está sendo contabilizado nesse valor. Como se equalizará essa contradição? Será alterado o zoneamento da área? Os proprietários abastados simplesmente serão eximidos de quaisquer responsabilidades por construírem imóveis em APP? São questões que não poderão ser respondidas por esta pesquisa, mas que demonstram as enormes injustiças socioambientais e ecológicas que permeiam a situação.

Como pontuado na Situação Problema desta pesquisa, a literatura tem registrado as lógicas divergentes com que vem sendo tratado aquilo que rege e gerencia o meio construído e aquilo que rege e gerencia o meio natural. Dentre os pontos de reflexão deste estudo, um deles é o de procurar entender se de fato na prática, no caso específico da comunidade Vila do Arvoredo, esse embate entre o urbano e o ambiental tem se dado. Para tanto, algumas questões nas entrevistas foram direcionadas para esse tema. Procurou-se, portanto, verificar juntos aos órgãos ambiental e urbano - Floram e SMHSA - que lidam diretamente com o caso da Vila do Arvoredo, a respeito da possível existência de conflitos no que diz respeito à atuação dos mesmos. Como sugerem Costa e Braga (2001), pode haver disputas entre os diversos setores do poder público local no que tange aos objetivos e ao desenho das políticas socioambientais urbanas. No depoimento do técnico da Floram, num primeiro momento, verificam-se elementos que sugerem haver uma abordagem integrada entre esse órgão ambiental e a SMHSA:

A Floram ela acompanha todo o trabalho da Secretaria de Habitação, agente trabalha aqui de forma integrada, porque temos um problema social muito grande então o Ambiental e o Social, [...] não pode colidir eles, tem que se integrar. Se o poder público ao longo do tempo não resolveu aquele problema de ocupação desordenada, então não cabe agora a ferro e fogo sair dando porrada pra tirar todo mundo, muito pelo contrário, entrou a Secretaria de Habitação, cadastrou aquelas famílias que estavam mais tempo e estão trabalhando a inclusão delas dentro de um programa social de habitação. Então a Floram acompanha todo este processo porque eles estão na área de duna, [...] as famílias que estão lá, tem que ser removidas e removidas de forma urgente, porque aquela duna vai enterrar todo mundo.

Já na visão da servidora 2 da SMHSA é possível encontrar pontos que acusam a existência de problemas no modo de atuação conjunta da Floram e da SMHSA:

A Floram é meio irredutível, a Floram faz uma certa pressão para que a Prefeitura resolva o problema e não aceita que se ocupe uma outra área ali ao lado. [...] eles querem que a Prefeitura resolva o problema só que a Prefeitura está tendo muito... “tá” sendo bem difícil pra poder dirimir essa questão desses moradores que estão ali nas dunas. a Floram na verdade eu tenho bem pouco contato, quem tem mais contato é o pessoal da Arquitetura, da Engenharia. A própria ocupação agora ali do setor A é uma coisa que eles não estão de acordo, só que nós não temos aonde colocar essas famílias, agente não tem... por ter esses espaço eles estão ocupando provisoriamente o espaço do setor A. Mas a Floram assim meio seca, meio...sabe? Parece que não veem muito o a lado social, tanto é que nós quando uma família se muda pra lá, agente simplesmente comunica. Mas eles... por eles, não queriam nem ser comunicados, parece que agente está cometendo um delito muito grande, que as famílias estão fazendo uma coisa muito errada, que a Prefeitura está sendo conivente, é que não se teve outra saída. Por outro lado agente sabe que eles deixam passar muitas outras coisas, agora quando se trata de uma comunidade carente...eu não sei porque ficaram tão em cima. Ali realmente vai ser um Parque, vai ser tudo desocupado, eles vão tentar fazer uma área de preservação.

Na pesquisa de campo, na visita a Vila, na qual acompanhei a assistente social da prefeitura e sua estagiária, eu pude realmente perceber a existência de tensões entre a atuação da Floram e da SMHSA, pois quando estávamos no Setor A e a assistente social avistou uma nova construção que estava sendo erguida naquele momento, ela demonstrou bastante apreensão, falando que a Floram poderia não concordar, que poderia tomar providências contra a obra, pois na visão desse órgão aquela área já estava esgotada, já não poderia comportar mais habitações.

O fato é que as dunas seguem se movimentando em direção às casas e as famílias precisam ser transferidas para algum lugar. Ou seja, cada vez a situação geral da Vila do Arvoredo está ficando mais complicada. As áreas dentro da própria Vila que serviram até o momento para abrigar as famílias cujas casas estavam em situação de

risco estão se esgotando. Novamente de acordo com o técnico da Floram: “*Nós temos que remover essas famílias, deve haver um bom senso, elas não podem ficar em área de preservação permanente, [...] nossa função aqui é fiscalizar e atender a legislação, quando agente não faz isso agente é responsabilizado*”. Dona Leni afirma entender o posicionamento da Floram:

[...] a Floram agora não aceita mais. Eles tão certo! Sabe porque a Floram não quer mais? Pra ver se a prefeitura acorda e recoloca as família. [...] Por isso a Floram não concorda mais, ela não apazigua mais nós não! O último dia que eu tive com a Floram e a ambiental, o Marcelo da Floram me deixou bem declarado. O que a Floram acha é que enquanto tiver lugar pra ponha as famílias e que a areia vem, a prefeitura vai ficando quieta, não dá um jeito no terreno, não dá jeito de nada, então se hoje a Floram não aceitar mais, Ministério Público não aceitar mais [...], eles vão da um jeito, né. Eu acho que nesse ponto é verdade.

Como ponderou a servidora 2 da SMHSA:

[...] a mesma prefeitura que leva a infra, que faz a política habitacional, é a prefeitura que faz a fiscalização e é quem tem que dar conta de conter a ocupação, principalmente de área de preservação.

Nesse contexto de negociações, cabe ressaltar que ficou acordado entre a PMF e a AMOVILA que os moradores da Vila não mais fariam quaisquer benfeitorias em suas habitações, bem como impediriam novas ocupações na área, até que fosse resolvida a desocupação do local. Somente os moradores em situação de risco deveriam ser transferidos. No entanto, enquanto a AMOVILA lutava para manter o acordo, orientando os moradores para que não aumentassem suas moradias, ocorreu a construção de uma casa num terreno em frente à comunidade (também APP), contando com fornecimento de água e luz, ao passo que ninguém da Vila nunca conseguiu legalizar esses serviços. O terreno pertence à procuradora federal Edma Silveira Coelho, quem alega possuir escritura pública e pagar o IPTU há 15 anos (UNMP, 2008). Numa reportagem veiculada no Jornal Ilha Capital, de 2008, tem-se a informação de que a Floram, assim que a comunidade denunciou o fato, foi imediatamente ao local e autuou o responsável pela obra. O texto afirma ainda, “como a área já

tem decisão de desocupação da Justiça Federal, na ação do Ministério Público, tudo indica que a definição seja pela demolição imediata, que deverá ser feita pela própria Floram”. Porém, na pesquisa de campo, realizada no ano de 2013, verificou-se que a casa da tal procurada ainda permanece no local. Na percepção de Leni:

Nós não podia, mas ela como era da mesma... colarinho branco deles, podia. Daí foi que a gente se revoltou muito, [...] nós pedimo, nós tivemos vários pedidos: põe água e luz, pra pagar direitinho, pra saber que quando acontecesse alguma coisa tu podia liga e exige. Não! Não aceitaram. Ela veio ali, a CASAN veio ponho água, a CELESC veio ponho luz, e nós não podia nada! Nós fizemo até uma passeata na frente da casa dela, gritando que tava errado, né! Nós morador, que tava há tanto tempo aqui, não tinha direito de uma reforma, não tinha direito de ter água e luz como nós queria, porque que ela podia?

Diversas situações conflitivas emergiram do processo de escolha dos terrenos para onde seriam transferidas as famílias depois de desenvolvido o projeto habitacional. Desde o início das negociações sobre o processo de remoção das famílias da Vila, um ponto bastante crítico sempre foi a escolha do local para onde essas famílias seriam transferidas. A informação obtida através das entrevistas foi que a AMOVILA sempre enfatizou que esse local deveria estar num raio de no máximo dois/três quilômetros da comunidade. Outra pauta de reivindicação era que o terreno deveria ser grande o suficiente para abarcar todas as famílias, pois se considerava que a separação da comunidade seria impactante no que se refere aos laços formados entre os moradores. Porém, muitos embates se sucederam, sobretudo, pela rejeição dos moradores vizinhos das possíveis localidades.

Bom, eles tentaram ir pro Rio Vermelho, houve abaixo assinado lá, a classe média não quis os pobres lá [...]. Depois tentaram ir pra Vargem Grande, mas lá eles reclamavam que eles também não eram atendidos nas reivindicações da Vargem Grande e da Vargem Pequena. [Então questionaram:] E porque que agora a prefeitura vai dar casa pra esse pessoal e não pra nós? Misturado com isso tinha preconceito de classe sim, porque ali também tem classe média. E no final conseguiram um terreno da CASAN dentro de Ingleses, que é uma área alagadiça, aí veio uma terceira reação da classe média do lugar argumentando que ali é uma área de estuário [...], que é uma área alagadiça e que se vai a comunidade pra lá teria que fazer uma obra (de

fato) de quatro milhões de aterramento e que ia piorar as condições de alagamentos daquelas casas [que já estão lá]... Então, um argumento ambiental escondia uma questão de classe também¹⁵⁸ (Lino Peres).

Já nem era pra nós estar aqui, 2010, nós tava com tudo pronto na prefeitura: nosso projeto, terreno arrumado - a CASAN doou o terreno pro povo aqui, pra fazer os apartamentos. O que que aconteceu? No Capivari, todo mundo se reuniu, Sítio de Baixo... abaixo assinado pro povo daqui não ir. Porque? Porque diziam assim, que não queriam morar perto do povo daqui, porque aqui só tinha [...] bandido e maconheiro.

Foi abaixo assinado, abaixo assinado e ai perdemos né? Não é só aqui que tem o bandido, aqui tem gente boa, que vive trabalhando, tem gente bem organizada... não vou dizer que não tem traficante [...], mas em tudo que é lugar tem. [...] (Dona Leni).

Sobre essa situação conflitiva, o ex-secretário Átila Rocha dos Santos na reunião da PMF com a AMOVILA (já referenciada) comentou acerca de outro terreno nos Ingleses que a PMF tentou comprar. Entretanto, no meio do processo de negociação (a PMF já tinha feito uma oferta para o vendedor), na última hora, apareceu outro comprador e acabou adquirindo o terreno antes da prefeitura. Segundo o ex-secretário, isso ocorreu porque não queriam que o terreno fosse vendido para execução do projeto de reassentamento das famílias da Vila. “O terreno estava lá há anos, ninguém queria comprar, bastou a prefeitura se interessar, apareceu um comprador”¹⁵⁹.

Todos esses embates foram repercutindo em sentimentos de desconfiança, de descrédito e de frustração por parte de muitos moradores da Vila do Arvoredo. Além dos depoimentos dos entrevistados, nas idas a campo foi possível conversar com outros

¹⁵⁸ Sobre o projeto desenvolvido tendo em vista o terreno doado pela CASAN, Grande (2011), em sua dissertação - realizada na época em que ainda se considerava que o projeto habitacional em questão iria acontecer - aborda com maiores detalhes as características desse projeto habitacional.

¹⁵⁹ Como se viu no capítulo II, o direito a preempção confere ao município preferência para a compra de imóvel urbano, respeitado seu valor no mercado imobiliário, antes que o imóvel seja comercializado entre particulares. Porém, para isso, o município deve possuir lei municipal, baseada no PD, que delimite as áreas onde incidirá a preempção, o que não ocorreu nesse caso em específico.

residentes, os quais também afirmaram não acreditar que de fato será desenvolvido um projeto habitacional para a comunidade. O depoimento de Vanusa, moradora e ex-liderança local, demonstra o enorme impacto que a inviabilização do projeto causou em sua vida:

Todo esses ano de luta, de guerra, de projeto habitacional, sabe? Me deixou me leva até a convulsão [...]. Pra mim foi uma decepção muito grande, isso me ocasiono muitos problemas de saúde, sabe? Então eu to me tratando e... depressão também, entrei em depressão... foi um projeto que a gente acreditou muito, sabe? Eu apostei todas as minhas fichas no projeto habitacional. [...] quando falavam em recurso, que já tinha recurso e tudo mais, documentação, tudo legalizado, então a gente acreditou e por acreditar, né, a decepção foi maior, né!

Nivaldo afirma que as reuniões mensais com a comunidade foram gerando grandes expectativas por parte de todos em relação ao projeto habitacional. Ele relata que somente depois que passou a fazer parte do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), começou a entender como se dava o andamento das negociações. Assim, chegou à conclusão de que fazer promessas à comunidade baseando-se nos discursos dos representantes da PMF não era favorável à AMOVILA, uma vez que se criava toda uma expectativa, inclusive temporal (no sentido de estipularem prazos para o reassentamento), mas nos bastidores o que estava acontecendo era uma verdadeira “enrolação”, como disse o entrevistado. Na sua opinião, quando questionado se considerava que a PMF queria de fato resolver a situação da Vila:

Resolver eles querem - entre aspas - eles fala que querem resolver. E eles vão ficando de uma forma encurralada, com pressão de todos os lados. A pressão das dunas, que não tem jeito, ta avançando; a pressão da comunidade em torno da onde a gente ta levando pra lá (que a turma fala que a favela ta crescendo, ta crescendo! Se eles não resolvê, nois daqui uns cinco seis anos nois já tá colocando barraco lá na beira da praia, porque nois não tem pra onde ir); e mais a pressão do Ministério Público, né! [...] é muita denúncia, porque é área de preservação.

O contexto atual que envolve as negociações sobre o reassentamento da comunidade encontra-se no seguinte patamar, de acordo com Nivaldo:

Aqui agente tá na negociação dos terrenos. Olhamos dez terrenos aqui dentro dos ingleses, mais quatro terrenos lá no Rio Vermelho. Então tem a possibilidade de uma parte da comunidade ir pra um local e outra pra outro. Pelo que eu to vendo agora [...] não vai mais todos pro mesmo local, e isso vai facilitar mais, vai favorecer mais a aceitação, porque quando [...] sai tantas famílias da mesma área, do mesmo local (principalmente se tratando de Siri, que já tem uma má fama danada) tem uma rejeição danada, né. Agora não, parece que vão dividir isso em três local ou quatro local, dependendo do tamanho das áreas de terra.

No bojo do trabalho de campo deste estudo, pude participar de duas reuniões do CMHIS, nas quais o caso da Vila do Arvoredo fazia parte da pauta. Na 17ª reunião ordinária, tratou-se a respeito da reunião que ocorreria na semana seguinte entre os membros do conselho e o prefeito para tratar do reassentamento da Vila do Arvoredo. Na 18ª reunião, também foi ponto de pauta a “situação dos terrenos e a reunião com o prefeito”. No entanto, pouca coisa foi discutida a respeito, uma vez que se deu prioridade a outros assuntos da pauta.

O tema das interações entre políticos institucionais e a comunidade não pode deixar de ser mencionado nesta etapa do trabalho. O discurso da moradora Galega publicado no Jornal da Vila indica sua percepção quanto à situação, ao afirmar, ironicamente, que a partir de um determinado momento, a comunidade

já está fortalecida para virar um curral político, com vários candidatos buscando seu voto... A comunidade está cada vez mais sofrendo com todas as promessas e enganações por parte do poder público. Viramos cobaias. Só o que querem é fazer estudos; soluções nada!

Nivaldo também comenta a respeito de como compreende o papel de grande parte dos políticos que se deslocam até a comunidade:

A pessoa vai subir no palanque e dizer: [...] fulano de tal já ficou tantos anos aí no poder e nunca fez nada por essa comunidade, se eu for eleito a primeira coisa é resolver esta situação. Quer dizer, [...] vai trabalhar novamente com a mentalidade do povo e com o desejo do povo de que seja resolvida aquela situação. Daí ele [o povo] passa a confiar

naquela pessoa. Depois de eleito, esquece, não vê mais [o candidato]. Daí quando tá voltando novamente próximo da campanha política, eles começa a fazer de conta que tá fazendo alguma coisa, mostrando algum interesse naquilo ali, pra novamente ativar a mentalidade do povo, pra novamente tornar a reeleger ele.

A fala do entrevistado F também reflete sua percepção dessa interação:

Vai fazer 25 anos que eu moro aqui...quando eu vim pra pá no primeiro mês que eu vim pra cá falaram que iam tirar o pessoal...Eles só prometendo toda a vida... que a vida de Político você sabe como é...Político é só de promessa eles pensa que o pessoal é Santo pra viver de promessa. Eles prometeram tauba prá nós, prometeram trazer umas taubinha, trazer telha... Teve um que disse: “vou comprar um forrinho de PVC que não é muito caro [...] e vamo colocá tudo direitinho pra não pegar muita areia em vocês. Teve um outro aqui... aquele que é do partido do Dário, aquele que era pra ser o Prefeito. O Gean... veio aqui...estiveram aqui...e falou assim: [...] é o seguinte: eu vou te ajudar, se eu ganhar e se eu não ganhar vou te ajudar a mesma coisa igual.

Esta parte deste capítulo procurou descrever o conflito socioambiental urbano identificado na comunidade Vila do Arvoredo. A ideia foi destacar as falas dos entrevistados, bem como discursos presentes em outras fontes secundárias a fim de delinear a situação a partir também (não somente) das representações dos atores relacionados ao conflito. Em seguida, na última parte deste capítulo final, considerações teóricas serão construídas tendo em vista a situação delimitada até aqui.

5.3 ANÁLISE TEÓRICA DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL URBANO RELACIONADO À VILA DO ARVOREDO

Neste ponto da pesquisa busco interpretar o conflito socioambiental na Vila do Arvoredo com base naquilo que foi levantada na parte referente aos fundamentos conceituais e teóricos. Vale refletir que toda a interpretação carrega em si aspectos subjetivos de quem a empreende. E por mais que tal premissa esteja ancorada no paradigma

sistêmico-complexo ao qual este estudo procura se filiar, os riscos de cometer desvios estarão sempre presentes.

Início aqui, por meio de um olhar mais global sobre o caso, com a seguinte pergunta: como analisar o conflito socioambiental identificado na Vila do Arvoredo a partir do enfoque de injustiça ambiental? E a partir do enfoque de injustiça ecológica? Para responder a essas questões vale retomar brevemente os conceitos em pauta. Como visto, a justiça ambiental configura-se como uma matriz discursiva do ambientalismo que questiona, num primeiro momento, a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais entre os diferentes grupos sociais.

A partir dessa definição, ainda um tanto simplista frente às inovações recentes do enfoque, cabe refletir a respeito dos seguintes dados identificados: a Vila do Arvoredo, de acordo com o perfil socioeconômico de seus moradores, corresponde a uma comunidade permeada pela vulnerabilidade socioeconômica e civil. (KOWARICK, 2009). A realidade socioeconômica da região concentrada na faixa entre 0 e 3 salários mínimos, a baixa escolaridade da população e conseqüentemente, as altas taxas de subemprego, trabalho informal, desemprego, pouca qualificação profissional (SMHSA, 2005); tudo isso chama à atenção para os processos socioespaciais segregativos que vieram permeando o desenvolvimento urbano de Florianópolis, culminando, sobretudo a partir da década de 1990, em novos assentamentos irregulares e precários em áreas de risco e legalmente protegidas, como é o caso da Vila.

Somados a isso, os dados levantados por Grando (2011) e pela SMHSA (2010) referentes ao alto índice de doenças respiratórias [além de outras doenças] que acometem os moradores da comunidade demonstram claramente a sobreposição de danos e riscos ligados às características físico-ambientais do local. Ou seja, as peculiaridades do ambiente da Vila (um campo de dunas móveis - uma APP, que como muito bem reflete Maricato (2005), é o que sobra às camadas empobrecidas como opção de moradia) imputam a seus habitantes maiores riscos e danos ambientais.

Nesse sentido, além da baixa qualificação profissional, da baixa escolaridade, do acesso deficiente à saúde institucional, à habitação digna, ao saneamento básico, os moradores da Vila devem conviver diariamente com a movimentação das dunas que avançam em direção a suas moradias e com os efeitos deletérios advindos do ato de respirar partículas de areia constantemente. Vale refletir, então, a propósito das sumárias diferenças existentes entre os impactos da areia no cotidiano

dos moradores da Vila, cujas casas, em sua maioria, são construções precárias, feitas com materiais reaproveitados, repletas de frestas; e sobre os domicílios do entorno, que como se sabe, grande parte deles corresponde a segundas moradias - casas de veraneio - feitas com materiais mais resistentes e mais vedadas.

É interessante refletir também, pensando a partir do conceito de desigualdade ambiental, sobre o caso do tornado com ventos de aproximadamente 170 km/h que atingiu a região de Ingleses e Santinho em 2006. Ainda que tanto casas de moradores de baixa renda como casas de moradores/proprietários mais abastados foram atingidas (ao total, 100 casas sofreram danos¹⁶⁰), não há dúvidas de que os impactos sobre os casebres da Vila do Arvoredo ocorreram de forma muito mais violenta, principalmente pela baixa qualidade das construções, bem como pela dificuldade posterior de conseguir os materiais necessários para a reconstrução das moradias.

Contudo, é válido acrescentar à análise, que além dessa sobreposição de riscos e danos ligados às condições físico-ambientais em relação à segregação socioespacial da comunidade; “prevalece forte percepção de que a favela é local de vagabundagem e desordem, tido e havido como antro de vício e criminalidade” (KOWARICK, 2009, p. 85). As representações apreendidas com este estudo demonstram o forte impacto negativo que determinadas imagens construídas sobre a Vila do Arvoredo têm ocasionado na possibilidade de resolver a situação dos moradores a partir da compra de terrenos para a construção de suas novas moradias. Mais um exemplo pode ser incorporado à análise. A reportagem “Norte sem lei”, veiculada no Diário Catarinense, em junho de 2007, indignou moradores da Vila, tendo em vista que a mesma afirma que na Favela do Siri a partir das nove da noite os traficantes da área cobram pedágios de um real para qualquer pessoa poder passar por um determinado local. De acordo com Nivaldo “*Nunca aconteceu esse negócio de pedágio [...]*”. Vanusa contesta:

O cara que escreveu a matéria não tinha nem noção de geografia, né, porque ele falou de uma região que não seria a nossa. Falava da Vila do Arvoredo, mas numa localidade que não seria nem Ingleses. Ele não tinha nem noção do que ele tava falando!

¹⁶⁰ Das 100 casas que sofreram algum tipo de dano, 21 foram totalmente destruídas. Dezessetes famílias da Vila do Arvoredo tiveram que ser abrigadas na Escola Gentil Matias da Silva. Informação retirada do jornal “A notícia” de 23 de março de 2006.

De fato a reportagem traz a seguinte informação: “Fincada nas dunas da **Praia de Canasvieiras**, a favela do Siri está dividida ao meio [...]”.

Foi possível perceber também como tais imagens distorcidas da comunidade geram sentimentos de frustração e revolta por parte dos moradores, que ao longo dos anos vêm sofrendo os efeitos de atos discriminatórios em relação às suas condições de vida. A própria alteração do nome da comunidade de Favela do Siri para Vila do Arvoredo, como afirmaram alguns moradores, deu-se em virtude do preconceito sofrido por muitos deles quando tinham que comprovar residência. Na percepção de Dona Leni, há por parte dos moradores do entorno:

preconceito contra os pobre. E o pior é que eles não vivem sem os pobres aqui. Quem é que vai limpar as casas deles? Pessoas daqui que vai limpar. A maioria das pessoas que trabalham ai, restaurante, loja, hotel, é tudo daqui de dentro.

Com base no que foi colocado até aqui, para esta pesquisa, o conflito na Vila do Arvoredo pode, certamente, ser considerado um caso típico de injustiça ambiental. Já a partir do enfoque da justiça ecológica, por este estudo endossado, a reflexão demanda ir mais além, chegando aos riscos e danos ecológicos (numa perspectiva sistêmico-complexa) causados pela ocupação da área em questão. Como refletem os estudiosos, o impacto antrópico na região tem suscitado danos irreversíveis aos ecossistemas locais. O agravo que emana da comunidade é a desestabilização das dunas por conta da localização das moradias somada à completa falta de saneamento básico numa área em que o Aquífero é considerado como altamente vulnerável. Assim, tem-se que a permanência dessa comunidade sobre esse ecossistema, se por um lado gera a própria degradação biopsicofísica e social dos que ali residem, por outro, fomenta um passivo ecológico que ultrapassa o âmbito da própria comunidade, podendo repercutir em seriíssimos danos ecológicos extra-locais.

Nada obstante, um ponto chave dessa reflexão relaciona-se a premissa de que a lógica dominante vem criando uma imagem que culpabiliza os pobres urbanos pela situação cada vez mais recorrente de degradação de áreas consideradas pela legislação vigente como de altíssimo valor ecológico, o que ficou claro, por exemplo, no discurso contido no Jornal Ilha Capital sobre o caso do teleférico, no qual não foi

possível encontrar qualquer crítica voltada aos grandes empreendimentos relacionados ao turismo de luxo da região. Nada se discorreu a respeito dos impactos ambientais que a manutenção do campo de golfe do empreendimento do Marcondes de Mattos pode causar ao Aquífero. O discurso proferido pelo ex-governador de Santa Catarina também demonstra a mesma concepção acerca da relação entre pobreza/riqueza e degradação ambiental. Mais grave ainda é perceber a forma como a legislação foi alterada para servir aos interesses desse empresário. Observa-se, portanto, um total escamoteamento dos impactos socioambientais gerados por esses grandes empreendimentos, bem como o apoio e o amparo de políticos locais para a concretização dos mesmos.

Não seria demais acrescentar à discussão o fato de o Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda. ter doado R\$ 30.000,00 para as campanhas de dois candidatos a vereador - Dalmo Deusdedit Meneses do PP [R\$ 10.000,00] e Edson Lemos do PSDB [R\$ 20.000,00] - nas eleições municipais de 2012. Investigando a trajetória de atuação dos candidatos, foi possível verificar que Dalmo Deusdedit Meneses, além das inúmeras ações focadas no Norte da Ilha, tais como: solicitações de drenagem e pavimentação de várias servidões; projetos de leis complementares suprimindo ou, mais frequentemente, incluindo vias nos sistemas viários; projetos de lei transformando servidões em vias públicas¹⁶¹; presidiu a audiência pública para a discussão do Projeto de Lei nº 913/2007 que alterou o zoneamento e criou normas urbanísticas para a Área de Interesse Social “Recanto dos Ingleses” correspondente à localidade do terreno que havia sido doado pela CASAN para o reassentamento da Vila do Arvoredo no Sítio do Capivari. Como ficou evidente, Marcondes de Mattos demonstrou, durante todo o processo, grande interesse na retirada da comunidade da região, principalmente por conta do teleférico que pretende construir sobre cordões dunários (APP) ligando seus dois empreendimentos imobiliários: o Costão do Santinho e o Costão Golf, aos quais um parque no lugar de uma favela muito favoreceria do ponto de vista turístico-paisagístico. Ou seja, as deliberações ocorridas na audiência referida foram um passo decisivo para a possível retirada da comunidade da Vila do Arvoredo. Nessa audiência compareceram diversas autoridades e moradores das

¹⁶¹ Também cabe relatar que esse candidato foi responsável pela Moção 053/2010 de aplauso ao Costão do Santinho Resort por ter sido pela 6ª vez consecutiva considerado o melhor resort de praia do Brasil, pela revista e Viagem e Turismo.

diferentes localidades próximas ao terreno, e então por meio de um processo de votação se decidiu que a comunidade seria transferida, enfim, para o conjunto habitacional que seria construído no terreno em pauta. Foi nessa audiência que a CASAN passou publicamente o terreno para a PMF.

Neste ponto, toca empreender considerações analíticas sobre o conflito na Vila do Arvoredo, com base nos elementos trazidos no primeiro capítulo. A respeito da *natureza do conflito*, a parte de se estar identificando o conflito como socioambiental urbano, além das variáveis *social* e *ambiental*, considera-se que a variável *econômica* também é constituinte do conflito. Assim, tem-se um conflito (i) social, pois o mesmo envolve uma comunidade considerada de baixa renda, organizada no sentido da luta pelo direito à moradia. É também um conflito (ii) ambiental, visto que a área de abrangência do conflito corresponde a uma área legalmente protegida, cujos “recursos” naturais encontram-se gravemente ameaçados (vale reafirmar que não apenas por conta da ocupação da comunidade). Por fim, corresponde a um conflito econômico, tendo em vista a grande influência que os interesses privados do empresário supracitado exerceram sobre as tomadas de decisão relativas à desocupação da área pela comunidade.

Delimitar quem são os atores sociais envolvidos no caso conflitivo é uma dimensão importante para a compreensão da trajetória de embates e cooperações que permeia a realidade da comunidade. Como defende Nascimento (2001), os atores sociais que todo o conflito reúne estão constantemente em movimento, entre alianças e/ou oposições. Na sequência é apresentada, portanto, uma descrição dos principais momentos da dinâmica do conflito numa ordem cronológica, incluindo o posicionamento dos atores sociais envolvidos.

Os primeiros embates identificados no caso da Vila do Arvoredo remontam à década de 1990, quando denúncias sobre a comunidade foram feitas, levando, em 1995, à instauração do Procedimento Administrativo (465/95) pelo Ministério Público sobre a ocorrência de danos ao ecossistema de dunas da região (APP) por conta da ocupação humana. Esse acontecimento por ser considerado o *marco inicial do conflito*. Foi também na segunda metade dessa década, que entidades da região de Ingleses (formadas, sobretudo, por moradores de classes médias e altas) passam a se mobilizar em relação à comunidade. A imprensa inicia aí, a construção de uma imagem pejorativa da comunidade como invasores de dunas e responsáveis pela degradação do meio ambiente local. Em 1999, o Ministério Público Federal encaminha para PMF a recomendação 010/99, visando à adoção de

providências administrativas e/ou judiciais. Na percepção de alguns moradores da área, no governo da prefeita Ângela Amim houve a pretensão de simplesmente derrubar as habitações: “*a Ângela pegou e tacou pro juiz vim demoli tudo. Não foi demolido, porque ali naquela época ali [...] a gente teve que fundar rapidamente uma associação pra defender a Vila. [...]*”. (Dona Leni).

Dessa perspectiva, nota-se que o início do conflito é marcado pela presença de distintos atores sociais (os moradores do bairro, o Ministério Público e a PMF) que se colocam em oposição à presença da comunidade na localidade. A questão da degradação do meio ambiente permeia toda essa primeira fase do conflito, demonstrando ser seu mote principal. No entanto, um olhar mais atento para os discursos empreendidos pelos moradores (através de entrevistas e do jornal local) vislumbra que por traz da proteção ambiental escondia-se também a questão do preconceito social.

Com a formação da AMOVILA, a partir do ano 2000, as posições dos atores se alteram no *campo do conflito* e novos atores sociais se agregam à situação conflitiva. A PMF, dois anos após ter realizado o primeiro diagnóstico socioeconômico na área, propõe em dezembro de 2001 a alternativa de remoção das famílias da área, porém enfatiza a falta de recursos para arcar com o processo. A partir de 2002, a comunidade passa a contar com o apoio da Universidade (UFSC) que, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do AMA, começa a auxiliar a AMOVILA nas negociações com a PMF. É importante adicionar que não somente a área de arquitetura e urbanismo da UFSC influenciou na organização comunitária. O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), vinculado ao Departamento de Serviço Social, também trabalhou junto com a comunidade, oferecendo cursos de formação sociopolítica para as lideranças comunitárias. Como sugere Santos (2009), grupos sociais que não dominam mecanismos retóricos amplamente aceitos na sociedade, ou no(s) campo(s) de atuação, enfrentam obstáculos - às vezes intransponíveis - no processo de legitimação de suas ações. Nas falas de alguns dos entrevistados foi possível perceber a apropriação de conceitos sociopolíticos chaves para a compreensão da situação vivenciada por eles. Alguns dos entrevistados afirmaram que a participação nesses espaços de formação foi fundamental para as negociações com o Estado:

Quando você vai em busca de qualquer gabinete, de qualquer... lugares assim, você tem que ter ferramentas, e essas ferramentas

eram o que faltava pra gente chegar até aquele momento ali, pra falar de igual pra igual. Não mais chegar oprimido. [...] (Vanusa).

Em 2003, entra em cena o Projeto de Lei Complementar 513, que alterou o zoneamento de áreas no distrito de Ingleses do Rio Vermelho para favorecer a construção do teleférico do Marcondes de Mattos. Com isso, tem-se oficializada a saga desse empresário para retirar a favela das vistas de seus potenciais clientes. A audiência pública realizada em 2004 marcou profundamente a configuração do conflito, pois é quando de fato há intencionalidade por parte de diversos órgãos institucionais de resolver a questão da remoção da população local por meio do desenvolvimento de um projeto habitacional em outra localidade. Entretanto, cabe ressaltar que as relações entre a AMOVILA e a PMF, sobretudo na hora de se deliberar soluções para o caso, foram marcadas por *cotas de poder* (LITTLE, 2004) bastante desiguais. O depoimento de Vanusa reflete as desvantagens intrínsecas à AMOVILA relacionadas às possibilidades de contrapor as propostas elaboradas pela PMF:

Vou propor o que? Se eu não tenho uma contraproposta, o que que eu vou propor? Né? [...] Ainda mais uma jogada dessa, alta, da prefeitura, teria que ter uma contraproposta a altura, e não simplesmente falar, falar até papagaio fala [...], agora propor, e falar assim: não, o nosso projeto que a gente quer é esse aqui, feito em maquete, botar num pen drive, salvar e botar lá na tela lá [...] e falar essa proposta é nossa, sai mais em conta, é assim, assim e assim [...], mas isso não foi feito.

Cabe refletir que negociações entre distintos grupos sociais, que contam com cotas de capitais econômico, social, cultural, simbólico, entre outros bastante desiguais acabam repercutindo em tomadas de decisão geralmente mais desvantajosas aos grupos mais fragilizados em relação ao *status quo* dominante. Ainda que a PMF queira aparentemente solucionar o caso da comunidade, a maneira pela qual ela irá de fato agir não necessariamente refletirá os interesses, as aspirações e os anseios dos moradores da Vila. A esses últimos tem cabido lutar, mobilizando todos os seus recursos de forma a diminuir as relações amplamente hierarquizadas.

Os estudos técnicos sobre o meio ambiente local tiveram um papel muito importante no que diz respeito às propostas de solução para o caso da Vila do Arvoredo. Os pareceres técnicos, que apontam a área

como de altíssimo potencial de risco de soterramento por conta da movimentação das dunas, foram primordiais para a tomada de decisão da remoção da comunidade do local. A referência a esses riscos foi identificada nos discursos de quase todos os atores sociais envolvidos. Na pesquisa de campo, tanto os moradores, quanto os representantes da SMHSA e da Floram discutiram sobre a questão dos riscos à integridade dos moradores causados pelas dunas. Nesse sentido, é factível considerar que não há divergências quanto à construção da variável relacionada ao risco ambiental da área. No entanto, enquanto o discurso do técnico da Floram sobrevalorizou aspectos ligados à degradação do Aquífero e a desestabilização das dunas, tanto a SMHSA como os moradores da Vila enfatizaram os riscos à saúde e a integridade da população local.

Os embates sobre as indenizações no percurso do conflito suscitam reflexões acerca da fragmentação das ações governamentais de forma geral. Pude identificar através da pesquisa de campo, conforme já elucidado, que uma parte dos moradores que recebeu dinheiro para deixar Florianópolis voltou para a Vila do Arvoredo. A maneira como esse processo indenizatório se sucedeu retrata que à PMF somente interessou que os moradores deixassem o município, sem se preocupar se de fato eles conseguiriam se estabelecer nas localidades de destino. Como ponderou Fernandes (2012) no caso de São Paulo, as indenizações ofertadas aos moradores da Vila do Arvoredo podem ser consideradas autênticos "vales-despejo"/"cheques-despejo".

Outro *objeto de disputa* do conflito em pauta relaciona-se ao processo de escolha do(s) terreno(s) para a transferência da comunidade. As manifestações e/ou abaixo-assinados advindos de moradores (em sua maioria, pertencentes às classes média e alta) do entorno dos possíveis terrenos demonstram representações estigmatizadas dos moradores da Vila, indo ao encontro do que Valladares (2005) discute como um dos “dogmas” que permeia o universo das favelas, vistas como *locus* da pobreza, território urbano dos pobres, símbolo do lugar dos problemas sociais - numa associação entre espaço físico e tecido social. Na percepção de uma das servidoras da SMHSA, o problema maior no que diz respeito à dificuldade de viabilizar os terrenos relaciona-se a

Questões políticas, literalmente! Quando a alteração de zoneamento vai na comissão de... sei lá, na comissão de viação e obras públicas, por exemplo, aí a comissão vai chamar audiência pública pra discutir a questão do zoneamento [...].Daí

três ou quatro vereadores têm lá [...] o reduto eleitoral deles, entendeu? Daí eles vão contrariar a manifestação popular numa audiência pública? Eles querem sair de bonzinhos na frente dos eleitores deles.

Cabe discorrer que relações de poder clientelistas - entendidas como aquelas em que o representante entrega bens e serviços básicos mediante a expectativa de apoio político do eleitor - o cliente -, sobretudo na forma de voto (ALMEIDA; LOPES, 2011) - vieram permeando as interações entre a comunidade e o poder público local. Na percepção de alguns dos moradores entrevistados, ao longo de todos esses anos, diversas promessas foram feitas, da mesma forma que muitos benefícios foram ofertados a eles.

Vale trazer aqui alguns desdobramentos do conflito em pauta, a fim de verificar o pressuposto levantado na parte teórica desta pesquisa de que em situações de conflito costumam surgir mais chances para que os grupos sociais geralmente excluídos dos processos de tomada de decisão se apropriem de mecanismos de luta e consigam, por conseguinte, interferir nas negociações. Como se pôde notar, foi por conta da instauração do conflito que de fato os moradores da Vila do Arvoredo passaram a se organizar; num primeiro momento de maneira informal, para posteriormente se instituírem em volta da AMOVILA. O contexto dessa organização, o qual contou com a presença de agentes da Universidade, também possibilitou a formação sociopolítica de alguns moradores, o que pode ser considerado fundamental para a construção por parte deles de uma compreensão mais embasada da situação com a qual estavam lidando, bem como para o estabelecimento de relações um pouco menos hierarquizadas com o poder público. Alguns atos empreendidos pelos moradores por meio da AMOVILA foram relatados nas entrevistas e merecem ser descritos aqui:

o projeto habitacional, o projeto Recanto dos Ingleses, ele só foi aprovado em pauta, porque ele não tinha ido pra pauta na... câmara, porque eu cheguei no gabinete e disse assim pra moça: ah, eu quero falar com o presidente da câmara, daí ela disse assim: ah, ele está em reunião, a senhora tem hora marcada? Daí eu disse assim: ah, tem que ter hora marcada? Ela disse: sim tem que agendar horário com ele. Eu disse: ah, quer dizer que o dono da Coca Cola tem que marcar uma reunião com o empregado dele? Se a casa é do povo, o povo voto nele, e eu tenho que marcar uma reunião com ele? [...] Eu disse: querida, ele é meu funcionário! E eu não to me representando, eu to

representando uma comunidade. Aí a porta tava entre aberta, aí ele saiu: oh dona [nome dela]! Como vai, tudo bem? [...] Aí eu disse: seu presidente, eu to olhando aqui, por onde que saiu o pessoal que tava na sua reunião? [...] Aí eu falei, eu to com uma bomba na mão [...] e eu não sei como resolver, então eu vim aqui urgentemente conversar com o senhor, porque a minha comunidade tá revoltada, eles tão com dois caminhões de pneu e só falta só a gasolina, se o projeto não for pautado eles vão taca fogo nos pneu, ninguém entra, ninguém sai de Ingleses [...]. Eles só tão esperando o senhor pauta, porque a gente abriu na internet e não tem, nosso projeto não tá pautado, daí como que não tá pautado, ele não vai ser votado. Ai eu sei que ele ligou lá pra baixo e mandou subi o projeto 913 e pauto ele em número oito. [...]. Foi aprovado, daí, né. (Vanusa).

Foi feito na frente da prefeitura um bate panela também, foi feito lá na frente da prefeitura, foi levado vários litros de areia, foi enchido a porta [...] encheram as escadas [...] aí resolveu muito a areia na porta dele [prefeito], foi quando daí começou as indenizações, foi aí que a prefeitura acordou mais um pouco pra tá atendendo a gente aqui. (Dona Leni).

As entrevistas revelaram também que se no princípio não havia por parte dos moradores a percepção da problemática que envolvia a comunidade estar ocupando uma área ecologicamente vulnerável, certamente com o desenrolar do conflito muitos moradores passaram a perceber os riscos ecológicos da ocupação. Alguns até mostraram perceber esses riscos para além daqueles que somente influenciam diretamente sua qualidade de vida.

Entretanto, o protagonismo político de algumas lideranças da Vila ao longo desses anos de construção de relações, ora conflitivas ora cooperativas, com a PMF, pareceu-me no momento em que realizei a coleta de dados, bastante fragilizado, fruto, em grande parte, da perda progressiva de confiança nas “promessas” proferidas pela PMF no que se refere a uma solução para o drama vivenciado por eles.

Porque quando você luta lá fora [...] pra brigar na prefeitura, câmara de vereadores, Floram, a própria FATMA, até polícia ambiental, polícia mesmo que vinha pra quando era pra demolir... você entrar na frente pra falar não, cansa muito [...]. A prefeitura, ela dizia que o terreno já tava ok, que a papelada tava ok, então a gente caiu de patinho, né! E daí a comunidade vinha cobrando, vinha cobrando [...] Eu me envolvi demais [...]

acabei pegando dores dos outros e carregando sozinha. Acabei ficando doente por isso. Hoje faço tratamento com psicólogo, faço tratamento com psiquiatra... (Vanusa)

A partir do contexto atual, no qual, segundo Seu Nivaldo, quem é também representante da região norte de Florianópolis no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS), tem havido certo esforço por parte desse conselho para encontrar terrenos (agora não mais apenas um, mas sim, dois ou três) para o reassentamento dos moradores da Vila; vislumbra-se um cenário que transpassa a possibilidade de uma solução para o conflito, finalmente, vir a ocorrer. A relação entre a AMOVILA e o poder público no momento atual pode, portanto, ser interpretada como aparentemente de aliança na busca por uma solução compartilhada para o caso.

Entretanto, não coube no escopo desta pesquisa analisar as tomadas de decisão no âmbito do CMHIS. Porém, ao participar de duas reuniões desse Conselho, pude perceber a necessidade de se empreenderem pesquisas mais aprofundadas acerca da configuração das relações internas de poder. Dada à heterogeneidade dos participantes - representantes do poder público, agentes econômicos, agentes da sociedade civil organizada e das associações comunitárias - uma possível questão a se discutir é como cada segmento tem participado nas tomadas de decisão? Entendendo o conselho como um *campo* no qual os agentes entram em comunicação a partir de posições sociais já objetivamente definidas, é imprescindível levar em consideração que as relações de poder reproduzem a distribuição desigual de poderes ao nível da sociedade como um todo (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 1983). Todavia, no âmbito do CMHIS, apreender as diferentes percepções no que diz respeito ao peso da variável ambiental nas discussões, propostas e ações relativas à política habitacional do município pode ser um caminho de reflexão interessante no bojo da pesquisa socioambiental urbana.

Outra lacuna deste estudo, ainda no que concerne a participação social, diz respeito à representatividade da AMOVILA em relação aos moradores da comunidade. Na pesquisa de campo, em conversas informais com moradores da área que não quiseram conceder entrevistas, pude perceber que nem todos estavam de acordo com as propostas deliberadas para a resolução do caso da comunidade. Da mesma forma que outros demonstraram pouco saber a respeito dessas deliberações. Ainda que bastante diferente da imagem de “território exclusivo do tráfico”, que a mídia conservadora procura construir sobre

a Vila do Arvoredo, ou Favela do Siri – como preferem chamar – não posso deixar de trazer aqui a impressão de que realizar pesquisas mais aprofundadas, com um maior número de moradores, não me pareceu ser uma tarefa muito fácil, pois alguns locais são realmente percebidos por alguns dos moradores entrevistados como locais marcados pela presença do narcotráfico e, portanto, de difícil acesso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco desta dissertação esteve voltado para o conflito socioambiental urbano que emergiu da ocupação de um ecossistema de dunas pela comunidade Vila do Arvoredo, no Balneário de Ingleses, Norte da Ilha de Santa Catarina. Partiu-se da premissa de que disputas que interconectam a luta por moradia e a proteção ambiental figuram como centrais no bojo da problemática socioambiental vigente na contemporaneidade.

A ideia foi procurar, inicialmente, compreender a lógica de atuação de determinados organismos pertencentes ao Estado, no que diz respeito a esse fenômeno. Buscou-se observar também, num âmbito mais abrangente, se a tensão propagada pela literatura especializada entre as políticas urbana e ambiental tem lugar nas ações implementadas no município acerca da problemática em questão. Não menos importante, a ideia foi avaliar a trajetória dessa comunidade, seu contexto estrutural, as relações ora conflitivas, ora cooperativas estabelecidas entre ela e as outras esferas sociais envolvidas no conflito socioambiental urbano.

A revisão de literatura apresentada procurou demonstrar a importância de se construir olhares mais holísticos sobre o caso em pauta, olhares que interiorizem a complexidade embutida nas questões que inter-relacionam o estilo de desenvolvimento hegemônico e a degradação massiva dos sistemas ecológicos. O caminho do meio entre os enfoques da justiça ambiental e da justiça ecológica permitiu que se refletisse sobre o conflito foco de estudo desta pesquisa a partir das desigualdades socioambientais adjacentes ao modelo de desenvolvimento hegemônico, sem, contudo, que se deixasse em segundo plano, os riscos e danos impostos por esse modelo aos outros seres vivos, aos processos ecossistêmicos e às futuras gerações humanas e não humanas.

A literatura que tratou da coexistência de grupos populacionais muito empobrecidos, com alta privação (vulnerabilidade socioeconômica e civil), e áreas de risco ou degradação ambiental foi considerada bastante pertinente para a apreensão do caso objeto deste estudo, sobretudo, quando se verificou que a Vila do Arvoredo figura como uma comunidade que além de sofrer as consequências da baixa qualificação profissional, da baixa escolaridade, do acesso deficiente à saúde institucional, à habitação digna, ao saneamento básico; seus moradores convivem cotidianamente com a movimentação das dunas

que avançam em direção a suas moradias e com os efeitos nocivos advindos do ato de respirar partículas de areia constantemente.

Já no que se refere à literatura sobre conflitos socioambientais urbanos, os pressupostos que direcionaram a análise pautaram-se tanto nas evidências das degradações socioambientais que precisam urgentemente ser enfrentadas, como nas diferentes percepções, representações e discursos que engendram os distintos atores e grupos sociais envolvidos na crise contemporânea do meio ambiente. Essa perspectiva impõe, por um lado, que se reconheçam as amostras de uma crise que permeia os sistemas socioambientais, pois as inúmeras catástrofes¹⁶² que envolvem o mundo biofísico e os seres humanos na atualidade são materialmente reais; por outro lado, exige que se apreenda a ideia de que as formas de interpretação de tais catástrofes são também socialmente construídas, o que permite romper com a hierarquização na construção de conhecimentos, dado que o conhecimento científico geralmente tem se sobreposto às inúmeras outras formas de se empreender conhecimento.

Assim, essa abordagem de análise coloca o pesquisador numa posição de necessidade de compreensão sobre como os diferentes atores sociais envolvidos numa situação conflitiva de degradação socioambiental “constroem” o problema que os cerca, da mesma forma que o obrigada a reconhecer que para além das diferentes interpretações dos problemas, existe a materialidade dos fatos, a qual exige que se reconheça a urgência de se estabelecer uma ciência comprometida com a transformação socioambiental.

Traçar um panorama dos arranjos institucionais relacionados à questão socioambiental urbana no Brasil, sobretudo, no que concerne à sobreposição de áreas de interesse social e áreas de preservação permanente permitiu que se identificassem alguns avanços e limites desses arranjos no que se refere ao caso em pauta neste estudo. Apesar de todos os progressos identificados referentes às legislações que procuram evidenciar a função socioambiental da cidade, foi possível

¹⁶² Podemos citar: contaminação do ar e da água, novas epidemias, secas prolongadas, enchentes, incêndios florestais, perda da qualidade do solo, desastres nucleares e químicos, falta de água potável, crescimento do buraco na camada de ozônio etc. (LITTLE, 2001). Podemos acrescentar que o modelo urbano-industrial intensivo e altamente predatório adotado desde o início do século passado provocou e segue provocando mudanças drásticas no Brasil, assim como alterações ambientais muito profundas e graves, cujos impactos podem ser tecnicamente comparados aos efeitos de grandes catástrofes naturais (FERNANDES, 2006).

verificar o quanto esses arranjos estão suscetíveis a alterações quando se trata de reforçar os interesses de grupos de poder dominantes. O caso do empreendimento Costão Golf revelou como os agentes econômicos têm conseguido influenciar nas transformações socioespaciais da cidade. A aprovação da Lei Complementar 513, a qual também legaliza a implantação do teleférico ligando os dois empreendimentos do empresário Marcondes de Mattos, demonstra o poder de influência do setor imobiliário nas tomadas de decisão políticas. A percepção por parte dos moradores da Vila do Arvoredo de que foi somente a partir da insistência do empresário supracitado que a esfera governamental passou a buscar soluções concretas para a retirada da comunidade da área reforça ainda mais o quadro que transpassa a hegemonia dos interesses privados do capital frente aos direitos sociais.

Os diversos manifestos elaborados pelas vizinhanças (em geral formadas por pessoas pertencentes às classes médias e altas) dos possíveis terrenos destinados a abrigar a comunidade advertem o quanto a função social da propriedade urbana está longe de ser incorporada às representações dos diversos grupos sociais. Se, de acordo com teóricos como Fernandes (2009; 2012), nem os operadores do direito tem internalizado esse desdobramento institucional, imagine-se o senso comum. Segue prevalecendo, nesse sentido, uma visão da cidade como palco da acumulação de capital, sem maiores preocupações com outros interesses socioambientais no que diz respeito ao uso e ocupação do solo urbano. Assim, vale acrescentar, de acordo com Maricato (2010) que o texto legal que implementa o Estatuto da Cidade, embora fundamental, não é suficiente para resolver problemas estruturais de uma sociedade historicamente desigual na qual os direitos, como, por exemplo, o direito à cidade ou à moradia legal, não são assegurados para a maioria da população. (MARICATO, 2010).

A análise da trajetória de desenvolvimento urbano do município de Florianópolis permitiu perceber como a valorização recente [desde a década de 1970] de seu território, resultado, também, da publicidade massiva acerca de seus atributos veiculada nos meios de comunicação de massa, culminou no aumento dos preços dos imóveis, principalmente na Ilha (tanto para compra quanto para aluguel). Esse fato demonstra as grandes dificuldades enfrentadas pelas populações empobrecidas para conseguirem alternativas de moradia por meio das vias legais. Este cenário, seguramente, não difere do restante do País. Embora as peculiaridades de Florianópolis, sobretudo por possuir grande parte de suas terras demarcadas como áreas de proteção ambiental, repercutam na intensificação da degradação de espaços

considerados de altíssimo valor ecológico que, conseqüentemente, propulsionam maiores riscos socioambientais quando degradados.

Seguramente se faz necessário aprofundar pesquisas que evidenciem a relação entre a ocupação de áreas de preservação permanente (APP) e o perfil socioeconômico dos moradores. É primordial que sejam feitos estudos que analisem diferenças entre o tratamento dado a construções em APP de populações pobres e de populações ricas, uma vez que também se constata que há sobre estes espaços construções das classes mais abastadas em termos econômicos¹⁶³.

Jurerê Internacional, por um lado, e a Vila do Arvoredo, por outro, demonstram aquilo que Sachs (1985; 2001) pontua como as grandes contradições presentes nas cidades brasileiras:

A urbanização prematura, excessiva e desnecessária, que se deu numa sociedade profundamente desigual, configurou um padrão de crescimento metropolitano marcado pelo contraste gritante entre o luxo ostensivo dos bairros nobres e a proliferação das favelas, o inferno cotidiano do transporte dominado por carros privados e o altíssimo custo das infraestruturas (*ibid*, 2001, p. 76).

De um lado, as belas mansões, com magníficos jardins, bem-tratados campos de golfe, amplas avenidas, modernos hospitais e escolas eficientes são acessíveis apenas a uns poucos. Do outro lado, condições de vida estarrecedoras: falta de saneamento e água corrente, transporte deficiente, sistemas de saúde pública e educação paupérrimos. (*ibid*, 1985, p. 36-37).

As condições precárias visualizadas na Vila do Arvoredo evidenciam que efetivamente tendem a ser os grupos sociais mais vulnerabilizados os que mais estão expostos a determinados riscos

¹⁶³ De acordo com Fauth (2008), em Florianópolis, principalmente na Ilha, é a busca por locais privilegiados, com natureza abundante, localização próxima ao centro, possibilitando a vivência urbana com o atrativo da praia, que atrai novos moradores. Este tipo de ocupação, principalmente nas localidades mais próximas ao mar, na maioria pelas classes média e média alta, é responsável em grande parte por infringir as legislações ambientais.

ambientais que emergem da crise contemporânea do meio ambiente territorializada no espaço urbano.

A resolução dessa crise certamente não depende tão somente da criação de Zonas ou Áreas Especiais de Interesse Social, da regularização fundiária, ou da melhoria das infraestruturas de serviços urbanos tais como: acesso a rede de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de resíduos sólidos, entre outras. A intensidade e a emergência da problemática em pauta demandam, primordialmente, profundas mudanças estruturais no atual modelo instituído, incluindo aí a construção de um contexto social substancialmente novo, pautado numa ética de reverência pela Vida.

Porém, enquanto tais mudanças parecem residir num horizonte bastante distante, é preciso que se siga lutando para que os direitos constitucionais assiduamente negados aos grupos sociais mais fragilizado em termos socioeconômicos e civis sejam garantidos. Essa luta certamente acarretará benefícios tanto aos seres humanos como à natureza.

Não há, certamente, respostas prontas quando se entende que vivemos num mundo complexo, no qual co-existem infinitas possibilidades que podem ser experimentadas. Contudo, compreender e evidenciar o caráter interdependente dos problemas vigentes, assim como o peso das incertezas sobre os possíveis caminhos de superação da crise socioambiental que permeia a *ecosfera*, é um primeiro passo para a construção de um pensamento menos dualista e, portanto, mais capaz de captar a complexidade inerente as “realidades”, sobretudo, no que tange as enigmáticas relações entre os seres humanos e a natureza.

En esta confluencia de crisis sociales y ecológicas no podemos permitirnos carecer de imaginación: no podemos seguir ignorando al pensamiento utópico. Las crisis son demasiado serias y las posibilidades demasiado arrebatadoras como para ser resueltas mediante los modos habituales de pensamiento, aparte de ser éstos los originadores de dicha crisis. (BOOKCHIN, 1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.

ABRAMOVAY, R; SACHS, I. Habitat: a contribuição do mundo rural. Revista **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 3, 1995.

ABREU, M. S. Código Florestal Brasileiro e Código Ambiental de Santa Catarina: legislação a favor do lucro. **REBELA**, v. 1, n. 3, fev. 2012.

ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

_____. *et al.* A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socio-ambientais no Brasil - uma introdução. In: _____. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2004, p.9-20.

_____. *et al.* **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **A Duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2001.

ALMEIDA, A., LOPEZ, F. G. **Representação política local**: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas [IPEA], 2011.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. No. 53, 1o.. semestre de 2002a, pp.35-78.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Para uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: Alimonda, Héctor (org.) **Ecologia Política**. Naturaleza, Sociedad y Utopia, Buenos Aires, CLACSO, 2002b, p. 115-137.

ALVES H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.

ALVES H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: Uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 44-60, jan./mar, 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>;

ALVES, P. A; BAENINGER, R. A. Região Metropolitana de Florianópolis: migração e dinâmica da expansão urbana. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Caxambú – MG, Brasil, de 29 de set. a 03 de out. de 2008.

ALVIM, Angélica A. Tanus Benatti *et al.* **Políticas Públicas e Planos de Urbanismo na escala local intraurbana**: instrumentos e metodologias de avaliação e acompanhamento. (2006) Relatório final de pesquisa. Fundação Mackenzie de Pesquisa.

ANGEOLETTO, F. H. S. **Planeta Ciudad**: Ecología Urbana y Planificación de Ciudades Medias de Brasil. 2012. 294f. Tese (Doutorado em Ecología e Medio Ambiente) - Universidad Autónoma de Madrid, 2012.

ARANTES, O.; VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ARAÚJO, P. Regularização Fundiária Urbana em APP: a Nova Perspectiva trazida pela Lei Federal 11.977/2009. Anais do Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano, 2012.

BARBANTI, O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade** [ANNPAS]. Indaiatuba, 2002.

BEZERRA, M. C. L., CHAER, S. Regularização fundiária e os conflitos com as normas do código florestal para APP urbana. **Revista Eletrônica E-Metropolis**, ano 3, nº 10, 2012, p. 26-36.

BIENENSTEIN *et. al.*, 2011. Regularização fundiária sustentável: alguns desafios. **Planejamento e políticas públicas**, n. 37, jul./dez. 2011, p. 153-183.

BIRKNER, W. M. K.; RUDNICK, L. T.; BOELL, A. Secretarias De Desenvolvimento Regional de Santa Catarina - avaliação parcial: período 2007/2008. **Revista Húmus**, n. 2, mai/jun/jul/ago. 2011 p. 53-72.

BITOUN, J. Impactos socioambientais e desigualdade social: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infraestrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife. In: (Org.) MENDONÇA, F. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

BOBBIO, N.; MATTEUCCL, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol.1, 2009.

BOOKCHIN, M. El concepto de ecología social. **Revista Comunidad**, nº 47, Montevideo, abril-mayo 1985.

_____. **Sociobiologia Ou Ecologia Social?** Editora Achiamé, s.n.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu**. ORTIZ, R. (org.). São Paulo: Ática, 1983.

BOYDEN, S. et al. **The ecology of a city and its people: the case of Hong Kong**. Australian National University Press, Camberra, Austrália, 1981.

BRASIL. Código Florestal. **Portal Brasil**. Disponível em: <
<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/11/codigo-florestal>>. Acesso
em 14 de jul. 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Disponível
em:
<http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/Conf.%20Cidades/ministerio/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf>. Acesso em: 16 de ago. de
2012.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 2001. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>.
Acesso em: 18 de ago. de 2012.

BRASIL. **Resolução CONAMA 369**. 2006. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>.
Acesso em 13 de jan. 2014.

BRASIL. **Cadastro Único**. 2013. Disponível em: <
<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em jan
2014.

BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. A modernização ecológica
conquistando hegemonia nos discursos ambientais: o caso da Zona
Franca de Manaus. **Ambiente e Sociedade**. [online]. 2012, vol.15, n.2,
pp. 51-71.

BUTZKE, L. THEIS, I. Planejamento para o desenvolvimento territorial
sustentável em Santa Catarina: caminhos e descaminhos. XII Encontro
da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento
Urbano E Regional, Belém – Pará, 21 a 25 de maio de 2007.
BYRNE, *et al.*, 2002;

CAMPOS, E. T. **A expansão urbana na região metropolitana de
Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. 2009.
Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia.
Universidade Federal de Santa Catarina.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CASAGRANDE, W. A. **Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis: síntese regional.** Florianópolis: Epagri - Cepa, 2006.

COMPANS, R. Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade? In (org.) ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 105-137.

COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 9, set. 2011.
Disponível em:
<<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172>>.
Acesso em: 23 out. 2013.

COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº 2, nov. 1999.

COSER, Lewis A. In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T. Conflito. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 120-123.

COSTA, H. S. M.; BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: (org.) ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 195-216.

COSTA, V. G., NASCIMENTO, J. A. S. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

COUTO, Marcelo Machado. **Inglês do Rio Vermelho (Florianópolis/SC): um distrito, duas realidades.** Questões históricas e outros determinantes acerca do desenvolvimento urbano da região nos últimos vinte anos (1991-2010). Florianópolis, SC, 2011. 77 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Economia.

CUNHA, L. F. Plano diretor participativo de Florianópolis: visões de cidade conflitantes e bloqueios no processo. In: (org.) Dias, V. L. N. Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET da UDESC. Florianópolis: Insular, v. 1, 2011, p. 207-229.

CUNHA, L., ECHIMANSKI, E., FERREIRA, A. Movimento ambientalista e lutas sociais. In: **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. LUIZ, D. (Org.) São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 161-180.

DANSEREAU, P. As dimensões ecológicas do espaço urbano. In: (org.) VIEIRA, P.; RIBEIRO, M. *Ecologia humana, ética e educação*. A mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. São Paulo, SP, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2003.

DIAS, G. F. **Populações marginais em ecossistemas urbanos**. 2 ed. Brasília: IBAMA, 1994.

DURAN, S. MURIANA, F. **Doações de campanha e a cultura do segredo**. Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/doacoes-de-campanha-e-a-cultura-do-segredo/>>. Acesso em: 13 out. 2013.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Civilização brasileira, 1980.

ENGELS, Friedrich. **El problema de la vivienda; y las grandes ciudades..** Barcelona [Espanha]: G. Gili, 1977.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAGUNDES, J. **As mudanças de zoneamento urbano em Florianópolis: processos, atores e contradições**. XII Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado entre 3 e 7 de abril de 2009 em Montevideu - Uruguai.

FAUTH, G. **Legislação urbanística e ocupação do espaço**. 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade.

FELIPE, Sônia T. Rawls' Legacy: a Limited Possibility of a Non-speciesist Environmental Justice. **Ethic@ Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis UFSC, v. 4, n.1, p. 23-37, 2005.

FELIPE, Sônia T. Por uma questão de justiça ambiental. **Ethic@ (UFSC)**, Florianópolis, UFSC, v. 5, n.3, p. 5-31, 2006.

FERNANDES, E. Do código civil de 1916 ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito do Alto Paranaíba**. 2012, p. 13-33.

Disponível em:

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uniaraxa.edu.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fjuridica%2Farticle%2Fdownload%2F136%2F127&ei=a0AiUiuAoTPkQfqtYCwBA&usq=AFQjCNHzgqCbndcJgUc8RN89K0yVOB5uRA&sig2=2EEIGz7wiClT3XI0TTA6-A&bvm=bv.62922401.d.eW0>>. Acesso em: 27 de Nov. 2013.

_____. Estatuto da cidade: promovendo o encontro das agendas “verde” e “marrom”. In: (org.) STEINBERGER, M.

Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, p. 243-265.

_____. Updating the Declaration of the Rights of Citizens in Latin America: Constructing the “Right to the City” in Brazil.

International public debate “The right to the city”. UNESCO, 2005.

Disponível em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146179m.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Os desafios da regularização fundiária de assentamentos informais consolidados: depoimento. [setembro de 2009]

Revista AU arquitetura e urbanismo. Disponível em:

<www.resvistaau.com.br> Acesso em jan/2013.

FERREIRA, J. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Publicado em Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FERREIRA, T. M. M. Distrito de Ingleses do Rio Vermelho – Florianópolis. Um espaço costeiro sobre a ação antrópica. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Biblioteca CLACSO, 2006. Disponível em: < <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2013.

FIX, M. ARANTES, P. F. **Minha Casa, Minha Vida**: o pacote habitacional de Lula. 2009. Disponível em: < http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pchabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171>. Acesso em: 07 de mar. 2013.

FL - Folha da Lagoa. **Câmara aprova Plano Diretor**. 2ª quinzena de novembro de 2013. PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis. **TRF anula decisão que suspendeu o Plano Diretor**. 21 de nov. 2013. Disponível em: <>. Acesso em 15 de jan. 2013.

FONSECA, I., F.; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**. [online]. vol.10, n.2, 2007, pp. 169-186.

FONTAN, J. M.; VIEIRA, P. F. Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. In: G. Tremblay e P.F Vieira (Orgs.), **O papel da universidade no desenvolvimento local. Experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED e Secco, 2011.

GALLICHO, E. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: (org.) ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. São Paulo: Actionaid, 2002, p. 67-90.

GALLOPIN, G. Ecologia y Ambiente. In: LEFF, E. (Org.), *Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo*, Mexico: Siglo XXI, 1986. p. 126-172.

GARCÍA, Rolando. Interdisciplinariedad y sistemas complejos. In: LEFF, Enrique. (Org.). **Ciencias Sociales y Formación Ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 85-124.

GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 244-270.

GODARD, Olivier. Gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 201-266.

GOMEZ, E. D. La ecología política urbana: una disciplina emergente para el análisis del cambio socioambiental en entornos ciudadanos. **Doc. Anál. Geogr.**, n. 48, 2006, p. 167-178.

GONDIM, L. M. P. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 115-130, jan.-abr., 2012.

GORZ, A. **Leur écologie et la notre**. 1974. Disponível em: <<http://www.verts92.net/spip.php?article441&lang=fr>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

GRANDO, **A territorialização em saúde como instrumento para a vigilância em saúde na Comunidade Vila do Arvoredo - Ingleses**. 2001. 173f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina. 2011.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol.15, n.1, pp. 13-19.

GUHA, R. El ecologismo de los pobres. **Ecología Política**. 8, nov. de 1994, p. 137-151.

GUIVANT, J. **Sustentabilidade e métodos participativos**: os riscos dos pressupostos realistas. Trabalho apresentado no Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, Austrália, realizado entre 8-13 de julho de 2002.

HOLIFIELD, *et al.* Spaces of Environmental Justice: Frameworks for Critical Engagement. **Antipode**, 2009. Vol. 41, n° 4, p.591-612.

IANNI, O. A questão social. São Paulo: USP, n. 145, 1989.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico, 2010.

IGARI, Alexandre T.; PIVELLO, Vânia R.. Crédito rural e código florestal: irmãos como Caim e Abel? **Ambiente e sociedade**. [online]. 2011, vol.14, n.1, p. 133-150.

INFOSOLO/UFSC – Florianópolis. “**Relatório FINAL de pesquisa: Mercados Informais de Solo Urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo**” - Área Conurbada de Florianópolis. Florianópolis, Março de 2006.

IPIUF. Instituto de Planejamento e Urbanismo de Florianópolis. Mapa do distrito de Ingleses de Rio Vermelho. 2000.

IVO, A. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, Jan./Abr. 2010.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 1999.

JACOBI, P. Impactos socioambientais urbanos - do risco à busca de sustentabilidade. In: (Org.) MENDONÇA, F. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

JBDF – Jornal Bom Dia Floripa. **Plano Diretor**. “Uma vitória da sociedade”. Dezembro de 2013.

JD. Jornal Diarinho. Ilusão do emprego fácil empurra povão pras dunas dos Ingleses. 21 de julho de 2008.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2009.

LANDER, Edgard. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p.21-53.

LANZIOTTI, T. M. **Planejamento turístico e urbanização na cidade de Florianópolis: um estudo de Jurerê internacional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciência Econômicas. Universidade Federal De Santa Catarina, 2008.

LASCHEFSKI, K. COSTA, H. S. M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade.** Campinas, v. XI, n. 2, jul.-dez., 2008, p. 307-322.

LEFF, H. Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

LEVY, C.; JOYAL, A. O desenvolvimento local: histórico dos conceitos de desenvolvimento e governança local. In (org.) VIEIRA, P. H. F.; **O papel das universidades no desenvolvimento local.** Experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: APED e Secco, 2011.

LYNCH, B. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 27-55.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: (org.) BURSZTYN, M. A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2001, p. 107-122.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

_____. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais Eletrônicos**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Grupo de Trabalho. Disponível em: http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf.

LOPES, Gabriel Bertimes Di Bernardi. **Legislação Ambiental Brasileira e os impactos socioambientais do Condomínio Residencial Costão Golf**. Florianópolis, SC, 2011, 137 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2011.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora, 1995.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In ARANTES, O., MARICATO, E., VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Petrópolis: vozes, 2001.

_____. **Cidades-Urgente: colocar a questão urbana na agenda nacional**. 06 jun. 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20298>. Acesso em: 05 dez. 2012.

_____. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo**. Territórios 18-19/ Bogotá 2008, pp. 183-205.

_____. Posfácio. In: DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 158-157.

_____. **Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**. 2005. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf. Acesso em 13 de set. 2013.

MARQUES, E. TORRES, H. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n° 4, 2001, p. 49-70.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Estado. In: (org.) MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2005, p. 19-56.

MINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, M. L. R. Habitação e meio ambiente urbano. In: (Org.) REIS, A. F. **Arquitetura, urbanidade e meio ambiente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2001, p. 137-150.

MARTINS, M. L. R. Meio ambiente e moradia social nos país do Mercosul. In: (Org.) MUSCAR e BRANDIS. **Los desequilíbrios ambientales globales, regionales e locales**. Madri: TIBYMA, 2002, p. 303-310.

MARTINS, M. L. R. Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

MEDEIROS, M. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dezembro de 2001.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, 2006.

MENEZES, E. C.; SERVA, M. Desenvolvimento territorial sustentável em debate: estrutura e organização da pesca artesanal na Grande Florianópolis. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.15, n.1, p.11-40, jan./jun. 2012.

MINGORI, Jussara. **O desenvolvimento turístico na ilha de Santa Catarina**: dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo sustentável: a análise do Projeto Ambiente Sul. Florianópolis, SC, 2001. 165 f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MONT-MÓR, R. L. urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, pp. 169-181.

MIRANDA, E. **Descentralização e territorialização do sistema de planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília, DF, UNESCO, 2000.

MORIN, E. & KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOTA, C. R. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: Bursztyn, M. (org.). **A Dificil Sustentabilidade**. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 27-40.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: (Org.) BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade**. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2001, p. 85-105.

NMD. Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Informações**. Disponível em:<www.nmd.ufsc.br>. Acesso em 23 jan. 2014.

OLIVEIRA, F. L. Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: (org.) ACSELRAD, H. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade**: para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

ORTH, D. M.; SILVEIRA, R. G. **Avaliação da evolução da ocupação do Balneário dos Ingleses – Florianópolis/SC**. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte@80/2008/05.13.18.36/doc/119-128.pdf>>. Acesso em 13 de maio de 2013.

OST, François. **A natureza a margem da lei**: a ecologia a prova do direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T. Conflito. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 120-123.

PACHECO, R. S. *et al.* Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. In: VIEIRA, Paulo Freire e MAIMOM, Dália (org). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental**: Rumo à Interdisciplinaridade. APED e UFPA, 1993.

PEREIRA, R. M. F. A. A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: (Org.) PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil**. Passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

PEREIRA, E. M. Planejamento urbano em Florianópolis e cidade contemporânea. In: (Org.) PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil**. Passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Zoneamento Urbano e Habitação de Interesse Social**. 2010. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~elson/download.htm>>. Acesso em: 05 de jan de 2014.

PERES, L. F. B. Construção Participativa da Paisagem Local através das Oficinas Comunitárias de Planejamento: Interação Universidade e

comunidades de Ingleses Sul e Santinho em Florianópolis, SC. In: **Seminário Nacional Paisagem e Participação: Práticas no Espaço Livre Público**, 2007, São Paulo. Seminário Nacional Paisagem e Participação: Práticas no Espaço Livre Público, 2007. v. 1. p. 1-85.

PERES, L. F. B. Experiência prática em ambiente acadêmico e profissional: a importância acadêmica e social das oficinas comunitárias de projeto e planejamento de urbanismo e arquitetura, subsídios para a construção de um projeto pedagógico. In: (org.) Dias, V. L. N. *Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET da UDESC*. Florianópolis: Insular, v. 1, 2011, p.319-355.

PMF. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Mapa Conflito Ambiental Urbano. In: **Anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis**, 2012.

PMF. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Mapa Distrito de Ingleses do Rio Vermelho. In: **Plano Diretor de Florianópolis**, 2014.

PMF. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Na posse do CMHIS, um balanço das realizações**. 2013. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina¬i=11210>. Acesso em 12 de dez. 2013.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2013. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 13 de jan. 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os Descaminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

PORFILHO, Fátima. *Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010, 255 p.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos**. Conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2012

REGO NETO, C. B. **A integração de geoindicadores e reparcelamento do solo na gestão ambiental urbana.** Tese (doutorado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

REIS, A. F. **Ilha de Santa Catarina.** Permanências e transformações. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país:** avanços e desafios. IPEA, Políticas Sociais: acompanhamento e análise, 12 fev. 2006, p. 199-210.

_____. Zona Especial de Interesse Social. Fundação Perseu Abramo: 2006. [on line] Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/formacao/pt-no-parlamento/textos-e-publicacoes/zona-especial-de-interessesocial>>. Acesso em: 30 de jun. 2013.

_____. **Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades:** instrumentos para uma política urbana democrática e participativa. Florianópolis: Katálysis, v. 6, n. 2, jul./dez. 2002, p. 223-234.

SACHS, I. Alimentação e energia no desenvolvimento urbano: alternativas para um tempo de crise. In: São Paulo. Secretaria Municipal do Planejamento. América Latina: **Crise nas Metrôpoles.** São Paulo, Sempla, 1985, p. 33-50.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** In: M. Bursztyn (Org.), Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

SANTA CATARINA. **Projeto de Lei Complementar nº 052/09.** Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/proclegis/tramitacao.php?PropNum=PLC/0052.8/2009&PropTramitando=3&TipoApresentacao=3>. Acesso em: 23 maio 2012.

SANTOS, A. L. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis.** Tese (doutorado) em Geografia. Programa de pós-graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

SANTOS, L. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, jan.-jun. 2009, p. 133-150.

SCHLOSBERG, David. *Defining environmental justice: theories, movements and nature.* New York: Oxford University Press, 2009.

SCHLOSBERG, David. Reconceiving environmental justice. Global movements and political theories. **Environmental Politics**, vol. 13, nº 3, Autumn 2004, p. 517-540.

SCHMITZ, P. I. **A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina.** Criciúma, Santa Catarina: Revista *Tempos Acadêmicos*, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais.* São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

SIMMEL, G. **Sociologia.** In: (org.) FILHO, E. M. São Paulo: Ática, 1983.

SMHSA. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Saneamento em Florianópolis.** 2010. Disponível em: <
http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/07_01_2010_17.38.30.37b196d43cb4a6758a61f24ba4b95b09.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

SMHSA. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Cadastro Socioeconômico - Vila do Arvoredo.** Florianópolis, 2005.

SMHSA. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Projeto de Trabalho Técnico Social.** Florianópolis, 2010.

SOARES *et al.* A instituição de ZEIS na legislação municipal: estudo de seis cidades médias de Minas Gerais. **Revista de pesquisa em**

arquitetura e urbanismo. Programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo, IAU-USP, n. 15, 1, 2012, p. 21-37.

SOSTIZZO, I. In: (Org.) PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil.** Passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

SOUZA, M. J. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial.** Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2013.

_____. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual.** Série princípios. São Paulo: Editora Ática, 1996.

STEINBERGER, M. **A quem interessa uma política urbana hoje?**
Disponível em: <
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5364&Itemid=361 >. Acesso em: 18 set. 2013.

STORPER, M. A industrialização e a questão regional no terceiro mundo. In: (Org.) VALLADARES, L. PRETECEILLE, E
Reestruturação urbana: tendências e desafios. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990.

SUGAI, M. I. Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis. In: **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR,** Rio de Janeiro - RJ – Brasil, 2007.

SUGAI, M. I. **Os investimentos públicos e a dinâmica sócio-espacial na produção da segregação urbana.** X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

SWYNGEDOUW, E; HEYNEN, N. **Urban political ecology, justice and the politics of scale.** Antipode, 2003. Vol. 35, n° 5, p. 898–918.

SWYNGEDOUW, F. **Cities, social cohesion and the environment:** towards a future research agenda. Antipode, 2010.

SZE, Julie; LONDON, Jonathan K. Environmental justice at the crossroad. **Sociology Compass,** 2/4, 2008, p. 1331-1354.

TASCHNER, S. P. Degradação ambiental em favelas de São Paulo. In (org.) TORRES, H.; COSTA, H. **População e ambiente**. Debates e desafios. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

TASCHNER, S. P. Favelas e cortiços: vinte anos de pesquisa urbana no Brasil. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano X, n. 2, ago./dez., 1996, p. 89-116.

TORRES, H. G. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19 n°. 54, fev. 2004.

UN-HABITAT. **State of the World's Cities Report 2008/9: Harmonious Cities**. Disponível em <
<http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2562>>.
Acesso em 10 de set. 2012.

UNMP. União Nacional por Moradia Popular. **Vila do Arvoredo rompe com as negociações com a Prefeitura de Florianópolis**. 2008. Disponível em: <
http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=222:vila-do-arvoredo-rompe-com-as-negociacoes&catid=56:noticias-dos-estados&Itemid=76>. Acesso em 12 de dez. 2012.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.

_____. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1978.

_____. COELHO, M. P. La investigación urbana em América Latina: tendencias actuales y recomendaciones. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano X, n. 1, jun./jul., 1996, p. 103-141.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 191-203, dez. 2007.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

VIEIRA P. F. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIEIRA, P. F. et. al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Ciências Sociais do Ambiente no Brasil: Subsídios para uma Política de Fomento. In: (org.) HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. *et al.*. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

_____. **Políticas ambientais no Brasil**: Do preservacionismo ao desenvolvimento sustentável. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis. V. 8 N 14. Abril de 2009.

_____. **Conceito de epistemologia**. Material didático apresentado na disciplina de Meio Ambiente e Desenvolvimento no semestre 2010/2. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política [PPSP] da Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC], 2010.

_____. WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, P. F. WEBER, J (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000.

_____.; CUNHA, Idaulo José. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p. 289-310.

VIEIRA, P. F., BRUNET, N., TREMBLAY, G. e GIRARD, P. Universidade e desenvolvimento local: balanço da discussão. In: G. Tremblay e P.F Vieira (Orgs.), **O papel da universidade no desenvolvimento local. Experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED e Secco, 2011.

VILLAÇA, F. As ilusões do plano diretor. São Paulo, 7 de ago. de 2005. Disponível em: < http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 29 de mar. 2012.

VIOLA, E. **A globalização da política ambiental no Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/terceiro-setor/ambientalismo/2021-aglobalizacao-da-politica-ambiental-no-brasil>>. Acesso em: 16 de abri. 2013.

VIVACQUA, M. **Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de reservas extrativistas marinho-costeiras em Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

WAMBAR, Francisco Gomes. **Potencialidades e obstáculos à promoção da governabilidade de sistemas de pesca costeira em Santa Catarina: estudo de caso na região do Baixo Vale do Itajaí no período de 2003 a 2010**. 177 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2012.

WENDEL, H. Florianópolis/Brasil – a felicidade não tem preço, tem endereço: condomínios, loteamentos e a apropriação da natureza. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194 (14), 1 de agosto de 2005.

ZANATTA, L. PEREIRA, A.; ABDALLA, A. **Utilização de Águas Subterrâneas para Abastecimento Público no Norte da Ilha De Santa Catarina**. In: XIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, 2004.

ZHOURI, A. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. **Série Documenta EICOS**. Comunidade: meio ambiente e desenvolvimento, n. 17, 2007, p. 01-08.

APÊNDICES

A – Roteiro de entrevistas

1. Com os moradores da Vila do Arvoredo

1.1 Dados Gerais

Nome (facultativo):	
Data de nascimento (idade):	
Sexo:	
Cor/etnia:	
Estado Civil:	

1.2 Experiência humana

1.2.1 Processo migratório e atual moradia

- a) Onde você nasceu?
- b) Onde você morava antes de chegar aqui?
- c) Você já morou na zona rural/no campo em algum momento da sua vida? Se sim, que atividades você já exerceu? Você conhece alguém aqui na Comunidade que já foi agricultor?
- d) Qual a razão principal que fez com que você decidisse vir para esta cidade/este bairro/esta casa?
- e) A casa em que você mora atualmente é sua, de algum familiar, alugada, cedida/emprestada?
- f) Quem mora com você?/ Quantas pessoas moram em sua casa?
- g) Como foi o processo de construção da sua casa? Quem construiu? Teve ajuda de familiares/vizinhos/amigos?

1.2.2 Reprodução da vida

- a) Você trabalha com o que? Como é o seu trabalho? Quem mais na sua família trabalha e com o que?
- b) Qual sua renda mensal individual e/ou da sua família?
 - Nenhuma.
 - Até 01 salário mínimo (até R\$ X).
 - Até 02 salários mínimos (até R\$ X).
 - de 02 até 04 salários mínimos (de R\$ X até R\$ X).
 - Superior a 04 salários mínimos (superior a R\$ X).

[] Benefício social governamental , qual? _____ valor atual: _____

c) Qual é a base da dieta de sua família? O que vocês comem normalmente? Onde vocês fazem as compras de alimentação? Alguém aqui na Vila produz algum alimento, tem animais, como galinhas, por exemplo?

d) Em relação à educação, os membros da sua família estudaram? Se sim, até que grau, série, nível? (As crianças da Vila têm vagas na escola?)

d) Quanto à saúde, quando algum membro da família apresenta alguma enfermidade, como se dá o tratamento? Vocês se automedicam, vão ao posto de saúde? Em qual? Como você avalia o atendimento do posto? (As pessoas da Vila são atendidas lá? Em relação ao alto índice de doenças). Quais para você são os principais problemas de saúde das pessoas da Vila? Estão ligados às dunas? Há infestação de pulgas ou bichos de pés? Há doenças causadas pela falta de saneamento básico? Que outras doenças você ressaltaria que são comuns à Vila? É comum ver ratos pela área? A água que vocês bebem vem da onde? Alguém na sua família tem ou teve problemas com álcool ou drogas? (Há muitas pessoas que sofrem de abuso de álcool e drogas por aqui?)

e) Vocês são praticantes de alguma religião? Há na Vila alguma igreja?

f) Como você avalia a questão da violência na Vila? Você ou alguém da sua família já sofreu algum tipo de violência – física ou psicológica?

g) Vocês costumam realizar alguma atividade de lazer por aqui? Há espaços coletivos utilizados, por exemplo, pelas crianças para brincarem? As pessoas aqui costumam se reunirem em algum espaço coletivo para beber, jogar, conversar? Quantos bares têm aqui? Vocês costumam ir à praia? Se sim, você diria que uma das vantagens de morar aqui é ter a praia perto? Vocês saem daqui da Vila para algum lugar com frequência? Se não, por quê?

h) Como se deu a questão da distribuição das moradias na área? Cada morador/família comprou um determinado terreno e construiu sua casa? Já houve conflitos entre os moradores por questão de tamanho de terreno/invasão de terreno?

i) O que te dá mais prazer na sua vida hoje? Que coisas são realmente importantes para você? Qual ou quais os principais desejos/sonhos que você tem no momento? Você e sua família gostariam de sair daqui? Por quê? Têm pessoas que não querem, você saberia me dizer por quê?

j) Você sente que está acostumado, que se adaptou à vida aqui na Vila do Arvoredo? Você afirmaria que vive em constante tensão por não saber se e quando vai sair daqui, para onde vai?

1.3 Componentes do Ambiente Total

1.3.1 Variáveis bio-demográficas

a) Você saberia me dizer, em linhas gerais, quem são as pessoas que habitam a Vila do Arvoredo? De onde elas vieram, com o que trabalham? Há ex-agricultores por aqui?

b) Nesses anos todos que você mora aqui como você percebe a mudança na população? Houve crescimento? As pessoas foram se renovando – vendendo para outras pessoas? É comum chegarem pessoas novas para morar aqui? Geralmente são parentes dos que aqui já estão? Em relação às pessoas que a prefeitura levou para seus locais de origem, você sabe me dizer quantas voltaram?

c) Como é a distribuição da população por aqui? Por exemplo, os mais antigos ficam num dado espaço, os moradores novos foram se instalando em outro local? Quem são os que moram mais perto das dunas? As diferentes moradias de uma mesma família ficam próximas uma das outras? Em relação ao tamanho dos lotes, você tem alguma ideia?

1.3.2 Organização social

a) Fale um pouco sobre a AMOVILA? Como surgiu, quem fundou? Que atividades já desenvolveu? Como é a aceitação da Associação pelos moradores? Eles participam? Os que não participam, você saberia dizer por quê?

b) Como é a relação entre as pessoas aqui da Vila do Arvoredo? Existem conflitos entre moradores? Há separação em grupos? Quem são os moradores mais antigos? Pessoas ligadas ao tráfico de drogas? Como é a relação com os moradores da vizinhança? Com aqueles que moram mais longe das dunas?

c) Há algum tipo de estrutura de poder? Existem algumas regras que devem ser seguidas pelos moradores? A polícia vem com frequência à Vila?

d) Estrutura socioeconômica. Ocupação das pessoas da Vila. Há comércios na Vila? Existe algum tipo de troca de objetos, doação, entre os moradores?

1.3.3 Dinâmica das atividades humana

a) Há algum tipo de atividade econômica coletiva desenvolvida na comunidade? (questionar sobre o galpão de reciclagem). Saberia apontar quais as principais atividades desenvolvidas pelos membros da comunidade?

b) Como se dá a utilização dos recursos naturais: água, uso da flora etc.? Há pessoas que pescam? De onde vem a água consumida pelos moradores? E para onde vai o esgoto? Alguém aqui na comunidade composta os resíduos orgânicos? Como é feita a coleta de lixo? Alguém aqui na comunidade planta algum tipo de vegetal? (verificar se já houve alguma iniciativa (interna ou externa) no sentido de construção de composteiras e hortas coletivas – questionar, observar se haveria espaço para isso.

c) Em relação à temperatura aqui nas diferentes estações, como você descreve a Vila? É muito quente no verão, muito frio no inverno? Venta muito? O que mais te incomoda aqui na sua casa? (temperatura elevada, infiltração etc.)

c) Aqui na sua casa, quais os eletrodomésticos que vocês utilizam? Ver a questão da energia elétrica!

1.4 Representações do conflito na Vila do Arvoredo

a) Como tem sido a atuação do Estado em relação a Vila? Como você avalia as negociações firmadas até o presente momento? Quais as perspectivas futuras para a resolução do conflito?

b) Sobre o pagamento de indenização para algumas famílias voltarem para suas localidades de origem, como você avalia esse procedimento? Como foi a aceitação do valor das indenizações? Por que você não quis receber? E as famílias que receberam indenização voltaram para a localidade da Vila do Arvoredo? Você sabe quantas são? Quem são?

c) Sobre a atuação da Floram e da SMHIS, o que você pode dizer? Como é a relação entre esses órgãos e a AMOVILA/moradores? E a polícia ambiental?

d) Sobre o teleférico do Marcondes de Mattos? O que podes me contar? Ele já veio até a comunidade? Por que você acha que ele quer tanto tirar a comunidade daqui?

e) O que todos esses anos de luta representaram para você? Você confia da PMF? Como é a relação com os políticos? Eles costumam aparecer aqui?

2. Com representantes do Estado

2.1 Dados Gerais

Nome (facultativo):	
---------------------	--

Data de nascimento (idade):	
Formação:	
Cargo/Função:	
Anos de atuação:	

Com a Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA)

2.2 Representação da problemática das ocupações em APP

- a) Como você entende o fenômeno das ocupações irregulares em APP em Florianópolis?
- b) E as ocupações dessas áreas pela classe mais abastada? O que você pensa a respeito?
- c) Em sua opinião, quais os principais condicionantes dessas ocupações? O que está por trás deste processo especificamente no município?
- d) Qual o papel da PMF no enfrentamento dessa problemática? Que órgãos estão ligados diretamente?
- e) No caso específico de Florianópolis, como você enxerga esse processo a resolução dessa problemática?
- f) Quais as ocupações desse município mais críticas do ponto de vista socioambiental?
- g) Em todos os seus anos de atuação profissional, como você avalia a atuação do Estado em relação às ocupações? Houve avanços, retrocessos? Quais e por quê?
- h) Em relação aos dispositivos legais voltados para o enfrentamento dessa problemática, em sua opinião, eles têm funcionado?
- i) Quais os principais dispositivos e como eles têm sido utilizados?
- j) Em relação aos projetos/programas que visam combater essa problemática, você poderia falar sobre eles?
- k) Que você saiba, existem ou já existiram ações conjuntas entre o governo do Estado e o do Município para o enfrentamento dessa problemática?

2.3 Representações do conflito na Vila do Arvoredo

- a) No caso específico da Comunidade Vila do Arvoredo, como têm sido a atuação do Estado? Como você avalia as negociações firmadas até o presente momento? Quais as perspectivas futuras para a resolução do conflito?
- b) Em 2005, a prefeitura realizou um diagnóstico na Comunidade e, em seguida, houve pagamento de indenização para algumas famílias voltarem para suas localidades de origem, como você avalia esse procedimento?
- c) Sabe-se que algumas famílias que receberam indenização voltaram para a localidade da Vila do Arvoredo, como tal fato será equacionado?
- d) Como você vê a atuação da Floram/SMHSA em relação ao caso? Há conflito entre as perspectivas social e ambiental?
- e) Tendo em vista que o terreno da CASAN não vai mais ser destinado à comunidade, e que agora a perspectiva é de se começar a busca por terrenos novamente, como equacionar o problema das famílias que as dunas estão cada dia mais se aproximando das casas? E quando as áreas do setor A esgotarem?
- f) Você poderia me explicar sobre a questão do aluguel social?

Com a Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram)

- a) Você poderia falar sobre as atribuições da FLORAM no que se refere às APPs? Que ações a FLORAM realizou em relação a essas áreas? Além da FLORAM, que outro (s) órgãos participam do processo de atuação nessas áreas?
- b) Como se dá o processo de fiscalização?
- c) Como você enxerga a ocupação da Vila do Arvoredo?
- d) Qual o histórico de atuação da Floram na área?
- e) Você entende que há um conflito ali?
- f) Quais os principais riscos daquela ocupação? [vida humana e ecossistema]
- g) Como você enxerga o trabalho da Floram e da SMHSA em relação à área? Há conflito, há cooperação?
- h) Sobre o Setor A, como se deu o processo de permissão para a transferência dos moradores para aquela área?

3 Moradores do Distrito de Ingleses de Rio Vermelho

3.1 Dados Gerais

Nome (facultativo):	
Data de nascimento (idade):	
Formação:	
Profissão:	
Morador/trabalhador dos Ingleses há quanto tempo:	

4.2 Sobre ocupações em APP e a Vila do Arvoredo

- a) Como você enxerga o desenvolvimento urbano dos Ingleses? Está ligado ao crescimento do turismo?
- b) Na sua opinião, quais as vantagens desse processo de crescimento acelerado?
- c) Quais as desvantagens? Quais os principais problemas que você identifica no bairro? Para esses problemas, que soluções você daria?
- d) Que problemas ecológicos/ambientais você verifica nos Ingleses? Esses problemas estão ligados a que? Quais as soluções possíveis?
- e) Como você entende o fenômeno das ocupações irregulares em APP?
- f) E as ocupações dessas áreas pela classe mais abastada? O que você pensa a respeito? Você pode me citar um exemplo de empreendimento em APP?
- g) Em sua opinião, quais os principais condicionantes dessas ocupações? O que causa essas ocupações? O que está por trás delas?
- h) Como você avalia o caso da Vila do Arvoredo/antiga Favela do Siri? O que trouxe essa ocupação para cá? Que causas você poderia apontar? Quem em sua opinião é/são os responsáveis?
- i) Quais os principais problemas que você verifica que surgiram após a formação da Comunidade?
- j) Você já sofreu algum tipo de violência?
- k) Quais seriam as soluções para esse caso? Como se poderia resolver?
- l) Você já empregou/emprega/empregaria um morador da Vila no seu negócio? Por quê?

B – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa, intitulada “CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO: O CASO DA VILA DO ARVOREDO, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, SC”, tem como objetivo principal apresentar uma análise do conflito socioambiental urbano que vem permeando os processos de ocupação e desocupação da Área de Preservação Permanente (APP) relativa à parte do ecossistema de dunas do Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, em Florianópolis, SC, pela comunidade Vila do Arvoredo, a partir da compreensão do contexto estrutural no qual o caso se insere, bem como dos discursos, embates e alianças que abrangem as relações entre os atores sociais envolvidos.

O levantamento será feito através de entrevistas semiestruturadas. Utilizarei o recurso audiovisual de gravação de voz. A pesquisa não traz riscos ou desconfortos. Será garantido que seu nome e qualquer outro dado que o (a) identifique ficará mantido em sigilo. Terá liberdade para desistir a qualquer momento, mesmo depois de ter assinado este consentimento, não interferindo na assistência prestada.

Se você tiver alguma dúvida com relação ao estudo, ou não quiser fazer mais parte do mesmo, poderá entrar em contato comigo, pelo telefone: (48) 99614634 ou endereço eletrônico: marimthibes@gmail.com

Se você estiver de acordo em participar, garanto que as informações fornecidas serão confidenciais.

Eu, _____ fui esclarecido(a) sobre a pesquisa "CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO: O CASO DA VILA DO ARVOREDO, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, SC ". Declaro que estou ciente de seus objetivos e métodos, bem como de meus direitos de anonimato, sigilo dos dados e desistência a qualquer momento.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____.

C – Quadro dos instrumentos obrigatórios para a construção do PD

Tipo de instrumento	Conteúdo
Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	O Estatuto da Cidade determina a criação de lei municipal específica para reger o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Esta lei deverá fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação, aplicando-se em área incluída no Plano Diretor. É considerado subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no Plano Diretor ou em legislação dele decorrente.
Direito de preempção	Confere ao poder público municipal preferência para a compra de imóvel urbano, respeitado seu valor no mercado imobiliário, antes que o imóvel seja comercializado entre particulares. Para isso, o município deverá possuir lei municipal, baseada no PD, que delimite as áreas onde incidirá a preempção. Prevê a aquisição de áreas para a construção de habitações populares, para a implantação de atividades destinadas ao lazer e recreação coletivos, ou para a realização de obras públicas de interesse geral. O uso deste instrumento permite que o município constitua gradativamente uma reserva fundiária ou estoque de terrenos.
Outorga Onerosa do Direito de Construir	Consiste na possibilidade do município estabelecer relação entre a área edificável e a área do terreno, a partir da qual a autorização para construir passaria a ser concedida de forma onerosa. O proprietário poderá construir para além da relação estabelecida, pagando ao poder público, com valor proporcional ao custo do terreno. O PD deverá fixar áreas nas quais o direito de construir e de alteração de uso poderá ser exercido, estabelecendo relação possível entre a área edificável e a do terreno; definirá também os limites máximos de construção a serem atingidos, considerando a infraestrutura existente e o potencial de densidade a ser alcançado em cada área. Tudo isso deverá constar em lei municipal específica. Os recursos provenientes deverão ser aplicados na construção de unidades habitacionais, regularização e reserva fundiárias, implantação de equipamentos comunitários, criação e proteção de áreas verdes ou de interesse histórico, cultural ou paisagístico.
Operação urbana consorciada	Referem-se a um conjunto de intervenções e medidas, coordenadas pelo município, com a finalidade de preservação, recuperação ou transformação de áreas urbanas contando com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados. A lei específica de aprovação do instrumento deverá conter um plano, definindo a área a ser atingida, com programa

	<p>básico de sua ocupação; a previsão de um programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada; suas finalidades; um EIV; a contrapartida a ser exigida dos participantes; e a forma de controle da operação, que deve contar com a participação da sociedade civil.</p>
<p>Transferência do direito de construir</p>	<p>Compreende a faculdade conferida, por lei municipal, ao proprietário de imóvel, de exercer em outro local o direito de construir previsto nas normas urbanísticas e ainda não exercido. Só poderá ser aplicado quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: a) implantação de equipamentos urbanos e comunitários; b) preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; e c) servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.</p>
<p>IPTU progressivo no tempo</p>	<p>Consiste em punir com um tributo de valor crescente, ano a ano, os proprietários de terrenos cuja ociosidade ou mau aproveitamento acarrete prejuízo à população. O IPTU progressivo no tempo está na sequência das sanções previstas pelo art. 182 da CF, que se vincula aos proprietários que não atenderam à notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. A aplicação do IPTU progressivo no tempo ocorrerá mediante elevação da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, tendo como limite máximo 15% do valor venal do imóvel.</p>

D – Quadro dos instrumentos não obrigatórios para a construção do PD

Tipo de instrumento	Conteúdo
Desapropriação com títulos da dívida pública	Passados 5 anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. As áreas que forem objeto de desapropriação poderão servir para a implantação de unidades habitacionais, criação de espaços públicos para atividades culturais, de lazer, de preservação do meio ambiente e para atividades econômicas voltadas à geração de renda e emprego para população pobre.
Usucapião Especial de Imóvel Urbano	O EC regulamenta o artigo 183 da CF, que estabelece a aquisição de domínio para aquele que possuir área ou edificação urbana de até 250 metros quadrados, por 5 anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, com a ressalva de que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, poderá ocorrer a usucapião coletiva, desde que os possuidores também não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
Direito de superfície	Possibilita que o proprietário de terreno urbano conceda, a outro particular, o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo de seu terreno, em termos estabelecidos em contrato – por tempo determinado ou indeterminado – e mediante escritura pública firmada em cartório de registro de imóveis. O proprietário de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado poderá atender às exigências de edificação compulsória estabelecida pelo poder público, firmando contrato com pessoa interessada em ter o domínio útil daquele terreno, mantendo, contudo, o terreno como sua propriedade.
Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)	A ZEIS pode ser conceituada como um instrumento de regulação e controle do uso e ocupação do solo, a partir da previsão de parâmetros urbanísticos específicos para as áreas destinadas a habitação de interesse social. Antes de constar no EC, a Lei Federal no 6.766/79, com redação alterada pela Lei no 9.785/99, faz referência a ZEIS, para as quais traça exigências mínimas mais brandas que a média [art. 2o, § 6º].

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	<p>O EC estabelece que lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana, que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) a cargo do poder público municipal. O EIV será executado de forma a contemplar a análise dos efeitos do empreendimento ou atividade na qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades. O EIV deverá considerar a opinião da população diretamente afetada pelo empreendimento e a abrangência destes impactos, que podem vir a se estender para área além dos limites da própria cidade.</p>
---------------------------------------	---

ANEXOS

A – Quadros ADC

Exclusão	Supressão				
	Colocação em segundo plano				
Inclusão	Ativação				
	Passivação	Sujeição	Associação		
		Beneficiação	Dissociação		
	Diferenciação				
	Indiferenciação				
	Participação				
	Circunstancialização				
	Possessivização				
	Personalização	Determinação	Categorização	Funcionalização	
				Identificação	classificação
					identificação relacional
					Ident. física
			Avaliação		
			Nomeação	Formalização	
				Semiformalização	
				Informalização	
			Determinação única		
			Sobredeterminação	Inversão	Anacronismo
		Desvio			
		Simbolização			
		Conotação			
		Destilação			
		Indeterminação			
		Generalização			
		Especificação	Individualização		
			Assimilação	Coletivização	
		Agregação			
Impersonalização	Abstração				
	Objetivação				

Fonte: Van Leeuwen (1997 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011).

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações)
	UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais)
	NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)
	EUFEMIZAÇÃO (valorização positiva de instituições, ações ou relações)
	TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)
	SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)
	EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO Retratação de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)
	ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes)
	NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)

Fonte: Thompson (1995 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011).

B – Reportagem Ilha Capital



Julho/2010

Capa

Morador das dunas não quer teleférico

No dia 1 de julho último o promotor de Justiça Rui Arno Richter instaurou inquérito civil 06.2010.002789-6, para apurar a existência de projeto da empresa CostãoVille



Empreendimentos Imobiliários para a implantação de um teleférico em Ingleses, ligando o Sítio do Capivari e o balneário Santinho.

A medida atendeu ofício do Conselho Comunitário de Ingleses, pedindo averiguação de “possíveis irregularidades no processo de licenciamento” do teleférico.

Notificada, a empresa já respondeu aos questionamentos do promotor, que agora deve obter as informações dos órgãos responsáveis pelo licenciamento do projeto.

O presidente do Conselho Comunitário de Ingleses, que assina o ofício, é Nivaldo Araújo da Silva, morador na servidão do Imigrante, favela do Siri, sobre as dunas e o aquífero de Ingleses, Área de Proteção Permanente.

Baiano, 55 anos, Nivaldo mora há 9 em Florianópolis, com a esposa e quatro dos filhos. Duas outras filhas, casadas, também moram no local. Ao todo, são 15 pessoas da família residindo sobre área de APP.

Ingleses é um dos balneários de Florianópolis com maior população fixa - em torno de 40 mil pessoas. O presidente do Conselho Comunitário foi eleito no dia 8 de dezembro de 2009, em assembleia a qual compareceram apenas 52 moradores (pelo menos 8 deles da própria família do eleito), que equivale a 0,13% dos habitantes estimados. Ainda que todos os 52 fossem contra a implantação do teleférico - e sabe-se que não é o caso -, ao Conselho falta no mínimo representatividade para criar dificuldade a outro projeto que, inegavelmente, vai trazer benefícios ao desenvolvimento saudável da região. Aliás: quais as outras atividades do

Conselho, além de lutar pelo atraso de Ingleses?

É lamentável que a entidade que deveria representar a mentalidade média da população local, tenha se tornado refém de sucessivas diretorias “aparelhadas” por minorias do fundamentalismo ecomarxista... no terreno dos vizinhos! Onde há até militantes que são donos de pousadas clandestinas!

Detalhe: quando o ofício de Nivaldo foi emitido, no dia 26 de março, quatro meses depois da eleição, a ata da assembleia sequer havia sido registrada para que surtisse os efeitos legais, o que só ocorreu no dia 14 de abril.

C – Documento Indenização



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FÁBIA CRISTIANE DA SILVA E LUIZ SOUZA DE LIMA, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Em Florianópolis, aos 1/11/2006, na Sede da Prefeitura Municipal, compareceram, de um lado, como Expropriante o Município de Florianópolis, neste ato representado pelo Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental Sr. Átila Rocha dos Santos, e de outro lado, como Expropriada, a Sra Fábiana Cristiane da Silva, brasileira, maior de idade, do lar, portadora da Carteira de Identidade nº 3.797.275 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 040.935.549-60, convivente em regime de união estável com Luiz Souza de Lima, brasileiro, maior de idade, pedreiro, portador da Carteira de identidade nº 3.797.128 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 030.176.389-52, a fim de assinarem em caráter irrevogável e irretroatável o presente termo de desapropriação amigável de benfeitoria.

Cláusula Primeira – É objeto do presente Termo de Desapropriação Amigável, a benfeitoria consistente de uma construção de 24,00m² - madeira, localizada na Região da Vila do Arvoredo, nº 20, Setor D, nesta Capital, declarada de utilidade pública através do Decreto Municipal nº 3622 de 23/08/2005, destinada à recuperação ambiental.

Cláusula Segunda – O valor da benfeitoria é de R\$ 1.241,97 (Um mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos), conforme Laudo de Avaliação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental datado de 17/10/2006, sendo que o valor da indenização é de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) conforme acordo na Reunião de Lideranças com esta Secretaria realizada em 30/08/2005, com o aval do Sr. Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental para o pagamento, haja vista que as famílias desapropriadas estão retomando aos seus locais de origem.
Parágrafo Único: O Expropriante pagará aos Expropriados, neste ato, numa única parcela, o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Cláusula Terceira – O Município se imitirá na posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o qual será entregue pelos expropriados, livre e desembaraçado, podendo o Município praticar todos os atos decorrentes da posse da área necessária à recuperação ambiental, a contar da data da assinatura deste termo.

Cláusula Quarta – Os Expropriados declaram, sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderão mais ser atendidos por qualquer outro programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Cláusula Quarta – Pelo presente, os Expropriados declaram, sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderão mais ser atendidos por qualquer outro programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

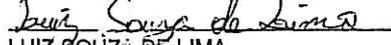
Município: 

Município de Florianópolis
Átila Rocha dos Santos
Secretário Municipal da Habitação
e Saneamento Ambiental
Decreto nº 3338/2005


FÁBIA CRISTIANE DA SILVA

Interveniente: 

Fundo Municipal de Integração Social
Átila Rocha dos Santos
Ordenador do Fundo Municipal de
Integração Social
Decreto nº 3383/2005


LUIZ-SOUZA DE LIMA

Testemunhas: 
Carlos
Chefe de
Fisc. de Obras
AF/SRC


Waltrick
Fisc. de Obras
AF/SRC



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, COM A INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E FÁBIA CRISTIANE DA SILVA E LUIZ SOUZA DE LIMA, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Em Florianópolis, aos 1/11/2006, na Sede da Prefeitura Municipal, compareceram, de um lado, como Expropriante o Município de Florianópolis, neste ato representado pelo Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental Sr. Átila Rocha dos Santos, e de outro lado, como Expropriada, a Sra Fábiana Cristiane da Silva, brasileira, maior de idade, do lar, portadora da Carteira de Identidade nº 3.797.275 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 040.935.549-60, convivente em regime de união estável com Luiz Souza de Lima, brasileiro, maior de idade, pedreiro, portador da Carteira de identidade nº 3.797.128 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 030.176.389-52, a fim de assinarem em caráter irrevogável e irretroatável o presente termo de desapropriação amigável de benfeitoria.

Cláusula Primeira – É objeto do presente Termo de Desapropriação Amigável, a benfeitoria consistente de uma construção de 24,00m² - madeira, localizada na Região da Vila do Arvoredo, nº 20, Setor D, nesta Capital, declarada de utilidade pública através do Decreto Municipal nº 3622 de 23/08/2005, destinada à recuperação ambiental.

Cláusula Segunda – O valor da benfeitoria é de R\$ 1.241,97 (Um mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos), conforme Laudo de Avaliação da Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental datado de 17/10/2006, sendo que o valor da indenização é de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) conforme acordado na Reunião de Lideranças com esta Secretaria realizada em 30/08/2005, com o aval do Sr. Secretário da Habitação e Saneamento Ambiental para o pagamento, haja vista que as famílias desapropriadas estão retomando aos seus locais de origem.
Parágrafo Único: O Expropriante pagará aos Expropriados, neste ato, numa única parcela, o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Cláusula Terceira – O Município se imitirá na posse do imóvel descrito na Cláusula Primeira, o qual será entregue pelos expropriados, livre e desembaraçado, podendo o Município praticar todos os atos decorrentes da posse da área necessária à recuperação ambiental, a contar da data da assinatura deste termo.

Cláusula Quarta – Os Expropriados declaram, sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderão mais ser atendidos por qualquer outro programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Cláusula Quarta – Pelo presente, os Expropriados declaram, sob as penas da lei, ter conhecimento que não poderão mais ser atendidos por qualquer outro programa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em três vias de igual teor para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

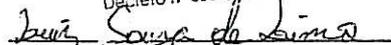
Município: 

Município de Florianópolis
Átila Rocha dos Santos
Secretário Municipal da Habitação
e Saneamento Ambiental
Decreto nº 3338/2005


FÁBIA CRISTIANE DA SILVA

Interveniente: 

Fundo Municipal de Integração Social
Átila Rocha dos Santos
Ordenador do Fundo Municipal de
Integração Social
Decreto nº 3383/2005


LUIZ-SOUZA DE LIMA

Testemunhas: 
Carlos
Chefe de
Fisc. de Obras
AF/SRC


Waltrick
Fisc. de Obras
AF/SRC